

UNIVERSIDADE DE LISBOA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS



AGRICULTURA BIOLÓGICA

REGULAÇÃO, PROTAGONISTAS E VALORES SOCIAIS



João Francisco Charrua Guerra

V CURSO DE MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

2005

UNIVERSIDADE DE LISBOA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS



AGRICULTURA BIOLÓGICA

REGULAÇÃO, PROTAGONISTAS E VALORES SOCIAIS

João Francisco Charrua Guerra

V CURSO DE MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

2005

Dissertação orientada pelo Prof. Doutor João Ferrão

Resumo

Agricultura Biológica: Regulação, Protagonistas e Valores Sociais, João Francisco Charrua Guerra, Grau de Mestre em Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, 2005.

A decisão de enveredar pelos métodos alternativos da Agricultura Biológica dependerá da necessidade, mais ou menos sentida pelos agricultores, de explorar opções que possam responder satisfatoriamente aos problemas provocados por práticas e técnicas ditas convencionais, mas, também, da confiança de que seja esta a melhor alternativa para o futuro, quer do ponto de vista económico-financeiro (onde se pesam os prós e os contras de investimentos que se podem revelar de risco), quer do ponto de vista ético (onde pesam os novos valores ecológicos que reequacionam posicionamentos produtivistas mais antropocêntricos).

A presente investigação tem assim por objecto uma aproximação às formas como abraçam os agricultores os propósitos implícitos no modo de produção biológica, focalizando, nomeadamente, em que medida se mostram importantes para as suas opções: *i*) as representações sociais sobre preservação ambiental, os novos valores ecológicos e a consequente mudança de atitudes para com o ambiente, *ii*) as dinâmicas e oportunidades de mercado impulsionadas por consecutivos alarmes sociais em torno da segurança alimentar, *iii*) os instrumentos e as políticas criados para fomentar a qualidade alimentar e integrar a preservação ambiental nas explorações agrícolas que, no caso português, decorrem em grande medida da regulação internacional e europeia, mas não deixam de depender de medidas nacionais de implementação e *iv*) o papel desempenhado pelas associações e pelos operadores de certificação no desenrolar e na implementação dessas políticas. Para tal, a análise sustenta-se na informação que tem vindo a ser disponibilizada sobre estes métodos alternativos de exploração agrícola (por entidades e associações nacionais e internacionais) mas socorre-se, sobretudo, dos dados recolhidos através de um inquérito por questionário aplicado em 2003 aos agricultores convertidos ao Modo de Produção Biológico.

Palavras-chave: *agricultura biológica, governança internacional, políticas públicas, novos valores ecológicos, motivações sociais.*

Abstract

Organic Farming: Regulation, Protagonists, and Social Values, João Francisco Charrua Guerra, Master Degree in Social Sciences, Institute of Social Sciences, University of Lisbon, 2005.

The decision to follow the alternative approach of Organic Agriculture will depend, not only on the need felt by farmers to explore new options that can answer satisfactorily to the problems caused by conventional practices and techniques, but also on the belief that this will be a better alternative for the future, whether we consider the economical point of view (evaluating the investment risks), or the ethical point of view (considering the new ecological values which question more anthropocentric production positions).

The goal of the present study is the way farmers embrace the implicit purposes of organic production output, specially focusing in which way are important for their options: *i)* the social representations about environmental preservation, the new ecological values and the consequent change of attitude towards environment; *ii)* market dynamics and opportunities stimulated by consecutive social alarms concerning food security; *iii)* the instruments and policies created to encourage food quality and integrate environmental preservation in agriculture exploitations which, in Portugal, mainly came from international and European regulation, but still depend on national implementation measures; *iv)* the role performed by associations and certification bodies on the outgoing and implementation of these policies. Aiming this, the analysis sustains-itself on the existing information about these alternative methods of agriculture (put available by international and national associations and entities), but helps itself, mainly, from material collected through a survey applied in 2003 to farmers which have been converted to Organic Agricultural Methods.

Key Words: *organic farming, international governance, public policies, new ecological values, social motivations.*

Agradecimentos

O texto que se segue encerra em si o percurso de uma aprendizagem. Caminho sempre ziguezagueante que alternou da problematização teórica à investigação empírica, passando pela indispensável engenharia metodológica. Ao longo deste trajecto pude contar sempre com o acompanhamento do Professor Doutor João Ferrão, fundamental para o arranjo das minhas ideias tanto pela confiança que depositou no meu trabalho como pelo imprescindível exercício da crítica.

Porque o assunto que me propus analisar nas páginas seguintes surgiu em directa continuidade temática e analítica dos projectos de investigação desenvolvidos no âmbito do *Observa: Ambiente, Sociedade e Opinião Pública*, observatório institucionalmente patrocinado pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) e pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL), que me acolhe desde 1997, não poderia deixar de enunciar a importância para este estudo do interesse e do apoio que sempre encontrei entre os membros da equipa desta plataforma de investigação. À Dr. Aida Valadas de Lima agradeço, em especial, os ensinamentos que me conduziram, primeiro, enquanto aluno da Licenciatura de Sociologia e Planeamento do ISCTE, ao campo subdisciplinar da Sociologia do Ambiente e, depois, enquanto colaborador do *Observa*, ao aprofundamento da prolixa problemática dos novos valores ecológicos — constructo central e transversal neste trabalho — e, em concreto, à presente incursão nos meandros sócio-institucionais da Agricultura Biológica.

No decorrer do trabalho de campo, encontrei curiosidade e empenho raros tendo em conta que esta investigação não passa de uma prática académica. Deste modo, agradeço indistintamente aos agricultores convertidos ao Modo de Produção Biológico, aos dirigentes e activistas das associações de agricultura biológica e aos técnicos dos organismos de controlo e de certificação nacionais consultados.

Há ainda a referir que este projecto beneficiou da Bolsa de Curta Duração para Apoio à Investigação do ICS-UL, sem a qual teria sido comprometida, sobretudo, a aplicação do inquérito por questionário, aqui técnica axial. Na fase seguinte, a de tratamento estatístico dos dados, agradeço ao Dr. Fernando Honório a

disponibilidade, o empenho e o rigor na análise de correspondências múltiplas, especialmente examinada no último capítulo.

De facto, sem o interesse, o apoio e a colaboração destas pessoas e instituições não teria sido possível nem a realização da investigação nem a redacção da dissertação, essenciais para o remate do V Mestrado em Ciências Sociais do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa na área de especialização “Portugal Contemporâneo — Sociedades e Culturas”.

Índice geral

1. Introdução	1
2. Enquadramento teórico-metodológico	5
3. Governança internacional e regulação	17
3.1 Raízes múltiplas de um movimento alternativo	18
3.2 Regulação internacional, credibilização e confiança	34
4. Contextos, dinâmicas e singularidades nacionais	54
4.1 Protagonistas e condições de mudança	55
4.2 Circunstâncias, legislação e crescimento	66
5. Valores, motivações e conversão agrícola em Portugal	89
5.1 Políticas públicas, valores e motivações sociais	90
5.2 Revalorização da natureza e mudança paradigmática	104
6. Conclusão	131
7. Bibliografia	139
8. Anexos	145
Anexo I – Área convertida ao MPB na UE 15 (1985-2002)	146
Anexo II – Lista de variáveis utilizadas na ACM	150
Anexo III – <i>Outputs</i> da partição em grupos da ACM	156
Anexo IV – Questionário	163

Índice de gráficos

Gráfico 1 – Superfície mundial dedicada à Agricultura Biológica	39
Gráfico 2 – Número mundial de agricultores dedicados à Agricultura Biológica	39
Gráfico 3 – Os 30 países com maior superfície agrícola convertida à Agricultura Biológica (ha). 40	
Gráfico 4 – Os 30 países com maior percentagem de superfície agrícola convertida à Agricultura Biológica	40
Gráfico 5 – Taxas de crescimento anuais na Europa (UE 15) da área convertida ao MPB entre 1985 e 2002.....	48
Gráfico 6 – Evolução da área (ha) e número de explorações agrícolas certificadas ou em processo de conversão na União Europeia (UE 15) entre 1985 e 2002.....	49
Gráfico 7 – Percentagem de Superfície Agrícola Utilizada (SAU) convertida ao MPB na União Europeia (UE 25) em 2002.....	49
Gráfico 8 – Evolução da Percentagem de Superfície Agrícola Utilizada (SAU) convertida ao MPB na União Europeia (UE 15) em 2002	50
Gráfico 9 – Agricultores segundo o sexo (comparação entre a amostra e o universo de agricultores portugueses).....	55
Gráfico 10 – Agricultores segundo o grupo etário (comparação entre a amostra e o universo de agricultores portugueses)	56
Gráfico 11 – Agricultores segundo o nível de instrução (comparação entre a amostra e o universo de agricultores portugueses)	56
Gráfico 12 – Tempo dedicado ao MPB entre os inquiridos	57
Gráfico 13 – Tempo dedicado à actividade agrícola entre os agricultores portugueses	57
Gráfico 14 – Rendimento conseguido na actividade, segundo os inquiridos	58
Gráfico 15 – Proporção rendimento/tempo no MPB, segundo os inquiridos.....	58
Gráfico 16 – Anos dedicados à agricultura convencional, segundo os inquiridos	59
Gráfico 17 – Anos dedicados à Agricultura Biológica, segundo os inquiridos	59
Gráfico 18 – Formação profissional em Agricultura Biológica entre os inquiridos	59
Gráfico 19 – Formação profissional entre os produtores agrícolas singulares	59
Gráfico 20 – Outras actividades profissionais declaradas pelos inquiridos	60
Gráfico 21 – Distribuição de inquiridos pelas regiões agrárias do continente	61
Gráfico 22 – Número de operadores no MPB (2003), segundo a região agrária.....	61
Gráfico 23 – Área convertida ao MPB por regiões, segundo os inquiridos	61
Gráfico 24 – Área convertida ao MPB por regiões, segundo os dados do IDRHa	61
Gráfico 25 – Superfície agrícola utilizada por classes, segundo os inquiridos e o RGA de 1999 ..	62
Gráfico 26 – Produção vegetal por % da área utilizada em AB, segundo os inquiridos.....	63
Gráfico 27 – Produção vegetal por % da área utilizada em AB, segundo o IDRHa (2003).....	63
Gráfico 28 – Produção animal nas explorações de AB, segundo os inquiridos.....	63
Gráfico 29 – Produção animal no MPB, segundo o IDRHa (2003)	63
Gráfico 30 – Caracterização das explorações convertidas ou em conversão ao MBP, segundo o número de culturas declaradas pelos inquiridos.....	64
Gráfico 31– Evolução da área (ha) e do número de explorações agrícolas certificadas ou em processo de conversão em Portugal entre 1985 e 2003	67
Gráfico 32 – Evolução da área convertida (ha) nas três culturas mais representativas	70
Gráfico 33 – Evolução da área convertida (ha) nas culturas menos representativas.....	70
Gráfico 34 – Evolução da área convertida (ha) nas três regiões mais representativas	72
Gráfico 35 – Evolução da área convertida (ha) nas regiões menos representativas	72
Gráfico 36 – Evolução do número de explorações convertidas nas três regiões mais representativas	72
Gráfico 37 – Evolução do número de explorações convertidas nas regiões menos representativas	72

Gráfico 38 – Produção animal no MPB em 2003, segundo as espécies produzidas, por região agrícola	73
Gráfico 39 – Agricultores com produção animal no MPB em 2003, segundo a região agrícola	73
Gráfico 40 – Prós e contras das políticas de apoio ao MPB, segundo os inquiridos.....	78
Gráfico 41 – Principais vantagens e desvantagens da Agricultura Biológica, segundo os inquiridos	79
Gráfico 42 – Filiação em organizações de AB, segundo os inquiridos	80
Gráfico 43 – Tipo de participação em organizações de AB, segundo os inquiridos	80
Gráfico 44 – Razões da postura não activa nas organizações de AB, segundo os inquiridos	81
Gráfico 45 – Razões da postura activa nas organizações de AB, segundo os inquiridos	82
Gráfico 46 – Distribuição dos inquiridos pelas organizações de agricultura, segundo as suas próprias declarações	82
Gráfico 47 – Âmbito geográfico das organizações referidas pelos inquiridos	83
Gráfico 48 – Âmbito das actividades das organizações referidas pelos inquiridos.....	83
Gráfico 49 – Principais fontes de informação e aconselhamento, segundo as declarações dos inquiridos.....	84
Gráfico 50 – Opinião dos inquiridos sobre os Operadores Privados de Controlo e Certificação ...	87
Gráfico 51 – Grau de satisfação dos inquiridos com o serviço prestado pelos Operadores Privados de Controlo e Certificação.....	88
Gráfico 52 – Componentes principais após rotação – motivações.....	94
Gráfico 53 – Histograma do factor ético.....	95
Gráfico 54 – Histograma do factor económico	95
Gráfico 55 – Partição em três categorias das motivações éticas	95
Gráfico 56 – Partição em três categorias das motivações económicas	95
Gráfico 57 – Principais dificuldades sentidas na conversão ao MPB, segundo os inquiridos.....	96
Gráfico 58 – Principais dificuldades sentidas, segundo as três categorias das motivações éticas ..	97
Gráfico 59 – Principais dificuldades sentidas, segundo as três categorias das motivações económicas	97
Gráfico 60 – Opinião dos inquiridos sobre o acesso aos serviços de informação e aconselhamento	98
Gráfico 61 – Opinião dos inquiridos sobre o funcionamento dos serviços de informação e aconselhamento.....	98
Gráfico 62 – Incentivos financeiros do Estado, segundo os inquiridos	98
Gráfico 63 – Opinião sobre o acesso aos incentivos financeiros, segundo as três categorias das motivações éticas	99
Gráfico 64 – Opinião sobre o acesso aos incentivos financeiros, segundo as três categorias das motivações económicas	99
Gráfico 65 – Importância atribuída aos incentivos financeiros pelos inquiridos	100
Gráfico 66 – Fases em que a necessidade de incentivos mais se faz sentir, segundo os inquiridos	100
Gráfico 67 – Desenvolvimento dos meios de distribuição e comercialização, segundo os inquiridos	101
Gráfico 68 – Como poderá evoluir a procura de produtos da AB, segundo os inquiridos.....	101
Gráfico 69 – Principais destinos dos produtos, segundo os inquiridos.....	101
Gráfico 70 – Comercialização dos produtos de Agricultura Biológica, segundo as três categorias das motivações éticas.....	102
Gráfico 71 – Comercialização dos produtos de Agricultura Biológica, segundo as três categorias das motivações económicas	102
Gráfico 72 – Índice de adesão aos valores alternativos (histograma).....	116
Gráfico 73 – Análise de correspondências múltiplas (dendrograma).....	117

Índice de quadros

Quadro 1 – Representação esquemática do modelo de análise.....	8
Quadro 2 – Dimensões e indicadores de mudança de paradigma agrícola	11
Quadro 3 – Percurso metodológico e técnicas de pesquisa	16
Quadro 4 – Evolução e situação actual das principais correntes de pensamento ligadas ao movimento de agricultura alternativa	19
Quadro 5 – Oportunidades identificadas no PNDAB	76
Quadro 6 – Ameaças identificadas no PNDAB	77
Quadro 7 – Modos de regulação de matéria ambiental nas explorações agrícolas	91
Quadro 8 – Importância atribuída a diversos factores para optar pela Agricultura Biológica	92
Quadro 9 – Análise Factorial de Componentes Principais – Motivações	93
Quadro 10 – Escala de adesão aos valores alternativos, média de respostas a cada uma das afirmações e respectivas correlações	113
Quadro 11 – Perfil dominante com base nas modalidades de resposta mais sobre-representadas – primeiro nível da ACM (Grupo I / Eco-mobilizados)	119
Quadro 12 – Perfil dominante com base nas modalidades de resposta mais sobre-representadas – primeiro nível da ACM (Grupo II / Convencionais em conversão)	122
Quadro 13 – Perfil dominante com base nas modalidades de resposta mais sobre-representadas – Segundo nível da ACM (Grupo I – A / Convictos pela Natureza).....	125
Quadro 14 – Perfil dominante com base nas modalidades de resposta mais sobre-representadas – segundo nível da ACM (Grupo I – B / Alternativos Pragmáticos)	126
Quadro 15 – Perfil dominante com base nas modalidades de resposta mais sobre-representadas – segundo nível da ACM – Grupo II – B / Relutantes à Mudança	127
Quadro 16 – Perfil dominante com base nas modalidades de resposta mais sobre-representadas – segundo nível da ACM (Grupo II – A / Convencionais Pragmáticos)	128

Siglas e Acrónimos

AB	Agricultura Biológica
ACAP Scale	Alternative vs. Conventional Agricultural Paradigm Scale
ACM	Análise de Correspondências Múltiplas
AGRIDIN	Associação Profissional para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica e Biodinâmica
AGROBIO	AGROBIO – Associação Portuguesa de Agricultura Biológica
AJAP	Associação de Jovens Agricultores de Portugal
ARABBI	Associação Regional de Agricultores Biológicos da Beira Interior
BIOANA	BIOANA – Associação Nacional de Agricultura Biológica
BIOCOOP	BIOCOOP – Produtos de Agricultura Biológica, Crl
BIOAIA	Associação de Agricultores Biológicos da Raia
BSE	Bovine Spongiform Encephalopathy
CERTIPLANET	CERTIPLANET – Certificação da Agricultura, Florestas e Pescas, Unipessoal, Lda.
CNA	Confederação Nacional de Agricultores
CNUAD	Conferência das Nações Unidas para o Ambiente e o Desenvolvimento
CONFAGRI	Confederação Nacional de Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal
DGDR	Direcção-Geral de Desenvolvimento Rural
DRA	Direcção Regional de Agricultura
DSP	Dominant Social Paradigm
ELIPEC	ELIPEC – Agrupamento de Produtores de Pecuária, Sa.
FAO	Food and Agricultural Organization
FEOGA	Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola
GATT	General Agreement on Tariffs and Trade
IDRHa	Instituto do Desenvolvimento Rural e Hidráulica
IFOAM	International Federation of Organic Agriculture Movements
INE	Instituto Nacional de Estatística
MADRP	Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas
MPB	Modo de Produção Biológico
NEP	New Environmental Paradigm
OCDE	Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico
OGM	Organismo Geneticamente Modificado
OMC	Organização Mundial de Comércio
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OPC	Operador Privado de Controlo e Certificação
PAC	Política Agrícola Comum
PNDAB	Plano Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Biológica
RGA	Recenseamento Geral de Agricultura
RURIS	Plano de Desenvolvimento Rural – RURIS
SARD	Sustainable Agriculture and Rural Development
SAU	Superfície Agrícola Utilizada
SATIVA	SATIVA – Desenvolvimento Rural, Lda.
SOCERT	SOCERT – PORTUGAL – Certificação Ecológica, Lda.
UE	União Europeia

1. Introdução

Desde que há memória, numa relação simbiótica que se eterniza ao longo de séculos, a agricultura modelou o espaço rural, dependendo, ao mesmo tempo, dos ecossistemas naturais e da qualidade ambiental. Os novos valores sociais marcados pelos ideais ecológicos que tendem a alastrar pela generalidade das sociedades actuais surgem, no entanto, crescentemente associados à denúncia dos efeitos menos nobres das actividades agrícolas e agro-industriais, desempenhando um papel impulsionador de métodos agrícolas alternativos. O estímulo de métodos de exploração conciliáveis com um uso responsável do ambiente (preservação dos recursos naturais, da diversidade genética ou da própria paisagem e espaços rurais tradicionais) tem, por isso, vindo a impor-se, rompendo com as políticas produtivistas de outrora e abrindo portas a alternativas que podem servir melhor as características da agricultura portuguesa contemporânea.

Assumindo a Agricultura Biológica (AB) um modo de produção que enfatiza a protecção ambiental, o bem-estar animal, o uso sustentável de recursos, a defesa dos *habitats* naturais e semi-naturais e das paisagens rurais tradicionais e respectivos modos de vida, a decisão de enveredar por estes métodos alternativos de exploração agrícola depende da necessidade, mais ou menos sentida, de explorar opções que possam responder satisfatoriamente aos problemas provocados por práticas e técnicas que provaram ser (a médio ou longo prazo) pouco sustentáveis, mas, também, da confiança de que seja esta a melhor solução e a melhor alternativa para o futuro, quer do ponto de vista económico-financeiro (onde se pesam os prós e os contras de investimentos que se podem revelar de risco), quer do ponto de vista ético (onde pesam os novos valores ecológicos que reequacionam posicionamentos produtivistas mais antropocêntricos).

A presente investigação tem assim por objecto uma aproximação às formas como abraçam os agricultores os propósitos implícitos no modo de produção biológica, focalizando, nomeadamente, em que medida se mostram importantes para as suas opções: *i*) as representações sociais sobre preservação ambiental, os novos valores ecológicos e a consequente mudança de atitudes para com o ambiente, *ii*) as dinâmicas de mercado impulsionadas por consecutivos alarmes sociais em torno da segurança alimentar, *iii*) os instrumentos e as políticas criados para fomentar a qualidade alimentar e integrar a preservação ambiental nas explorações agrícolas

que, no caso português, decorrem em grande medida da regulação internacional e europeia, mas não deixam de depender de medidas nacionais de implementação que urge orientar para as necessidades do país e dos agricultores e *iv*) o papel desempenhado pelas associações e pelos operadores de certificação no desenrolar e na implementação dessas políticas.

Para tal, a análise sustenta-se na informação que tem vindo a ser disponibilizada sobre estes métodos alternativos de exploração agrícola (por entidades e associações nacionais e internacionais) mas socorre-se, sobretudo, dos dados recolhidos através de um inquérito por questionário aplicado aos agricultores convertidos ao Modo de Produção Biológico (MPB) presentes na base de dados disponibilizada pelo Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica – IDRHa.

Começamos, assim, por clarificar o percurso metodológico e os objectivos propostos, reflectindo sobre as vantagens e desvantagens que implicaram as opções que se foram tomando no decurso do estudo. Sistematiza-se o modelo de análise de modo a que o processo de conversão (correndo o risco de uma simplificação, porventura exagerada) surja mais transparente e permita distinguir os principais protagonistas e factores que nele intervêm. Finalmente, clarificam-se instrumentos e ferramentas utilizados (incluindo as necessárias adaptações), socorrendo-nos, para tal, dos trabalhos de explicitação e teorização dos seus autores. Procura-se, desta forma, tirar o maior partido dos pressupostos implícitos em instrumentos como a escala criada por Beus e Dunlap que pretende aferir o grau de adesão dos agricultores aos novos valores ecológicos da agricultura alternativa.

Passamos em seguida para o terceiro capítulo que se desdobra em duas secções. Na secção 3.1 pretende-se, fundamentalmente, clarificar o conceito de AB e as suas relações com os desenvolvimentos mundiais a que assistimos nestes anos de transição de milénio, nomeadamente, com as pressões que a degradação ambiental global impõe para que se mude de rumo na produção industrial e na transformação da natureza em geral. Impulsionados pela emergente consciencialização ecológica mundial, o movimento da AB e os modos de produção que lhe estão próximos, embora surgidos de contextos diversificados, comungam, em geral, os mesmos objectivos: preservar o ambiente e a fertilidade dos solos, defender a saúde pública e providenciar condições de manutenção das comunidades rurais tradicionais. As políticas desenvolvidas tanto a nível internacional, como nacional contribuíram, como teremos ocasião de verificar, para integrar as várias correntes e perspectivas,

ao mesmo tempo que, crescentemente, regulavam a actividade. Veremos na secção seguinte (3.2) como, afinal, se procura, neste movimento global de regulação internacional, conciliar a necessidade de produzir mais e melhores alimentos com os imperativos, cada vez mais prementes, de preservação das condições ecológicas. Processo em que participam as mais variadas organizações, desde agências especializadas da ONU (*e.g.*, FAO/OMS), passando pela União Europeia e a OCDE, até à própria OMC. Depois da “revolução verde” e das consequências negativas (contraproducentes para os próprios objectivos de produtividade) que poucos já se atrevem a negar, gerou-se um consenso global que abarca (ainda que a níveis diversificados) a generalidade das “forças vivas” da sociedade civil, dos governos nacionais e das instituições de governança internacional.

Após este enquadramento global procurar-se-á focalizar o olhar na realidade portuguesa. Na secção 4.1, ensaia-se uma caracterização dos agricultores que responderam ao inquérito, procurando responder a questões relativas ao perfil sociográfico dos agricultores convertidos ao novo modo de produção, à distribuição geográfica das actividades de AB, às competências dos inquiridos e sua relevância para que se enverede pelos caminhos alternativos da AB, etc. Depois deste exercício de identificação de especificidades e características destes protagonistas da mudança em Portugal, o desafio seguinte (secção 4.2) prende-se com a necessidade de perceber as origens e as condicionantes do MPB e da regulamentação nacional que decorre, fundamentalmente, da europeia. O que distingue o caso português no panorama europeu prende-se, sobretudo, com as características periféricas do país e com a fragilidade da generalidade dos solos (pouco competitivos para uma agricultura intensiva) que moldam oportunidades e determinam constrangimentos a agricultores, cujas opiniões ajudam a melhor ilustrar a realidade. Procura-se, assim, nesta secção, relacionar a implementação da legislação europeia com o crescimento acentuado a partir de 1993, não esquecendo o papel que, do ponto de vista dos inquiridos, as associações e os operadores de controlo e certificação detiveram e detêm neste processo. Ainda neste capítulo, aproveitamos a oportunidade para identificar os produtos e culturas em que mais têm vindo a apostar os agricultores no MPB e não deixamos de confrontar prós e contras, vantagens e desvantagens, ameaças e oportunidades que, como veremos, são elencados de forma relativamente consensual entre os inquiridos e os peritos encarregues de elaborar o *Plano Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Biológica*.

No capítulo seguinte (5) procuramos clarificar como se relacionam motivações (mais ético-ideológicas, onde pesam os Novos Valores Ecológicos, ou mais pragmaticamente determinadas pelos factores económicos), políticas de incentivo e agentes de mudança no terreno. Na secção 5.1 pretende-se, portanto, perceber que motivações estão na base da decisão dos agricultores em enveredar pela AB, que dificuldades foram mais sentidas no processo de conversão e que opinião têm os inquiridos sobre os serviços de informação e aconselhamento disponíveis, sobre o acesso e os montantes dos incentivos financeiros, sobre as facilidades e os meios de distribuição e comercialização utilizados ou desejados.

Finalmente, a secção 5.2 dá conta da aplicação de uma escala inspirada na *Alternative vs. Conventional Agricultural Paradigm Scale* (ACAP Scale), criada por Riley Dunlap e Curtis Beus, que pretende medir o grau de adesão ao designado Paradigma Agrícola Alternativo. Procurámos perceber como os modos de produção agrícola convencionais, constitutivos de um paradigma agrícola produtivista e de larga escala, inscrito no mais abrangente Paradigma Social Dominante, estará a ser desafiado por um movimento de práticas e modos de produção alternativos, associados aos Novos Valores Ecológicos e a uma agricultura de dimensão humana, de pequena escala e virada para as necessidades das pessoas e das comunidades rurais locais. Esta será, portanto, a oportunidade para tentar encontrar relações entre consciencialização ecológica e empenhamento numa agricultura mais sustentável, mais equilibrada e que represente, de facto, uma alternativa à agricultura intensiva que, para os defensores dos métodos biológicos, terá levado: a uma dependência excessiva de agro-químicos e do poder económico-financeiro transnacional; a uma procura de produtividade impulsionada, basicamente, pela demanda da multiplicação do lucro e de mais-valias; ao domínio arrogante da natureza, esquecendo os limites e a necessidade de preservar os equilíbrios ecológicos, a biodiversidade e a complexidade dos ecossistemas naturais.

2. Enquadramento teórico-metodológico

Não pretendendo, no presente capítulo, levar a efeito um exercício de arranjo e esclarecimento conceptual, afigurasse-nos importante apresentar a temática da AB constituída em problema de investigação empírica por uma dada perspectiva teórica. Procuraremos, por isso, estabelecer os núcleos problemáticos de investigação e um modo pertinente de os equacionar, tendo em conta que a sua consagração académica é relativamente recente e não isenta de ambivalências, ainda que alguns factos e formas de perspectivar a raiz moderna das questões ambientais actuais dêem já mostras de alguma maturidade conceptual e mereçam menores discordâncias.

Com efeito, parece ser hoje relativamente consensual que as transformações aceleradas resultantes do desenvolvimento industrial, com especial destaque para o século passado, estão na génese de inúmeros problemas ambientais que se têm vindo a multiplicar e a tornar mais evidentes. Nas últimas décadas do Século XX, por outro lado, a informação sobre estes problemas (sejam mais globais, como a delapidação da camada do ozono ou o efeito de estufa, sejam mais localizadas, como a poluição das águas e dos solos ou a acumulação de detritos e resíduos) disseminou-se através dos *media* e, por via destes, inquietou consciências e mobilizou vontades na generalidade das sociedades actuais. Estamos, afinal, perante um processo de consciencialização ecológica progressivo que os autores da chamada Ecologia Humana Americana designaram como *Mudança Paradigmática* (Catton e Dunlap, 1978; 1979; 1980 e 1993), (Dunlap, 1993), (Dunlap, Van Liere, Mertig e Jones, 2000) e cujos sinais não deixaram de se fazer sentir também em Portugal (Lima, Coimbra e Figueiredo, 2000; Lima e Guerra, 2004a; 2004b).

O que está em causa, afinal, são novas atitudes que decorrem de alterações significativas nos valores e representações sociais sobre o ambiente, que tem vindo a sofrer uma valorização social inquestionável. Ora sendo as representações sociais “saberes socialmente engendrados e partilhados com funcionalidades práticas diversas na interpretação e no controlo da realidade [e englobando-se nelas] preferências sistémicas a que se chamam valores, os quais fornecem, a quem os adopta, elementos orientadores do comportamento” (Almeida, 1990: 123-124), parece incontornável que as representações e os valores sociais desempenharão papel importante na adopção de práticas ambientalmente mais equilibradas pelos agricultores. Tanto mais quanto corporizam uma mundividência alternativa à visão

antropocêntrica que vê e lê o mundo restringindo-se ao ponto de vista das necessidades humanas mais imediatas. Estaremos, no que à agricultura diz respeito, a assistir ao início de uma mudança de paradigmas sociais em que “o paradigma convencional de uma agricultura sobre-industrializada de grande escala está a ser desafiado por um movimento alternativo que crescentemente se associa a uma agricultura talhada à escala local, advogando mudanças de peso nas práticas agrícolas actuais, rumo a uma agricultura mais *ecológica e sustentável*” (Beus e Dunlap, 1990; 1991 e 1994).

Os últimos desenvolvimentos relacionados com a segurança alimentar, com sucessivos sobressaltos sociais de que é exemplo a crise da BSE que assolou toda a Europa, terão acicatado ainda mais a emergência destes valores e da consciencialização ecológica. Talvez mais decisivamente para a dinamização do processo de reconversão agrícola que pretendemos analisar, os picos de insegurança alimentar, que se têm vindo a repetir nestes últimos anos, abriram caminho a novas oportunidades de mercado que, nesta área, mostra sinais de uma crescente vitalidade. Se no caso português a procura destes produtos não ultrapassa, por enquanto, um nicho mais ou menos demarcado de consumidores urbanos (*Cf.* Firmino, 2000), são, sem dúvida, os efeitos adversos que uma produção intensiva acarreta para a saúde e para o ambiente — sustentada com produtos de síntese agro-industriais — que determinam a crescente procura de alimentos produzidos segundo o MPB, geralmente associado a origens de maior confiança, a produtos mais saudáveis e mais naturais e a menor artificialismo.

Longe de se limitar aos efeitos e implicações ambientais, a AB emerge, segundo os seus defensores, como um meio capaz de promover um leque variado de benefícios que se propagam pelas áreas económica e social. Os decisores políticos desenvolveram, por isso, um crescente interesse por este modo de produção que se prende com:

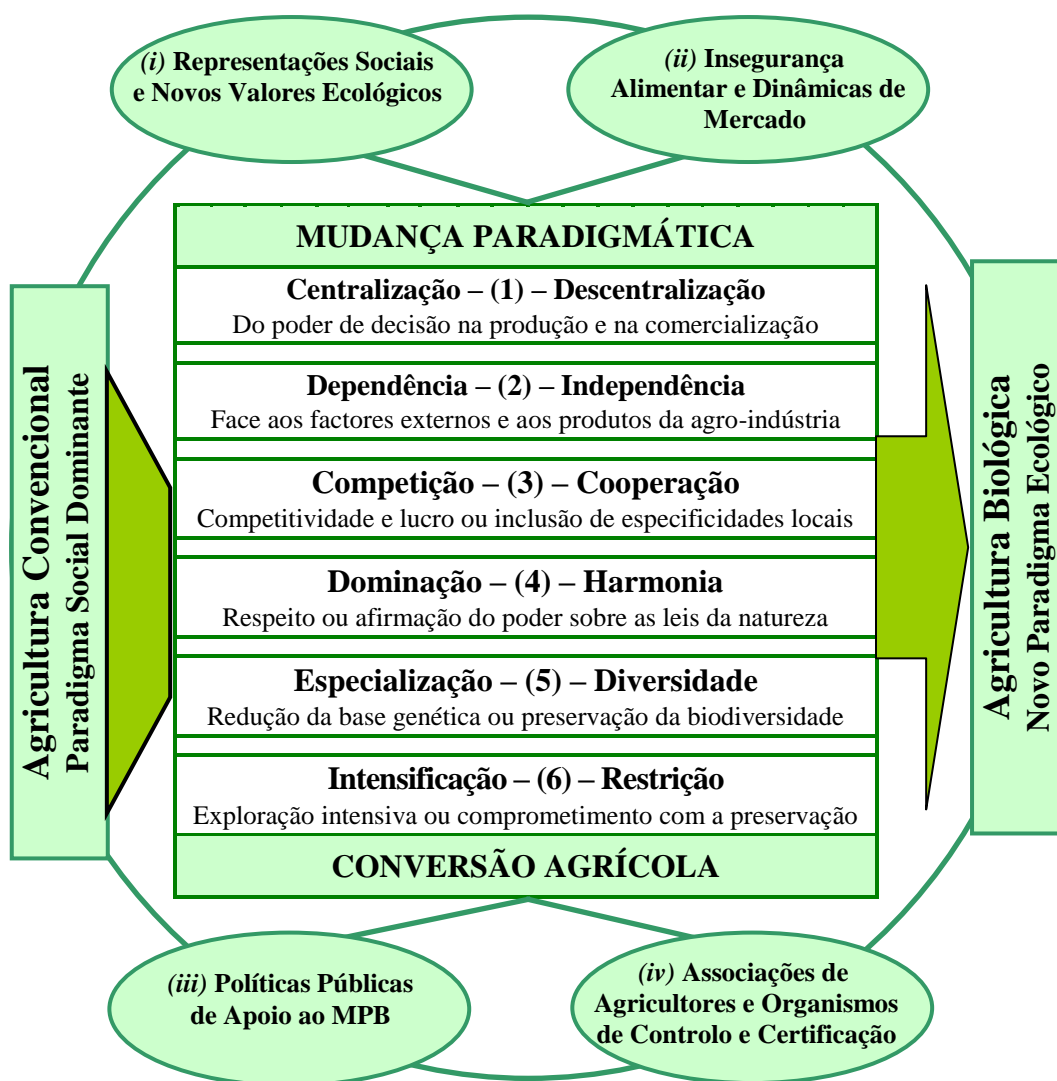
- a existência de um nicho de mercado que, pelo menos em parte, pode compensar os agricultores por uma baixa de produtividade advinda de métodos de produção agrícola menos intensivos;
- uma crescente procura deste tipo de produtos por parte dos consumidores que reclamam o reforço e o controlo nos métodos de produção e nos métodos de comercialização;

- a baixa intensidade das explorações do MPB (que aposta na qualidade em detrimento da quantidade), podendo contribuir para limitar os excedentes de produção agrícola;
- a oportunidade de diversificação das explorações agrícolas e os seus potenciais efeitos colaterais: aumento de emprego, dinamização da vida rural, fomento do turismo rural, etc. (Cf. Lampkin *et alii*, 2000).

Assim, confluindo com a crescente afirmação de “atitudes e valores ecológicos” e com o crescimento da procura de produtos alimentares “de confiança”, as políticas de fomento e regulamentação deste tipo de agricultura têm vindo a ser cada vez mais defendidas e a ganhar maior relevância. Impôs-se regulamentar a actividade de forma a balizar o modo de produção e permitir o seu desenvolvimento, tendo em conta que os ganhos ambientais e sociais podem ultrapassar largamente os custos das ajudas e dos incentivos postos em prática. Neste esforço, o envolvimento das organizações de agricultores especializados no MPB pretende potenciar experiências (já que o processo de conversão pressupõe apoio no terreno e um aconselhamento técnico especializado continuado) e comprometer os próprios agricultores na problemática caminhada em que se pode transformar a mudança de uma orientação produtivista para uma orientação ambientalmente mais equilibrada, incluindo os seus líderes no processo comunicativo de difusão de práticas sustentáveis de exploração agrícola.

Tendo este contexto como pano de fundo, o objectivo a que nos propomos passa por uma aproximação às formas como abraçam os agricultores os propósitos implícitos no MPB, focalizando, nomeadamente, a emergência de novas atitudes e novos valores sociais e os factores que delimitam regras de produção, oportunidades de desenvolvimento e dinâmicas de adesão e comprometimento. A representação esquemática do modelo de análise que se segue (quadro 1) pretende clarificar como a conversão aos métodos da AB se desenrola, admitindo-se que os agricultores com mais tempo de permanência neste modo de produção agrícola se distinguirão dos agricultores mais recentemente convertidos, em processo de conversão ou ainda na agricultura convencional, porque tenderão a assumir (progressiva e continuamente) posturas mais marcadamente pró-ecológicas e mais adaptadas aos condicionalismos locais, num processo abrangente e multidimensional (Beus e Dunlap, 1990; 1991 e 1994).

Quadro 1 – Representação esquemática do modelo de análise



Pressupõe-se, portanto, que o processo de conversão agrícola implique novos comportamentos e atitudes face ao ambiente nas suas várias dimensões, esperando-se que, neste processo de mudança paradigmática, estes agricultores se orientem progressivamente para:

- 1) uma crescente resistência aos ditames do mercado e à centralização do poder de decisão, cuja acção e modos produtivistas ignoram necessidades humanas e limites ambientais;
- 2) uma recusa acrescida da dependência de fontes de energia, produtos e serviços externos da agro-indústria convencional;
- 3) uma ênfase da importância da cooperação entre os agricultores e da necessidade de revigorar as comunidades rurais, integrando as suas necessidades nas práticas de produção agrícola;

- 4) um maior reconhecimento da interdependência entre o mundo natural e o mundo social e a consequente necessidade de um desenvolvimento harmónico que tenha em conta os equilíbrios ecológicos;
- 5) uma defesa mais efectiva da biodiversidade e a recusa de uma agricultura baseada na produção especializada de monoculturas;
- 6) uma rejeição clara da agricultura intensiva, de larga escala, que ignore os limites dos sistemas ecológicos.

A mudança, no entanto, resultará da confluência de um conjunto de factores que, concorrendo em conjunto para o processo, determinarão a maior ou menor adesão destes agricultores aos métodos alternativos do MPB, nomeadamente, e continuando a seguir o quadro anterior:

- i)* as representações sociais e os novos valores ecológicos que corporizam a mudança geral de comportamentos e práticas face ao ambiente, reequacionando o lugar da humanidade no mundo e o seu papel na degradação das condições ecológicas;
- ii)* as dinâmicas de mercado crescentemente aberto a produtos “naturais” produzidos sem recurso às técnicas agro-industriais, que surgem aos olhos dos consumidores como fonte de potenciais perigos para a saúde humana¹;
- iii)* as políticas e os instrumentos de incentivo à sustentabilidade agrícola, controlo e fomento de métodos de produção e distribuição de produtos com etiqueta “biológica”;
- iv)* o papel desempenhado pelas associações e pelos organismos de certificação e controlo na difusão de práticas agrícolas equilibradas e na implementação de políticas consonantes.

Procurando perceber como se entrecruzam estes diversos factores na maior ou menor propensão dos agricultores para a conversão aos métodos de produção biológica, o inquérito por questionário surgiu como o instrumento mais adequado para caracterizar, de forma abrangente, protagonistas e condicionalismos de uma actividade que parece em franca expansão em Portugal, como na Europa em geral, dando especial atenção:

¹ Poder-se-á, mesmo, falar na construção social de um novo mercado assente no alarme social que a insegurança alimentar tem vindo a desencadear e no alastrar dos Novos Valores Ecológicos.

- a) à caracterização sociográfica dos agricultores (sexo, idade, naturalidade, residência, situação na profissão, outras actividades profissionais, habilitações e formação profissional, tempo de permanência na actividade, associativismo e empenhamento associativo...);
- b) à caracterização das explorações agrícolas dedicadas ao MPB (localização, área, produtos produzidos, organismo de controlo e certificação...);
- c) à opinião dos inquiridos sobre o processo de candidatura aos subsídios, o acesso aos serviços de informação e aconselhamento e respectivas fontes, as oportunidades e os constrangimentos que as políticas e os incentivos governamentais poderão representar, numa altura em que a nova revisão da PAC apontava para a necessidade de reforço da sustentabilidade agrícola e da qualidade dos produtos em detrimento da produtividade;
- d) às percepções das condições de mercado e suas interrelações com o risco e a segurança alimentar que determinarão um crescente interesse pelos produtos da AB e, por conseguinte, a consolidação de um nicho de mercado que tenderá a conquistar cada vez mais consumidores (opinião sobre os meios de distribuição e comercialização, locais e modos de comercialização...);
- e) às motivações e às dificuldades que poderão condicionar a adesão dos agricultores a este modo de produção agrícola, estejam elas mais ligadas a imperativos de viabilidade técnico-financeira (incentivos financeiros, custos de produção, oportunidades de mercado, falta de assistência técnica...), ou mais próximas de imperativos éticos ligados à conservação da natureza ou à defesa da saúde pública (contribuir para o bem-estar dos animais, assegurar a fertilidade dos solos, garantir a produção de produtos saudáveis, preservar o equilíbrio ecológico...);
- f) às representações e aos valores sociais destes agricultores face ao papel da agricultura na degradação do ambiente e na sustentabilidade social e ambiental, utilizando para tal uma escala desenvolvida a partir das propostas de Beus e Dunlap (1990a e 1990b).

O papel do inquérito por questionário, enviado aos agricultores via postal, reforçou-se com a possibilidade de aplicação deste tipo de instrumentos. Neste caso,

a escala pretendeu posicionar os agricultores entre um paradigma convencional, assente nos valores dominantes do produtivismo, com correspondência no mais abrangente e já referido *Paradigma Social Dominante*, e um paradigma alternativo que nega os valores da produção intensiva e do produtivismo, fundando-se na perspectiva revolucionária do *Novo Paradigma Ecológico*, que questiona o papel e o lugar ocupado pela espécie humana no mundo natural e as consequências das suas actividades no ambiente. Através de doze indicadores correspondentes a outras tantas afirmações (com que os inquiridos concordaram totalmente, concordaram em parte, discordaram em parte ou discordaram totalmente) pretendeu-se descortinar um maior ou menor avanço na assunção dos novos valores ecológicos e de atitudes mais consentâneas com a preservação dos equilíbrios naturais.

Quadro 2 – Dimensões e indicadores de mudança de paradigma agrícola

Centralização	Os pequenos agricultores com explorações pouco eficientes devem deixar a actividade agrícola para os agricultores mais aptos a tirar partido dos solos e das condições naturais.
Descentralização	A concentração da produção agrícola nas mãos de um número cada vez mais reduzido de agricultores tem consequências negativas para o ambiente e para o funcionamento do mercado.
Dependência	Uma agricultura com futuro depende, fundamentalmente, da aplicação das técnicas agrícolas modernas e das inovações agro-industriais.
Independência	O uso intensivo de energia e produtos agro-industriais torna os agricultores mais vulneráveis às flutuações do mercado e dificulta a exploração equilibrada dos recursos.
Competição	Uma empresa agrícola moderna deve garantir, acima de tudo, a produtividade, a eficiência e o lucro dos agricultores.
Cooperação	Pequenas e médias explorações podem produzir produtos com mais qualidade e adaptar-se melhor às necessidades nacionais de produtos agrícolas.
Dominação	Para garantir níveis de produção adequados às necessidades, a agricultura actual não deve abrir mão das inovações tecnológicas agro-industriais.
Harmonia	Um futuro agrícola promissor repousa, sobretudo, numa actividade agrícola que respeite as leis e os equilíbrios da natureza.
Especialização	Para racionalizar os meios e garantir melhores resultados, as explorações agrícolas devem especializar-se num determinado tipo de produtos.
Diversidade	As explorações agrícolas devem ser diversificadas e manter, tanto quanto possível, um sistema de cultivo que inclua uma variedade alargada de culturas e animais.
Intensificação	Para tornar a agricultura portuguesa mais rentável e competitiva, os solos e a água devem ser explorados independentemente das consequências ambientais.
Restrição	A fertilidade dos solos e a disponibilidade de água têm limites que os agricultores não podem ignorar se quiserem garantir o futuro das suas próprias explorações.

Aplicado em 2003 a todos os agricultores que constavam nas listagens disponibilizadas no sítio do IDRHa para a produção vegetal², após um tratamento prévio que pretendeu limpar todas as duplicações e operadores não agricultores³, chegámos ao número total de 670 agricultores⁴ a quem foi enviado o questionário pelo correio (Fevereiro desse ano). Uma nova remessa, com indicação de que se tratava de uma segunda insistência que deveria ser ignorada por quem já tinha respondido à primeira, foi enviada, 6 meses depois, para todos os agricultores. Nos finais de Outubro, quando decidimos dar por finalizado o processo de recolha de questionários, tínhamos recebido 200 questionários válidos e 12 devoluções por morada incorrecta ou porque o destinatário já não se encontrava em actividade. Atingiu-se, assim, uma taxa de resposta de 30,4%.

A própria natureza do questionário, no entanto, que supõe uma formulação e ordenação rígida das perguntas — *i.e.*, escalas e respostas de escolha múltipla — impõe determinados limites nas respostas que podem causar enviesamentos de que é preciso estar consciente. Na verdade, como nota Virgínia Ferreira, “sendo o questionário geralmente constituído quase só por perguntas fechadas, a esmagadora maioria das respostas vai cingir-se às hipóteses previstas e são raros os casos em que as pessoas indicarão “outras” hipóteses, afinal residuais na opinião de quem elaborou o questionário” (1986: 169). Apesar disso, as vantagens de assim conseguir uma maior abrangência *i)* nas questões em análise, *ii)* no número de inquiridos, *iii)* na criação de termos de comparação com outros universos, *iv)* na capacidade de utilização de instrumentos como a escala atrás referida que possibilita uma análise das respostas para além do seu sentido mais imediato, ou ainda, *v)* na admissão de uma recolha de informação mais apurada, “de modo que a realidades idênticas correspondam resultados idênticos e a realidades diferentes resultados distintos” (Pires de Lima, 1987: 17), a que se junta a vantagem posterior de um tratamento de

² As listagens relativas à produção animal ainda não estavam disponíveis.

³ Tratando-se de listagens organizadas por categoria (produto agrícola), muitas das duplicações justificavam-se pela produção de vários produtos por um mesmo agricultor (como, aliás, seria de esperar). Verificámos, no entanto, que algumas moradas se repetiam duas, três, quatro ou mais vezes, levando-nos a supor que muitas famílias se candidatam em bloco, ainda que a título individual, aos apoios disponibilizados para o MPB. Apesar disso, e correndo o risco de potenciar os factores de insucesso nas respostas, decidimo-nos por não excluir nenhum operador constante nas listagens (excluindo os que claramente se dedicassem apenas ao comércio ou à transformação) que não surgisse, mais que uma vez e em simultâneo, com o mesmo nome e a mesma morada.

⁴ Para finais de 2002 o IDRHa recenseava 1.093 operadores notificados. Não sendo crível que a diferença seja preenchida pelos operadores não agricultores, nunca conseguimos resposta que satisfizesse a razão de ser desta discrepância.

dados mais funcional, foram factores suficientes para eleger o inquérito por questionário como uma técnica de recolha de dados central no projecto.

De maneira a minorar o tipo de insuficiências e inconvenientes que um inquérito por questionário aplicado por via postal fatalmente implica, procurámos incluir nele, através de algumas perguntas abertas, uma maior liberdade e espontaneidade de respostas (*e.g.*, vantagens e desvantagens do modo de produção e prós e contras das presentes políticas, instrumentos e apoios institucionais ao dispor dos agricultores), mas, sobretudo, complementou-se a recolha de dados com outros métodos de pesquisa mais adaptados a particularidades que o inquérito dificilmente abarcaria, permitindo, simultaneamente, uma melhor contextualização e interpretação dos resultados do inquérito.

A pesquisa bibliográfica e a consulta e análise de conteúdo de informação, estatísticas e documentos produzidos, quer pelo ministério da agricultura português, quer pelos serviços da União Europeia, quer por associações nacionais e internacionais dedicadas ao fomento da AB, mostraram-se cruciais para o êxito do programa de pesquisa. Permitiram, desde logo, uma delimitação informada do campo e uma compreensão mais integrada das disparidades e/ou da convergência entre políticas e instrumentos, por um lado, e desenvolvimentos agro-ambientais ocorridos nos últimos anos, por outro. Diga-se desde já que, para além de algumas bolsas em que uma produção intensiva apoiada na agro-indústria se desenvolveu (caso da região Oeste), grande parte dos agricultores portugueses nunca chegaram a este tipo de exploração intensiva, pelo que a conversão aos métodos da AB nem sempre implica uma radical alteração de meios e métodos agrícolas. Ainda assim, a rigidez e a exigência das normas de produção e comercialização implícitas no MPB (necessárias para instalar a confiança entre os consumidores e permitir um nível de preços relativamente mais elevado, se comparado com os produtos da agricultura convencional) poderão reclamar um esforço hercúleo, sobretudo para agricultores que, mesmo não tendo atingido os níveis de intensidade ocorridos noutras zonas da Europa, estarão longe de se sentirem familiarizados com normas e regulamentos que cerceiam a liberdade e a acção de outrora.

Como defende Blaikie “uma boa parte da pesquisa envolve, ou deve envolver, uma série de estádios nos quais determinado método produz dados com especificidades próprias que, por seu turno, são usados para tomar decisões sobre como proceder na recolha de dados da etapa subsequente” (Blaikie, 2000: 270/271).

Uma leitura atenta dos elementos e informações recolhidos conjugada com uma série de entrevistas, variando em grau de profundidade e de formalidade mas decorrendo, em grande parte, das interrogações suscitadas pelo trabalho de pesquisa anterior, permitiu não só tornar mais claros os percursos e os obstáculos na adopção de práticas que os regulamentos das medidas agro-ambientais da Política Agrícola Comum (PAC) impõem, mas também (numa fase anterior à sua aplicação) afinar e aperfeiçoar questões a introduzir no questionário.

Posteriormente, na fase de interpretação e tratamento de dados obtidos no inquérito, o contacto com alguns peritos e membros de organizações associativas de AB revelou-se a melhor ocasião para levar a cabo algumas entrevistas semi-directivas — com o fim de garantir um controlo mínimo do processo de memorização por parte do entrevistador e uma liberdade de expressão por parte do entrevistado — que serviram, sobretudo, como técnica de recurso para esclarecimento complementar de questões que nem a pesquisa documental nem os resultados do inquérito lograram clarificar satisfatoriamente.

A entrevista, entendida como um procedimento de recolha de informação que utiliza a comunicação verbal, é uma técnica complexa que deve ser seleccionada em função dos objectivos da pesquisa e segundo o grau de directividade, isto é, conseguir a melhor adequação entre o tipo de investigação e a entrevista. Nesta caso específico, as entrevistas semi-directivas pretenderam, sobretudo, facilitar a comunicação e tomar partido de um conhecimento que vai sendo adquirido, já que algumas das questões e dimensões a investigar surgiam ainda pouco claras. Pretendeu-se, nesta fase:

- 1) delimitar os interesses em presença, tentando perceber o que representava a AB para estes técnicos e dirigentes associativos e o que os movia na sua defesa;
- 2) perceber que pontos de vista estavam presentes e que sistemas de relações se estabeleciam entre os agricultores, as associações e os organismos de certificação e controlo e, finalmente;
- 3) clarificar o modo de funcionamento das associações, quais os principais objectivos e que dificuldades são mais sentidas pelos seus dirigentes.

Sobretudo se comparada com o questionário, a entrevista implica maiores dificuldades ao nível do controlo das fontes e maiores probabilidades de enviesamentos na recolha e interpretação de informação. Numa pesquisa com um

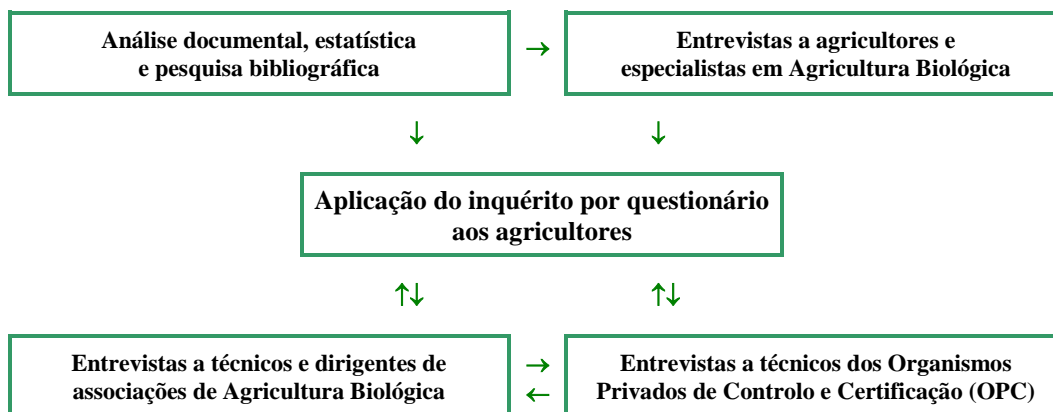
pendor exploratório acentuado, como é o presente caso, recorrer a depoimentos dos próprios actores envolvidos no fomento e na implementação das políticas de conversão a métodos sustentáveis de agricultura afigurou-se, no entanto, indispensável, sobretudo tendo em conta que poderá complementar e potenciar a interpretação de resultados obtidos com estratégias diversas.

A opção por um leque variado de técnicas de recolha de dados (pesquisa bibliográfica e análise documental; entrevistas a especialistas, técnicos e dirigentes associativos; inquérito por questionário aplicado aos agricultores) teve em consideração as contribuições positivas que umas podem representar em relação às outras e a necessidade de lhes reduzir os defeitos e pontos fracos, salvaguardando-lhes as suas melhores potencialidades. Limitar a escolha apenas a uma estratégia de pesquisa seria, como defende Blaikie, “aceitar restrições desnecessárias na condução do processo de investigação” (2000: 262). Num único e mesmo projecto pode, por isso, justificar-se o uso simultâneo de métodos quantitativos e qualitativos, tendo sempre em mente que nem uns nem outros garantem uma objectividade total.

Estamos conscientes, por outro lado, que esses métodos dificilmente garantirão bons resultados independentemente das referências teóricas e dos objectivos da investigação. Quer isto dizer que as técnicas de recolha devem, antes de mais, partindo dos pressupostos teóricos que as sustentam, adaptar-se ao tipo de dados a investigar para que permitam uma optimização de resultados. Defendia Pierre Bourdieu que “as escolhas técnicas mais ‘empíricas’ não podem deixar de relacionar-se com as opções mais ‘teóricas’ previamente tomadas na construção do objecto” (Bourdieu, 1992: 225). Será sempre em função da construção do objecto que a selecção entre as várias opções disponíveis no delinear do percurso de pesquisa deve ser feita. Mais precisamente e voltando às palavras de Bourdieu “é apenas em função de um corpo de hipóteses derivadas de um conjunto de pressupostos teóricos que quaisquer dados empíricos podem funcionar como prova” (*Ibidem*).

O que se pretendeu neste projecto foi, tão somenos, usar diferentes métodos em sequência, de forma a aproveitar, consecutivamente, a recolha de dados anterior para melhor fazer a abordagem da fase seguinte, não incorrendo, com isso, em qualquer ruptura teórico-ontológica, já que, parafraseando de novo Blaikie, “se é necessário usar as mesmas assunções ontológicas em cada etapa da investigação, os investigadores podem mudar de um conjunto de assunções para outro entre as várias etapas da pesquisa” (2000: 271).

Quadro 3 – Percurso metodológico e técnicas de pesquisa



É assim que, como fica patente no quadro 3, a análise documental efectuada numa fase exploratória do projecto serviu para ajudar a elaborar o questionário e para preparar as entrevistas aos especialistas e técnicos em AB que, por sua vez, possibilitaram melhorar o referido questionário e encontrar a melhor solução para a sua aplicação entre os agricultores. As entrevistas aos técnicos e dirigentes associativos e aos técnicos dos OPC introduziram novas questões, novas perspectivas e novos posicionamentos e, sobretudo, colmataram hiatos na informação recolhida e clarificaram resultados do inquérito mais ambíguos ou menos claros.

Cada método ou técnica é usado ao serviço de uma estratégia de investigação específica de forma a desenvolver uma tão vasta compreensão dos fenómenos que permita, simultaneamente, resolver dúvidas de fases anteriores e entreabrir a porta às seguintes. Esta prática, que tem evidentes vantagens, não implica a precedência de uns métodos em relação a outros. A escolha caberá ao investigador, por entre uma panóplia de possibilidades, decidindo de forma pragmática e de acordo com o que se esperará poder fornecer melhores resultados. Métodos de diferentes tipos podem, assim, ser usados simultaneamente e até concorrer uns com os outros. Estando, no entanto, fora de questão “garantir um completo e imparcial retrato da realidade social” (Blaikie, 2000: 272), o seu papel será sempre o de contribuir para melhorar o desempenho do método mais imediato que o complementa. Se é possível, e mesmo desejável, o uso de vários métodos numa mesma investigação (para as diferentes e consecutivas etapas do projecto), não é necessário adoptar um único referente teórico-metodológico para sustentar todas as fases dessa investigação.

3. Governança internacional e regulação

3.1 Raízes múltiplas de um movimento alternativo

As pressões ambientais com origem antropogénica assumiram, no último século, tal grau de importância que despoletaram uma progressiva contestação ao crescimento intensivo produtivista e tornaram mais premente o repto de reconciliar a produção com os objectivos de preservação ambiental. Ainda assim, muitos problemas — na generalidade, problemas ambientais globais — parecem longe de uma resolução satisfatória. De entre os mais preocupantes inclui-se, certamente, a poluição agrícola e alguns outros problemas com ela relacionados, como a perda de biodiversidade, a degradação das águas subterrâneas ou a disseminação de produtos químicos no ambiente⁵.

Concorre para esta situação o facto de a produção agrícola actuar sobre o ambiente, alterando as teias de relações engendradas e consolidadas pela natureza através do tempo. Com impactos variados nessas relações (dependendo da intensidade, dos métodos e do manancial tecnológico utilizados), procura-se garantir maior eficácia na obtenção de produtos agrícolas. Ora se, desde sempre, os meios disponíveis e as técnicas utilizadas procuraram usar recursos e transformar a natureza de acordo com necessidades sociais (permitindo, ainda assim, uma relativa manutenção da fertilidade dos solos e a qualidade dos produtos), os avanços tecnológicos esboroaram, mais acentuadamente a partir da última metade do século XX, o compromisso entre mudança e continuidade e, sobretudo, o equilíbrio ecológico dos ecossistemas que, por definição, é precário e facilmente perturbável. Sem limitações nos impactos negativos que o poder da tecnologia permitiu, conseguiram-se os maiores níveis de produtividade agrícola. Todavia, rapidamente surgiram indícios de que tais desempenhos eram “sol de pouca dura” e que, a médio/longo prazo, resultavam na destruição das condições ecológicas que os sustentavam e na delapidação de recursos, muitas vezes de forma irreversível.

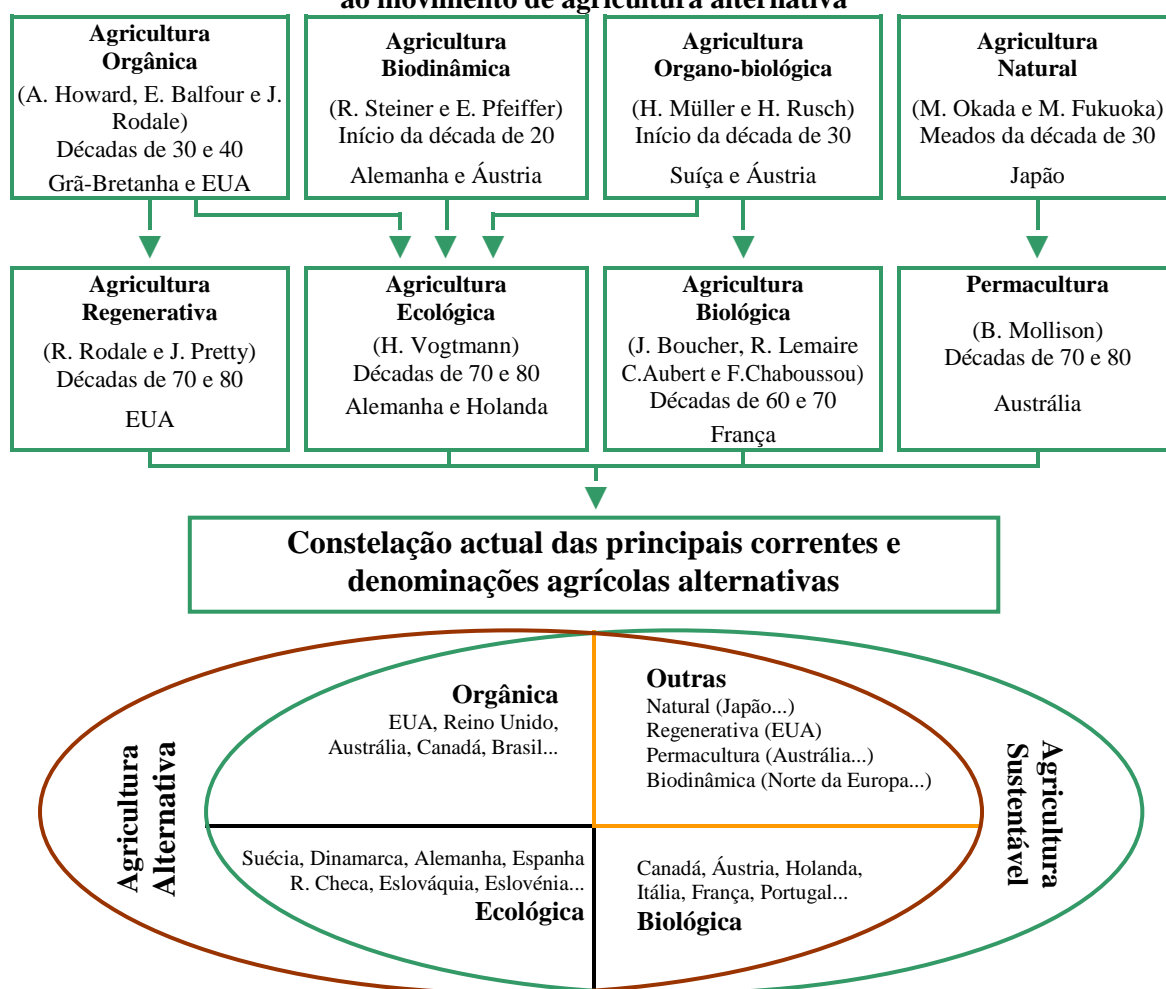
Nos próximos 50 anos, todavia, como assinala a OCDE no relatório *Improving the Environmental Performance of Agriculture: Policy Options and Market Approaches*, “seria necessária a duplicação da actual produção agro-industrial para atender as expectáveis e crescentes necessidades alimentares mundiais” (OCDE, 2001a: 8). O desafio que se impõe será, por isso, sem pôr em

⁵ Segundo a própria terminologia da OCDE estamos perante problemas incluídos nos *red light issues*, enquanto que o MPB e outras formas de agricultura sustentável — *green agriculture* — se enquadram nos *green light issues*, respostas sociais aos problemas ambientais (OCDE, 2001a: 2).

causa a satisfação dessas necessidades alimentares, conseguir a diminuição progressiva dos impactos da produção agrícola sobre os recursos naturais (*e.g.*, degradação dos solos, do ar, da água...) e potenciar os efeitos benéficos que uma agricultura sustentável pode ter no reequilíbrio ecológico, nomeadamente, na reabilitação dos *habitats* naturais e semi-naturais, na preservação da biodiversidade e, ainda, na defesa da saúde humana e dos modos de vida tradicionais.

Tratando-se de objectivos que poucos renegam, afirmam, afinal, os imperativos da AB e das propostas alternativas de produção agrícola que, apesar do já longo percurso percorrido e da relativa vitalidade circunstancial de alguns dos movimentos fundadores — que acabaram por deixar marcas nas várias designações que ainda persistem — só muito recentemente lograram um desenvolvimento de maior monta e um reconhecimento efectivo dos consumidores em geral e dos decisores políticos em particular.

Quadro 4 – Evolução e situação actual das principais correntes de pensamento ligadas ao movimento de agricultura alternativa



O movimento que, globalmente, poderíamos designar por alternativo (à agricultura intensiva industrial) tem raízes diversas que remontam ao início do Século XX. A partir do esquema das principais correntes de pensamento ligadas ao movimento orgânico/biológico proposto por Darolt (2002), o modelo esquemático apresentado no quadro 4 procura clarificar percursos e assinalar as principais correntes que vieram a cristalizar-se nas várias denominações nacionais actuais que, hoje em dia, constituem uma constelação alternativa relativamente coesa aos métodos agrícolas convencionais.

A **Agricultura Biodinâmica**, a mais antiga das correntes elencadas, como a generalidade das propostas agrícolas alternativas, assume os mesmos princípios de protecção do ambiente, de diversificação e integração de culturas e animais, de fomento da auto-suficiência agrícola e da reciclagem de resíduos da própria exploração. Este *modus operandi* comum faz com que uma unidade agrícola biodinâmica possa, sem qualquer óbice, ser classificada dentro dos padrões previstos nos diversos regulamentos implementados (*e.g.*, IFOAM, União Europeia...). O contrário, no entanto, não seria possível. Os defensores da Agricultura Biodinâmica entendem-na como algo mais do que um conjunto de procedimentos que procura garantir a qualidade dos produtos agrícolas e preservar a natureza e apresentam-se enquanto representantes da “ciência espiritual” fundada pelo austríaco Rudolf Steiner, a antroposofia. Segundo as próprias palavras do fundador, "a antroposofia é um caminho de conhecimento que deseja levar o espiritual da entidade humana para o espiritual do universo. [...] somente podem ser antropósofos pessoas que sentem como uma necessidade de vida certas perguntas sobre a essência humana e sobre o universo, assim como se sente fome e sede" (Rudolf Steiner, *Anthroposophische Leitsätze*, Dornach, 17.2.1924 in <http://www.sab.org.br/antrop/antrop.htm#art>).

Os agricultores biodinâmicos procuram distinguir-se dos praticantes das restantes correntes de agricultura alternativa sobretudo pelo esoterismo e pela espiritualidade com que fazem acompanhar o seu modo de vida (*e.g.*, respeito pelo calendário astrológico biodinâmico; natureza encarada como um organismo vivo, cujas forças vitais é preciso levar em conta e manter em equilíbrio...) e pela utilização de alguns preparados biodinâmicos (compostos líquidos de substâncias naturais altamente diluídas) aplicados nos solos e nas culturas, segundo uma perspectiva energética global estabelecida a partir da disposição dos astros e da influência que exercem sobre todos os seres vivos. Para os partidários do movimento,

a saúde do solo, dos vegetais, dos animais e do próprio Homem depende, basicamente, das relações de interdependência estabelecidas entre todos estes elementos, vistos como órgãos vitais do sistema agrícola.

Já a corrente fundada, alguns anos mais tarde, pelo inglês Albert Howard, **Agricultura Orgânica**, não assume, de forma explícita, qualquer vínculo místico ou religioso. Sublinha, isso sim, as diferenças produzidas na manutenção da fertilidade dos solos, sincrónica e diacronicamente, pelos vários sistemas agrícolas para concluir que é o sistema da natureza, com os seus modos naturais de produzir e reproduzir *habitats*, o mais equilibrado e o melhor sucedido. Sistema que, ao contrário dos mais industrializados que entretanto perderam a ligação à terra e aos ciclos biológicos naturais, não só mantém a fertilidade da terra como a multiplica pela capacidade de acumulação progressiva de *humus* nos ecossistemas. Daí a necessidade de reaprender com os métodos naturais e de respeitar os ciclos de crescimento e regeneração natural.

Na perspectiva do autor britânico, a Revolução Industrial criou uma fome maior do que aquela que, em conjunto, o crescimento populacional mundial poderá ter determinado. A voracidade do produtivismo industrial é determinada não pelas necessidades das pessoas mas, sobretudo, pela vontade sempre crescente de aumentar o lucro e de conseguir mais-valias. Já nesta altura, o autor alertava para o facto de a continuidade da civilização ocidental poder ser posta em perigo por esta ambição desrespeitadora dos equilíbrios ambientais e sociais, que esqueceu o necessário retorno à terra dos nutrientes essenciais e as necessidades sociais das comunidades rurais (Cf. Howard, 1943).

Mas Howard foi ainda mais longe e procurou demonstrar a relação entre a saúde e a resistência humana às doenças, por um lado, e a estrutura orgânica do solo e consequente qualidade nutricional dos alimentos, por outro. Completa-se, deste modo, o agregado fundamental de princípios básicos alternativos: proibição de fertilizantes e pesticidas artificiais, eleição da matéria orgânica como fonte de nutrientes para a terra, promoção da qualidade dos produtos e defesa da saúde pública. Decorrendo das ideias de Howard e Jerome I. Rodale (que lançou os alicerces do movimento nos EUA), mas mais exigente nos métodos e, talvez por esse facto, menos difundido internacionalmente, o movimento alternativo que ficará conhecido por **Agricultura Regenariva** surge, algumas décadas depois, na América. Esta corrente diferencia-se da anterior, basicamente, pelo reforço dado à

necessidade de autonomização agrícola a partir da maximização de recursos criados no interior da própria unidade agrícola (Darolt, 2002).

Entretanto, a partir dos anos 30, no continente europeu, a **Agricultura Organo-biológica**, a primeira denominação da actual **Agricultura Biológica**, emerge dos estudos sobre fertilidade do solo e de microbiologia do suíço Hans Müller, difundida, algumas décadas mais tarde, pelo médico austríaco Hans Peter Rusch. Partilhando os princípios básicos da Agricultura Orgânica e do movimento ecológico que então despontava (protecção ambiental, qualidade biológica dos alimentos, defesa da saúde pública, desenvolvimento de fontes de energia renováveis), os objectivos iniciais desta corrente eram, fundamentalmente, sócio-económicos (maior autonomia dos agricultores e comercialização directa). A autonomia agrícola, no entanto, nunca foi um dogma inegociável. O mais importante é a integração das explorações agrícolas nas mais vastas realidades locais (naturais, sociais, culturais e económicas) e, claro está, a renúncia aos produtos tóxicos da agro-indústria.

Tendo a corrente sido introduzida em França logo após o fim da II Grande Guerra, os anos 60 testemunharam um desenvolvimento que catapultou este país para a liderança do movimento biológico, destacando-se os trabalhos de Jean Boucher e Raoul Lemaire, a um primeiro tempo, e, posteriormente, de Claude Aubert e Francis Chaboussou. Destes desenvolvimentos terá resultado a predominância da denominação um pouco por todo o mundo francófono, mas também na Holanda e na Europa do Sul em geral (*Ibidem*).

Voltando à Alemanha e à Holanda (zona pródiga no despontar destas alternativas), surge um novo movimento que, afinal, mais não é do que uma fusão das várias correntes já instaladas. Sob a influência do movimento orgânico e organo-biológico, por um lado, e do movimento biodinâmico, por outro (Willer, Lünzer e Haccius, 2002 e Darolt, 2002), começa a desenhar-se uma nova corrente que, em contraste com a agricultura biodinâmica de raízes fundamentalmente filosóficas, mas em consonância com o movimento orgânico e biológico, tem origem nos movimentos sociais e ambientais emergentes nos anos 60 (Melita, 2001). Trata-se da denominada **Agricultura Ecológica** que, assumindo basicamente o *corpus* geral da agricultura alternativa, se veio a converter na designação geral mais vulgar na Europa do Norte e na Europa Central. Como referem Willer, Lünzer e Haccius (2002), o termo é hoje utilizado, indiscriminadamente, como sinónimo das outras

denominações igualmente difundidas de agricultura alternativa (orgânica ou biológica) e partilha com elas os princípios e métodos fundamentais.

Por último, refira-se uma corrente mais minoritária surgida no Japão e que, hoje em dia, tenderá a aproximar-se das correntes maioritárias. A **Agricultura Natural**, no entanto, partilha com a Agricultura Biodinâmica uma faceta esotérica e mística que poderá explicar as dificuldades de divulgação, pelo menos das suas vertentes mais ortodoxas. Movimento surgido em meados da década de 30 a partir das reflexões de Mokiti Okada e dos princípios da religião por si fundada (Igreja Messiânica) defende, em traços muito gerais, que a purificação do espírito deve ser acompanhada pela purificação do corpo e, conseqüentemente, pela ausência na dieta alimentar de produtos contaminados pelos produtos tóxicos da agro-indústria.

O movimento foi consolidado e difundido pelos trabalhos de Masanobo Fukuoka, que defendeu a necessidade de aproximar o mais possível os sistemas agrícolas do sistema natural, potenciar os processos naturais na produção e evitar ao máximo a artificialização da actividade agrícola. Para conseguir tais objectivos, as principais motivações dos praticantes da Agricultura Natural são, segundo o sítio de divulgação na internet, “a promoção da felicidade e do bem-estar do outro” (<http://www.shumei.org/agriculture/principles.html>). Neste contexto, a saúde espiritual e física do ambiente, como das pessoas, resulta do desejo permanente em conseguir uma vida melhor para todos os seres vivos.

No percurso de cerca de 75 anos, a Agricultura Natural ganhou expressão, sobretudo, no Japão (ainda que recrutando adeptos um pouco por todo o mundo). Todavia, a evolução para a **Permacultura** — sistema evolutivo integrado, auto-perpetuador de espécies vegetais e animais perenes, úteis para o Homem (Holmgren, 2004) — deu-se na Austrália, pela mão de Bill Mollison e David Holmgren, distinguindo-se, fundamentalmente:

1. por uma ética partilhada que se preocupa com a responsabilidade de cada um no cuidado com a terra, com as pessoas e com a distribuição justa de recursos que são limitados e que têm que ser partilhados, não só pelos humanos mas por todos os seres vivos;
2. pelo respeito pelos princípios ecológicos que derivam da observação do funcionamento da natureza e dos ciclos de regeneração natural;
3. por conceitos, processos, métodos e ferramentas especialmente concebidos de modo a permitir que um indivíduo ou um grupo de

indivíduos possa definir estratégias e conceber planos de acção agrícola, implementados e desenvolvidos com o mínimo de desperdício de recursos. Entre eles, poderíamos destacar:

- a) o uso dos chamados micro-organismos eficientes (inoculantes naturais usados para produzir compostos fertilizantes orgânicos),
- b) a recusa de dejectos de animais como fertilizantes (argumentando-se que aumentam o risco de contaminação das águas pelos nitratos e potenciam o risco de infestantes, parasitas e insectos) e
- c) mobilizações dos solos reduzidas a um nível mínimo (porque vistas como não naturais e disruptoras dos ciclos biológicos naturais).

O que se pretende, como afirma Holmgren, são paisagens conscientemente projectadas que, providenciando uma abundância de alimentos, fibras e energia para suprir as necessidades locais, mimetizam os padrões e as relações encontrados na natureza (Cf., Holmgren, 2004).

A crescente necessidade de designar as várias alternativas que vinham aprofundando o distanciamento à abordagem agrícola convencional (mais dirigista e intensiva, procurando maximizar os rendimentos com recurso a diversas categorias de produtos de síntese) fez com que surgissem expressões mais abrangentes. A designação **Agricultura Alternativa** decorre dessa necessidade e refere a generalidade das propostas e métodos agrícolas não convencionais. Surgiu pela primeira vez, aliás, num relatório do Ministério da Agricultura da Holanda, em 1977, explicitamente com esse fim. O que já então se pretendia era reunir numa única expressão esse movimento global que sublinha o vínculo entre a agricultura e a natureza e o respeito dos equilíbrios naturais, independentemente da tradição ou da filiação nas escolas de pensamento.

Já o conceito de **Agricultura Sustentável** surge em finais da década de 80 e, sobretudo, depois da Cimeira da Terra do Rio de Janeiro. Pela amplitude e ambiguidade do conceito de sustentabilidade, o que se pretende, quando se utiliza a expressão, é basicamente referir, mais do que um conjunto de regras e práticas agrícolas, um objectivo a ser atingido que não deixará de recorrer aos métodos das correntes elencadas anteriormente. Sejam os modos de produção mais ou menos místicos ou espirituais, estejam mais ou menos integrados nos circuitos comerciais. Procura-se, sobretudo, designar a necessidade e o esforço empreendido para produzir

com sustentabilidade, isto é, produzir para que os recursos, os modos de vida, os *habitats* e os ecossistemas em geral não sejam postos em causa na actualidade, porque deles dependem as condições de vida não só das gerações presentes como das vindouras.

A AB, tal como aqui se enuncia, ultrapassa, portanto, os limites da tradição adoptada por razões históricas ou teórico-ideológicas. Pretendemos, antes, abarcar a ideia mais geral de agricultura alternativa que resultou da conclusão de um processo com início nas primeiras décadas do século passado, em que confluíram para os mesmos objectivos distintas escolas, diversas correntes de pensamento, mas semelhantes métodos de produção agrícola alternativos.

Esta pluralidade de expressões que entretanto se perpetuou não terá ajudado à divulgação clara e eficiente das alternativas ao produtivismo industrial agrícola. Pelo contrário, ampliou as oportunidades de utilização fraudulenta de expressões que, neste ou naquele país, não estão protegidas pelas regulamentações, mas não deixam, ainda assim, de surgir associadas à qualidade e à segurança proporcionadas por qualquer dos métodos alternativos. Situação algo nublada que decorre, como sublinha o próprio *Guia de Regulamentação Comunitária*, essencialmente “da coexistência de várias “escolas” e “filosofias”, da falta de harmonização das terminologias utilizadas, da heterogénea apresentação dos produtos e da amálgama entre produtos biológicos, produtos de qualidade, produtos naturais, etc. (Le Guillou e Scharpé, 2001: 5). Justificar-se-á, assim, porque estas diversas correntes de pensamento se mantiveram durante tanto tempo embrionárias, apesar do longo percurso e do vigor circunstancial.

No entanto, os resultados negativos não se ficam por aqui. A difusão de algumas ideias pouco rigorosas vai persistindo nalguns sectores sociais pecando, habitualmente, por defeito ou mesmo por deturpação de princípios e objectivos. Uma actividade retrógrada que desprezaria a tecnologia, a ciência e as possibilidades por elas criadas, num movimento que se resumiria a um simples “regresso ao passado”, pouco rentável e pouco viável são, talvez, dos equívocos mais difundidos associados à AB (Maher, 2002).

Todavia, começando pela necessária viabilidade económica, tão frequentemente questionada mesmo entre alguns agricultores convertidos ao MPB, já em 1996, no Plano de Acção da Cimeira Mundial da Alimentação, levado a cabo pela FAO em Roma, se sublinhava o papel positivo que estes métodos agrícolas

podem desempenhar, contribuindo, nomeadamente, para que as actividades agrícolas sejam rentáveis, sem pôr em causa a necessária preservação de recursos naturais. Ficava claro, nesse documento, que o sucesso desses desideratos depende da implementação de circuitos de comercialização internacional mais justos e equilibrados e da assunção de políticas e programas que encorajem factores de produção apropriados, técnicas e outros métodos agrícolas sustentáveis como a AB (Cf. <http://www.fao.org/docrep/003/w3613p/w3613p00.htm>).

Para além disso, como se sublinha no *Codex Alimentarius*, o que se pretende com o sistema de produção orgânico-biológico é, tão só, “usar, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraponto ao uso indiscriminado de produtos sintéticos para cumprir cada função específica dentro de cada sistema” (FAO/OMS, 2001: 3). Recuperam-se, desta forma, os benefícios dos saberes e dos métodos agrícolas tradicionais, complementando-os com outras técnicas mais inovadoras, não necessariamente emparelhadas com a tradição. O objectivo primordial é, por isso, potenciar recursos e promover a qualidade de vida, ultrapassando a imediatez do presente numa lógica de Desenvolvimento Sustentável.

Se é verdade que as diversas variantes de agricultura alternativa se desenvolveram em resposta aos graves problemas do nosso tempo provocados pela agricultura intensiva e pelo uso excessivo de produtos da agro-indústria (pesticidas e fertilizantes sintéticos), a AB está longe de se limitar a uma recusa liminar da tecnologia e das vantagens que a tecnociência pode representar. Ao invés, tratar-se-á de uma agricultura basicamente norteada por uma nova e moderna filosofia que reequaciona a acção sobre a natureza e os recursos naturais, procurando potenciar as tecnologias menos nocivas para os ecossistemas e mais adaptadas a cada contexto e necessidade agrícola. A proximidade com a agricultura tradicional advém-lhe do esforço, reintroduzindo alguns métodos ancestrais, em readquirir os equilíbrios ambientais que a intensividade agrícola industrial pulverizou.

É explícito, portanto, o reconhecimento da fragilidade dos ecossistemas e dos perigos advindos dos desequilíbrios ambientais, provocados pelo recurso a materiais e produtos sintéticos agro-industriais. O que a AB propõe é, por isso, excluir esse tipo de práticas e produtos e procurar as melhores alternativas disponíveis, recorrendo a métodos e práticas tradicionais ou a práticas e produtos mais inovadores resultantes da experiência dos agricultores ou da investigação científica nesta área. Seja como for, a conversão aos métodos da AB implica um corte radical com as

práticas convencionais e uma percepção global do meio envolvente que permita a reconquista do equilíbrio ecológico através:

- **da construção e manutenção da fertilidade do solo** — na óptica da AB, o solo funciona como um organismo vivo, cuja nutrição deve estar direccionada para as necessidades das plantas que nele se desenvolvem sem pôr em causa a actividade biológica essencial para a decomposição e mineralização da matéria orgânica que se vai desenvolvendo ou que se lhe vai adicionando. Para além desta matéria orgânica (detritos vegetais e animais), alguns outros complementos minerais (conseguidos sem recursos a métodos químicos ou de síntese) podem ser adicionados. É deste pacote integrado de nutrientes, processados com a ajuda dos organismos vivos do solo, que resulta a estabilidade e a manutenção da fertilidade dos solos agrícolas;
- **da preservação da estrutura do solo** — a erosão decorre, em muitas situações, da degradação da estrutura e da fertilidade dos solos. É a presença de matéria orgânica que permite a formação de agregados de partículas minerais e orgânicas que, por sua vez, dão consistência aos solos agrícolas, aumentam a sua estabilidade e favorecem a circulação de ar e água. Consequentemente, combater a erosão e a degradação dos solos agrícolas é promover a produção da matéria orgânica e a vida biológica dos solos agrícolas, respeitando os seus ciclos biológicos naturais;
- **da utilização de técnicas de cultivo adequadas** — o fornecimento de estrumes, a prática de rotação de culturas, a reciclagem de resíduos (animais e vegetais), o respeito pelos limites das parcelas e pelas curvas de nível, a manutenção de um PH correcto através do fornecimento de correctivos minerais, a realização de mobilizações em épocas e a profundidades correctas, a utilização de adubos verdes, a incorporação de restolhos, etc., são técnicas onde confluem, simultaneamente, tradição e inovação e que permitem debelar os desequilíbrios provocados por práticas agrícolas menos correctas. Juntam-se-lhes o controlo biológico de pragas e doenças e a utilização de recursos locais (variedades regionais ou raças autóctones) mais adaptados às condições ecológicas em causa. Finalmente, a promoção da diversidade que,

preferencialmente, incluirá espécies animais e vegetais, ajuda a otimizar resultados e a evitar desperdícios.

Nesta perspectiva de optimização de resultados e capitalização de recursos, a investigação desenvolvida nas universidades e nos institutos agrários pode revelar-se da maior utilidade na divulgação e consolidação de “boas técnicas e práticas agrícolas”. Sejam elas mais tradicionais ou mais inovadoras, importa, sobretudo, realçar a aposta na mudança para comportamentos mais conformes com os imperativos da preservação ambiental, com a defesa da saúde pública e com a promoção da qualidade alimentar. Alguns princípios têm vindo a assumir, crescentemente, um papel delineador da actividade, comprometendo um número cada vez maior de agricultores, quer por via dos compromissos assumidos para a certificação, quer por imperativos éticos. De acordo com o *National Center for Appropriate Technology dos EUA*, trata-se, fundamentalmente, de:

- **Defender a biodiversidade** – Os diversos ecossistemas naturais (mais ricos e variados) tendem, regra geral, a assumir um grau mais elevado de estabilidade que os ecossistemas mais simples (por falta de complexificação) ainda não conseguiram alcançar. As explorações com um maior e mais diversificado número de culturas e animais terão, portanto, mais hipóteses de criar condições de desenvolvimento de organismos naturais, úteis, por exemplo, para a polinização e o controlo de pragas e doenças. A diversidade à superfície, por outro lado, fomenta a diversidade e a vida biológica nos solos, resultando em mais e melhores nutrientes, maior robustez e maior densidade dos solos e mais fixação de nitrogénio.
- **Promover a integração de culturas** – A promoção da biodiversidade relaciona-se directamente com a necessária integração das várias actividades e culturas desenvolvidas na exploração. A criação de gado integrada num conjunto de outras actividades de produção vegetal é, talvez, o melhor exemplo de optimização de potencialidades e benefícios que a exploração agrícola integrada pode representar. O cultivo de leguminosas para forragem em rotação, por exemplo, não só providencia alimentação para os animais como facilita a fixação de nitrogénio nos solos, beneficiando, assim, a colheita subsequente. Por sua vez, o estrume do gado criado na exploração é a melhor fonte de

nutrientes orgânicos que fertilizam os solos e dispensam o recurso aos indesejados factores de produção externos.

- **Implementar a sustentabilidade na agricultura** – Sendo a sustentabilidade agrícola objectivo basilar da AB, comecemos por realçar a vertente que maior apreensão provoca entre os agricultores: a sustentabilidade económica. O menor recurso a factores de produção externos representará, desde logo, maior robustez económica. Em condições normais, no entanto, os ganhos financeiros não se ficarão por aí. O valor acrescentado que um produto de AB, normalmente, assegura é outro dos factores que pode representar maiores dividendos. Especialmente se se souberem (ou puderem) explorar as várias opções de comercialização disponíveis. A sustentabilidade é, no entanto, um ideal que ultrapassa largamente as questões económicas ou de financiamento. Implica que a preservação de recursos e das condições ecológicas seja um objectivo sempre presente para que as gerações futuras possam contar com, pelo menos, o mesmo tipo de recursos e oportunidades de que hoje usufruímos. Métodos agrícolas que cumpram este objectivo (sejam eles mais tradicionais ou mais inovadores) são, por isso, eleitos nas explorações convertidas ao MPB.
- **Promover a nutrição natural de plantas** – A fertilidade e a actividade biológica dos solos são mantidas ou melhoradas através de culturas e sistemas de rotação adequados (como já vimos no caso da biodiversidade e da integração de culturas) mas, também, pela incorporação nos solos de matérias orgânicas e técnicas de cultivo apropriadas (*e.g.*, mobilizações dos solos menos profundas que permitem maior protecção de nutrientes e dos ciclos biológicos). A procura de uma boa fonte de nutrientes para as colheitas começa, por isso, com o cuidado indispensável em manter a actividade biológica do solo, fomentando e protegendo a vida dos organismos responsáveis pelo processamento de nutrientes na rizosfera⁶, sem recurso a produtos

⁶ Ao contrário dos animais que contam com um aparelho digestivo interno para processar os alimentos e daí retirarem os nutrientes, as plantas processam os nutrientes externamente, na área de interface entre raiz e solo, a rizosfera.

químicos de síntese. Na óptica da AB, o respeito pelos ciclos biológicos da terra será a melhor maneira de proteger os solos e, simultaneamente, nutrir as culturas, sem pôr em causa a sustentabilidade das explorações e a qualidade dos produtos.

- **Implementar um sistema de controlo natural de pragas** – Do ponto de vista da AB, pragas, pestes e doenças não são simples calamidades. Revelam, antes, a que nível se desviaram os sistemas agrários antropogénicos dos ecossistemas naturais originais, cuja complexidade deveriam imitar para evitar os desequilíbrios de que pragas e doenças são um sinal. Devido à presença de predadores naturais e à concorrência de outros organismos pelo espaço e pelos nutrientes, na natureza, as epidemias e pestes de dimensões catastróficas são raras e normalmente breves. Nos sistemas agrícolas convencionais, no entanto, em particular naqueles que inadvertidamente destruíram ou enfraqueceram essa capacidade de resistência natural, esse tipo de problemas tende a converter-se numa rotina que se agrava com o tempo, tornando os agricultores crescentemente mais dependentes dos produtos sintéticos industriais. Para evitar tais situações, os partidários da AB defendem, antes de mais, a preservação do complexo de controlo natural. Para o efeito, recusa-se a utilização de pesticidas e fertilizantes sintéticos agro-industriais e, tanto quanto possível, evita-se a utilização dos chamados pesticidas naturais autorizados.
- **Promover a integridade da cadeia de produção e comercialização** – Para que o mercado ganhe confiança e cresça ao ritmo que todos desejam é preciso que os consumidores possam estar seguros da qualidade dos produtos e não gorar as suas expectativas. A integridade de que falamos refere-se, portanto, ao sistema de produção em presença e às acções empreendidas que possam assegurar (a todos os níveis da cadeia, desde a produção ao consumo) que as características dos produtos que chegam aos consumidores correspondem, de facto, ao que se espera da AB.

No que diz respeito à fase de produção, as especificidades da AB impõem acções concertadas que impeçam a contaminação não só por factores de produção não certificados, mas, também, das explorações vizinhas não convertidas ao MPB. A

manutenção de registos adequados que permitam reconstruir o historial dos solos e das culturas, dos produtos e dos factores de produção incorporados, serão indispensáveis. No entanto, talvez mais importante como medida de “integridade biológica” é a criação de faixas de separação com o exterior que permitam reduzir as possibilidades de contaminação com origem nas explorações vizinhas e, simultaneamente, criar condições adicionais para a conservação de solos e de água. (Cf. ATTRA - NCAT, 2004).

Reduzindo os efeitos colaterais nocivos das actividades agrícolas estaremos, concomitantemente, a viabilizar a longo prazo a actividade, a produzir produtos mais saudáveis, de maior confiança e de maior qualidade e, se levados em conta estes custos antes ignorados, a torná-la competitiva com os métodos convencionais⁷. Dificilmente se faria justiça a todos os benefícios que o modo de produção pode representar se atentássemos apenas à sua vertente ambiental. Sistematizando o leque de características e benefícios a ele associados, podemos referir que o MPB é:

- **ecológico** – porque tem por base o funcionamento ecossistémico e recorre a práticas que fomentam a biodiversidade;
- **holístico** – porque considera a exploração agrícola como um sistema integrado em que cada elemento (solos, água, ar, plantas, animais, humanos) interdepende dos restantes numa cadeia de relações indissociável;
- **sustentável** – porque procura garantir a estrutura e a fertilidade dos solos a curto e a longo prazo, minimizando a poluição e valorizando e preservando os recursos naturais locais;
- **responsável** – porque produz alimentos mais saudáveis, fomenta a confiança alimentar, preserva a biodiversidade e o equilíbrio ecológico;
- **requalificador** – porque valoriza os produtos agrícolas, dignifica a actividade agrícola, fomenta o emprego e revigora as comunidades rurais.

A AB insere-se, por conseguinte, numa vasta gama de metodologias que procuram garantir a defesa do ambiente numa óptica de optimização dos

⁷ As percepções de menor produtividade e maiores custos decorrem, sobretudo, de se ignorarem os custos ambientais da agricultura convencional e de uma visão que se limita ao curto prazo. Tendo em conta todos os custos envolvidos e os subsídios agrícolas em vigor na generalidade das sociedades industrializadas, dificilmente os métodos convencionais manteriam as mesmas vantagens comparativas.

ecossistemas agrícolas, tornando-os sustentáveis do ponto de vista social, ecológico e económico. Responde, desta forma, a exigências de índole ética (preservação dos *habitats*, dos ecossistemas e dos recursos; garantia do bem-estar animal; defesa da saúde humana; consolidação das comunidades rurais e promoção do comércio justo) e a exigências do mercado que, crescentemente, clama por mais segurança e qualidade alimentar. Muito mais do que um modo de produção, a AB (no sentido mais abrangente, que inclui outras designações como a agricultura orgânica e a agricultura ecológica) representa, se cumpridos os seus princípios fundamentais, um novo modo de vida.

Em jeito de conclusão, poderíamos referir que este novo modo de vida, assente na actividade agrícola, só corresponderá, efectivamente, aos princípios gerais do movimento agrícola alternativo se: para além da preservação ambiental, garantir a valorização do conhecimento prático dos agricultores e promover práticas transparentes que integrem e apaziguem as preocupações dos consumidores; promover uma relação de cooperação ecossistémica que afaste as tentações de dominação da natureza e realce a interdependência entre a terra, os *habitats*, os agricultores e, mesmo, os consumidores; reservar espaço a respostas inovadoras que resultem da experiência quotidiana no campo e da investigação científica, mas sempre adaptadas às diversas realidades locais e especificidades de cada exploração agrícola e, finalmente, permitir e estimular a interacção de agricultores, especialistas e técnicos para uma troca profícua de experiências e conhecimentos sem condescender com práticas agrícolas menos correctas (do ponto de vista da qualidade alimentar e da preservação de recursos), que ponham em causa a integridade e a unidade dos regulamentos e das recomendações produzidas pelos mesmos técnicos e especialistas (Cf. Ehrenfelt, 1993).

A sustentabilidade e as “boas práticas agrícolas” dificilmente serão conseguidas se um conjunto de regras e recomendações, impostas do exterior, restringirem ou ignorarem o livre arbítrio dos agricultores. Nesta óptica, as técnicas e as metodologias a serem desenvolvidas e utilizadas no terreno deverão fortificar e fortificar-se no caldo cultural que suporta as suas aplicações práticas. De um modo geral, portanto, quaisquer que sejam as correntes de agricultura alternativa, poderiam ser englobadas numa grande categoria de **(agri) cultura**, num caminho que permita mais produtividade e maior rendimento, mas não deixe de respeitar os limites e funções adicionais indispensáveis, sejam elas a produção de conhecimentos sobre a

própria produção, a criação de empregos, a contribuição para regenerar o ambiente local e regional e, em última instância, a contribuição para a regeneração do planeta. Daí que, como veremos adiante, a mudança de valores sociais se mostre tão determinante na mudança de práticas e de atitudes dos agricultores.

3.2 Regulação internacional, credibilização e confiança

A procura de produtos da AB (considerados mais seguros, mais nutritivos e menos agressivos para o ambiente) tem vindo, nos últimos anos, a ganhar volume e visibilidade. Tornou-se, porém, óbvio que, para evitar abusos nas designações que levam os mais incautos a comprar “gato por lebre”, “é necessário regulamentar rigorosamente a produção e a comercialização dos produtos e tomar medidas que impeçam que haja produtos fraudulentamente designados como biológicos” (Comissão do Meio Ambiente, da Saúde Pública e da Política do Consumidor do Parlamento Europeu, 2003: 4). Tais medidas advêm, em boa parte, das exigências dos consumidores que, cada vez mais, reivindicam acesso à informação e garantias de segurança e de qualidade em todas as etapas dos processos de produção, processamento e comercialização.

Outras razões, no entanto, reforçam a necessidade de manter ou melhorar os mecanismos de apoio e de incentivo ao MPB. Correndo o risco de minar a sua própria base de sustentação, a actividade agrícola não pode retirar da terra mais recursos do que os que vão sendo repostos pela regeneração natural. Os imperativos do desenvolvimento sustentável — “desenvolvimento que perdura, mantém os *stocks* de capital [económico, social e natural] ao longo do tempo, ou assegura o máximo de bem-estar a partir dos recursos disponíveis” (OCDE, 2001a: 8) — colocam-se-lhe, portanto, nos mesmos moldes que para quaisquer outras actividades humanas. Todavia, o sucesso de tais desideratos dependerá dos mecanismos e políticas de incentivo à internalização e minoração dos impactos que a exploração agrícola impõe sobre o ambiente e, simultaneamente, de uma redução das ajudas à produção intensiva que tenha em conta esses custos ignorados e que minimize as vantagens relativas que o desrespeito pelo ambiente possibilita.

De facto, graves desequilíbrios ambientais e sociais relacionados com a agricultura decorreram da distorção de preços provocada pelas políticas agrícolas de crescimento das últimas décadas e dos incentivos à intensificação da produção agrícola em condições ecológicas nem sempre apropriadas. Com frequência, os incentivos a este tipo predatório de agricultura revelaram-se contraproducentes. Na Europa, como na generalidade do mundo industrializado, a existência de excedentes agrícolas (apesar da fome que continua a grassar no mundo) resultou não de um desvelo produtivo que tivesse por objectivo suprir as necessidades alimentares reais

mas, sobretudo, do cumprimento de desígnios económicos nem sempre claros e, frequentemente, desligados dos contextos sócio-ambientais que condicionam. A gradual degradação dos solos e das condições ecológicas, por um lado, e a desestabilização e/ou inviabilidade das comunidades rurais tradicionais, por outro, vieram aconselhar que se arrepiasse caminho, procurando reduzir os efeitos da agricultura sobre o ambiente e/ou integrá-los nos custos de produção, já que muitos deles se disseminam pela globalidade da economia e dos ecossistemas sem ter em conta as consequências negativas (e não raramente onerosas para o erário público) que daí resultam.

Se há 50 anos, quando se iniciou a PAC, faria algum sentido incentivar a produção sem restrições com vista à auto-suficiência em produtos alimentares de base, hoje em dia a tendência das reformas já iniciadas parece orientar-se progressivamente para pagamentos directos aos agricultores, condicionados a novos valores sociais que entretanto vingaram: segurança alimentar, preservação das condições sócio-ambientais, produtos de qualidade. É para esta mudança que apontavam já os resultados da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1991. Como se defendia nessa altura na *Agenda 21*, “deverão introduzir-se correcções profundas nas políticas agrícolas, ambientais e macroeconómicas, tanto a nível nacional como internacional, nos países desenvolvidos e também nos países em desenvolvimento, a fim de criar condições para uma Agricultura e um Desenvolvimento Rural Sustentáveis (SARD)” (CNUAD, 1993: 155). Sendo finalidades centrais do SARD o aumento da produção de alimentos, a sustentabilidade das explorações agrícolas, a qualidade e a segurança alimentar, a *Agenda 21* dá prioridade à manutenção da fertilidade agrícola, à preservação dos recursos naturais e à manutenção de relações sustentáveis entre o homem e a terra. O sucesso destes propósitos, sublinha-se, dependerá da cooperação e participação de todos os actores em presença, nomeadamente das populações rurais, dos governos nacionais, das ONG, do sector privado e da cooperação internacional, incluindo a cooperação técnica e científica (*Ibidem*).

Acompanhando o interesse por uma agricultura alternativa, que parece ter despertado num contexto favorável a que não é indiferente a progressiva consciencialização ecológica, as políticas agrícolas têm vindo (nos últimos anos e

apesar de algumas resistências e retrocessos⁸), a demarcar-se da lógica produtivista de crescimento, favorecendo, cada vez mais, a alteração das práticas agrícolas no sentido de um uso da terra mais compatível com a manutenção da diversidade social e cultural. Tanto mais que, assentando a AB numa abordagem de produção sistémica e integrada, ultrapassa os benefícios de um simples modo de produção que se limite a definir a inclusão ou a exclusão de determinados factores de produção.

Os resultados das reformas das políticas agrícolas em geral e da PAC em particular apontam, por isso, de forma gradual, para uma importância acrescida de medidas que favorecem a extensificação agrícola e que procuram responder às, cada vez maiores, exigências de qualidade nos produtos alimentares, em detrimento das políticas proteccionistas e de fomento à produção do passado. Se, outrora, os subsídios da PAC promoveram a intensificação agrícola, na medida em que faziam depender os montantes atribuídos das quantidades produzidas, “desde o início dos anos 90, foram retiradas as ajudas directas aos rendimentos e reforçadas as medidas de desenvolvimento rural, incluindo medidas importantes a nível do ambiente, tais como esquemas agro-ambientais e a concessão de apoios a zonas menos favorecidas” (Agência Europeia do Ambiente, 2004: 8). Na nova PAC (resultado da reforma adoptada a 22 de Junho de 2003), os subsídios tenderão a ser pagos independentemente do volume de produção, estando adstritos ao respeito de normas ambientais, de segurança alimentar e de bem-estar animal. Como se sublinha no sítio da União Europeia, os principais elementos da reforma resumem-se a:

- “um pagamento único por exploração para os agricultores da União Europeia, independente da produção; podem ser mantidos elementos não dissociados limitados para evitar o abandono da produção;
- esse pagamento estará sujeito ao respeito das normas no domínio do ambiente, da segurança dos géneros alimentícios, da sanidade animal, da fitossanidade e do bem-estar dos animais, bem como à exigência de manter todas as superfícies agrícolas em boas condições agronómicas e ambientais ("condicionalidade");

⁸ Refiram-se, por exemplo, a proposta de directiva da Comissão Europeia que permitirá (caso seja aprovada) a contaminação de sementes intactas com organismos geneticamente modificados (OGM) até um nível de 0,3% a 0,7% (www.saveourseeds.org), ou o relatório da FAO publicado em 17 de Maio de 2004, *Agricultural biotechnology: meeting the needs of the poor?* Segundo uma das várias petições em curso na internet (www.thepetitionsite.com), este relatório promove métodos agrícolas desenvolvidos pela engenharia genética e controlados pelas grandes multinacionais, em detrimento de métodos ecologicamente saudáveis, desenvolvidos pelos pequenos e médios agricultores.

- uma política de desenvolvimento rural reforçada, dotada de mais recursos financeiros comunitários, e sujeita a novas medidas a favor do ambiente, da qualidade e do bem-estar dos animais, que auxiliará os agricultores a cumprir as normas de produção da UE a partir de 2005;
- a redução dos pagamentos directos ("modulação") no caso das explorações de maiores dimensões, para financiar a nova política de desenvolvimento rural;
- um mecanismo de disciplina financeira que assegure o respeito do orçamento agrícola fixado até 2013;
- a revisão da política de mercado da PAC:
 - reduções assimétricas de preços no sector dos produtos lácteos: o preço de intervenção para a manteiga será reduzido de 25% ao longo de quatro anos, o que representa uma redução adicional de 10% em comparação com o estabelecido na Agenda 2000; para o leite em pó desnatado é mantida uma redução de 15% ao longo de três anos, conforme acordado na Agenda 2000;
 - no sector dos cereais, redução para metade dos incrementos mensais, sendo mantido o actual preço de intervenção;
 - reformas nos sectores do arroz, do trigo duro, das frutas de casca rija, da batata para fécula e das forragens secas” (http://europa.eu.int/comm/agriculture/capreform/index_pt.htm).

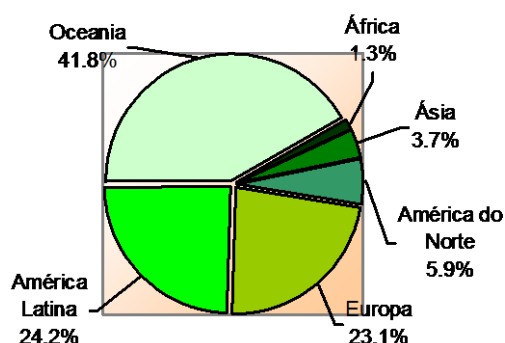
Procurando, portanto, debelar as assimetrias do mercado provocadas pelas políticas anteriores, reduzindo a ligação entre subsídios e a produção e introduzindo a condicionalidade a factores sócio-ambientais, procura-se, por um lado, que os agricultores da União Europeia se tornem realmente competitivos e se orientem mais para o mercado e, por outro lado, o reforço da legitimidade e, consequentemente, do poder de negociação da União Europeia nas conversações em curso com a OMC. A reforma da PAC pretende, nesta perspectiva, preparar a agricultura europeia para a inevitável redução de barreiras e impedimentos ao comércio internacional que se avizinha, fornecendo-lhe novos argumentos para manter algum tipo de ajudas, sem deixar de reagir às acusações de se ter tornado uma das principais fontes de distorções no comércio mundial, nomeadamente através de subvenções à exportação de excedentes de produtos alimentares.

Neste processo de mudança do produtivismo para a sustentabilidade, o papel da OMC surge toldado de ambiguidades. Se, para os militantes anti-globalização que agregam sectores e áreas das mais diversificadas, entre os quais as causas da agricultura e do ambiente detêm papel relevante, “a OMC e os acordos do GATT (Uruguay Round) funcionam principalmente para abrir os mercados em benefício das corporações transnacionais, à custa das economias locais nacionais; dos trabalhadores, agricultores, mulheres e outros grupos sociais; da saúde e segurança; do ambiente e do bem-estar animal” (www.citizen.org), outras opiniões vislumbram tendências que, directa ou indirectamente, indiciam alguns sinais de sentido contrário. Segundo a OCDE, os acordos comerciais conseguidos sob a égide da OMC parecem fazer transparecer alguma valorização e integração das questões ambientais e da boa utilização dos recursos (Cf. OCDE, 2001a: 6). A atestar esta afirmação está o próprio acordo de Marraquexe que estabelece a OMC. Neste documento, as questões ambientais são referidas como tópicos de acrescida importância, reconhecendo as partes que os acordos comerciais devem garantir, para além da promoção de regras claras não proteccionistas, “a utilização otimizada dos recursos mundiais, em conformidade com os objectivos do Desenvolvimento Sustentável, procurando proteger e preservar o ambiente e incrementando os meios para fazê-lo de maneira compatível com necessidades e interesses inerentes aos níveis de desenvolvimento económico de cada país” (<http://www.jurisint.org/pub/06/en/doc/02.htm>).

Não querendo fazer qualquer juízo de valor sobre tais intenções, interessa aqui realçar, sobretudo, a valorização que, com mais ou menos efeitos práticos, se faz do ambiente e da preservação das condições ambientais. Para isso concorrem, entre outros, os esforços de alguns membros de peso da OMC, como será o caso da União Europeia. Finda a era do proteccionismo e das subvenções à produção, as questões ambientais e de desenvolvimento rural podem ser a chave que permitirá não deixar órfãos os agricultores europeus. Como se sublinhava numa nota de imprensa sobre a agricultura europeia e a OMC no âmbito das negociações então em curso, “a agricultura como sector económico tem que ser versátil, sustentável e competitiva. Deve, portanto, ser capaz de assegurar a manutenção das paisagens rurais, de permitir a conservação da natureza e de contribuir decisivamente para a vitalidade das áreas rurais” (Comissão Europeia – Direcção Geral de Agricultura, 2001: 12).

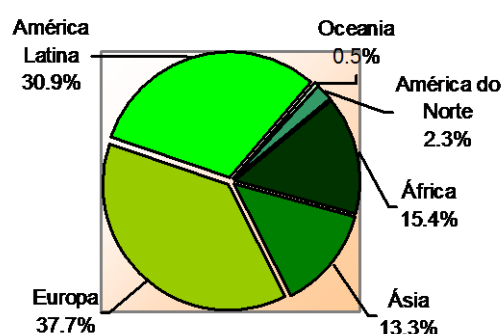
Neste panorama, a reformulação de políticas agrícolas tende, cada vez mais, a realçar a importância do bem-estar animal, das condições de higiene adequadas nas explorações e na cadeia alimentar, da produção de alimentos de qualidade e da adequação das técnicas agrícolas às condições sócio-ambientais em que se desenrolam. A AB surge como uma de entre várias opções a privilegiar, numa estratégia de reconversão dos modos de produção agrícola. Tanto mais que as próprias condições do mercado, mercê dos problemas de segurança alimentar dos últimos anos (*e.g.*, BSE, nitrofuranos...), parecem cada vez mais abertas aos produtos produzidos segundo os métodos da AB. Um pouco por todo o mundo mas, em especial, nos países industrializados, a AB encontra na apetência dos consumidores um terreno fértil para o seu desenvolvimento. É o caso da Europa (desde cedo) e dos EUA (mais recentemente). As duas regiões representam mais de 97% da procura. Juntam-se-lhes a Austrália e o Japão onde este nicho de mercado mostra, igualmente, sinais crescentes de expansão (*Cf.* Yussefi e Willer, 2003).

Gráfico 1 – Superfície mundial dedicada à Agricultura Biológica



Fonte: SÖL – Inquérito de 2004, www.soel.de

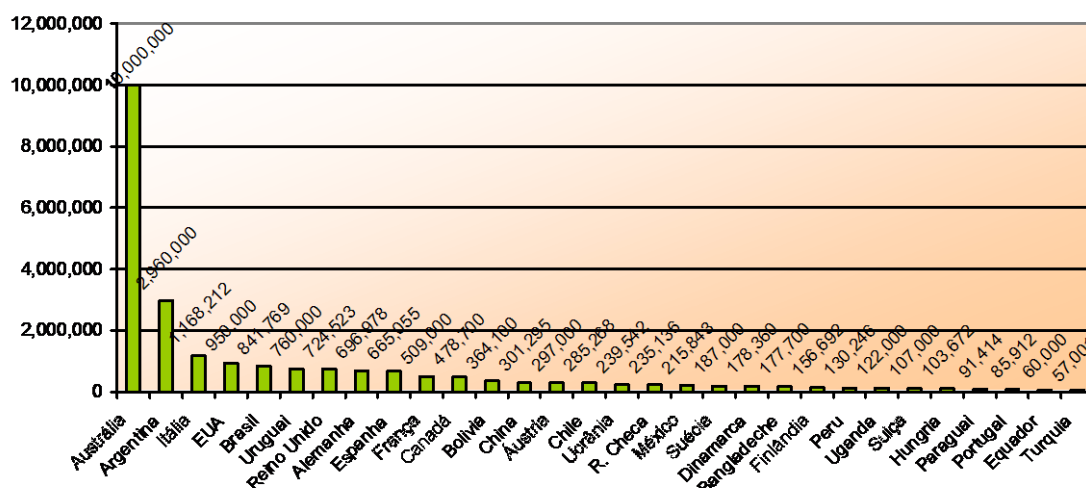
Gráfico 2 – Número mundial de agricultores dedicados à Agricultura Biológica



Fonte: SÖL – Inquérito de 2004, www.soel.de

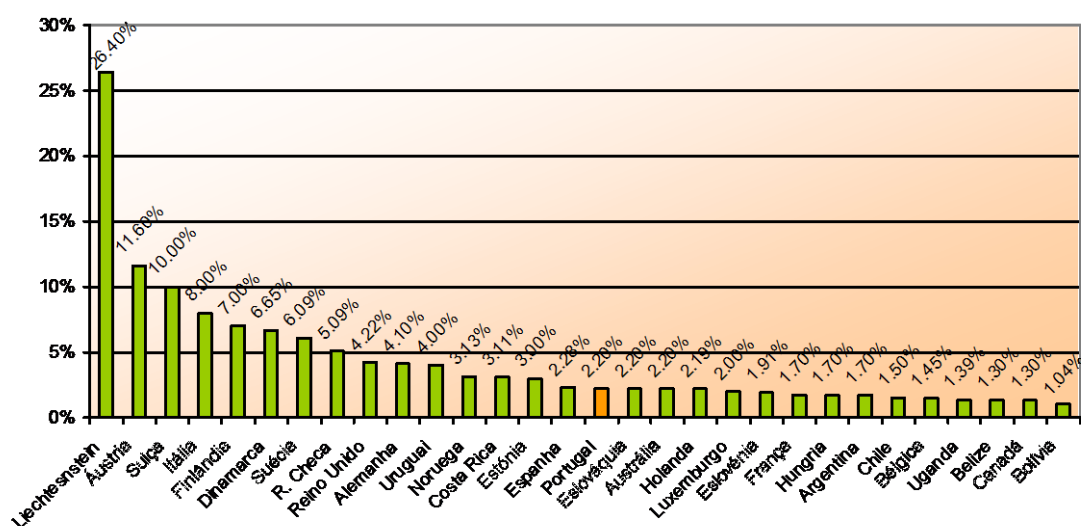
A AB é hoje praticada nos cinco continentes, situando-se as maiores áreas na Oceania (41,8%), na América Latina (24,2%) e na Europa (23,1%). A estrutura e o tipo de exploração, no entanto, alteram substancialmente o panorama da distribuição da actividade no mundo. Confirmando o seu papel de liderança, a Europa (37,7%) e a América Latina (30,9%) atingem os mais altos valores, seguidas, desta feita, pela África (15,4%) e pela Ásia (13,3%). Neste caso, a Oceania e a América do Norte, com grandes explorações dedicadas, sobretudo, à criação extensiva de gado, não ultrapassam valores residuais.

Gráfico 3 – Os 30 países com maior superfície agrícola convertida à Agricultura Biológica (ha)



Fonte: SÖL – Inquérito de 2004, www.soel.de

Gráfico 4 – Os 30 países com maior percentagem de superfície agrícola convertida à Agricultura Biológica



Fonte: SÖL – Inquérito de 2004, www.soel.de

Analisando a situação actual por países, Portugal situa-se em 28º lugar no *ranking* de países com maiores áreas dedicadas ao MPB, o que, tendo em conta a dimensão do país, não representará um desempenho muito desfavorável. Se a comparação levar em linha de conta a percentagem de Superfície Agrícola Utilizada (SAU) convertida ao MPB, Portugal sobe 12 lugares, ficando à frente de países como a Austrália e a Argentina (países com as maiores áreas convertidas, sobretudo para pastagens e criação extensiva de gado), mas também, reportando-nos aos parceiros europeus, da Holanda e da França.

Para que estes níveis de desenvolvimento da actividade fossem atingidos no mundo, a criação de padrões universais de produção, processamento e

comercialização compatíveis com os princípios da AB tornou-se indispensável. Procurando colmatar essa necessidade de normalização internacional, a *IFOAM – International Federation of Organic Farming Movements*⁹ tem vindo, desde 1980, a rever e a promover a divulgação dos *IFOAM Basic Standards* (normas que incluem princípios gerais, recomendações, requisitos mínimos e derrogações) e, desde 1992, os *IFOAM Accreditation Criteria* (critérios de acreditação para Operadores de Controlo e Certificação). Estes dois produtos, que em 2002 foram publicados num único volume (IFOAM, 2002), estão na base de um sistema pioneiro que procurou unir o movimento biológico mundial em torno de um, comum e abrangente, conjunto de normas e padrões de produção, de controlo, de certificação, de rotulagem e de comercialização de AB. Como fica patente nos princípios gerais defendidos nos *IFOAM Basic Standards*, reafirma-se a importância da multifuncionalidade agrícola implícita numa agricultura que se quer sustentável e integrada nas comunidades locais. São eles:

- “Produzir em quantidade suficiente alimentos, fibras e outros produtos de alta qualidade.
- Compatibilizar o trabalho agrícola com os ciclos naturais e os sistemas vivos existentes, incluindo solos, plantas e animais, num sistema integrado de produção.
- Reconhecer a dispersão de impactos, alargada às áreas sociais e ecológicas, que o MPB determina, dentro e fora dos limites do sistema de produção e processamento “biológico”.
- Manter e aumentar a fertilidade e a actividade biológica dos solos a longo prazo, usando, para tal, métodos mecânicos, biológicos e culturais, adaptados aos condicionalismos locais, em detrimento da introdução de factores de produção externos da agro-indústria.
- Manter e encorajar a biodiversidade natural nas explorações agrícolas, bem como nas suas imediações, através do uso de sistemas

⁹ Tendo como principal função a coordenação internacional do conjunto de movimentos de Agricultura Biológica, a IFOAM (Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Biológica) elegeu como objectivos centrais: “o intercâmbio de informação e competências entre os seus membros; a representação a nível internacional do movimento de Agricultura Biológica; a criação e revisão periódica do seu caderno de Normas Internacionais e a criação de um sistema de garantia internacional de qualidade biológica. Neste âmbito, os serviços de acreditação procuram assegurar a equivalência dos programas de certificação em todo o mundo (http://www.ifoam.org/whoisifoam/port_spanish.html#1?).

sustentáveis de produção e da protecção de plantas endémicas e dos *habitats* naturais.

- Manter e conservar a diversidade genética através de uma gestão interna dos recursos genéticos agrícolas.
- Promover a conservação e o uso responsável da água, bem assim como toda a vida que sustenta.
- Usar, na medida do possível, recursos renováveis na produção e no processamento e evitar o desperdício e a poluição.
- Fomentar o desenvolvimento local através da produção e distribuição de produtos locais e regionais.
- Criar um equilíbrio harmonioso entre produção vegetal agrícola e criação animal.
- Garantir as condições de vida que permitam aos animais manter e expressar os aspectos básicos de seu comportamento inato.
- Utilizar embalagens produzidas a partir de materiais biodegradáveis, recicláveis e reciclados.
- Providenciar a todos os envolvidos na produção e processamento, condições de trabalho seguras e saudáveis e uma qualidade de vida que permita satisfazer todas as suas necessidades básicas.
- Apoiar o estabelecimento de uma cadeia de produção, processamento e comercialização integrada e completa, socialmente justa e ecologicamente responsável.
- Proteger, aprender e reconhecer a importância dos conhecimentos nativos e ancestrais e dos sistemas tradicionais de agricultura” (IFOAM, 2002: 13).

Uma panóplia tão alargada de potenciais benefícios favoreceu a crescente atenção sobre este modo de produção por parte de instâncias internacionais (ONU, OCDE, UE, OMC...) e dos decisores políticos dos Estados-Nação. Segundo Lampkin, este interesse prende-se, fundamentalmente, com:

- a existência de um nicho de mercado que pode compensar os agricultores por uma baixa de produtividade que se preverá, sobretudo, com métodos de produção menos intensivos;

- uma crescente procura deste tipo de produtos por parte dos consumidores que reclamam o reforço e o controlo, quer nos métodos de produção, quer nos métodos de comercialização;
- a baixa intensidade das explorações do MPB (que aposta na qualidade em detrimento da quantidade), podendo contribuir para limitar o excedente de produção agrícola;
- a oportunidade de diversificação das explorações agrícolas e os seus potenciais efeitos colaterais: aumento de emprego, dinamização da vida rural, fomento do turismo rural, etc. (Cf. Lampkin *et alii*, 2000).

É assim que, no âmbito dos trabalhos da Comissão do *Codex Alimentarius* que operacionaliza o Programa Conjunto FAO/OMS de Normas Alimentares¹⁰, surgem, em 1999, as *Directrizes para a Produção, Processamento, Comercialização e Rotulagem de Produtos Alimentares Produzidos no Modo de Produção Biológico* (FAO/OMS, 2001).

Trata-se, afinal, da tentativa mais abrangente de harmonização de práticas e modos de produção e comercialização dos produtos da AB e resulta da conjunção de esforços de instâncias de governança internacional ligadas à ONU (FAO e OMS), da União Europeia, de governos nacionais e de organizações governamentais e não governamentais de âmbito internacional (*e.g.*, IFOAM). Este documento pretende contribuir para os esforços de clarificação e de normalização que se impunham nesta actividade e socorre-se do trabalho prévio levado a cabo pela própria *Comissão do Codex Alimentarius*, mas também da experiência e dos conhecimentos reflectidos nas normas já desenvolvidas pela IFOAM e, ainda, na regulamentação da União Europeia, de que se destacam o Regulamento (CEE) n° 2092/91 — *relativo ao Modo de Produção Biológico dos produtos agrícolas e sua indicação nos produtos agrícolas e nos géneros alimentícios* — e o Regulamento (CE) n° 1804/99 — que completa o anterior no que respeita, sobretudo, ao MPB de animais e de produtos de origem animal.

Definindo claramente o MPB e, assim, prevenindo (quando adoptado) aproveitamentos decorrentes da ausência de regras ou da existência de regras pouco claras, a AB é vista, neste documento, como resultado de um sistema de produção

¹⁰ Esta comissão tem como objectivos principais — a partir de uma compilação de normas e padrões internacionalmente adoptados para a produção de alimentos — a protecção da saúde dos consumidores, o assegurar de práticas de comércio alimentar claras e a promoção da coordenação de todas as normas alimentares acordadas a nível internacional.

holístico que promove e incentiva o equilíbrio dos ecossistemas e das comunidades rurais, contribuindo, designadamente, para:

- a) “aumentar a diversidade biológica em todo o sistema;
- b) incrementar a actividade biológica dos solos;
- c) manter, a longo prazo, a fertilidade dos solos;
- d) reciclar os resíduos de origem vegetal e animal, a fim de restituir à terra os elementos nutritivos e, desta forma, reduzir ao mínimo a utilização de recursos não renováveis;
- e) contar basicamente com recursos renováveis, em sistemas agrícolas localmente organizados;
- f) promover a boa utilização dos solos, da água e do ar, e reduzir ao mínimo todas as formas de poluição provocadas pelas práticas culturais e de produção animal;
- g) manipular os produtos agrícolas tendo em atenção, nomeadamente, os métodos de transformação e processamento, a fim de preservar, em todos os estádios, a integridade biológica e as qualidades essenciais do produto;
- h) ser adoptada, numa exploração existente, apenas após um período de conversão, cuja duração deve ser determinada por factores específicos à exploração, como, por exemplo, o historial da terra e os tipos de cultura e de produção animal a realizar” (Cf. FAO/OMS, 2001: 3).

Objectivos que dificilmente serão atingidos sem a necessária credibilização do sistema de produção e distribuição, capaz de incentivar a confiança dos consumidores. Procurou-se, por conseguinte, tornar as políticas e os mecanismos desenvolvidos a nível nacional e a nível internacional num instrumento de diferenciação do MPB “protegido por normas específicas de rotulagem e baseado no controlo do processo de produção que é delimitado por normas rígidas de qualidade” (OCDE, 2001a: 32). Criam-se, deste modo, condições para promover a procura, gerando a necessária confiança dos consumidores e possibilitando a multiplicação de oportunidades de mercado e a valorização das produções.

O papel dos Organismos de Controlo e de Certificação e o sistema de rotulagem que permite identificar claramente os produtos alimentares biológicos são fundamentais neste processo, possibilitando uma completa rastreabilidade da cadeia dos produtos que controlam e certificam, com o objectivo primeiro de garantir e

fomentar a confiança dos consumidores. Como se afirma nas já referidas *Organically produced foods guidelines* do *Codex Alimentarius*, a certificação consiste num “procedimento através do qual os organismos oficiais de certificação, ou os organismos oficialmente reconhecidos de certificação, garantem [...] que os produtos alimentares ou os sistemas de controlo desses produtos estão conformes os requisitos estipulados” (FAO/OMS, 2001: 7).

As normas e regras a que estes organismos estão sujeitos para obterem a acreditação internacional são, por isso, tão apertadas quanto as que pretendem fazer vingar. Restringimo-nos, por isso, apenas aos requisitos gerais da IFOAM. De acordo com os *IFOAM Accreditation Criteria*:

1. “O Organismo de Certificação deverá contar com uma estrutura organizativa documentada e eficiente que permita granjear confiança na sua certificação.
2. O Organismo de Certificação deve dispor de documentação que demonstre que é uma entidade legal.
3. O Organismo de Certificação deverá identificar comités, grupos ou indivíduos que assumam responsabilidades na gestão e desenvolvimento das seguintes tarefas:
 - a. efectuar testes, inspecções, avaliações e certificações de acordo com o definido,
 - b. formular estratégias políticas internas, relacionadas com as operações de certificação,
 - c. tomar decisões nos processos de certificação,
 - d. supervisionar a implementação das políticas internas no terreno,
 - e. supervisionar e zelar pela saúde e transparência financeira do Organismo de Certificação,
 - f. delegar autoridade nos comités ou em colaboradores individuais, sendo que todas as tarefas devem ser executadas em seu nome,
 - g. garantir uma base técnica em que sempre assentem os actos de certificação” (IFOAM, 2002: 81).

Em Portugal, no que à AB concerne, a legislação parece decorrer, basicamente, da transposição de directivas e regulamentos de Bruxelas, enquadradas, como ficou exposto, num movimento mais amplo de regulação que inclui a ONU (OMS, FAO, CNUAD, etc.), a OCDE ou a OMC. A regulamentação comunitária que

tem vindo a definir as regras de produção, rotulagem e comercialização da AB tem por base o regulamento (CEE) nº 2092/91 do Conselho (relativo ao MPB de produtos agrícolas e à sua indicação nos produtos agrícolas e nos géneros alimentícios), posteriormente alvo de inúmeras alterações, de que se destaca o regulamento (CE) 1804/99, que introduz normas de criação de gado.

No próprio preâmbulo do regulamento 2092/91 faz-se referência às motivações sócio-económicas e às motivações ecológicas. Em jeito de justificação, considera-se, nomeadamente:

- “que os consumidores procuram cada vez mais produtos agrícolas e géneros alimentícios obtidos por modo biológico e que esse fenómeno cria um novo mercado para os produtos agrícolas;
- que esses produtos se vendem no mercado a um preço mais elevado, embora o referido modo de produção implique uma utilização menos intensiva dos solos;
- que o referido modo de produção pode, portanto, desempenhar um papel no âmbito da política agrícola comum no que se refere à realização de um melhor equilíbrio entre a oferta e a procura de produtos agrícolas, à protecção do ambiente e à manutenção do espaço rural” [Regulamento (CEE) 2092/91 do Conselho].

As políticas de incentivos à reconversão e manutenção deste tipo de agricultura alternativa, enquadradas no programa agro-ambiental da reforma da PAC de 1992, foram postas em prática, no entanto, só a partir da aplicação do regulamento (CEE) 2078/92 (Lampkin *et alli*, 2000: 222), substituído, mais tarde, pelo regulamento (CE) 1257/99 — relativo ao apoio do Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola (FEOGA) ao desenvolvimento rural. No capítulo VI — Medidas Agro-Ambientais — fica, desde logo, claro que o apoio deve contribuir para a realização dos objectivos das políticas comunitárias de agricultura e de ambiente. Segundo o próprio articulado do regulamento, esse apoio procuraria promover:

- “formas de exploração das terras agrícolas compatíveis com a protecção e a melhoria do ambiente, da paisagem e das suas características, dos recursos naturais, dos solos e da diversidade genética,
- uma extensificação da exploração agrícola e manutenção de sistemas de pastagem extensivos, favoráveis em termos de ambiente,

- a conservação de espaços cultivados de grande valor natural que se encontrem ameaçados,
- a preservação da paisagem e das características históricas e tradicionais nas terras agrícolas,
- a utilização do planeamento ambiental nas práticas agrícolas” [Regulamento do Conselho (CE) 1257/99].

Para garantir uma boa aplicação dos fundos, segundo o artigo 23º da mesma regulamentação:

- 1 “[...] será concedido apoio aos agricultores que assumam compromissos agro-ambientais durante, pelo menos, cinco anos. Se necessário, será definido um período mais longo para determinados tipos de compromissos, tendo em conta os seus efeitos ambientais.
- 2 Os compromissos agro-ambientais devem ir para além da mera aplicação das boas práticas agrícolas correntes. Esses compromissos devem dar origem a serviços que não sejam fornecidos por outras medidas de apoio, como as medidas de apoio ao mercado ou as indemnizações compensatórias” (*Ibidem*).

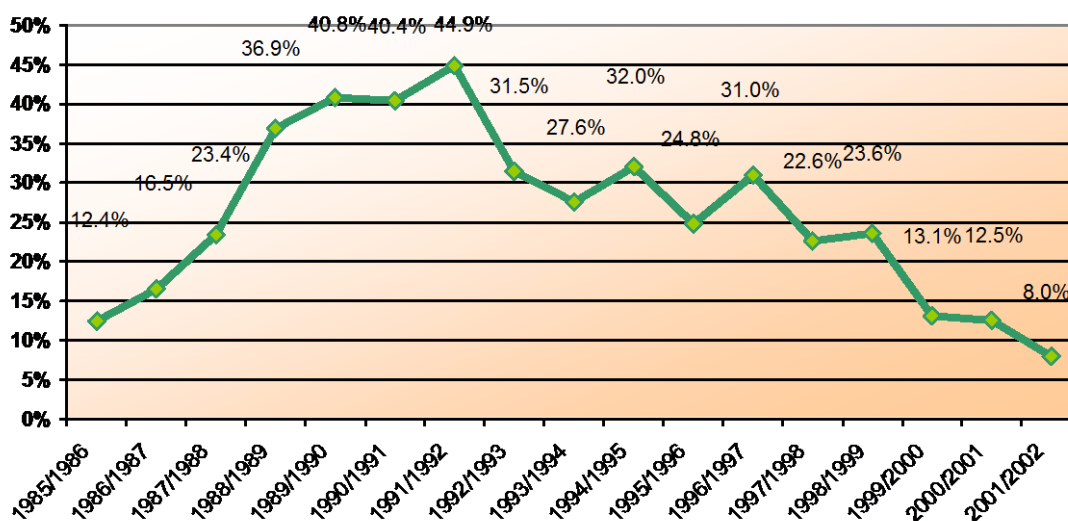
Considera-se, portanto, que os agricultores, apoiados de forma adequada, podem desempenhar um papel multifuncional da maior relevância para o conjunto da sociedade, introduzindo ou mantendo métodos de produção compatíveis com as crescentes exigências de preservação do ambiente e dos recursos naturais, ou de defesa das comunidades rurais e das paisagens tradicionais.

Os estados membros foram, assim, incumbidos da preparação de programas com vista à efectiva aplicação e adaptação desta regulamentação a cada uma das realidades europeias e, como aliás já previa o regulamento (CE) 2078/92, encarregues de comunicar “à Comissão os projectos do quadro-regulamentar geral referido no n.º 4 do artigo 3º e dos programas referidos no n.º 1 do artigo 3º, bem como as disposições legislativas, regulamentares ou administrativas existentes ou que tencionem adoptar para permitir a aplicação do presente regulamento, até 30 de Julho de 1993” [Regulamento do Conselho (CE) 2078/92]. Daí que, em muitos casos, parte dos esquemas de ajuda ao MPB só tenham começado a ser efectiva e consistentemente aplicados na Europa a partir de 1995/1996.

Embora actualmente represente menos de 4% da SAU e ainda menos das explorações agrícolas europeias, a AB constitui, como se defende no sítio da UE, um

dos mais dinâmicos sectores agrícolas na União Europeia. (http://www.organic-europe.net/europe_eu/statistics.asp). Fosse pela expectativa dos apoios que aí vinham e porque a permanência anterior na actividade poderia garantir vantagens na atribuição dos subsídios, fosse porque alguns países já dispunham de programas de incentivos próprios, fosse ainda porque o mercado e os valores ecológicos que entretanto emergiram assim o determinaram, na Europa, como se pode verificar no gráfico 5, o *boom* desta actividade começou mesmo antes de 1993.

Gráfico 5 – Taxas de crescimento anuais na Europa (UE 15) da área convertida ao MPB entre 1985 e 2002

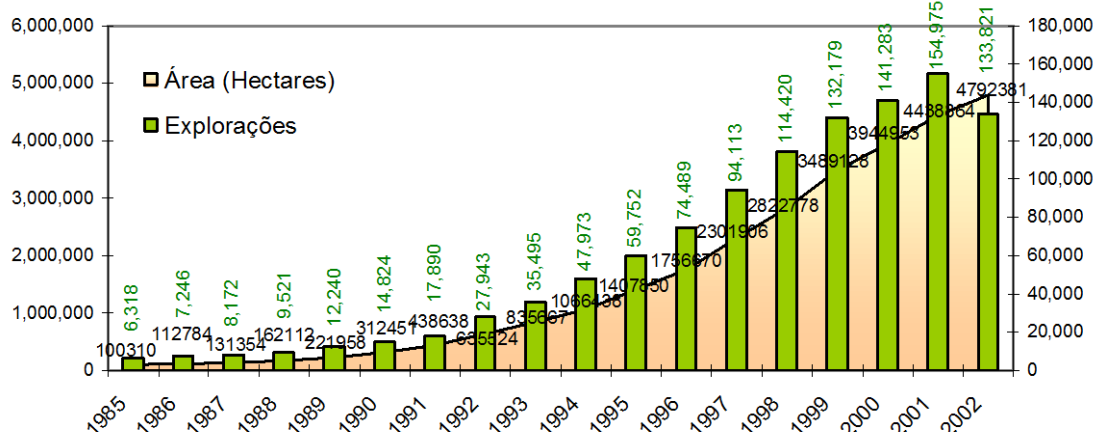


Fonte: www.organic.aber.ac.uk/statistics/euroarea.htm

Com efeito, mesmo antes do Regulamento 2092/91 entrar em vigor, muitos países fora e dentro da UE já protegiam legalmente os produtos da AB (com regulamentação e logotipos próprios). Aliando-se esta situação à existência (também prévia) de normas e marcas de qualidade privadas, com credibilidade e aceitação em países com larga tradição na AB, como são o Reino Unido, a Dinamarca, a Áustria, a Suécia ou a Suíça, não espantarão as taxas de crescimento anuais atingidas alguns anos antes da regulamentação europeia entrar em vigor. Situação que, de alguma forma, poderá justificar o decréscimo da taxa de crescimento que se verifica em 1993. A necessária adaptação a novas regras mais apertadas e, para alguns, demasiado rígidas poderá ter afastado alguns agricultores, se não da agricultura alternativa, pelo menos dos parâmetros oficiais do MPB¹¹.

¹¹ Ainda hoje persistem redes de agricultura alternativa não certificada na Suécia e na Alemanha.

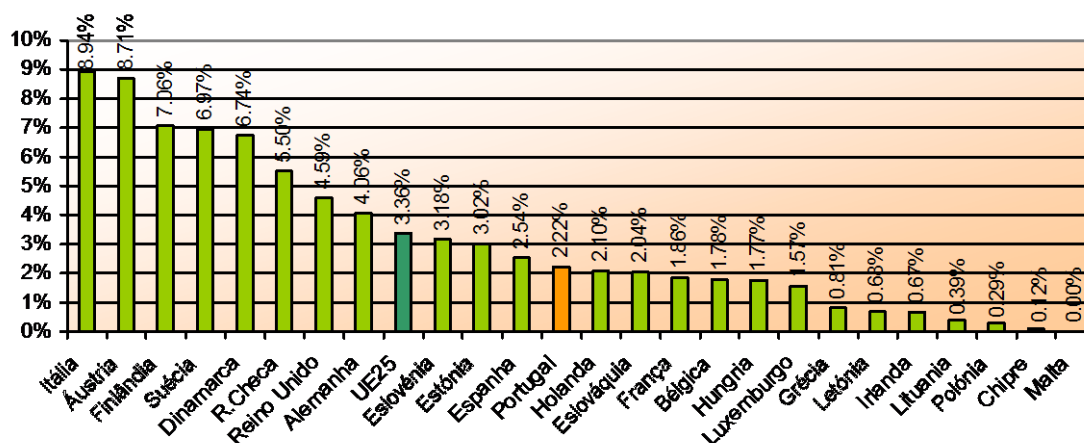
Gráfico 6 – Evolução da área (ha) e número de explorações agrícolas certificadas ou em processo de conversão na União Europeia (UE 15) entre 1985 e 2002



Fonte: <http://www.organic.aber.ac.uk/stats/.shtml> e www.organic-europe.net/europe_eu/statistics.asp

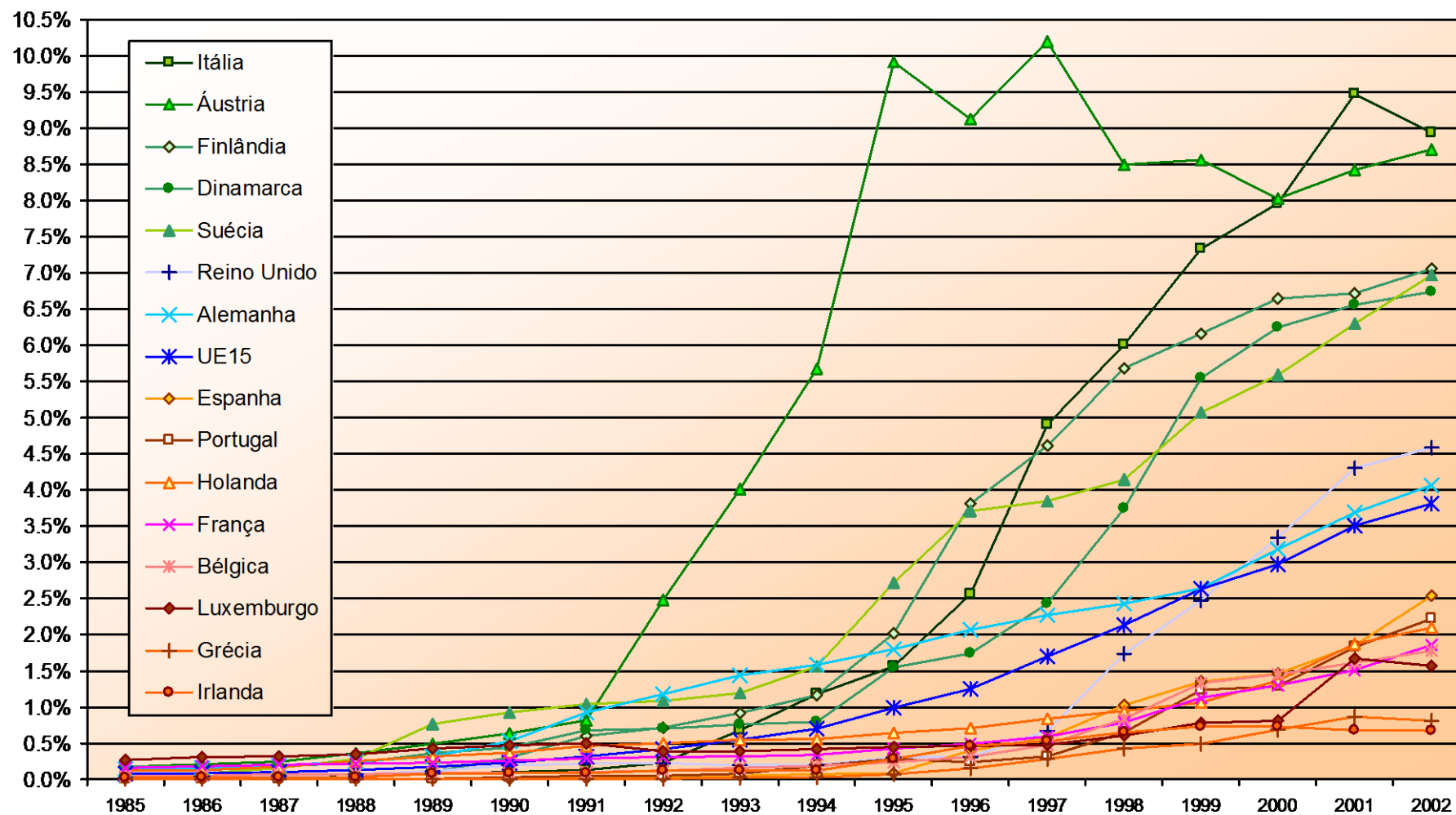
Em resultado de um esforço em que confluem revalorização social do ambiente, da saúde e da qualidade alimentar com um conjunto de medidas e políticas concertadas, a área convertida ao MPB (considerados apenas os 15 estados membros antes do alargamento) passou de 100.310 ha, em 1985, para 4.792.381, em 2002, num processo global progressivo e constante. Ainda que estes números não cheguem sequer aos 4% da SAU na União Europeia (UE 15), o crescimento atingido, espelhado no gráfico 6, atesta que estamos perante uma dinâmica sem paralelo no panorama agrícola europeu e mundial.

Gráfico 7 – Percentagem de Superfície Agrícola Utilizada (SAU) convertida ao MPB na União Europeia (UE 25) em 2002



Fonte: www.organic.aber.ac.uk

Gráfico 8 – Evolução da Percentagem de Superfície Agrícola Utilizada (SAU) convertida ao MPB na União Europeia (UE 15) em 2002



Fonte: www.organic.aber.ac.uk

A situação actual, tal como se nos apresenta no gráfico 7, posiciona Portugal no meio da tabela, se considerados os 25 actuais membros da União Europeia. Surge, no entanto, acompanhado não só pela maioria dos países que recentemente aderiram à UE como, ainda, por uma boa parte dos membros mais antigos (Irlanda, Grécia, Luxemburgo, Bélgica, França, Holanda e Espanha). Apesar de diferenças assinaláveis entre si, todos estes países ficaram aquém da média europeia, que, em 2002, foi de 3,36% da SAU. Se Malta não tem sequer registo de qualquer área convertida ao MPB, à Estónia e à Eslovénia falta muito pouco para atingirem o valor médio europeu.

Com percentagens superiores a este valor destacam-se, desde logo, a Itália e a Áustria, que parecem ter aproveitado bem os incentivos previstos da regulamentação europeia, e a República Checa (o único novo membro da UE nesta situação). Restam os países escandinavos, a Alemanha e o Reino Unido, países onde a AB tem raízes longínquas e os novos valores ecológicos há muito se fizeram impor. Mas vejamos como evolui cada um destes países desde 1985 até 2002.

No gráfico 8 a evolução de contornos muito particulares da AB austríaca resulta clara e evidente. O arranque do processo de conversão deu-se neste país, de forma ímpar e pioneira, ainda antes da entrada em vigor da regulamentação europeia. Um crescimento vertiginoso ocorreu a partir de 1991 e prolongou-se pelos quatro anos seguintes. Não admira, portanto, que até 2000 tenha sido este país a liderar as taxas de conversão na Europa e ainda hoje registe, a par da Itália, os maiores índices de conversão. Destaca-se, em seguida, um grupo, cujo comportamento parece relacionar-se mais com a implementação das medidas previstas no regulamento 2092/91. Com efeito, a partir de 93/94 emerge um movimento global que impele a conversão, sobretudo nos três países escandinavos (Dinamarca, Suécia e Finlândia), na Alemanha (que acabaria por não acompanhar o ritmo de crescimento dos restantes¹²) e na Itália (que viria, a partir de 1998, a ganhar um impulso ainda maior, que a catapultou para a liderança europeia).

Finalmente, o grupo que, por razões diversas, parece ter aproveitado menos as políticas de apoio à AB inclui, além de Portugal, a Espanha, a Holanda, a França, a Bélgica, o Luxemburgo e, no fim da tabela, a Grécia e a Irlanda. Como veremos, no

¹² A já referida persistência de uma rede não certificada de Agricultura Biológica na Alemanha poderá explicar, pelo menos em parte, este desempenho menos conseguido da Agricultura Biológica certificada.

entanto, mesmo nestes países, e especificamente em Portugal, a implementação do regulamento 2092/91 não foi inócua e determinou uma subida que se torna mais clara quando analisados os casos separadamente¹³. Ainda assim, nos últimos anos, como ficou evidente, sobretudo, nos gráficos 5 e 6, nota-se uma desaceleração no crescimento que parece resultar mais do esgotamento do modelo do que das dificuldades de adaptação às regras e aos requisitos da regulamentação.

Daí que, reconhecendo a multifuncionalidade da AB e os benefícios globais decorrentes desta abordagem sustentável da agricultura, a Comissão Europeia se tenha decidido a patrocinar a elaboração do *Plano de Acção Europeu para os Alimentos e a Agricultura Biológica*. Para potenciar resultados e garantir a adesão de agricultores e consumidores o plano decorreu de uma consulta pública *online*, concluída em 16 de Março de 2003, sobre uma prévia proposta da Comissão para um *Plano de Acção Europeu em Matéria de Alimentação e Agricultura Biológicas*. Participaram nesta consulta mais de 1.100 cidadãos e organizações, tendo-se discutido, entre outros assuntos, o estabelecimento de normas, a rastreabilidade dos produtos e os sistemas de venda e comercialização. Acrescenta-se a este processo de consulta a audição organizada pelo Parlamento Europeu (em Junho de 2003) e, para rematar o processo, a auscultação pública promovida pela Comissão em 22 de Janeiro de 2004.

As propostas do plano visam, principalmente, potenciar os efeitos da AB pela incrementação da credibilidade do sistema, pelo fomento da adesão dos agricultores, pela dinamização do mercado e pela disponibilização de mais informação aos consumidores. Dos 21 pontos que constituem este documento, destacam-se as possibilidade acrescidas de:

- aumentar o conhecimento dos consumidores através de campanhas de informação e de promoção das vendas, incluindo a utilização do logotipo comunitário;
- melhorar a recolha e a análise dos dados estatísticos no sector biológico;
- otimizar a integração da AB nos programas de desenvolvimento rural;
- desenvolver a investigação relativa à AB;
- definir os princípios de base da AB;
- completar e prosseguir a harmonização das normas relativas à AB;

¹³ Para uma melhor consulta dos dados, ver os quadros do anexo I.

- clarificar as questões relativas aos OGM;
- adaptar as regras de controlo e melhorar a colaboração entre as autoridades responsáveis pela inspecção;
- adoptar medidas destinadas a facilitar as trocas comerciais, dinamizando e promovendo os circuitos de comercialização dos produtos biológicos com os países terceiros, com base na equivalência e de forma a facilitar o acesso ao mercado dos países em vias de desenvolvimento.

Tornando explícito o serviço público prestado, e garantindo mais e melhor informação (*e.g.*, divulgação de normas e regulamentos, disponibilização de estatísticas relativas à produção, à oferta e à procura e clarificação e estabilização dos princípios básicos da AB) é, neste âmbito, fundamental, quer pelos objectivos que se propõem:

- fomento da transparência e da confiança dos consumidores;
- rigor e fiabilidade do sistema de controlo e das disposições relativas à importação;
- melhoria das normas, por exemplo, no que se refere ao bem-estar dos animais;
- alargamento da regulamentação a domínios ainda não abrangidos, tais como a aquicultura, ou a aspectos ambientais, como a utilização de energias fósseis,

quer pelos instrumentos de implementação que se proporciona:

- harmonização e reforço das normas, através da negociação continuada com organizações internacionais;
- generalização do uso do símbolo da UE, não só nos produtos europeus, como nos importados;
- estabelecimento de um comité científico e técnico independente, que possa emitir pareceres e outro tipo de contribuições para a melhoria do sistema. (*Cf.* Comissão das Comunidades Europeias, 2004b).

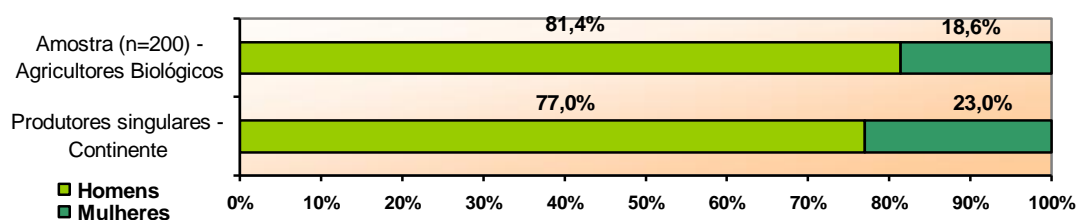
O que se pretende, afinal, é aumentar a eficácia do apoio público à AB, incentivando os Estados-membros a um aproveitamento mais intensivo e coerente das diversas medidas de desenvolvimento rural, por exemplo, através de planos de acção nacionais, do reforço da investigação no domínio da AB e da difusão de normas e controlo comunitários.

4. Contextos, dinâmicas e singularidades nacionais

4.1 Protagonistas e condições de mudança

Apesar do enquadramento e da reflexão que nos chega por via das instituições de governança internacional em geral e da União Europeia em particular, em Portugal, pese embora o crescimento dos últimos anos, as políticas de incentivo e apoio ao MPB parecem estar longe de ter atingido os níveis de conversão agrícola desejados. Interessa, por isso, perceber que factores e que características potenciam a adesão aos métodos alternativos da AB. Desde logo, que tipo de agricultores se interessou pela AB em Portugal? Que regiões surgem com mais área convertida ou com maior número de agricultores convertidos e a responder ao inquérito? Que competências detêm os inquiridos e quais se revelam mais importantes para que se enverede pelos caminhos alternativos do MPB? Sendo o inquérito o instrumento metodológico central na pesquisa, interessa caracterizar os respondentes e comparar os resultados com os dados estatísticos gerais disponíveis, sejam eles referentes ao universo agrícola português em geral, sejam específicos do grupo mais restrito de “agricultores biológicos” portugueses.

Gráfico 9 – Agricultores segundo o sexo (comparação entre a amostra e o universo de agricultores portugueses)

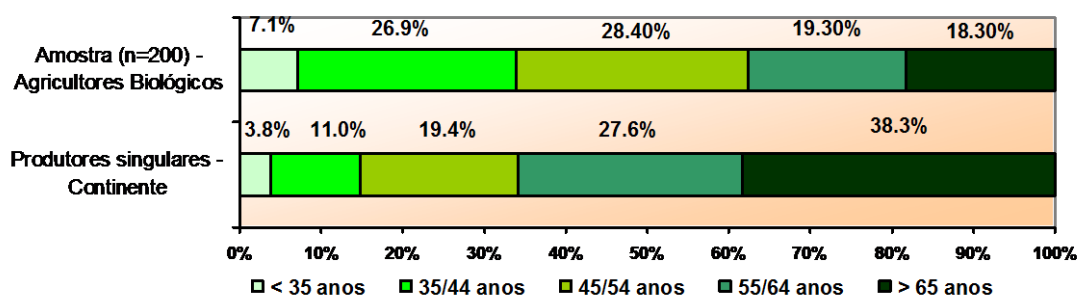


Fonte: Inquérito aos Agricultores em MPB, 2003 e INE – Recenseamento Geral da Agricultura 1999

Se entre os agricultores portugueses em geral, e de acordo com as características globais mais tradicionais da sociedade portuguesa, as mulheres surgem em franca minoria (apenas 23% dos produtores singulares recenseados pelo INE são do sexo feminino), a nossa amostra confirma, e até acentua, esta diferença. Tratando-se de uma actividade inovadora que exige o corte com métodos convencionais de exploração agrícola, os homens reforçam a sua presença num universo tradicionalmente masculino¹⁴.

¹⁴ No entanto, ainda segundo o RGA de 1999, se atentarmos aos valores referentes à população agrícola familiar no seu conjunto e não apenas aos produtores singulares, o desequilíbrio entre homens e mulheres desaparece (50,6% de homens e 49,4% de mulheres). Mais do que uma efectiva ausência das mulheres na agricultura, o gráfico 1 parece apenas revelar que a representação oficial do casal

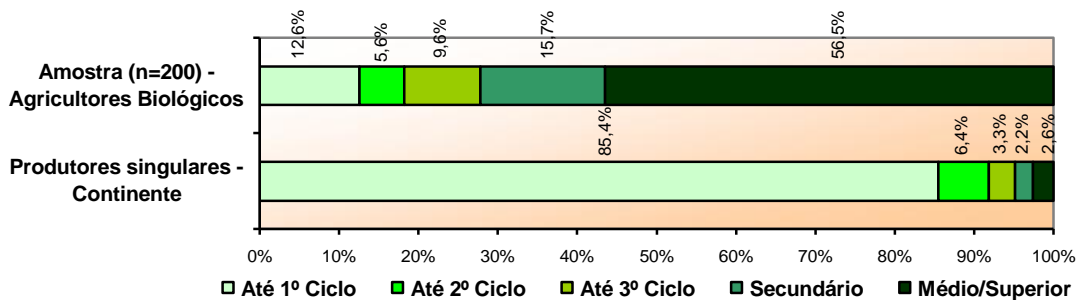
Gráfico 10 – Agricultores segundo o grupo etário (comparação entre a amostra e o universo de agricultores portugueses)



Fonte: Inquérito aos Agricultores em MPB, 2003 e INE – Recenseamento Geral da Agricultura 1999

Aparentemente, como se constata no gráfico 10, são os agricultores dos grupos etários mais velhos que menos disponíveis se mostraram para responder ao inquérito. Note-se, no entanto, que estamos a comparar a amostra com a totalidade de agricultores (biológicos e convencionais). Ora se em termos gerais estamos perante uma população envelhecida, temos razões para acreditar que a AB será mais apelativa para as faixas etárias mais jovens. Esta poderá ser uma razão suficiente para justificar a aparente maior juventude dos inquiridos. A escolaridade, no entanto, interrelacionando-se com a idade, parece desempenhar um papel talvez mais importante para o processo de conversão ao MPB.

Gráfico 11 – Agricultores segundo o nível de instrução (comparação entre a amostra e o universo de agricultores portugueses)



Fonte: Inquérito aos Agricultores em MPB, 2003 e INE – Recenseamento Geral da Agricultura 1999

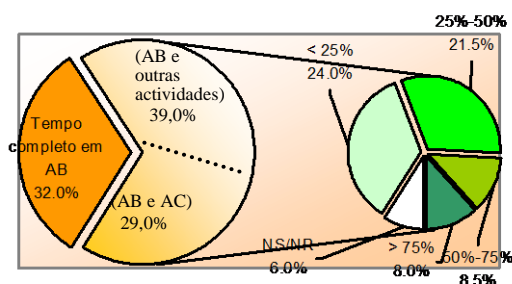
Entre os agricultores portugueses em geral não será de estranhar o peso esmagador do primeiro ciclo do ensino básico (85,4% entre os produtores singulares no Recenseamento Geral Agrícola). Já a elevada escolaridade evidenciada pelos agricultores biológicos parece indiciar um grupo que, a este nível, se distingue claramente no panorama agrícola português e, mesmo, na sociedade portuguesa em geral.

continua, como tradicionalmente, a ser desempenhada pelo homem. Na Agricultura Biológica a situação não parece ser diferente.

Ainda que, em parte, o alto nível de instrução evidenciado pelos agricultores que responderam ao inquérito se possa dever a um maior à vontade (e competência) destes inquiridos para preencherem o questionário, os números não parecem admitir dúvidas de que estamos perante um grupo profissional recrutado, especialmente, entre as classes mais escolarizadas. Já os inquéritos gerais à população têm mostrado que é entre os grupos mais instruídos que mais florescem os novos valores ecológicos. Por conseguinte, não será de espantar que, também entre os agricultores, um maior capital escolar e cultural favoreça a adopção de atitudes e práticas ambientalmente mais responsáveis, como será o MPB.

Por outro lado, mais recursos escolares e a capacitação que isso implica não deixarão de se mostrar relevantes para enfrentar os incontornáveis, burocráticos e complicados processos de candidatura aos apoios à conversão agrícola. Se a assunção dos valores ecológicos não fosse suficiente para fazer a diferença, a maior capacidade em descortinar vantagens e gerir os processos de candidatura justificará, em boa parte, os quase 60% de agricultores convertidos ao MPB com nível de instrução médio/superior.

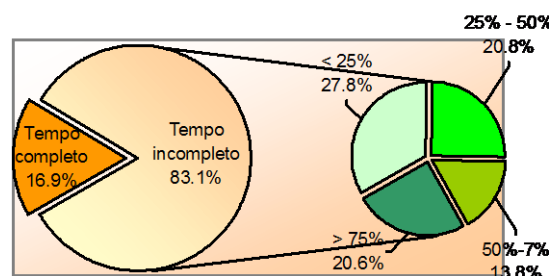
Gráfico 12 – Tempo dedicado ao MPB entre os inquiridos



AB: Agricultura Biológica AC: Agricultura Convencional

Fonte: Inquérito aos Agricultores em MPB, 2003 (n=200)

Gráfico 13 – Tempo dedicado à actividade agrícola entre os agricultores portugueses

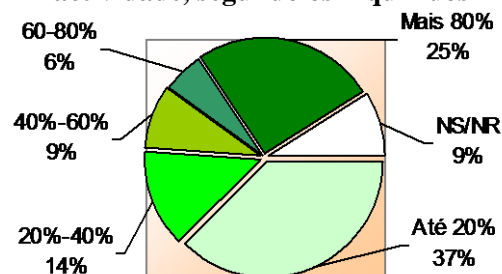


Fonte: INE – Recenseamento Geral da Agricultura, 1999

A agricultura portuguesa parece, de acordo com o gráfico 13, estar a tornar-se uma actividade de *part time*. Com efeito, segundo o Recenseamento Agrícola de 1999, entre a globalidade dos agricultores portugueses apenas 16,9% mantinham a exclusividade agrícola. Entre os agricultores convertidos ao MPB, no entanto, esta tendência para a pluriactividade atenua-se claramente. Se atentarmos ao gráfico 12, torna-se evidente a maior propensão dos “agricultores biológicos” para se dedicarem em exclusivo à actividade. Mais de 60% dos inquiridos desempenham apenas

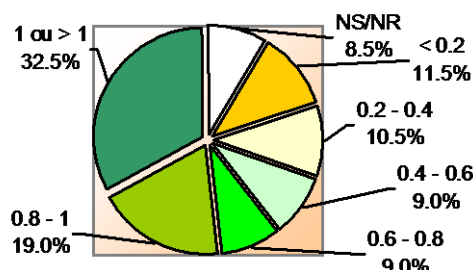
actividade agrícola, sendo que 29% acumulam os modos de produção convencional e biológico e 32% dedicam-se em exclusivo à AB. Vejamos, então, que lugar ocupa esta actividade no rendimento destes agricultores.

Gráfico 14 – Rendimento conseguido na actividade, segundo os inquiridos



Fonte: Inquérito aos Agricultores em MPB, 2003 (n=200)

Gráfico 15 – Proporção rendimento/tempo no MPB, segundo os inquiridos



Fonte: Inquérito aos Agricultores em MPB, 2003 (n=200)

Para a maior parte dos inquiridos, incluindo alguns que se lhe dedicam a tempo inteiro, o MPB representa apenas uma parte dos seus rendimentos. Com efeito, 37% dos inquiridos declaram obter não mais de 20% dos seus rendimentos da AB e mais de metade não ultrapassam os 40% (gráfico 14).

Tentando compreender melhor estes resultados, ensaiámos um exercício que procurou medir a proporção do rendimento conseguido através da AB tendo em conta o tempo despendido nessa actividade:

$$\% \text{ de rendimento no MPB} / \% \text{ de tempo despendido no MPB}$$

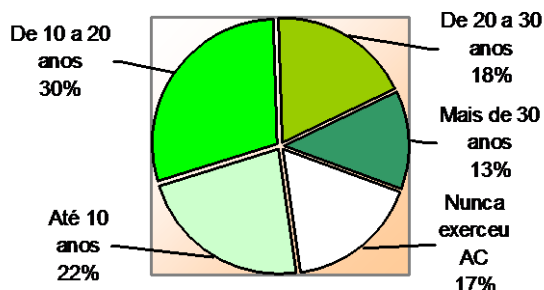
Desta forma, os resultados surgem bastante mais favoráveis ao MPB (Gráfico 15). Mais de metade dos inquiridos (segundo as suas declarações relativas ao rendimento obtido e tempo despendido no MPB) atingem valores superiores a 0,80 e 32,5% valores iguais ou mesmo superiores a 1¹⁵. O rendimento relativo tende, por outro lado, a subir à medida que o tempo despendido na actividade é maior. Como seria de esperar, uma melhor integração e um maior empenho que esse facto acarreta proporcionarão maiores hipóteses de viabilidade económica. Ao contrário, os agricultores que menos tempo dedicam ao MPB tendem a menosprezar rendimentos daí advindos e a questionar mais a sua opção pela AB.

Tendo os mais significativos programas de apoio à AB surgido, sobretudo, com a adesão à Comunidade Europeia e com a aplicação do Regulamento nº 2092/91, não espantará que os agricultores tenham, na sua maioria, enveredado por

¹⁵ O que indicia que os rendimentos resultantes da Agricultura Biológica seriam superiores aos das outras actividades.

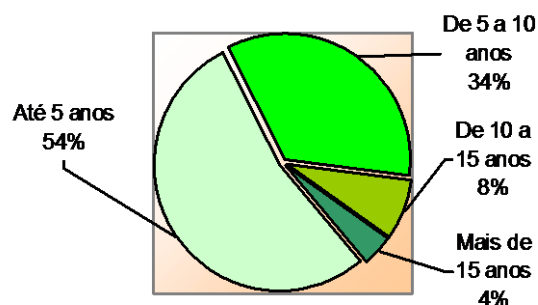
este modo de produção após os apoios e incentivos estarem efectivamente implementados, abandonando, ou não, a actividade na agricultura convencional.

Gráfico 16 – Anos dedicados à agricultura convencional, segundo os inquiridos



Fonte: Inquérito aos Agricultores em MPB, 2003 (n=200)

Gráfico 17 – Anos dedicados à Agricultura Biológica, segundo os inquiridos

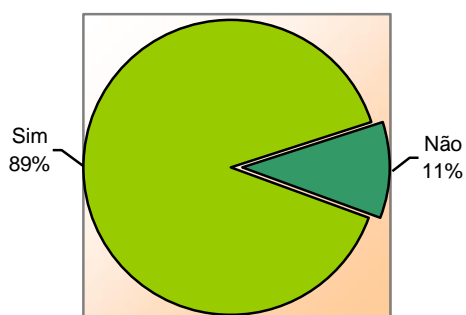


Fonte: Inquérito aos Agricultores em MPB, 2003 (n=200)

Os “agricultores biológicos” em Portugal são, afinal, veteranos da actividade agrícola. Apenas 17% dos respondentes declaram nunca ter exercido agricultura convencional. Mais de 60%, no entanto, exerceu, pelo menos, mais de 10 anos essa actividade e, de entre estes, 18% declarara ter exercido agricultura convencional há pelo menos 20 anos e 13% há mais de 30 anos.

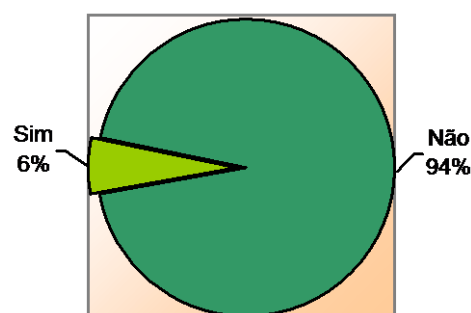
Quanto aos anos passados sobre a data de conversão, mais de metade (54%) não ultrapassa 5 anos e 88% não ultrapassam os 10 anos. Os agricultores convertidos, há mais de 10 anos, resumem-se a 12%. Com mais de 15 anos não registámos mais do que 4% das respostas.

Gráfico 18 – Formação profissional em Agricultura Biológica entre os inquiridos



Fonte: Inquérito aos Agricultores em MPB, 2003 (n=200)

Gráfico 19 – Formação profissional entre os produtores agrícolas singulares

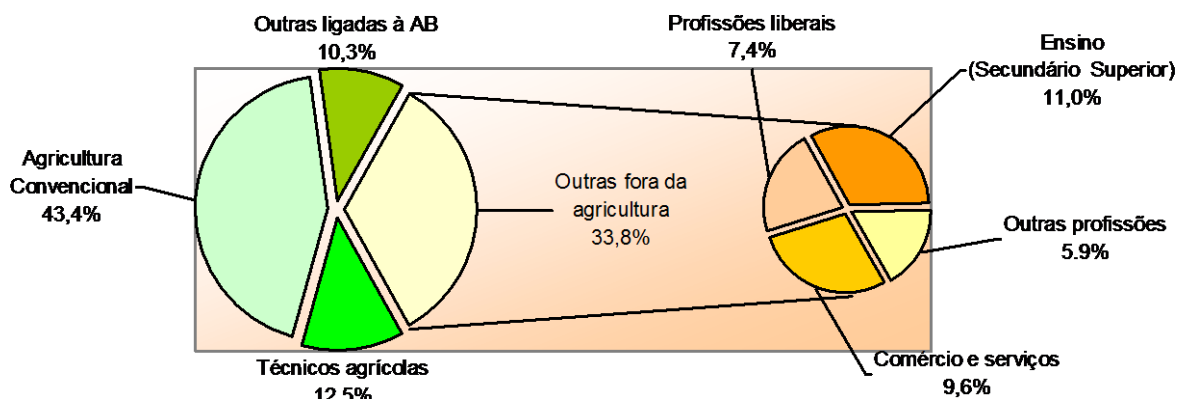


Fonte: INE – Recenseamento Geral da Agricultura 1999

No âmbito do Plano de Desenvolvimento Rural (RURIS), o regulamento de aplicação das Medidas Agro-Ambientais, aprovado pela Portaria nº 475/2001, prevê como condição de acesso à medida “Agricultura Biológica” que os candidatos

tenham frequentado uma acção de formação específica ou se comprometam a frequentá-la, devendo, neste caso, apresentar o respectivo certificado aquando da primeira confirmação anual. Tal justificará a elevada taxa de formação declarada entre estes agricultores. Como verificamos no gráfico 18, 89% dos inquiridos declararam ter passado por, pelo menos, uma acção de formação e não mais de 11% admitem não ter tido acesso a qualquer formação para além da adquirida na prática quotidiana. Ora, mesmo admitindo alguns erros de preenchimento ou a frequência do curso obrigatório por algum outro responsável pela exploração que não o inquirido, o que merece o nosso realce é o contraste verificado entre os inquiridos e o universo dos agricultores portugueses. Entre estes últimos, apenas 6% declaram ter tido acesso a algum tipo de formação profissional.

Gráfico 20 – Outras actividades profissionais declaradas pelos inquiridos

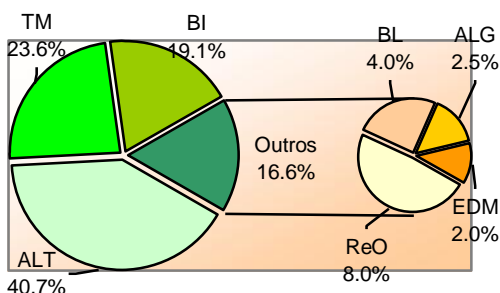


Fonte: Inquérito aos Agricultores em MPB, 2003 (n=136)

Dos 68% de inquiridos que declaram exercer outra profissão para além da AB, como se constata no gráfico 20, a maioria dedica o seu tempo, sobretudo, a outro tipo de actividades agrícolas, sejam elas mais ou menos sustentáveis. Com efeito, 43% destes inquiridos declaram manter actividade na agricultura convencional, 13% são quadros técnicos agrícolas (engenheiros agrónomos, técnicos superiores do Ministério da Agricultura, etc.) e 10% dedicam-se a outras actividades relacionadas com a AB (promoção, formação, comércio, transformação, etc.). Restam 34%, que declaram actividades fora do âmbito agrícola: ensino (professores do secundário e do superior), comércio e serviços (empresários, comerciantes e industriais), profissionais liberais e, ainda, outras profissões da mais variada índole.

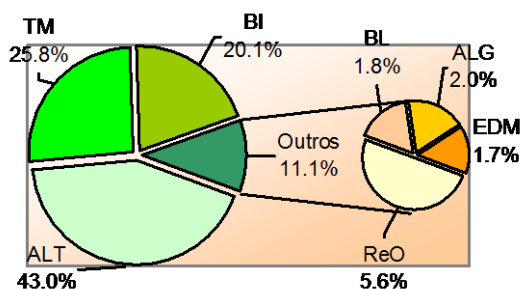
Gráfico 21 – Distribuição de inquiridos pelas regiões agrárias do continente

EDM (Entre Douro e Minho), TM (Trás-os-Montes), BL (Beira Litoral), BI (Beira Interior), ReO (Ribatejo e Oeste), ALT (Alentejo), ALG (Algarve)



Fonte: Inquérito aos Agricultores em MPB, 2003 (n=200)

Gráfico 22 – Número de operadores no MPB (2003), segundo a região agrária



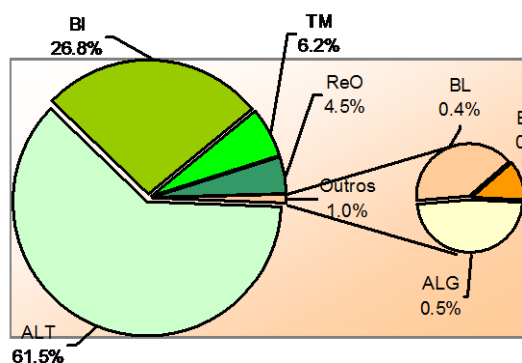
Fonte: <http://www.idrha.min-agricultura.pt/agribiologica/>

A distribuição dos inquiridos pelas várias regiões do país (gráfico 21) reproduz quase exactamente a situação real de 2003 (segundo os dados do IDRHa), o que nos deixa razoavelmente confiantes quanto à representatividade da amostra. Em ambos os casos, o conjunto das três regiões do interior (onde as pressões sobre os solos e os sinais de intensificação agrícola se mostraram, ao longo do tempo, menos evidentes) acumulam a esmagadora maioria de explorações convertidas ou em conversão (83% no caso da amostra e 88,9% no universo). O Alentejo, com mais de 40% dos casos na amostra e 43% no universo, evidencia-se neste grupo do interior, enquanto no litoral o destaque vai para o Ribatejo e Oeste. A diferentes escalas, as duas regiões do sul lideram incontestavelmente o número de explorações convertidas ou em conversão para o MPB.

Vejamos então a que corresponde este desenvolvimento se levarmos em linha de conta a área convertida, comparando, uma vez mais, os resultados do inquérito com os dados do IDRHa.

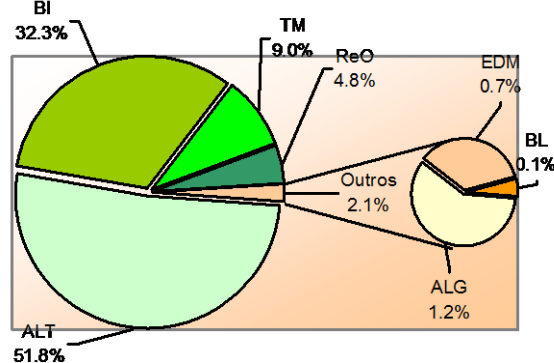
Gráfico 23 – Área convertida ao MPB por regiões, segundo os inquiridos

EDM (Entre Douro e Minho), TM (Trás-os-Montes), BL (Beira Litoral), BI (Beira Interior), ReO (Ribatejo e Oeste), ALT (Alentejo), ALG (Algarve)



Inquérito aos Agricultores em MPB, 2003 (n=200)

Gráfico 24 – Área convertida ao MPB por regiões, segundo os dados do IDRHa



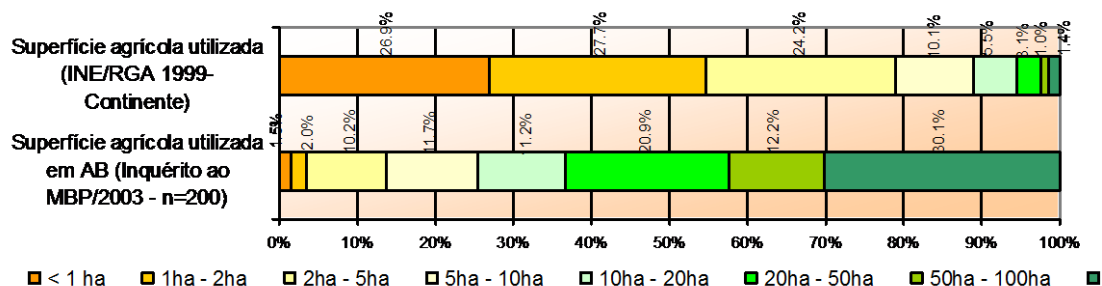
Fonte:

<http://www.idrha.min-agricultura.pt/agribiologica/>

Fonte:

Ainda que apresentando algumas diferenças relativas (entre os inquiridos, os agricultores alentejanos surgem sobre-representados, em contraponto com os transmontanos e os beirões, cujas taxas de resposta foram menores), a distribuição por regiões da área convertida ou em conversão declarada pelos agricultores no inquérito mantém, essencialmente, a mesma estrutura que o universo dos agricultores “biológicos”. Quanto à distribuição da superfície utilizada no MPB, nota-se que a importância relativa da região de Trás-os-Montes decresce significativamente, comparada com a distribuição de agricultores/explorações em MPB. Em contraponto, Alentejo e Beira Interior reforçam o seu lugar de liderança, juntando-se-lhes, desta feita, a região do Ribatejo e Oeste, que se aproxima dos níveis de conversão atingidos em Trás-os-Montes. No que à superfície utilizada em MPB diz respeito, o conjunto das restantes regiões (Entre Douro e Minho, Beira Litoral e Algarve) não ultrapassa os 2,1% do Continente.

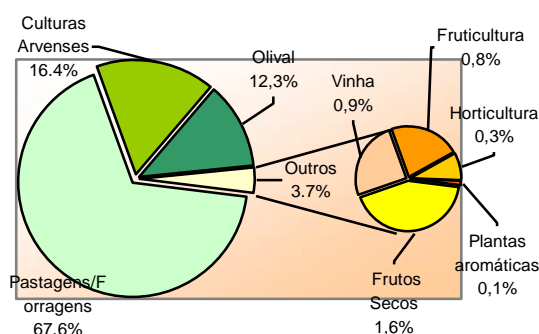
Gráfico 25 – Superfície agrícola utilizada por classes, segundo os inquiridos e o RGA de 1999



Já a *Comunicação da Comissão Europeia ao Conselho e ao Parlamento Europeu – Relatório da Situação da Agricultura Portuguesa* (Comissão das Comunidades Europeias, 2003: 4) sublinhava o desequilíbrio na distribuição do tamanho das explorações agrícolas em Portugal. Segundo este documento, as explorações com menos de 2 ha representavam, em 2000, 54% do total de explorações agrícolas, mas apenas 6% da Superfície Agrícola Utilizada (SAU). No extremo oposto, 1,4% ultrapassava os 100 ha, correspondendo, no entanto, a cerca de 53% da SAU. Esta realidade surge perfeitamente espelhada no gráfico 25. A esmagadora maioria das explorações agrícolas portuguesas tem dimensão reduzida (e.g., 26,9% com menos de 1 ha, 27,7% com superfícies entre 1 ha a 2 ha e 24,2% com 2 ha a 5 ha), sendo as explorações de grande dimensão praticamente residuais.

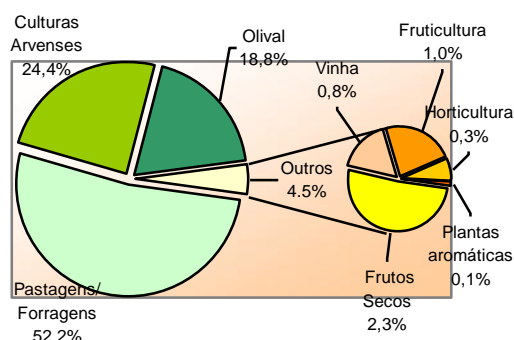
No que à AB diz respeito, e ao invés da ideia que tradicionalmente se lhe associa¹⁶, destaca-se a situação oposta evidenciada pelas declarações dos inquiridos. Neste caso, as classes de menor dimensão são residuais e as mais representativas são, de longe, as de maior dimensão (*e.g.*, 30,1% com mais de 100ha, 12,2% entre 50ha a 100ha e 20,9% entre 20ha a 50ha). À semelhança do que aconteceu com o nível de instrução, a taxa de pluriactividade e a formação profissional, também no que respeita à dimensão das explorações os dados parecem apontar para uma especificidade marcante da AB no contexto da agricultura portuguesa.

Gráfico 26 – Produção vegetal por % da área utilizada em AB, segundo os inquiridos



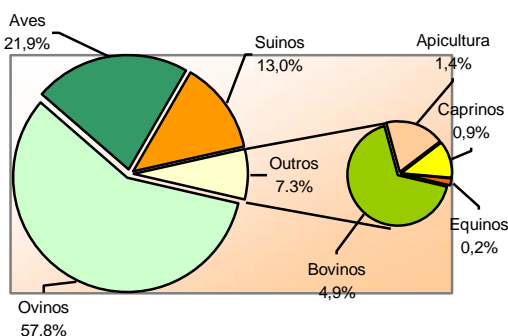
Fonte: Inquérito aos Agricultores em MPB, 2003 (n=200)

Gráfico 27 – Produção vegetal por % da área utilizada em AB, segundo o IDRHa (2003)



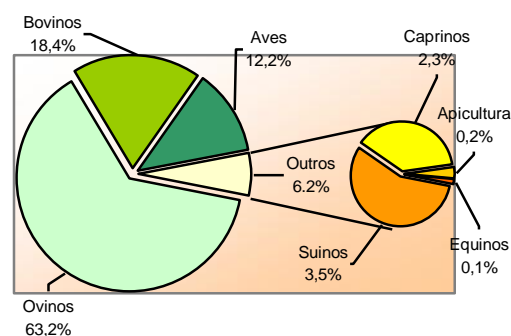
Fonte: <http://www.idrha.min-agricultura.pt/agribiologica/>

Gráfico 28 – Produção animal nas explorações de AB, segundo os inquiridos



Fonte: Inquérito aos Agricultores em MPB, 2003 (n=200)

Gráfico 29 – Produção animal no MPB, segundo o IDRHa (2003)



Fonte: <http://www.idrha.min-agricultura.pt/agribiologica/>

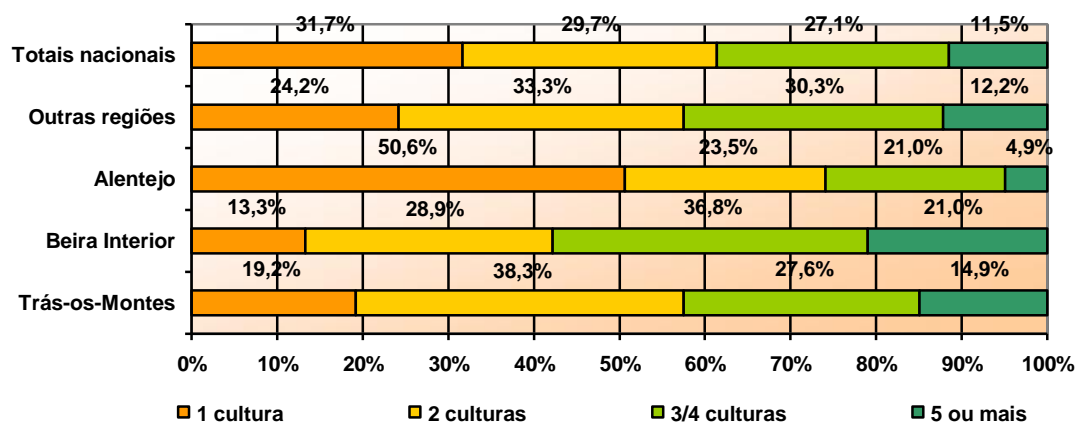
Comparemos, então, no que à variedade de produtos diz respeito, a amostra com o universo de “agricultores biológicos” portugueses. Tendo o inquérito sido

¹⁶ Tradicionalmente, as explorações que desenvolvem actividade em Agricultura Biológica, defende-se num documento de divulgação do modo de produção do Departamento de Agricultura dos EUA, tendem a ser de menor dimensão que as explorações da agricultura convencional. Tal se deverá à intensividade de força de trabalho necessariamente implicada na Agricultura Biológica, em contraponto com a intensividade produtiva, mas menos exigente em mão-de-obra, associada à agricultura convencional (Kuepper e Gegner, 2004: 4).

aplicado aos agricultores presentes na base de dados do IDRHa quando ainda não havia elementos disponíveis sobre a produção animal, não espanta que a relativa correspondência entre as duas distribuições seja desigual e menos conseguida entre os produtores de pecuária biológica.

No que concerne à produção vegetal, a correspondência é bastante mais satisfatória. Pastagens e forragens, culturas arvenses e olival predominam, representando, em conjunto, mais de 95% da área total dedicada à AB. As restantes produções (frutos secos, fruticultura, vinha, horticultura e plantas aromáticas) não ultrapassam, na totalidade, os 3,7% na amostra e os 4,5% no universo. O peso esmagador das pastagens e, a um menor nível, do olival e das culturas arvenses denuncia, de alguma forma, a forte presença de agricultores do sul, situação corroborada, como já constatámos, pela estrutura *sui generis*, no contexto agrícola português, das explorações convertidas ou em conversão ao MPB, mas deixa vislumbrar a presença, também entre estes agricultores, de uma prática de agricultura de abandono marcada, podemos presumir, mais do que pela demanda da sustentabilidade agrícola, pela caça ao subsídio.

Gráfico 30 – Caracterização das explorações convertidas ou em conversão ao MBP, segundo o número de culturas declaradas pelos inquiridos



Fonte: Inquérito aos Agricultores em MPB, 2003 (n=200)

Ainda que um dos princípios fundamentais da AB implique a recusa das monoculturas, a diversificação da produção agrícola e a promoção da biodiversidade, constatamos que mais de 60% dos agricultores que responderam ao inquérito declaram desenvolver apenas uma (31,7%) ou duas (29,7%) culturas no MPB. Destacam-se nesta situação, como se poderia adivinhar tendo em conta a estrutura agrária do país, os agricultores alentejanos. Entre estes, não mais de 26% dos inquiridos declaram mais de duas culturas na exploração. Já no que diz respeito à

distribuição pelas regiões agrárias, a Beira Interior destaca-se com a maior diversidade de culturas (21% dos inquiridos declaram cinco ou mais, 36,8% declaram três ou quatro, 28,9% declaram duas e, por fim, 19,2% declaram apenas uma).

Em geral e ainda que de forma diferenciada, a assunção dos princípios da AB, nomeadamente a promoção da biodiversidade e diversificação agrícolas, parece longe de se estender a todo o país e à generalidade dos agricultores convertidos. Que razões justificam esta situação e que desenvolvimentos se desenham no futuro próximo, são perguntas a que tentaremos dar resposta nos capítulos seguintes.

Para já, poderíamos avançar com um primeiro perfil do agricultor biológico português: tendencialmente mais jovem e empenhado na actividade agrícola (seja apenas biológica seja simultaneamente biológica e convencional) e, sem paralelo no contexto português, francamente mais escolarizado e com maiores níveis de formação profissional. Se estes factores não fossem suficientes para explicar a maior facilidade deste grupo em enveredar pelos caminhos da conversão agrícola e, consequentemente, em aceder aos subsídios e incentivos previstos nas medidas agro-ambientais da PAC, o predomínio de explorações de grande dimensão (sobretudo se comparadas com o universo de explorações agrícolas portuguesas) e de um peso excessivo de monoculturas (*e.g.*, pastagens, olival...) parecem corroborar a ideia feita e expressa muitas vezes pelos agricultores de que os subsídios agrícolas em geral servem, sobretudo, os grandes proprietários. Afinal, aqueles que se encontram melhor preparados para enfrentar e ultrapassar os obstáculos colocados pela máquina burocrática do MADRP. Veremos se esta ideia, transversal a grande parte dos discursos dos inquiridos e dos entrevistados, se confirma e que outros factores a complementam.

4.2 Circunstâncias, legislação e crescimento

Os fracos desempenhos alcançados no desenvolvimento local por uma grande parte das áreas rurais portuguesas — com potenciais benefícios do ponto de vista da AB (*e.g.*, salvaguarda de recursos e menor pressão sobre solos, *habitats* e biodiversidade), mas origem de não menos importantes inconvenientes (*e.g.*, abandono das terras, degradação da paisagem e dos ecossistemas semi-naturais) —, a que se juntam a geral fraca qualidade dos solos¹⁷ e a consequente inaptidão para uma exploração intensiva que requer outra robustez de estrutura e riqueza em matéria orgânica, tornam algo *sui generis* o caso da agricultura portuguesa. Em grande parte fora da lógica predatória produtivista da agricultura química intensiva, a actividade agrícola em Portugal parece especialmente apta para enveredar pelo MPB que se afigura como uma das alternativas mais credíveis para viabilizar um futuro cada vez mais incerto. Um modo de exploração agrícola que promove a coesão social, a identidade e a qualidade dos produtos e, simultaneamente, a preservação e/ou melhoria da fertilidade dos solos, da biodiversidade e das condições ecológicas, poderá representar uma boa ajuda para ultrapassar as presentes dificuldades de competição dos agricultores portugueses face aos seus congéneres europeus com maiores argumentos técnicos e tecnológicos e menores limitações de uso nos solos agrícolas.

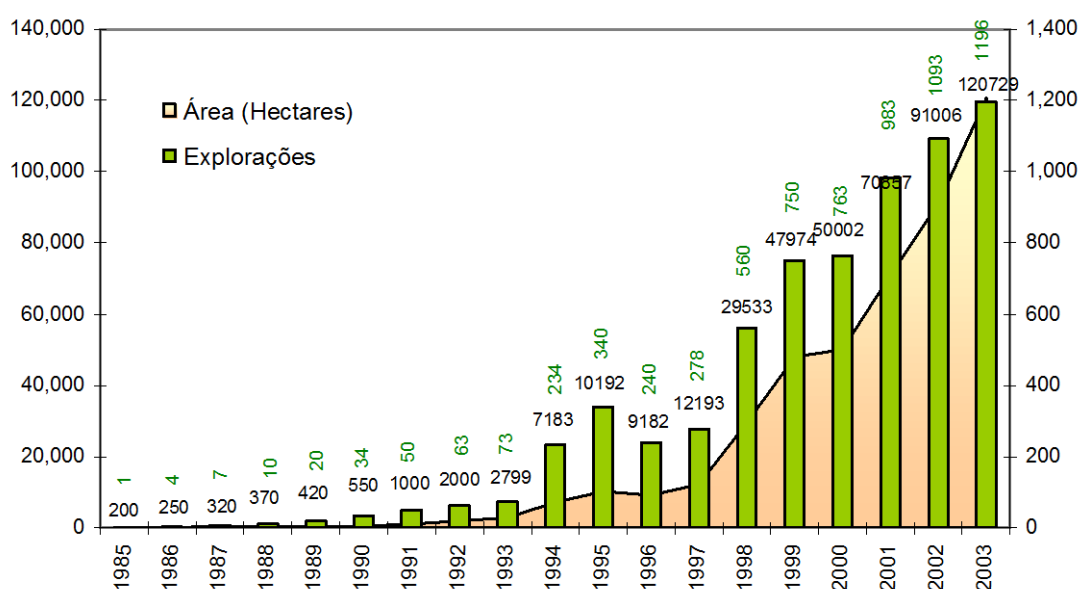
Este caminho não estará, no entanto, isento de dificuldades que derivam, desde logo, da especificidade do MPB. Helena Freitas, presidente do Instituto Botânico de Coimbra e Provedora do Ambiente e da Qualidade de Vida daquela cidade, considera mesmo que se "tem havido dificuldades (nomeadamente da parte dos produtores e comerciantes de produtos não biológicos) em deixar sobressair estes produtos [é] porque se trata de um nicho altamente competitivo" (declarações proferidas à Agência Lusa em 22/05/2004, citado em www.agroportal.pt). Se uma boa parte dos especialistas partilha esta visão positiva sobre as potencialidades da AB em Portugal "é preciso introduzir uma maior dinâmica, coerência e sustentabilidade no sector" (MADRP, 2004: 6) que a dispersão dos vários instrumentos e medidas das políticas em vigor tardam a garantir.

¹⁷ Segundo a *Carta dos Solos de Portugal*, o país "apresenta os valores mais desfavoráveis entre os países do sul da Europa, com 66% dos solos classificados de baixa qualidade" (Confagri, s/d).

Deste ponto de vista, a aposta na AB ganhar-se-á tendo em conta os benefícios que representa para a sociedade, se os custos de exploração intensiva e os custos de exploração biológica deixarem de estar artificialmente separados. Isto é, se as ajudas e os apoios forem condicionados aos efectivos benefícios sócio-ambientais, se os custos da certificação forem minorados e se os circuitos de comercialização adquirirem uma estrutura capaz de abranger a generalidade dos potenciais consumidores. Numa palavra, se os instrumentos e medidas actuais, criados de modo avulso e desintegrado, se tornarem coerentes em torno de objectivos tangíveis e claros¹⁸.

Sendo que, em Portugal, o interesse por modos de produção agrícola mais sustentáveis e potencialmente geradores de produtos de maior qualidade já conta com uma história relativamente longa, vejamos como tem evoluído a conversão dos agricultores portugueses ao MPB e de que forma essa evolução tem ou não sido condicionada pela legislação e pelas políticas de incentivo nacionais que, como já vimos, decorrem em grande parte da implementação dos regulamentos (CEE) 2092/91 e (CE) 1804/99.

Gráfico 31 – Evolução da área (ha) e do número de explorações agrícolas certificadas ou em processo de conversão em Portugal entre 1985 e 2003



Fonte: 1992/2003 - http://www.idrha.min-agricultura.pt/agribiologica/dados_estatisticos.htm
1985/1991 - Geier, Bernard, 1996: pp. 5-6.

¹⁸ Actualmente, são vários os programas e medidas a que os agricultores podem recorrer. Entre eles, destacam-se o Programa AGRO, a Medida AGRIS dos Programas Operacionais Regionais e as Medidas Agro-Ambientais do Plano de Desenvolvimento Rural- RURIS.

Apesar de todas as eventuais deficiências nos esquemas de apoio, o gráfico 31 parece confirmar a relação estreita entre a implementação da regulamentação europeia e o crescimento verificado após 1993 nas taxas de conversão ao MPB em Portugal. O primeiro momento de expansão acentuada tem, de facto, início após a implementação do programa agro-ambiental português aprovado pela Comissão Europeia em Abril de 1994. A adesão dos agricultores foi, nesta altura, de acordo com a própria DGDR, muito elevada mas, justificando o período de algum retraimento exposto no gráfico 31 e citando o *Plano de Desenvolvimento Rural 2000-2006 – RURIS*, “a alteração da estrutura orgânica do Ministério da Agricultura, que se iniciou em 1996 e se estendeu a 1997, contribuiu de certa forma para o reduzido número de candidaturas. [Em 1998, no entanto,] com a aprovação pela Comissão da alteração ao programa agro-ambiental que, nalguns casos, tornou mais favoráveis as condições de atribuição das ajudas, verificou-se um novo aumento do número de candidaturas” (Direcção-Geral de Desenvolvimento Rural, 1999: 54). Tem, então, início um novo período de crescimento que não voltará a inverter-se¹⁹, atingindo-se em 2003 os 120.729 hectares e as 1.196 explorações convertidas ou em processo de conversão.

As medidas preconizadas para minorar e enquadrar os impactos ambientais da agricultura no programa agro-ambiental português — aprovado pela Comissão Europeia em Abril de 1994 [Decisão C(94) 546 de 29/04/94] e alterado posteriormente em Fevereiro de 1998 [Decisão C(98) 19 de 10/02/98] — parecem ter garantido algum êxito, mercê de objectivos mais específicos e transparentes a que se interligam percursos claros exigidos aos agricultores. Globalmente, podem incluir-se neste género de programas medidas desenhadas para fazer face a situação específicas que, na prática, justapõem problemas ambientais, económicos e sociais, medidas que promovam a preservação de áreas de alto valor cinegético ou ecológico em estado ou vias de degradação pela inadequada exploração agrícola ou, ainda, medidas de incentivo (financeiras ou outras) ligadas aos custos advindos da adesão dos agricultores a determinados programas de reconversão agrícola e de protecção ambiental em geral. Este tipo de intervenção, no entanto, como se prevê já na regulamentação de 1992, só se poderá tornar efectiva quando os compromissos a que

¹⁹ Note-se que o segundo período de algum retraimento nas taxas de crescimento (1999/2000) corresponde, mais uma vez, a alterações nos esquemas de incentivos. Trata-se, desta vez, do início do *Plano de Desenvolvimento Rural 2000-2006 – RURIS*.

se submeteram os agricultores sejam razoavelmente monitorizados e os efeitos das suas actividades regularmente avaliados, não esquecendo que, para garantir as boas práticas agrícolas e a melhor implementação das medidas que se pretende dinamizar, o aconselhamento, a informação e a formação não podem ser descurados.

Grande parte destes propósitos foram reforçados e consagrados nas *Medidas Agro-Ambientais*, previstas no Capítulo VI (artigos 22 a 24) do Regulamento do Plano de Desenvolvimento Rural (RURIS), aprovado em Novembro de 2001 [Decisão C(2000) 3368 de 22.11.2001]. A medida 1.4 – *Agricultura Biológica*, inserida no grupo I dedicado à *protecção e melhoria do ambiente, dos solos e da água*, tem como principais objectivos:

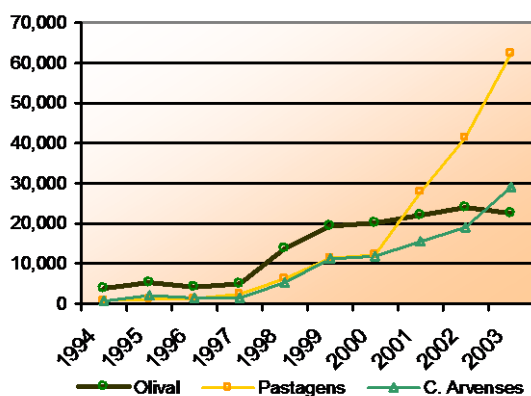
- “compatibilizar as actividades agrícolas e pecuárias de acordo com a preservação do meio ambiente;
- contribuir para a melhoria do fundo de fertilidade dos solos e para o desenvolvimento de uma agricultura sustentável;
- reduzir a aplicação de nutrientes potencialmente lixiviáveis;
- melhorar a diversidade cultural;
- melhorar a eficiência de utilização dos recursos naturais da exploração;
- produzir alimentos de elevada qualidade” (Direcção-Geral de Desenvolvimento Rural, 2001: 17).

Ainda que, nessa altura, se procurasse uma certa continuidade relativamente à estrutura base das medidas do regulamento (CEE) 2078/92, assumia-se com maior clareza que a aplicação de boas práticas agrícolas não era suficiente para levar a cabo os compromissos ambientais. Integrava-se, portanto, na protecção do ambiente e na preservação dos espaços naturais, a produção com qualidade e a defesa dos modos e sistemas tradicionais de produção agrícola que permitam defender e preservar também a diversidade cultural. Neste âmbito, a mobilização e o empenho de agricultores e de populações rurais revelaram-se condição *sine qua non* para dinamizar a difusão de práticas agrícolas sustentáveis que, paulatinamente, se vêm transformando num dos objectivos centrais da renovada Política Agrícola Comum. Para tal, o papel divulgador das associações é instrumento fundamental a que se junta o esforço acrescido das entidades oficiais na disseminação de informação e aconselhamento aos agricultores (Cf. Just e Heinz, 2000: 244).

De facto, nos países onde mais se tem desenvolvido este modo de produção a persuasão e a mudança de atitudes levadas a cabo pelas campanhas de informação parecem ter surtido mais efeitos do que políticas compulsivas, que tendem a criar mais resistência à mudança. Ganhando a adesão e a simpatia das populações e dos agricultores, as medidas de auto-regulação voluntária permitem esperar atitudes mais colaborantes e positivas face a estes objectivos declarados. Ainda assim o ritmo de conversões evidencia capacidades muito desiguais nos processos de conversão a métodos agrícolas mais sustentáveis, descortinando-se desequilíbrios claros, quer entre países, quer entre as várias regiões nacionais, quer ainda entre o tipo de agricultores e de culturas produzidas.

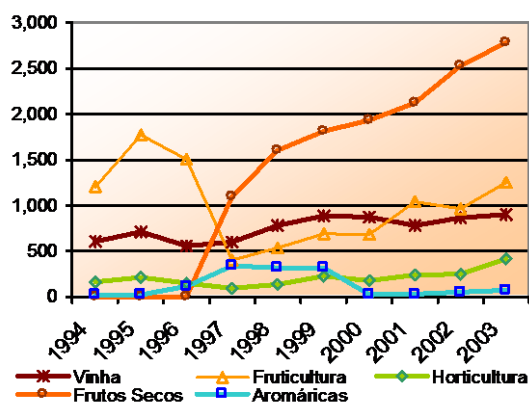
No caso português, pensando nos desenvolvimentos da última década, são as regiões do interior (onde a pressão para a intensificação agrícola menos se fez sentir e onde o MPB mais claramente surge como uma alternativa financeiramente viável) e, num patamar inferior, o Ribatejo e Oeste que mais crescem, tanto em número como em percentagem de superfície agrícola convertida ou em conversão. Se a menor pressão advinda de uma industrialização agrícola diminuta poderá ajudar a explicar o relativo sucesso da AB nestas paragens, a capacidade para enfrentar os “penosos” caminhos burocráticos que explorações de dimensão relativamente elevada tenderão a dispor²⁰, num país conhecido pela excessiva fragmentação da propriedade agrícola, poderá complementar essa explicação, apontando para alguma dificuldade dos pequenos e médios agricultores em aceder a este tipo de ajudas e incentivos.

Gráfico 32 – Evolução da área convertida (ha) nas três culturas mais representativas



Fonte: <http://www.idrha.min-agricultura.pt/agribiologica/>

Gráfico 33 – Evolução da área convertida (ha) nas culturas menos representativas



Fonte: <http://www.idrha.min-agricultura.pt/agribiologica/>

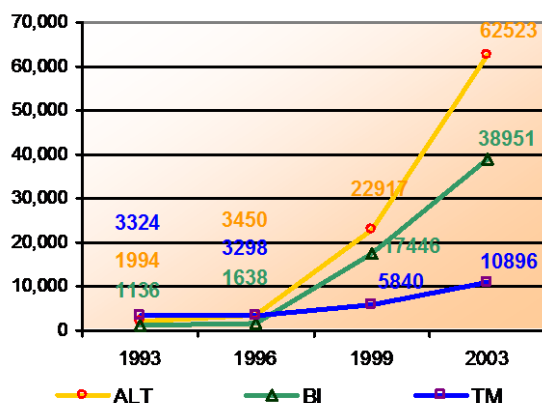
²⁰ Em 2001, a dimensão média das explorações portuguesas no MPB era de 80 ha, não ultrapassando na Europa os 31 ha (Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, 2004: 11).

Os maiores níveis de conversão em culturas como o olival, as pastagens e as culturas arvenses parecem confirmar uma especial predisposição para aderir aos métodos biológicos dos grandes proprietários do sul. Note-se, sobretudo, o crescimento mais acelerado dos últimos anos da área de pastagens que, mais uma vez, poderá relacionar-se com a aplicação de novas medidas previstas nas políticas agrícolas, neste caso, a implementação do regulamento (CE) 1804/99 do Conselho de 19 de Julho de 1999, que completa, no que diz respeito à produção animal, o Regulamento (CE) 2092/91. O olival, por seu turno, após um longo período de expansão ininterrupta, parece agora estabilizar, tendo mesmo sido ultrapassado, em superfície convertida, pelas culturas arvenses.

Entre as culturas menos representativas (em termos de área convertida), o grande destaque vai para os frutos secos que, de níveis residuais em 1996, atingem perto de 3.000 ha em 2003, a quarta posição no *ranking* de culturas biológicas. Já quanto à fruticultura, o destaque vai para o decréscimo repentino na área convertida em 1997. Dos altos níveis de 1996 (1.503 ha) passa-se para os 397 ha em 1997. Se alguma relação houver com as alterações a que já se aludiu nas políticas de incentivo (reclassificação dos frutos secos como categoria autónoma, por exemplo), a verdade é que não mais se conseguiu atingir a *performance* anterior, apesar do crescimento progressivo que entretanto se regista.

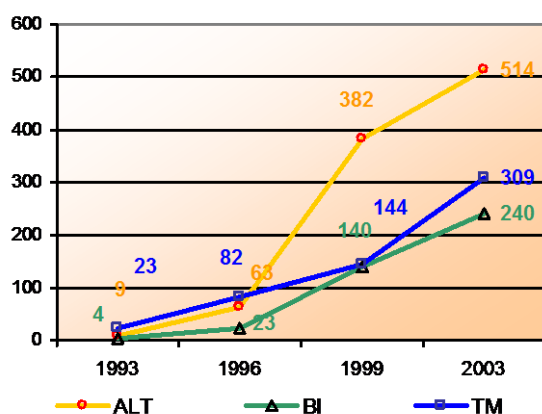
Numa perspectiva regional, as comparações não deixam de trazer algumas surpresas. Se hoje em dia Alentejo, Beira Interior e Trás-os-Montes se destacam, quer em superfície, quer em número de explorações convertidas, os gráficos seguintes (34 a 37) mostram que nem sempre assim foi, sobretudo tendo em conta o número de agricultores. Em 1993 o Alentejo contava apenas com 9 explorações no MPB, a Beira Interior com 4 e Trás-os-Montes com 23 (o maior número de conversões ao MPB). As restantes regiões, que, actualmente, representam pouco mais de 11% do total de explorações convertidas, mostravam, nessa altura, uma importância relativa bastante maior. O Algarve igualava o Alentejo com 9 explorações, o Ribatejo e Oeste obtinha a segunda melhor marca com 15 explorações convertidas, e mesmo a Beira Litoral e o Entre Douro e Minho atingiam valores superiores aos da Beira Interior, com 7 e 6 explorações no MPB, respectivamente.

Gráfico 34 – Evolução da área convertida (ha) nas três regiões mais representativas



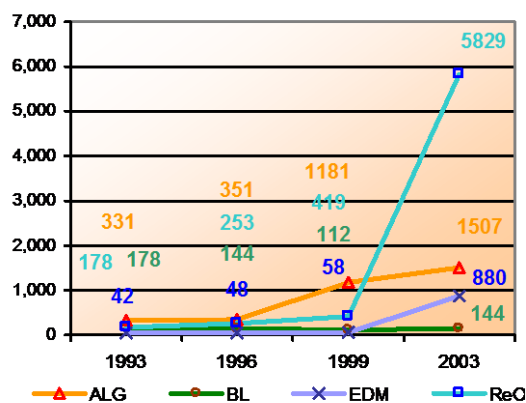
Fonte: <http://www.idrha.min-agricultura.pt/agribiologica/>

Gráfico 36 – Evolução do número de explorações convertidas nas três regiões mais representativas



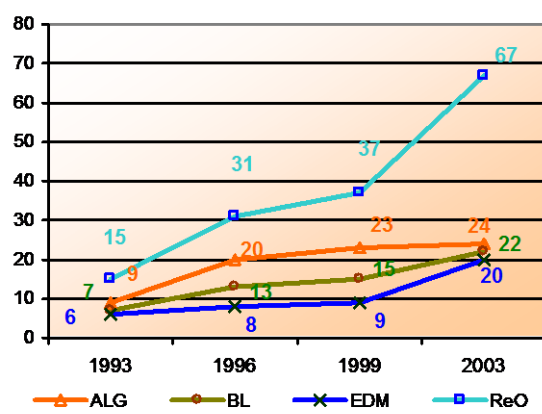
Fonte: <http://www.idrha.min-agricultura.pt/agribiologica/>

Gráfico 35 – Evolução da área convertida (ha) nas regiões menos representativas



Fonte: <http://www.idrha.min-agricultura.pt/agribiologica/>

Gráfico 37 – Evolução do número de explorações convertidas nas regiões menos representativas



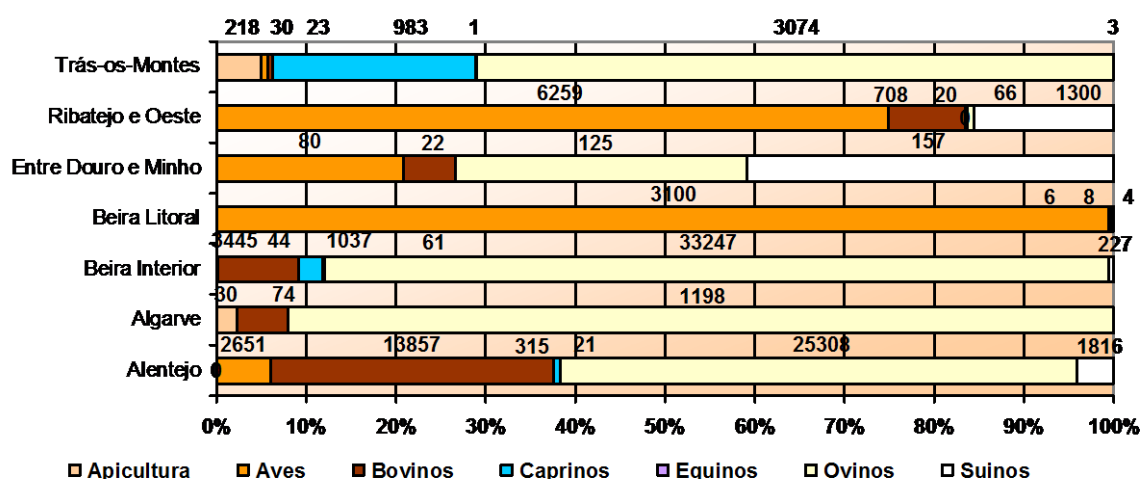
Fonte: <http://www.idrha.min-agricultura.pt/agribiologica/>

Seja pela maior diversidade de alternativas que o litoral oferece, seja pelas superiores capacidades em lidar com as exigências das candidaturas dos proprietários agrários com capitais sócio-económicos mais elevadas, o facto é que as oportunidades do MPB parecem não ter sido aproveitadas com o mesmo êxito nas várias regiões agrárias e entre os diferentes grupos sociais. A tendência que se delineou desde cedo parece privilegiar explorações de grandes dimensões e culturas tradicionalmente desenvolvidas no interior que, até então, pouco tinham avançado na produção intensiva (*e.g.*, olival) e, sobretudo na última década, culturas ligadas (ou não?) à criação extensiva de animais, como as pastagens e as culturas arvenses.

Com efeito, como se verifica nos gráficos 38 e 39, as regiões mais representativas na produção vegetal mantêm igualmente a liderança na produção animal, destacando-se, desta feita, a Beira Interior e o Alentejo. Quanto às espécies produzidas, é evidente o peso da criação de ovinos em quase todas as regiões, com

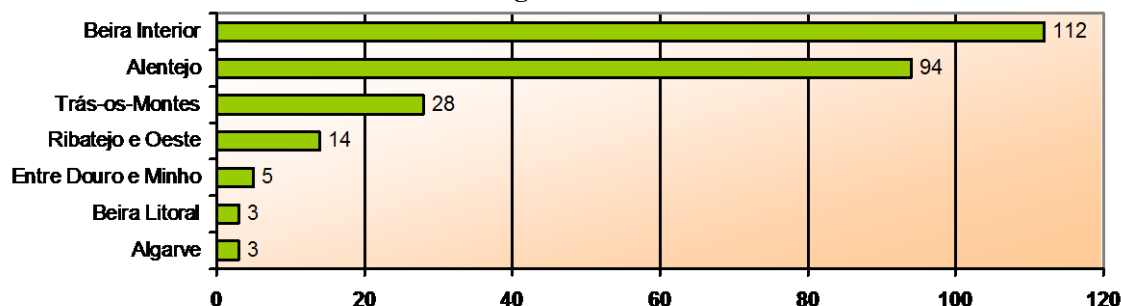
excepção do Ribatejo e Oeste e da Beira Litoral, onde predomina a criação de aves. O gado bovino representa ainda uma boa parte da produção do Alentejo e atinge números consideráveis na Beira Interior e no Ribatejo e Oeste. A criação de caprinos limita-se a Trás-os-Montes e à Beira Interior.

Gráfico 38 – Produção animal no MPB em 2003, segundo as espécies produzidas, por região agrária



Fonte: <http://www.idrha.min-agricultura.pt/agribiologica/>

Gráfico 39 – Agricultores com produção animal no MPB em 2003, segundo a região agrária



Fonte: <http://www.idrha.min-agricultura.pt/agribiologica/>

De qualquer modo e apesar do inequívoco crescimento na produção animal ou na vegetal, em Portugal como em muitos outros parceiros da União Europeia, o ritmo de adesões ao MPB estará, na globalidade, ainda longe de satisfazer as necessidades do mercado e de preservação das condições sócio-naturais das comunidades rurais. De acordo com o FIBL (Instituição privada de Pesquisa em AB da Suíça), entre os antigos membros da União Europeia (UE 15) registou-se, em 2003, um ligeiro decréscimo no crescimento, sobretudo no número de agricultores aderentes e entre os países onde o desenvolvimento da AB maior sucesso teve nas últimas décadas (*e.g.*, Itália, Áustria...). Outros, no entanto, mostram agora sinais de

um maior ímpeto na conversão agrícola (e.g., França, Espanha) (Cf. http://www.organic-europe.net/europe_eu/statistics.asp). Dada a insuficiência conseguida nesta área em Portugal²¹, um esforço acrescido no apoio e na dinamização da conversão agrícola ao MPB fará todo o sentido para impedir ainda piores desempenhos e garantir a disseminação de boas práticas agrícolas entre os agricultores portugueses.

Na sequência da Conferência de Copenhaga, constatando-se que os países onde a AB mais se desenvolveu contaram invariavelmente com planos e estratégias nacionais de desenvolvimento do MPB, iniciou-se um processo de colaboração entre Conselho, Comissão e Parlamento Europeus que, em conjunto com os diversos governos nacionais, deu origem não só ao *Plano de Acção Europeu em Matéria de Alimentação e Agricultura Biológica* (Comissão das Comunidades Europeias, 2004a) como aos diversos planos nacionais, entre os quais se conta o português. O *Plano Nacional para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica* (PNDAB) “visa criar os instrumentos necessários para, de uma forma coordenada e consistente, se apoiar, alargar e promover a AB em Portugal, transformando-a numa opção viável para todos os agricultores que a desejam praticar” (Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, 2004: 01).

No entanto, como já foi referido, este objectivo depende de uma multiplicidade de factores que ultrapassam a vontade dos próprios agricultores. O diagnóstico da situação avançado no plano procurou identificar as forças motrizes da actividade, como sejam *i)* a compatibilidade com o ambiente e com a preservação dos *habitats*, *ii)* a revalorização dos conhecimentos e técnicas tradicionais e da ainda existente diversidade dos ecossistemas agrários portugueses, *iii)* a garantia de maior qualidade dos produtos com lugar cativo num mercado que constantemente se fortifica e se expande a nível nacional e a nível europeu, *iv)* a evolução da PAC que, cada vez mais, tende a valorizar modos de produção sustentáveis que salvaguardem a saúde dos consumidores e as condições ambientais e *v)* um sistema de controlo que crescentemente se afirma como garante da credibilidade do sistema e da confiança dos consumidores.

²¹ Como se refere no *Plano Nacional para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica*, “apesar da conjuntura favorável, das potencialidades ecológicas, da diversidade da fauna e flora e de muitas das formas tradicionais de produção agrícola estarem próximas do MPB, o número de agricultores, embora em crescimento, pouco ultrapassa um milhar num universo de cerca de 400.000 produtores” (Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, 2004: 6).

As debilidades identificadas, no entanto, não auguram um futuro muito promissor, sobretudo se, como até agora, não avançarem políticas integradas para as debelar. Ainda segundo o PNDAB, à produção dispersa e insuficiente acrescem a desorganização do sistema de produção, que acumula carências (em produtos e factores de produção) com excedentes específicos que dificultam o regular funcionamento das explorações agrícolas. Situação que se agrava com o incipiente desenvolvimento e com a falta de integração do movimento associativo do sector. A ainda ineficaz ou insuficiente regulamentação da produção e comercialização de factores de produção, a inadequação dos meios de produção existentes, que perpetuam práticas menos indicadas no MPB, o risco de contaminação por águas e solos poluídos por práticas anteriores e por explorações vizinhas, o insuficiente apoio técnico em informação e material de divulgação, em meios humanos e em investimentos na investigação, complexificam este retrato que, se não preocupante, desespera até os menos exigentes. No campo da investigação e ensino, aliás, e citando o próprio plano, fazem-se sentir ainda os “preconceitos de técnicos agrícolas e de estabelecimentos do ensino superior” (*Ibidem*: 28) que continuam a não acreditar e a subvalorizar as potencialidades da AB.

Resta referir os maiores custos implicados pela certificação e pelas peculiaridades (regras rígidas e necessidade de separação dos artigos de origem biológica dos convencionais) do processamento, da distribuição e da comercialização destes produtos. Nesta área, permanecem as deficiências na rede de distribuição, o reduzido número de postos de venda, a insipiência nas estratégias de *marketing*... que se interligam directamente com uma estrutura de apoio do Ministério da Agricultura ao MPB exígua e inadequada. Como consequência, assiste-se a uma disponibilização insuficiente de informação credível e pertinente sobre produção, transformação e comercialização de produtos da AB e, concomitantemente, à falta de laboratórios acreditados e com métodos analíticos apropriados.

Estes factores de agravamento de custos estruturais (certificação, distribuição, comercialização), ou de especificidade técnica (produção) levam a que os produtos de AB surjam, perante os da agricultura convencional, pouco competitivos. Ora tendo em conta que os subsídios e as ajudas ao MPB pouco se diferenciam das ajudas a outros modos de produção menos exigentes, muitas pequenas exploração familiares poderão ver inviabilizados os seus propósitos de permanência na AB se os apoios não se reforçarem e, sobretudo, se não valorizarem os benefícios sócio-ambientais

criados que, apesar de normalmente não contabilizados, se revelam cada vez mais prementes (Cf. Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, 2004).

Quadro 5 – Oportunidades identificadas no PNDAB

1. Conservação da diversidade biológica, com possível articulação com bancos de germoplasma
2. Existência de materiais orgânicos transformáveis em fertilizantes
3. Métodos e práticas agrícolas cada vez mais populares por razões ambientais e de saúde
4. Simpatia crescente pelo MPB
5. Procura em crescimento de alimentos de alta qualidade e de maior segurança alimentar
6. Desenvolvimento futuro dos mercados nacional e internacional
7. Organização de consumidores interessadas em intervir activamente no crescimento do consumo de produtos de Agricultura Biológica
8. O grande desenvolvimento da restauração colectiva nalguns países da Europa pode ser um modelo para o desenho de iniciativas semelhantes
9. Possibilidades de potenciação com alguns sistemas de diferenciação como sejam as Denominações de Origem Protegida ou as Indicações Geográficas Protegidas
10. O MPB é uma maneira de valorizar o produto, melhorando a comercialização
11. Possibilidade de fornecimento de actividades complementares não alimentares (actividades de demonstração e serviços agro-ambientais)
12. Espaço para o aparecimento de unidades que originam valor acrescentado
13. O sector tem potencialidade de emprego
14. O sector do MPB pode contribuir para a renovação do tecido sócio-empresarial de zonas agrícolas em regressão
15. Fixação de população activa na faixa interior do país e combate ao despovoamento
16. Consciencialização do sector da importância da investigação e da formação para o seu desenvolvimento
17. Apoio crescente da União Europeia
18. Disponibilidade de apoios financeiros para Medidas Agro-Ambientais

Fonte: Plano Nacional para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica, MADRP, 2004

Relacionando-se directamente com as forças motrizes identificadas no terreno, o PNDAB destaca um conjunto de oportunidades que podem levar os agricultores portugueses a aderir ao MPB ou que justificam o apoio público. Entre eles, como podemos verificar no quadro 5, destacam-se a relativa conservação da diversidade biológica e das condições naturais do espaço rural português, a crescente popularidade dos temas ambientais e dos produtos de qualidade que podem impulsionar o mercado, a valorização que a certificação representa e as potenciais sinergias criadas com outros sistemas de diferenciação, a revalorização dos espaços rurais e a revitalização das economias locais, a criação de emprego e a fixação das

populações em áreas que se encaminhavam para o despovoamento e, finalmente, o realce para o crescente apoio da União Europeia e para o reforço das medidas agro-ambientais no âmbito da reforma da PAC.

Quadro 6 – Ameaças identificadas no PNDAB

1. Presença crescente de outros tipos de agricultura controlada
2. Utilização de factores de produção não autorizados, por aconselhamento de vendedores
3. Possibilidade de contaminação de culturas de Agricultura Biológica pelas culturas geneticamente modificadas
4. Contaminação de produções de Agricultura Biológica por pesticidas utilizados em parcelas vizinhas
5. Preços de produtos de Agricultura Biológica muito altos
6. Fragilidade da confiança em relação aos produtos da Agricultura Biológica
7. Confusão e utilização abusiva do termo “biológico” e dos prefixos “bio” e “eco” (falsos bio)
8. Não existe um eficaz processo de actuação quando se regista a utilização indevida da expressão “bio” e “eco”
9. Confusão do consumidor devido os diversos logotipos e marcas existentes
10. Parte do crescimento do sector está influenciado pela recepção de ajudas que pela procura do mercado
11. Valores aproximados das ajudas ao MBP e a outros modos de produção menos exigentes e sem obrigatoriedade de controlo
12. Controlo insuficiente sobre a produção, transformação e comercialização e sobre as entidades envolvidas no MPB por parte das entidades oficiais competentes

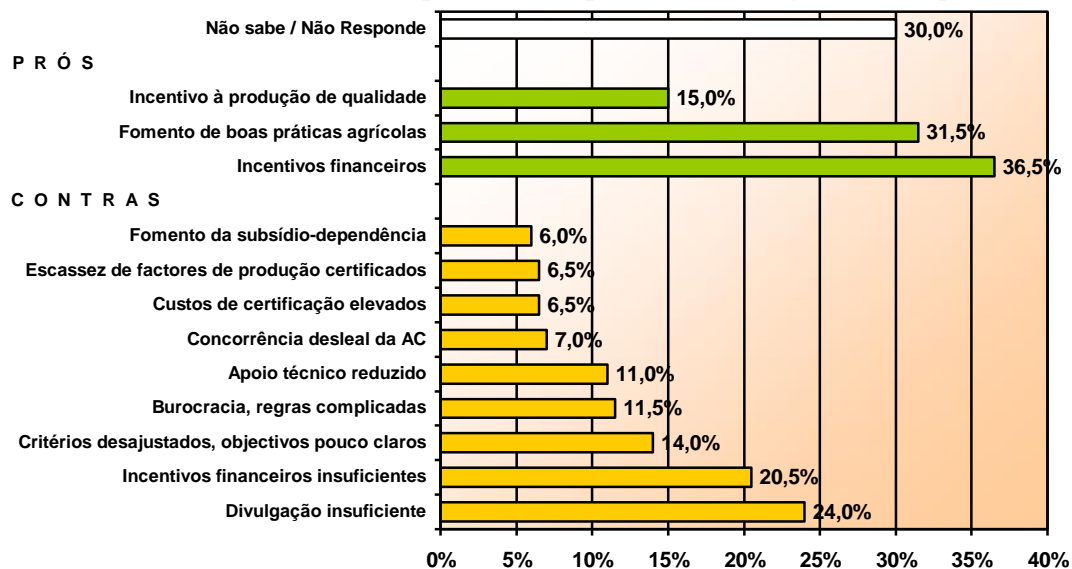
Fonte: *Plano Nacional para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica*, MADRP, 2004

Já quanto às ameaças, o PNDAB sublinha a competição com outros modos de produção (*e.g.*, produção e protecção integrada), a utilização fraudulenta ou inadvertida de factores de produção impróprios, a confusão provocada pelo uso abusivo dos termos “bio”, “biológico”, “eco”, “ecológico” e similares, a possibilidade de contaminação de culturas quer a partir de parcelas vizinhas, quer pela eventual liberalização da utilização de Organismos Geneticamente Modificados, as fragilidades dos sistemas de controlo e consequentes implicações na confiança dos consumidores, os valores das ajudas que, se pecam por insuficiência, parecem ter determinado em demasia o crescimento do sector, os preços finais demasiado altos que impedem o crescimento desejado da procura, etc.

Tendo o grupo de trabalho do PNDAB contado com a participação de técnicos credenciados e com os contributos de algumas das mais representativas associações ligadas ao sector biológico (*e.g.*, AGROBIO, AJAP, ARABBI,

BIOCOOP, CNA, CONFAGRI, ELIPEC...), não espanta que debilidades e ameaças, forças e potencialidades repliquem, em grande parte, os prós e contras das políticas de apoio ao MPB e as vantagens e desvantagens da AB enumerados pelos inquiridos na resposta a duas perguntas abertas incluídas no inquérito.

Gráfico 40 – Prós e contras das políticas de apoio ao MPB, segundo os inquiridos



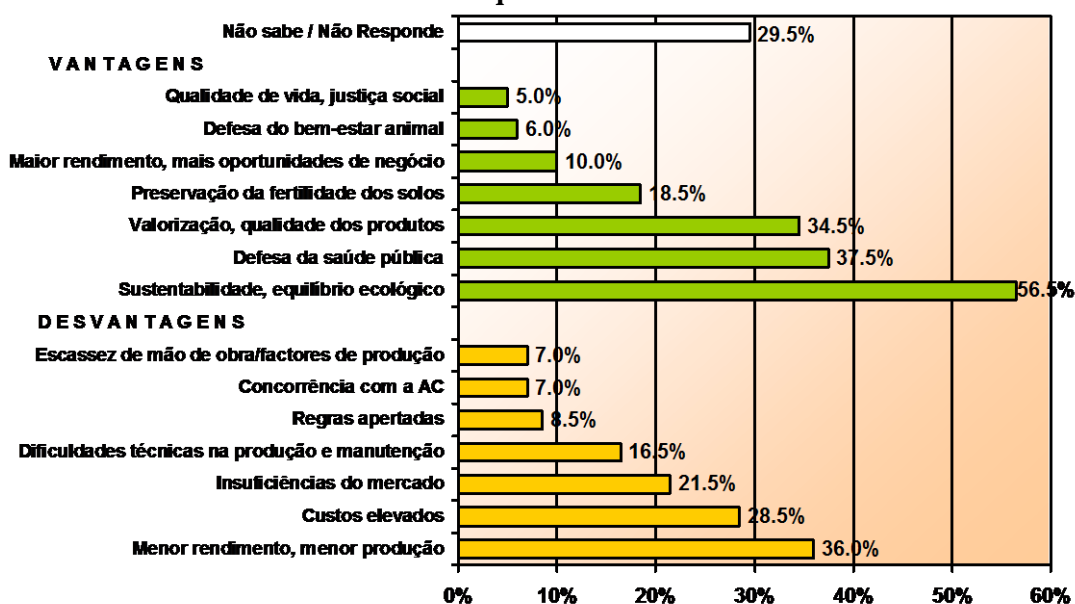
Fonte: Inquérito aos Agricultores em MPB, 2003 (n=200)

Quanto às políticas de incentivo à conversão, os inquiridos sublinharam as ajudas e os apoios financeiros que, em muitos casos, surgem como a única saída para sair do impasse em que parte da agricultura portuguesa se encontra, representando, simultaneamente, uma excelente oportunidade para produzir com qualidade e, com isso, valorizar a produção e mudar de rumo nas práticas agrícolas pouco sustentáveis que, melhor ou pior, vinham desenvolvendo com consequências na degradação de solos e águas.

Já os contras se multiplicam por bastantes mais categorias, tendendo, por isso, a restringir-se a valores um pouco menos expressivos. Realce-se a falta de divulgação de produtos e dos benefícios da AB em geral que impedem um maior desenvolvimento do modo de produção, os financiamentos insuficientes (apesar de indispensáveis), os critérios e as regras de apoio aos agricultores pouco claros e desajustados à realidade (a que se junta um aparelho burocratizado que complica ainda mais o acesso dos agricultores a este tipo de incentivo) ou, ainda, a exiguidade dos meios de apoio técnico disponíveis que, basicamente, se resumem aos oferecidos pelas associações. O fomento da subsídio-dependência, a escassez de factores de produção, os elevados custos da certificação e a consequente concorrência desleal de

outros modos de produção (porque não se deparam com estes custos acrescidos) completam o rol de problemas associados às políticas de incentivo apresentado pelos inquiridos.

Gráfico 41 – Principais vantagens e desvantagens da Agricultura Biológica, segundo os inquiridos



Fonte: Inquérito aos Agricultores em MPB, 2003 (n=200)

No que respeita às vantagens e desvantagens ligadas à AB, apesar de se terem procurado respostas independentemente dos prós e dos contras associados às ajudas e aos incentivos disponibilizados, repetem-se alguns dos factores referidos anteriormente. Outros há, no entanto, que surgem mais explícitos.

Como desvantagem surge, à cabeça, o menor rendimento e/ou produtividade, a que se seguem os custos elevados, as insuficiências do mercado e as dificuldades técnicas inerentes. Aparecem depois, com valores menos expressivos, a necessidade de seguir regras apertadas e, por vezes, incompreensíveis, a concorrência de outros modos de produção cujos custos de produção pesam menos no valor final dos produtos e a escassez de factores de produção e mão-de-obra que, em determinadas áreas, pode revelar-se inibidora da continuidade na actividade.

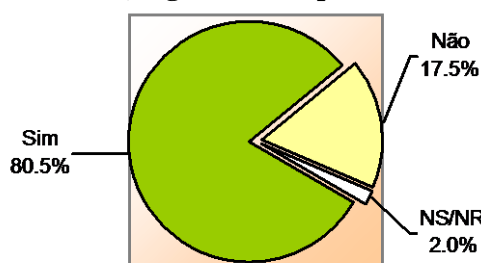
Entre as vantagens mais referidas, a sustentabilidade, o equilíbrio ecológico e a preservação das condições ambientais destacam-se para mais de 56% dos inquiridos. Seguem-se, ainda com valores bastante expressivos, a defesa da saúde pública, a valorização e a qualidade dos produtos, a preservação da fertilidade dos solos e, com valores menos abrangentes mas, ainda assim, significativos, as maiores oportunidades de negócio e de maior rendimento, a defesa do bem-estar animal e a

contribuição para fomentar a qualidade de vida e a justiça social que, neste caso, se prende basicamente com uma potencial requalificação e revalorização dos espaços rurais e das comunidades tradicionais.

Seja como for, no PNDAB como nos resultados do inquérito aos agricultores, a generalidade das potencialidades e dos constrangimentos referidos prendem-se mais com o grau de eficácia e de articulação das políticas que pretendem regular o funcionamento do sector, do que com a vontade e as práticas da maioria dos agricultores. Em muitos casos, os agricultores não têm sequer noção dos potenciais benefícios que podem advir, para si e para a comunidade em geral, da conversão ao MPB. Limitam-se a aproveitar os subsídios sem, muitas vezes, apostar na requalificação e modernização das explorações agrícolas e sem alternativas de processamento e comercialização disponíveis. Desbaratam-se, assim, oportunidades e investimentos que mereceriam melhor sorte e permitiriam reabilitar o tecido sócio-económico rural e oferecer mais e melhor desenvolvimento local²².

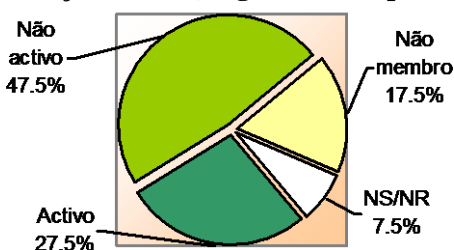
Para minorar este tipo de problemas, o envolvimento das organizações de agricultores especializados no MPB está, como já vimos, previsto na regulamentação e pretende, por um lado, potenciar experiências e oportunidades, já que o processo de conversão à AB pressupõe apoio no terreno e um aconselhamento técnico especializado e continuado, e, por outro lado, comprometer os próprios agricultores na problemática caminhada em que se pode transformar a mudança de uma orientação produtivista para uma orientação ambientalmente mais equilibrada, incluindo os seus líderes no processo de difusão dos métodos do MPB.

Gráfico 42 – Filiação em organizações de AB, segundo os inquiridos



Fonte: Inquérito aos Agricultores em MPB, 2003 (n=200)

Gráfico 43 – Tipo de participação em organizações de AB, segundo os inquiridos

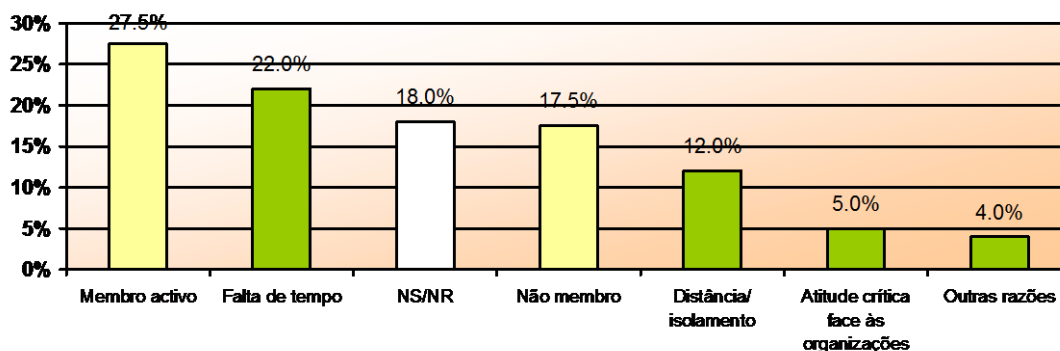


Fonte: Inquérito aos Agricultores em MPB, 2003 (n=200)

²²O caso do olival é paradigmático desta situação. Em boa parte, por falta de alternativas, de conhecimentos e de integração nas redes de processamento e comercialização deste tipo de produtos, a produção é pura e simplesmente abandonada no terreno ou vai parar aos lagares convencionais.

Por conseguinte, de acordo com o espírito da lei, as organizações de agricultores reconhecidas no MPB posicionam-se no terreno como potenciadores de mudança. São as pontas de lança de um processo de conversão a um pacote de métodos e práticas ora mais inovadores ora mais tradicionais que, em comum, partilham horizontes de exploração agrícola mais equilibrados e mais coadunados com as necessidades de preservação e revigoramento das condições sócio-ecológicas dos espaços rurais actuais. A posição dos agricultores, no entanto, como na generalidade da sociedade portuguesa, parece mostrar-se bem mais avessa ao espírito associativo do que seria desejável. Com efeito, apesar dos 80,5% de inquiridos que se manifestam membros deste tipo de associações, o que é de realçar (perante a obrigatoriedade de pertença para aceder aos subsídios) é a ainda significativa percentagem daqueles que declaram não pertencer a qualquer associação de agricultores. Como se, desta forma, quisessem vincar o distanciamento ao movimento. É para isso que apontam os resultados relativos ao empenhamento mais ou menos activo destes inquiridos nas associações. Apenas 27,5% afirmam exercer um papel activo, o que, dadas as características da sociedade portuguesas, não será um valor muito desanimador. A grande maioria, porém, mantém-se distante das lides associativas, ficando-se por uma filiação obrigatória passiva (quase metade) ou ignorando ou recusando a pertença a qualquer associação.

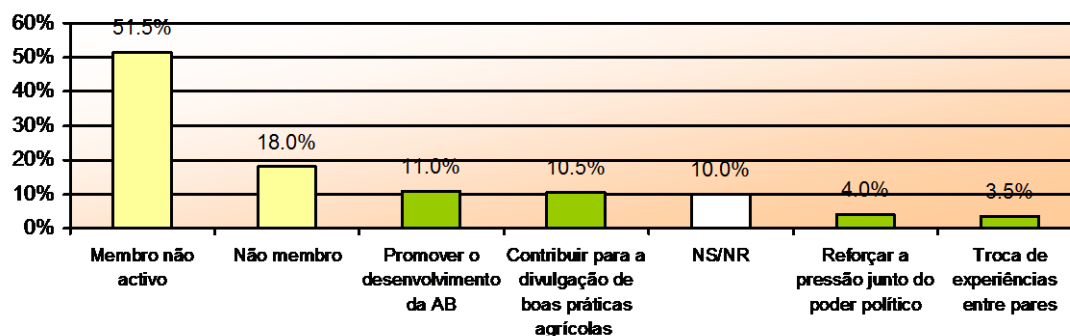
Gráfico 44 – Razões da postura não activa nas organizações de AB, segundo os inquiridos



Fonte: Inquérito aos Agricultores em MPB, 2003 (n=200)

As razões que levam os inquiridos a não intervir activamente nas actividades das associações relacionam-se, segundo os próprios, fundamentalmente, com a falta de tempo e com a distância e o isolamento de muitos agricultores que vivem e trabalham em zonas mais remotas. Uma atitude crítica face à intervenção e aos objectivos associativos surge ainda com alguma relevância.

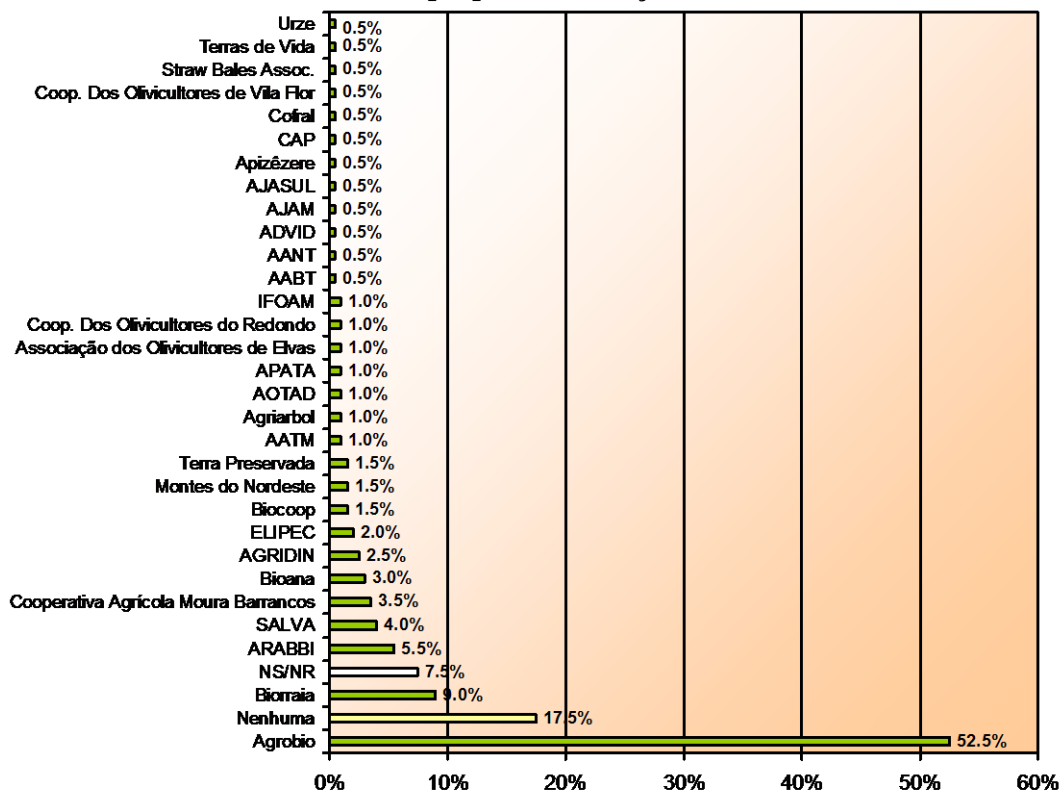
Gráfico 45 – Razões da postura activa nas organizações de AB, segundo os inquiridos



Fonte: Inquérito aos Agricultores em MPB, 2003 (n=200)

Já as razões que levam os inquiridos a participar activamente nas actividades das associações se prendem com a necessidade de promover e defender os interesses da AB, de contribuir para a divulgação de princípios éticos e práticas agrícolas mais sustentáveis e mais equilibradas, de reforçar a pressão junto do poder político para maiores apoios e para a implementação de medidas que protejam o ambiente, o bem-estar animal e a saúde humana e, ainda, de conseguir uma aprendizagem cumulativa e partilhada através de uma profícua troca de experiências e contactos entre pares.

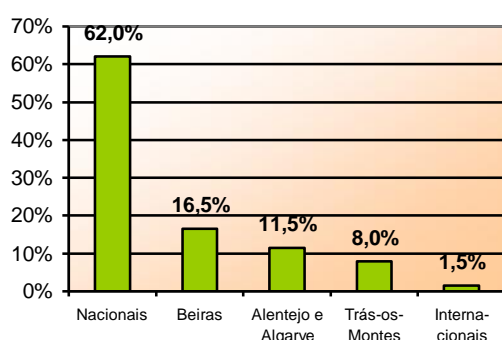
Gráfico 46 – Distribuição dos inquiridos pelas organizações de agricultura, segundo as suas próprias declarações



Fonte: Inquérito aos Agricultores em MPB, 2003 (n=200)

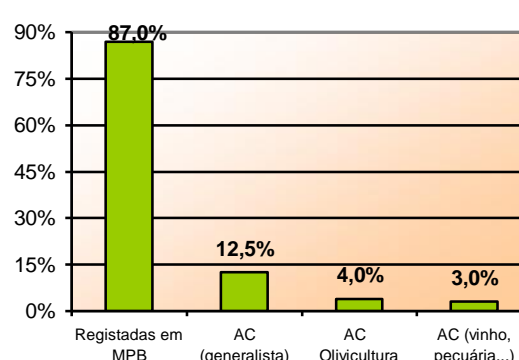
Com mais de metade dos inquiridos a declararem-se membros da AGROBIO, esta associação destaca-se, de facto, no panorama nacional como um motor de conversão agrícola e de divulgação da AB. Quanto às restantes, a maioria não ultrapassa níveis residuais entre os inquiridos. Refiram-se, ainda assim, os 9% conseguidos pela BIORAIA, os 5,5% da ARABBI, os 4% da SALVA, os 3,5% da Cooperativa Moura-Barrancos, os 3% da BIOANA, os 2,5% da AGRIDIN e os 2% da ELIPEC. Todas as restantes associações e organizações referidas não atingem sequer este valor, situando-se entre 0,5% a 1,5% dos inquiridos.

Gráfico 47 – Âmbito geográfico das organizações referidas pelos inquiridos



Fonte: Inquérito aos Agricultores em MPB, 2003 (n=200)

Gráfico 48 – Âmbito das actividades das organizações referidas pelos inquiridos



Fonte: Inquérito aos Agricultores em MPB, 2003 (n=200)

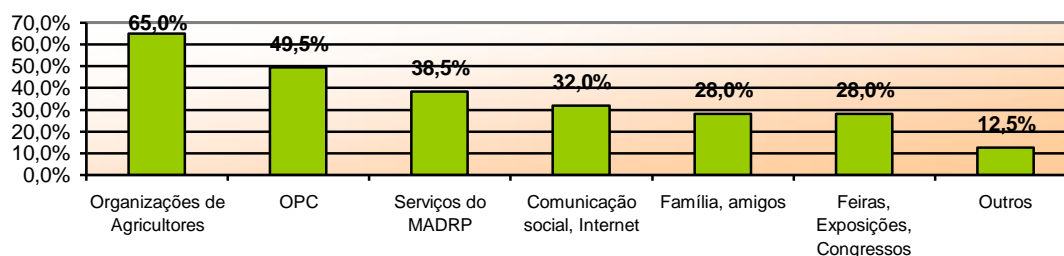
Quanto ao âmbito geográfico das organizações referidas no gráfico 47, o número de agricultores convertidos no Alentejo parece não ter correspondência com as associações mencionadas com actividade específica nesta área. Os alentejanos parecem ter-se decidido, sobretudo, pela associação nacional AGROBIO, pela SALVA (que abrange também o Algarve) e por algumas cooperativas de Olivicultores, de que se destaca a Cooperativa Agrícola Moura-Barrancos. Já em Trás-os-Montes e na Beira o movimento associativo regional parece ter ganho maior dinamismo, ainda que, mesmo nestas paragens, as associações nacionais predominem. Se, globalmente, as associações locais e regionais não parecem atrair os inquiridos, o nível de filiações em associações internacionais reduz-se drasticamente. Com efeito, apenas 1,5% dos inquiridos referiram pertencer a alguma organização internacional de agricultores.

Tratando-se de agricultores convertidos ao MPB, seria de esperar que os inquiridos se referissem, exclusivamente, a organizações registadas nesta actividade. Para alguns, no entanto, os laços ao MPB ainda são ténues pelo que se identificam, prioritariamente, ora com organizações que começam agora a dedicar alguma

atenção a esta actividade, ora com organizações mais generalistas ou mais específicas de agricultura convencional. O surgimento de cooperativas agrícolas e de organizações dedicadas à olivicultura é um bom exemplo desta situação.

De uma forma ou de outra, as organizações de agricultores são vistas pelos organismos oficiais como peças indispensáveis à difusão de boas práticas agrícolas. Nos termos da Portaria 180/2002, alterada pela Portaria 422/2003, podem requerer o reconhecimento como Organização de Agricultores em MPB pessoas colectivas de direito privado e cooperativas agrícolas constituídas nos termos da lei que, entre outras funções “garantam a prestação de assistência técnica aos seus associados através da contratação de técnicos em MPB reconhecidos ou da contratação de empresas que tenham por objecto social a prestação de assistência técnica em MPB e que comprovem ter ao seu serviço técnicos reconhecidos” (Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, 2004: 95-96). Daí que sejam as associações, como se verifica no gráfico 49, as fontes primordiais onde se procura e se encontra informação e aconselhamento.

Gráfico 49 – Principais fontes de informação e aconselhamento, segundo as declarações dos inquiridos



Fonte: Inquérito aos Agricultores em MPB, 2003 (n=200)

Para 65% dos inquiridos são as associações e organizações de agricultores as principais fontes de informação e aconselhamento. Há ainda uma boa percentagem de inquiridos que declaram informar-se ou aconselhar-se nos serviços do próprio MADRP (38,5%), na *internet* e na comunicação social (32%), entre os amigos e a família, ou em feiras, exposições e congressos (28%). O valor mais surpreendente, no entanto, prende-se com os 49,5% de inquiridos que apontam os Operadores Privados de Controlo e Certificação (OPC) como fonte privilegiada de informação e aconselhamento, ainda que, supostamente, estes organismos se devam abster de dar assistência técnica ou, de alguma forma, se imiscuam em matéria de ajudas, subsídios, etc. Apesar destes constrangimentos, para quase metade dos inquiridos a acção dos OPC parece pautar-se, sobretudo, por uma atitude didáctica que usa a

persuasão em detrimento da repressão. Outros há, no entanto, sobretudo os agricultores ambientalmente menos motivados, que dificilmente compreendem esta necessidade de isenção dos OPC e destacam-lhes as vertentes mais legalistas e formas mais burocratizadas e repressivas de intervir.

Este corte radical entre certificação e aconselhamento/formação resulta do esforço de credibilização progressiva a que vimos assistindo nos últimos anos. Pretende-se garantir a independência face aos produtores, comerciantes, transformadores e respectivas associações, assegurando, com os esquemas de certificação, não só procedimentos segundo normas e modos de produção determinados, como a confiança dos consumidores e a dinamização do mercado. No caso português, até 1995 a certificação era levada a cabo em simultâneo com o acompanhamento técnico no terreno pela principal associação de AB nacional: AGROBIO. A nova regulamentação decorrente da aplicação do regulamento 2092/91, no entanto, impôs que tal função fosse efectuada por entidades que não tivessem interesses na produção para que pudessem assumir com independência a responsabilidade de verificar e confirmar que um produto que ostente a “etiqueta biológica” tenha, de facto, sido produzido, processado, preparado, manuseado e/ou importado de acordo com as normas do MPB. Surgiram, assim, reconhecidas pelo Ministério da Agricultura no âmbito da norma portuguesa EN 45011 (que regula as actividades dos organismos de controlo e certificação), três OPC: a SOCERT sediada em Peniche que iniciou a actividade em 1995, a SATIVA sediada em Lisboa que surgiu no terreno em 2000 e, mais recentemente, em 2003, a CERTIPLANET sediada também em Peniche.

Para exercerem a actividade, os OPC não estão, no entanto, isentos de regras e procedimentos obrigatórios. A panóplia de obrigações é, segundo o sítio do IDRHa, extensa, pelo que a lista seguinte apresenta apenas algumas das que nos pareceram mais representativas do papel desempenhado por estas organização privadas de certificação:

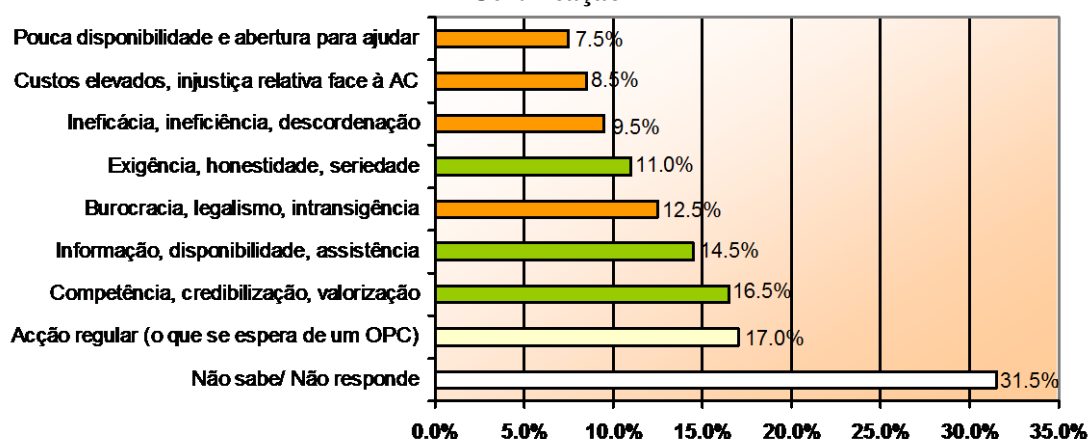
- ✓ “disponibilizar às entidades que pretendem tornar-se operadores e aos operadores toda a informação pertinente, designadamente em matéria de requisitos, referenciais técnicos de base (o Regulamento 2092/91, modificado), autorizações especiais, comunicação de situações anómalas, regime de aplicação de sanções, forma de resolução de litígios, custos do

serviço, tipo, natureza e frequência mínima das acções de controlo, etc. exclusivamente relativos ao MPB;

- ✓ verificar se o operador efectuou uma descrição exacta da sua exploração e se tomou as medidas de precaução requeridas caso a caso;
- ✓ efectuar as necessárias acções de controlo, incluindo análise dos documentos contabilísticos e financeiros, verificação de rotulagem, documentos comerciais e publicitários e colheita e análise de amostras;
- ✓ emitir os documentos necessários ao operador em MPB: licenças, atestados e certificados e zelar pela sua retirada, quando necessário;
- ✓ aplicar as sanções decorrentes de incumprimentos e irregularidades em relação com o MPB;
- ✓ decidir sobre os recursos apresentados pelos operadores;
- ✓ garantir a confidencialidade dos dados relativos a cada operador (com excepção das comunicações a efectuar à autoridade competente ou outras legalmente previstas e a outros Organismos de Controlo, apenas quando estritamente necessário);
- ✓ ter patente ao público a lista de produtos certificados e de operadores sujeitos ao regime de controlo;
- ✓ manter-se actualizado em relação à regulamentação aplicável;
- ✓ elaborar os relatórios necessários e manter as autoridades informadas sobre a situação geral – admissão de novos operadores, cancelamento de contratos, aplicação de sanções, etc.
- ✓ abster-se de aconselhar, dar assistência técnica, propor aquisições ou indicar fornecedores, promover comercialmente produtos da AB ou imiscuir-se em matéria de ajudas, subsídios, etc. dos quais os operadores possam beneficiar” (<http://www.idrha.min-agricultura.pt/agribiologica/>).

Se, por um lado, este papel fiscalizador possibilita, desde que levado a cabo com seriedade, a credibilização necessária para valorizar os produtos, é sentido, por outro lado, como cerceador da liberdade dos agricultores que, não raramente, referem os custos demasiado altos da certificação (sobretudo se comparados com a situação do modo de produção convencional) e acusam os OPC de demasiado legalistas e pouco eficientes e/ou competentes e, ainda, pouco cooperantes para com os produtores.

Gráfico 50 – Opinião dos inquiridos sobre os Operadores Privados de Controlo e Certificação



Fonte: Inquérito aos Agricultores em MPB, 2003 (n=200)

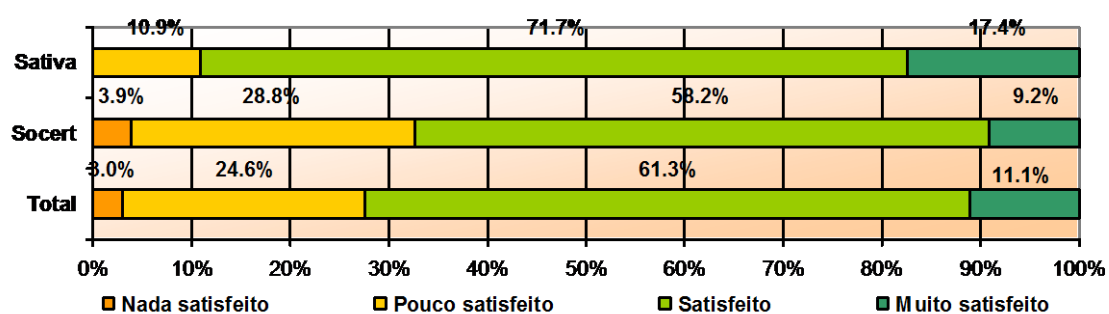
Multiplicando-se pelas mais variadas posições, de acordo com o gráfico 50, 42% dos inquiridos avaliam positivamente estes organismos, contribuindo para tal os já referidos benefícios da credibilização e da valorização. Uma percentagem um pouco menor (38%) avaliam-nos em sentido contrário, para o que concorre o facto de a legislação proibir de forma categórica qualquer prática de aconselhamento ou assistência técnica, seja nas práticas agrícolas, seja em matéria de subsídios e incentivos. Esta desconfiança engrossa tanto mais quanto menor é o tempo decorrido após a conversão e maior é a distância dos agricultores para com os ideais ecológicos da AB.

Menos claros ou, porventura, mais conscientes do papel que os OPC devem desempenhar, 17% dos inquiridos pensam que, em geral, a acção dos OPC se coaduna com aquilo que deles se esperaria, sem que daqui se descortine alguma tendência para uma maior ou menor animosidade relativamente ao seu desempenho. Finalmente, 31,5% dos inquiridos resolveram não responder a esta pergunta que, sendo aberta, possibilitava as mais variadas formas de expressar os sentimentos contra ou a favor daqueles que, afinal, zelam pelo cumprimento das normas a que todos se comprometeram.

O grau de satisfação que os inquiridos revelam para com a actuação dos OPC confirma os resultados anteriores. Em termos globais, como podemos verificar no gráfico 51, a grande maioria (72,4%) declara-se satisfeita ou muito satisfeita com os serviços prestados por estes organismos. Ao contrário, pouco menos de um quarto dos inquiridos assume-se pouco satisfeito e apenas 3,5% se declara nada satisfeito. A SATIVA, com um número de utentes bem mais reduzido que a SOCERT, estará,

ainda, para muitos inquiridos, em fase experimental. O benefício da dúvida (que, aliás, os terá feito mudar da SOCERT para a SATIVA) e os, relativamente, poucos anos de exercício poderão explicar as melhores percepções de desempenho desta última certificadora²³.

Gráfico 51 – Grau de satisfação dos inquiridos com o serviço prestado pelos Operadores Privados de Controlo e Certificação



Fonte: Inquérito aos Agricultores em MPB, 2003 (n=200)

Seja como for, a esmagadora maioria dos inquiridos aceita como boa a actuação dos OPC, cujo papel, no entanto, nem sempre surge claro. Se uns os assumem como indispensáveis para a credibilização da actividade e para o desenvolvimento do mercado, outros esperariam que, mais do que zelar pelo cumprimento de normas, os OPC ajudassem com uma acção pedagógica a ultrapassar dificuldades. A maioria, no entanto, evitando declarações mais críticas, parece situar-se algures entre estas duas posições, ora confundindo funções, ora aceitando a imposição de regras como inevitável ou como garante do sucesso da própria actividade.

²³ Quando o questionário foi lançado a terceira OPC, a CERTIPLANET, ainda não se encontrava em exercício. Das outras duas, a SATIVA foi referida como a OPC de 23,1% e a SOCERT de 76,9% dos inquiridos.

5. Valores, motivações e conversão agrícola em Portugal

5.1 Políticas públicas, valores e motivações sociais

O êxito das políticas de conversão agrícola levadas a cabo nos países da UE parece assentar na sua natureza, que nestes últimos anos tem vindo a tomar formas mais voluntárias em detrimento de formas tradicionais mais coercivas (*Cf.* Just e Heinz, 2000: 241). Tanto nos centros de decisão internacionais como nacionais advogam-se, crescentemente, políticas de envolvimento e participação que possam abarcar e compatibilizar um leque variado de interesses e protagonistas sediados nas mais variadas esferas e contextos: ONU, OCDE, OMC, Comissão Europeia, Parlamento Europeu, governos nacionais, autoridades locais, associações, ONG, grupos de interesse, cidadãos em geral. Dando mais ênfase à integração das várias partes envolvidas e dos diversos actores em presença estaremos a assistir a uma progressiva mudança na forma de enfrentar os problemas, passando de uma abordagem estritamente *top-down* para uma abordagem tendencialmente *bottom-up*.

De facto, para conseguir maiores e melhores resultados, particularmente no que diz respeito à preservação ambiental nas explorações agrícolas, dá-se especial importância ao esclarecimento e à formação dos agricultores, assumindo que mais conhecimento e maior consciencialização tenderão a resultar numa propensão para comportamentos mais respeitadores do ambiente e de normas e regras que, de outra forma (leia-se coercivamente), dificilmente se poderiam fazer cumprir com o mesmo sucesso.

O quadro 7 dá-nos conta, de acordo com a proposta de Just e Heinz, de seis formas de intervenção pública no modo de produção agrícola. De cima para baixo surgem decrescentes formas de intervenção estatal, que vão sendo suplantadas por crescentes formas de auto-regulação voluntária. Mais precisamente, os primeiros quatro tipos de instrumentos caracterizam-se pela sua origem — implementação estatal/governamental —, sendo os últimos dois basicamente voluntários e implementados através de organizações e associações privadas, redes de informação, serviços de aconselhamento, etc.

As medidas agro-ambientais são um bom exemplo de instrumentos que integram vários destes modos de regulação mas que, como veremos (sem deixarem de ser implementadas a partir de instituições do governo central), tendem a privilegiar a participação voluntária dos agricultores.

Quadro 7 – Modos de regulação de matéria ambiental nas explorações agrícolas

Instrumento	Actor	Meio	Forma de implementação
Estado central	Estado	Compulsivo: Poder	Normas e leis, proibições, autorizações
Hierárquico	Estado, autoridades locais e regionais	Compulsivo: Poder	Monitorização e/ou controlo da administração (central, regional, local)
Planeamento	Estado, autoridades locais e regionais	Compulsivo: Poder	Planos, Ordenamento do território
Económico	Estado, UE	Compulsivo: Financeiro Voluntário: Financeiro	Taxas, multas Subsídios, incentivos
Comunicação	Estado, UE, privados	Voluntário: comunicação, comprometimento, instituições	Informação, formação, aconselhamento, associativismo, contractualização
Auto-regulação	Privados	Voluntário: Comprometimento, contractualização	Associativismo Contractualização voluntária

Fonte: Just e Heinz, 2000: 243

Podem ser vistas como instrumentos económicos, já que os agricultores são compensados pelos custos da reconversão e pelas práticas ambientalmente correctas. No entanto, estes apoios financeiros são encarados como incentivos à mudança e à adesão voluntária (ainda que contractualizada) a regras que permitam a sustentabilidade das explorações. Por outro lado, os conhecimentos e a aprendizagem de novas técnicas e métodos e o papel desempenhado pelas associações, quer na difusão do MPB e outras práticas mais ambientalmente equilibradas, quer na formação dos agricultores, é incentivado e está previsto nas próprias condições de acesso às *medidas agro-ambientais*. Para que tenham acesso aos apoios e subsídios previstos na medida 1.4 – *Agricultura Biológica* é indispensável que os agricultores, entre outros pré-requisitos:

- “sejam membros de uma Organização de Agricultores em MPB, reconhecida pelo MADRP e com a qual tenham celebrado um contracto de assistência técnica (condição não exigida somente no ano de 2001);
- apresentem um plano de exploração relativamente a toda a área da Unidade de Produção e de uma forma mais específica em relação à área

candidata, validado pela respectiva Organização de Agricultores (excepto no ano 2001 em que será validada pela DRA);

- tenham frequentado um curso de formação específica em Agricultura Biológica” (Direcção-Geral de Desenvolvimento Rural, 2001: 17-18).

Vejamos, por conseguinte, como se relacionam os inquiridos com as facilidades e exigências decorrentes destas políticas de conversão, com que dificuldades se deparam e que motivações os acicatam a optar pela AB.

Quadro 8 – Importância atribuída a diversos factores para optar pela Agricultura Biológica

	Média ²⁴	Ri-t
Ganhar a confiança dos clientes locais	2,44	0,232
Assegurar a fertilidade dos solos	3,25	0,416
Garantir produtos mais saudáveis para a minha família	3,24	0,495
Promover a viabilidade económica da exploração	2,95	0,142
Defender a saúde pública	3,24	0,553
Preservar o ambiente e o equilíbrio ecológico	3,54	0,486
Produzir produtos de qualidade / certificados	3,35	0,470
Total no conjunto dos 7 itens	3,14	0,543

Fonte: Inquérito aos Agricultores em MPB, 2003 (n=200)

Desde logo, olhando para os valores constantes no quadro 8 podem-se distinguir as médias atingidas pela vontade de “ganhar a confiança dos clientes locais” e a necessidade de “promover a viabilidade económica da exploração”. Ao contrário de todos os restantes itens, estes dois ficam-se por valores inferiores a 3, o que denotará uma menor importância destes aspectos na decisão de enveredar pelos métodos da AB. Já a preservação do ambiente e do equilíbrio ecológico, realçando o lugar central que os valores ecológicos já detêm entre os inquiridos, consegue a média mais elevada (3,54). Note-se ainda que os dois itens relacionados com a saúde humana e os produtos saudáveis não se distinguem entre si, conseguindo a mesma média (3,24). Aparentemente, os valores éticos de salvaguarda do bem-comum sobrepõem-se às mais restritas e egoístas motivações que, em grande medida, se circunscrevem a interesses mais privados.

²⁴ Correspondendo 1 a “nada importante” e 4 a “muito importante”.

Procurando uma maior integração destas motivações, uma maior funcionalidade dos dados e uma clarificação dos resultados que, separadamente, as sete variáveis dificilmente permitiriam, decidimos avançar com uma Análise Factorial de Componentes Principais que resultou em dois factores. Admitindo não esgotar a multidimensionalidade do processo, pretende-se dar conta de duas das principais dimensões presentes no processo de conversão agrícola: uma dimensão ética (motivações éticas) e a uma dimensão económica (motivações económicas).

Quadro 9 – Análise Factorial de Componentes Principais – Motivações

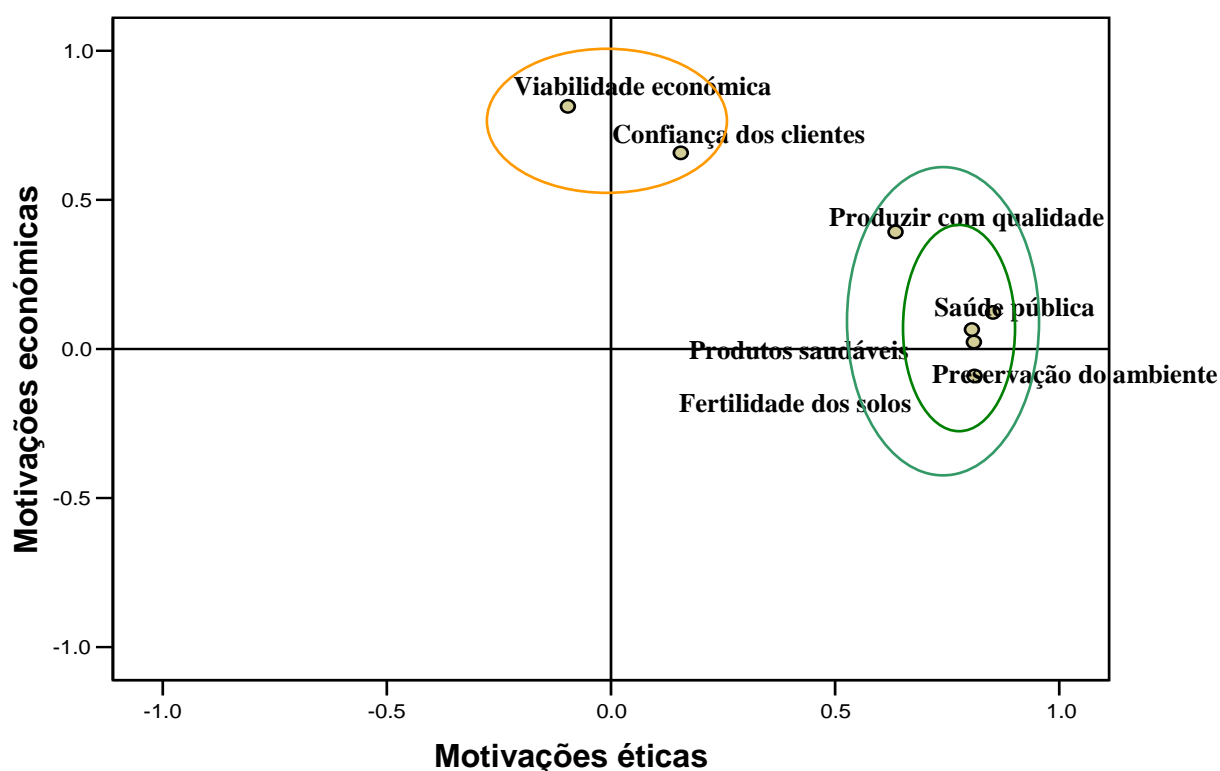
	Factor 1 Motivações éticas	Factor 2 Motivações económicas
Defender a saúde pública	0,852	0,123
Assegurar a fertilidade dos solos	0,811	-0,091
Garantir produtos mais saudáveis para a minha família	0,810	0,023
Preservar o ambiente e o equilíbrio ecológico	0,805	0,065
Produzir produtos de qualidade / certificados	0,635	0,392
Promover a viabilidade económica da exploração	-0,096	0,814
Ganhar a confiança dos clientes locais	0,156	0,658
Variância explicada Total: 62,870 Em cada factor:	44,628%	18,242%

Fonte: Inquérito aos Agricultores em MPB, 2003 (n=200)

Com efeito, tendo este tipo de análise como pressuposto que, num conjunto determinado de variáveis observáveis, há um número menor de variáveis subjacentes — componentes —, os dois factores a que chegámos explicam 62,87% da variância. O valor dos KMO (0,802) e o nível de significância do teste de Bartlett (0,000) confirmam a consistência da análise e dos dois factores daí resultantes. O primeiro deles (motivações éticas) expressa o que de comum existe em variáveis como a promoção da saúde pública, a preservação do ambiente e do equilíbrio ecológico, a defesa da fertilidade dos solos e a produção com qualidade. Já a segunda dimensão (motivações económicas) resulta da combinação linear de variáveis bem mais pragmáticas, que apontam claramente para questões de rendibilidade e de adaptação às novas exigências do mercado. Trata-se de ganhar a confiança dos clientes locais e de promover a viabilidade económica da exploração.

Como podemos constatar no gráfico 52, as variáveis agrupam-se, basicamente, no canto superior direito, onde confluem os maiores valores quer das motivações económicas quer das motivações éticas.

Gráfico 52 – Componentes principais após rotação – motivações



Ainda assim, distinguem-se claramente os dois grupos que dão origem aos dois factores. O grupo que, tendencialmente, se localiza no cruzamento dos valores mais elevados das motivações éticas com os valores medianos das motivações económicas (ético-motivados) e o grupo minoritário que surge, em contraponto ao primeiro, no cruzamento dos valores mais elevados das motivações económicas com os valores medianos das motivações éticas (económico-motivados). Umas e outras estão, no entanto, presentes nos dois grupos, distinguindo-se os inquiridos não pela recusa deste ou daquele factor, mas pela importância relativa atribuída a cada um deles.

Finalmente, note-se o posicionamento da variável “produzir com qualidade”. Para muitos corresponderá à produção de produtos mais saudáveis e com menores repercussões negativas para o ambiente (daí a sua posição relativa nas motivações éticas). Para outros, no entanto, produzir com qualidade pode representar a abertura de novas oportunidades de mercado e a valorização da produção, o que aproxima esta variável em particular, como se constata no gráfico 54, das motivações económicas.

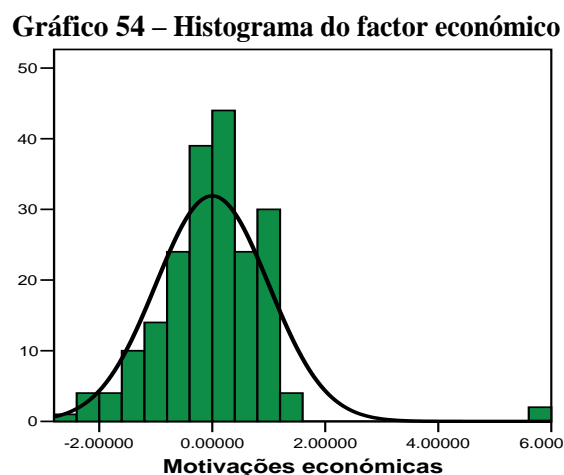
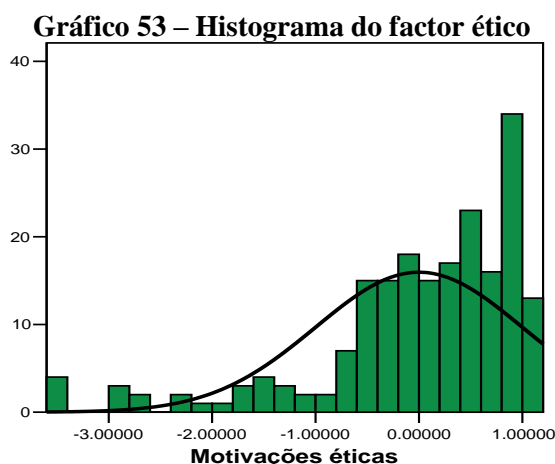
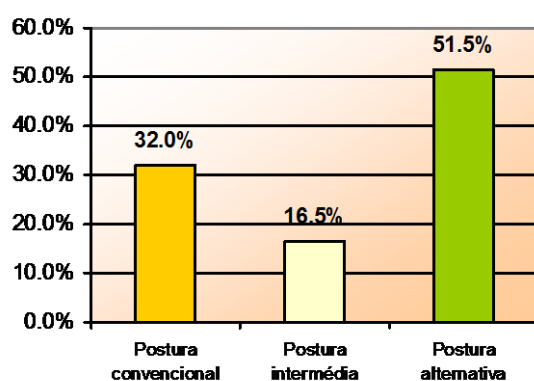
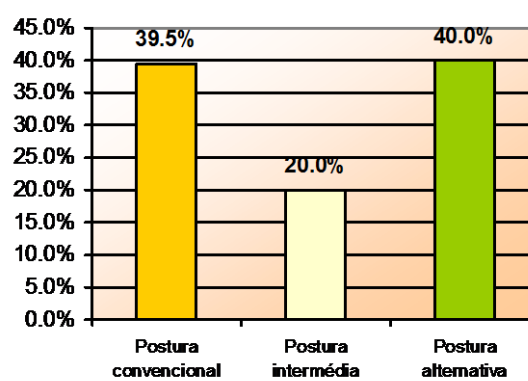


Gráfico 55 – Partição em três categorias das motivações éticas



Fonte: Inquérito aos Agricultores em MPB, 2003 (n=200)

Gráfico 56 – Partição em três categorias das motivações económicas



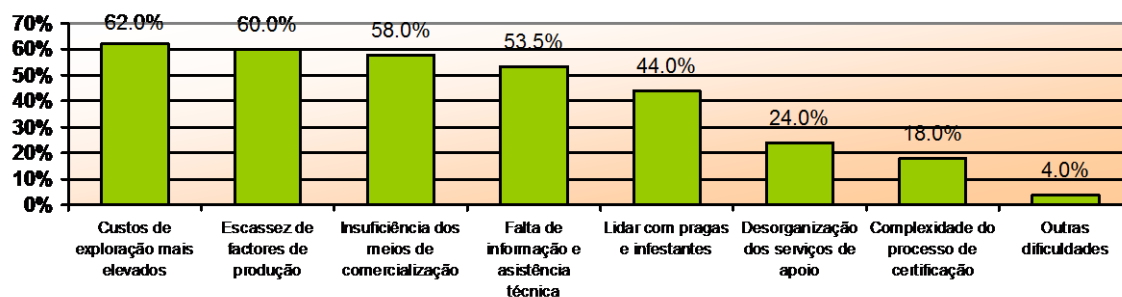
Fonte: Inquérito aos Agricultores em MPB, 2003 (n=200)

Os histogramas dos dois factores, bem como a partição das frequências em três categorias²⁵, deixam claras outras diferenças. No caso das motivações éticas, é notória a tendência maioritária entre os inquiridos para assumirem posições vincadamente pró-ecológicos. Apesar de os registos se estenderem por valores bastante negativos, o número de inquiridos que defendem posições menos abertas aos valores presentes em variáveis como a defesa do ambiente e da saúde pública ou a preservação da fertilidade dos solos nunca sobe para valores comparáveis às posturas alternativas. Já no que diz respeito às motivações económicas, a postura dos inquiridos tende, pelo menos segundo as suas declarações, a assumir uma distribuição mais equilibradas, registando-se sensivelmente os mesmos valores entre as posições tendencialmente alternativas e as posições tendencialmente convencionais. A viabilidade económica será fundamental e uma boa parte dos inquiridos assume esse facto muito claramente mas, para a maioria destes

²⁵ Onde os valores inferiores a - 0,2 correspondem a uma *postura convencional*, os valores entre - 0,2 a 0,2 a uma *postura intermédia* e os valores superiores a 0,2 a uma *postura alternativa*.

agricultores, parece ser apenas um factor importante que, no entanto, não concorre com as motivações éticas, essas sim, segundo as declarações de uma boa parte dos agricultores, fundamentais para a decisão de conversão aos métodos da AB.

Gráfico 57 – Principais dificuldades sentidas na conversão ao MPB, segundo os inquiridos

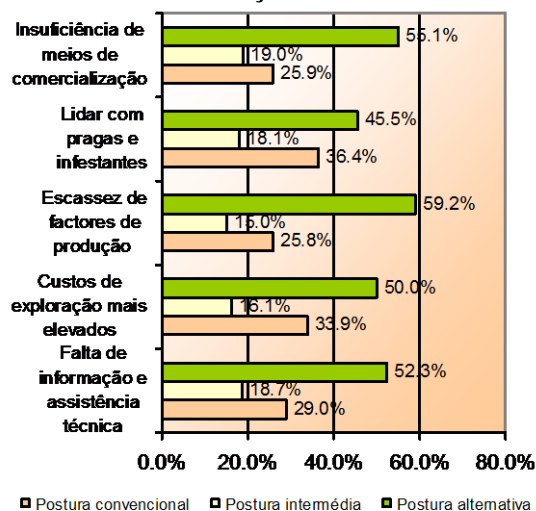


Fonte: Inquérito aos Agricultores em MPB, 2003 (n=200)

Questionados de forma aberta (sem grelhas preparadas previamente) sobre as maiores dificuldades sentidas no processo de conversão para o MPB, os inquiridos mencionam grande parte dos problemas já referidos como desvantagens da AB ou como contras das políticas de conversão. Das categorias criadas a partir das respostas espontâneas à pergunta destacam-se, desde logo, os custos de produção que, em comparação com os da agricultura convencional e ignorando as externalidades adversas ao ambiente e à saúde humana que o modo de produção convencional implica, continuam a ser bastante mais elevados, determinando preços dos produtos pouco concorrenciais (62%). Se os inquiridos reservaram um papel secundário aos factores económicos enquanto motivações para a conversão, neste caso reforçam o seu papel enquanto problema que dificulta a viabilidade e sustentação da actividade.

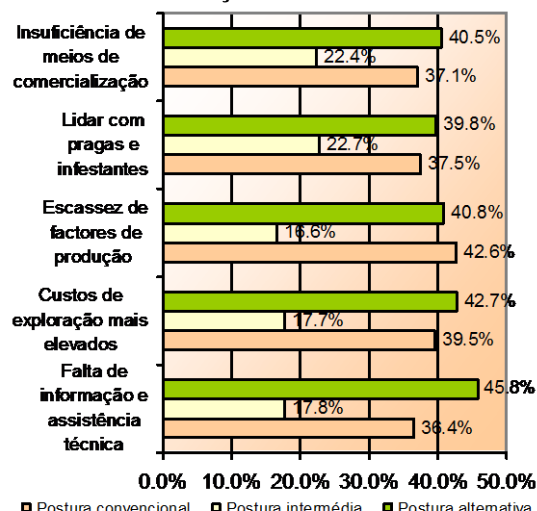
Ainda entre os problemas mais citados (com valores próximos das questões económicas) surge a escassez de factores de produção certificados, referida por 60% dos inquiridos. Segue-se a insuficiência de meios de distribuição e comercialização (58%) e a ineficiente ou escassa assistência técnica (53,5%). Prendendo-se directamente com o problema anterior, as dificuldades próprias de uma actividade que necessita de constante investigação para lidar com pragas e infestantes sem recursos aos produtos convencionais são, ainda, mencionadas por 44% dos inquiridos. Finalmente, com valores bastante mais baixos, mas de forma alguma pouco significativos (24% e 18%), surgem a desorganização dos serviços de apoio do MADRP e a complexidade do processo de certificação.

Gráfico 58 – Principais dificuldades sentidas, segundo as três categorias das motivações éticas



Fonte: Inquérito aos Agricultores em MPB, 2003 (n=200)

Gráfico 59 – Principais dificuldades sentidas, segundo as três categorias das motivações económicas



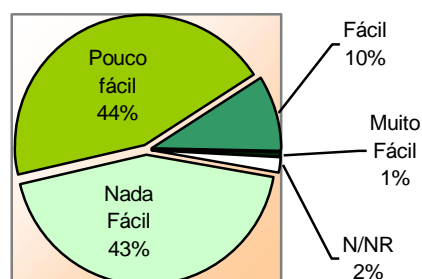
Fonte: Inquérito aos Agricultores em MPB, 2003 (n=200)

Se entre os agricultores motivados sobretudo pelas questões económicas parece não se vislumbrar grandes diferenças entre posturas mais convencionais ou mais alternativas (os dois grupos, salvo a excepção mais marcante da falta de informação e assistência técnica, atingem valores muito similares), entre os inquiridos mais motivados pelas questões ético-ideológicas o sentido crítico parece concentrar-se principalmente entre aqueles que assumem posturas declaradamente pró-ecológicas. Em todas as principais dificuldades presentes nos gráficos 58 e 59 se reforça a presença dos valores ecológicos com mais de metade dos respondentes a evidenciarem a sua importância para delinear comportamentos e fundamentar posições.

Seja como for, de uma forma geral, as principais dificuldades com que lidam os inquiridos prendem-se, basicamente, com a organização dos apoios e com a regulamentação que nem sempre responderá às necessidades e se adequa aos problemas específicos sentidos pelos agricultores convertidos ou em processo de conversão ao MPB. Interessa, por conseguinte, perceber como se relacionam os agricultores com as dificuldades de acesso à informação e aconselhamento e aos incentivos financeiros previstos para a conversão agrícola, que lugar detêm essas ajudas nos processos que os levaram a decidir-se pelo MPB e em que fase do processo de conversão mais se fazem sentir.

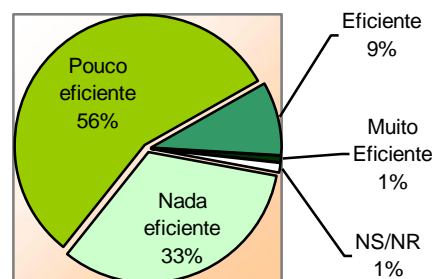
Como se refere no PNDAB, “a falta de aconselhamento e assistência técnica está relacionada com a carência de técnicos qualificados, devidamente enquadrados para essa finalidade, e constitui uma das principais razões para a falta de adesão dos agricultores a algumas culturas mais difíceis” (*Ibidem*: 16). Talvez por isso, a opinião dos inquiridos sobre os serviços de informação e aconselhamento não pareça muito favorável.

Gráfico 60 – Opinião dos inquiridos sobre o acesso aos serviços de informação e aconselhamento



Fonte: Inquérito aos Agricultores em MPB, 2003 (n=200)

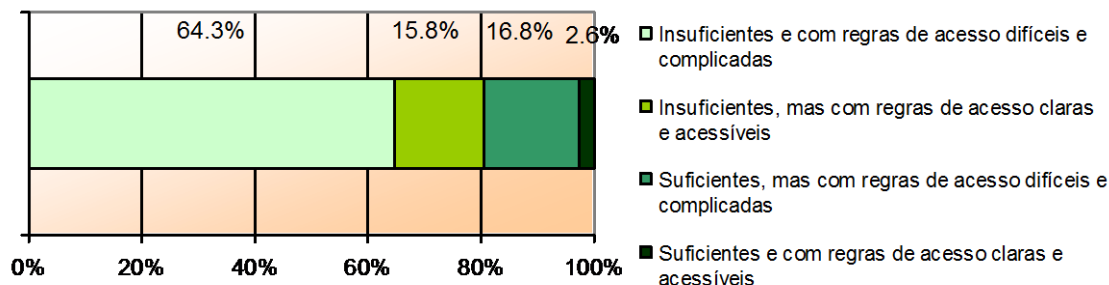
Gráfico 61 – Opinião dos inquiridos sobre o funcionamento dos serviços de informação e aconselhamento



Fonte: Inquérito aos Agricultores em MPB, 2003 (n=200)

Com efeito, apenas 10% dos inquiridos avalia como fácil o acesso à informação e ao aconselhamento. Uma esmagadora maioria (87%) considera que o acesso a estes serviços é pouco ou nada fácil (44% e 43%, respectivamente). Quanto à avaliação do funcionamento destes serviços não se registam grandes melhorias. Sensivelmente a mesma percentagem de inquiridos que considera negativamente o acesso à informação e aconselhamento avalia da mesma forma o seu funcionamento, ainda que, desta feita, 56% escolha a categoria “pouco eficiente” e 33% se decida pela categoria “nada eficiente”.

Gráfico 62 – Incentivos financeiros do Estado, segundo os inquiridos

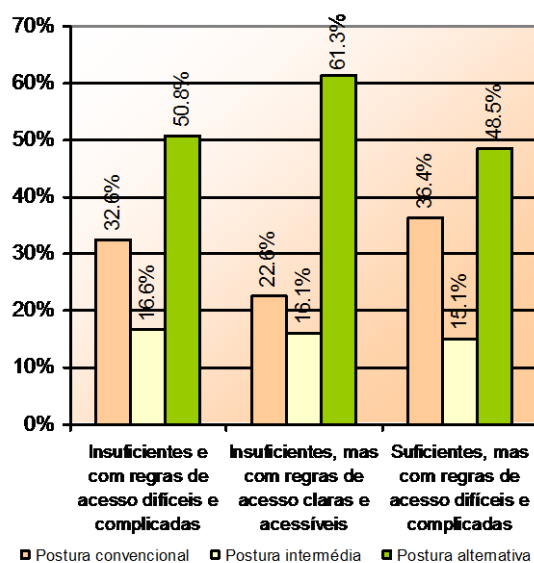


Fonte: Inquérito aos Agricultores em MPB, 2003 (n=200)

Tendo, então, em mente esta apreciação negativa da disponibilização de informação e aconselhamento, vejamos como avaliam os agricultores os incentivos financeiros para a conversão agrícola. De acordo com o gráfico 62, para a

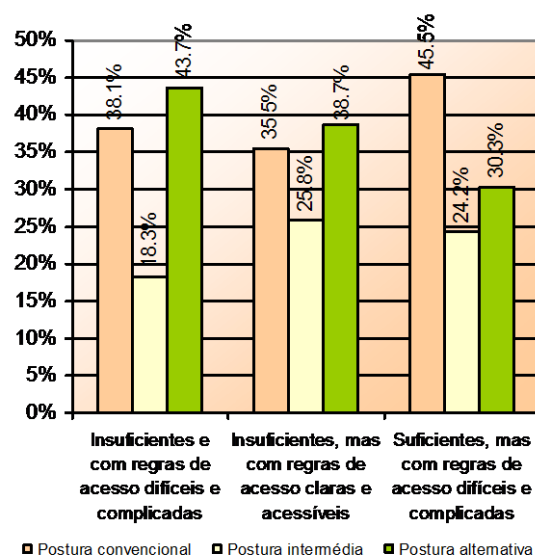
esmagadora maioria dos inquiridos o problema dos incentivos põe-se na insuficiência dos apoios financeiros a que se juntam regras complicadas e de difícil acesso. Quase 17%, no entanto, sublinham a complicação de regras e defendem que os valores em causa serão já suficientes enquanto que um pouco menos (15,8%) desvalorizam as dificuldades de acesso e sublinham a insuficiência de meios financeiros.

Gráfico 63 – Opinião sobre o acesso aos incentivos financeiros, segundo as três categorias das motivações éticas



Fonte: Inquérito aos Agricultores em MPB, 2003 (n=200)

Gráfico 64 – Opinião sobre o acesso aos incentivos financeiros, segundo as três categorias das motivações económicas

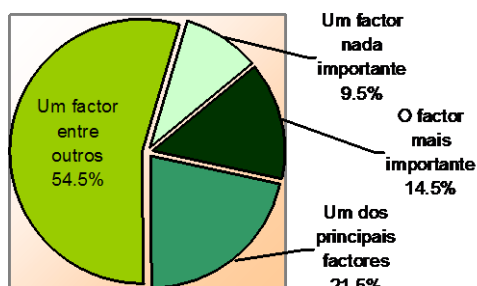


Fonte: Inquérito aos Agricultores em MPB, 2003 (n=200)

Os gráficos 63 e 64 realçam, mais uma vez, as posturas alternativas que parecem favorecer as motivações ético-ideológicas e os olhares mais críticos sobre o acesso e os incentivos financeiros para o MPB. Entre estes inquiridos destaquem-se os 61,3% dos que classificaram os incentivos financeiros “insuficientes mas com regras de acesso claras e acessíveis”. Já entre os inquiridos mobilizados, principalmente, pelas questões económicas as distribuições são mais equilibradas. Destaquem-se, ainda assim, os 45,5% de inquiridos económico-mobilizados que admitem ser os incentivos financeiros suficientes mas com regras difíceis e complicadas.

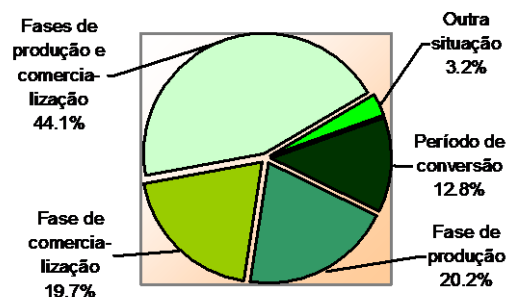
A tendência geral é, pois, para que os inquiridos ético-mobilizados assumam posicionamentos mais críticos, sobretudo, se comparados com os inquiridos que elegeram como principais motivações para a conversão ao MPB as questões relacionadas com a viabilidade económica das explorações.

Gráfico 65 – Importância atribuída aos incentivos financeiros pelos inquiridos



Fonte: Inquérito aos Agricultores em MPB, 2003 (n=200)

Gráfico 66 – Fases em que a necessidade de incentivos mais se faz sentir, segundo os inquiridos



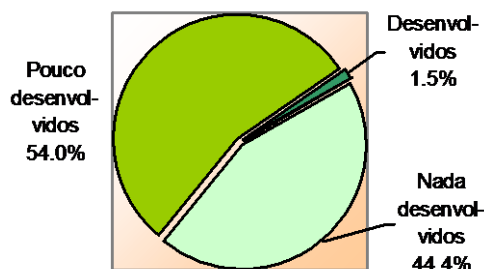
Fonte: Inquérito aos Agricultores em MPB, 2003 (n=200)

Estes incentivos financeiros, como já terá ficado explícito na evolução da regulamentação europeia que procurámos retractar desde 1993 e como os próprios agricultores admitem, revelaram-se factores de acrescida importância para a generalidade das conversões agrícolas levadas a cabo até agora. Para 14,5% dos inquiridos foram, mesmo, o factor mais importante, enquanto que 21,5% os incluem entre os factores mais importantes. Por sua vez, mais de metade dos inquiridos (54,5%), não os avaliando um factor displicente, incluem-nos nos factores a considerar para formular a decisão da conversão. Finalmente, apenas para 9,5% dos inquiridos não representaram mais do que um factor *nada importante* para a conversão aos métodos da AB.

A necessidade destas ajudas financeiras, no entanto, dependerá da fase do processo de conversão alcançado, admitindo-se que alturas haverá mais exigentes em esforço e em financiamentos. Para a maioria dos inquiridos (44,1%), os apoios dever-se-iam distribuir tendo em conta as necessidades por todas as fases e períodos: produção (conversão e manutenção) e comercialização (*marketing* e distribuição). Por seu turno, a fase de comercialização é particularmente exigente para quase 20% de inquiridos, que, por isso, reclamam para esta altura uma maior aposta nos incentivos. Ao contrário, sensivelmente o mesmo número de agricultores defende maiores apoios sobretudo na fase de produção (conversão e manutenção). Finalmente, o reforço dos apoios no período de conversão, apesar de nesta altura e malgrado os investimentos necessários não ser possível a comercialização dos produtos como “biológicos”, foi defendido apenas por 12,8% dos inquiridos. A experiência acumulada e as dificuldades que muitos destes inquiridos têm vindo a sentir para escoar os seus produtos parecem, neste caso, ditar uma aposta numa

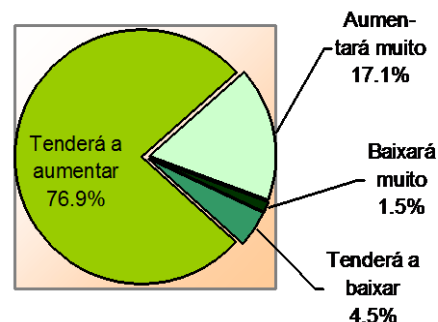
distribuição de recursos mais equitativa e que não descure os meios de distribuição e de comercialização.

Gráfico 67 – Desenvolvimento dos meios de distribuição e comercialização, segundo os inquiridos



Fonte: Inquérito aos Agricultores em MPB, 2003 (n=200)

Gráfico 68 – Como poderá evoluir a procura de produtos da AB, segundo os inquiridos

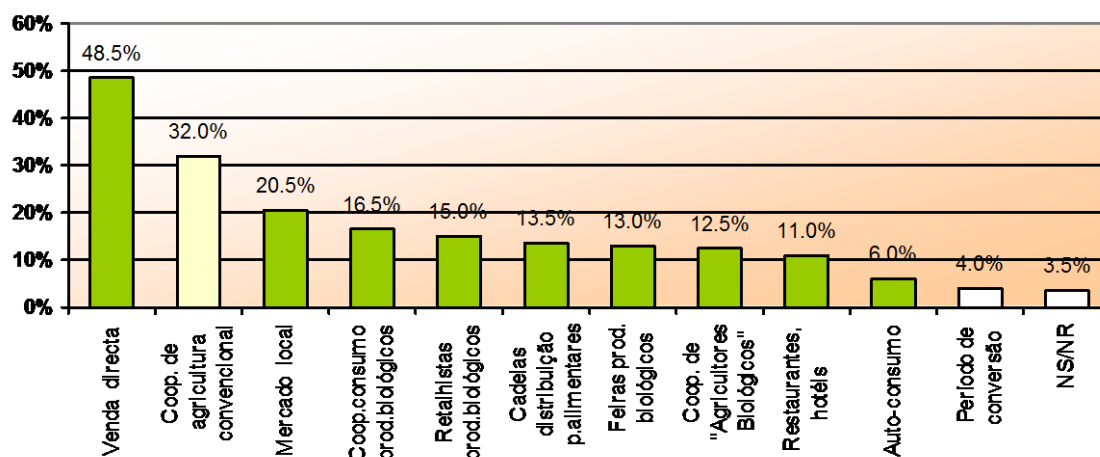


Fonte: Inquérito aos Agricultores em MPB, 2003 (n=200)

Para a quase totalidade dos inquiridos, aliás, é óbvia a insuficiência de meios de distribuição e de comercialização: para 44,4% estes meios poder-se-iam caracterizar como “nada desenvolvidos” e para 54% como “pouco desenvolvidos”. As restantes categorias não registam qualquer resposta (“muito desenvolvidos”) ou não ultrapassam valores residuais (“desenvolvidos”). As perspectivas de futuro são, no entanto, bastante mais optimistas para a esmagadora maioria de agricultores que responderam ao inquérito. A procura “tenderá a aumentar” para 76,9%, ou, para 17,1%, “aumentará muito” nos próximos tempos.

A confiança de que a conversão ao MPB poderá a médio prazo garantir maiores dividendos parece ser, apesar de tudo, comum entre os agricultores convertidos e, como já vimos, justifica em grande medida a opção pela AB.

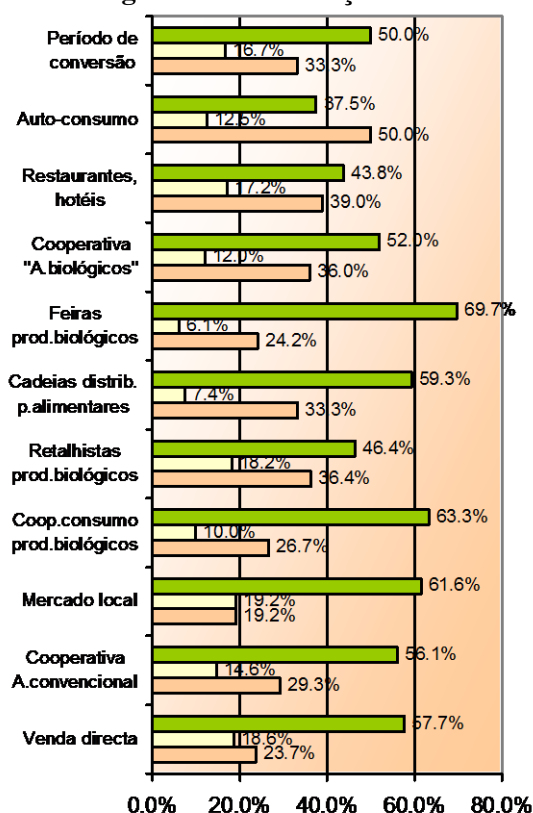
Gráfico 69 – Principais destinos dos produtos, segundo os inquiridos



Fonte: Inquérito aos Agricultores em MPB, 2003 (n=200)

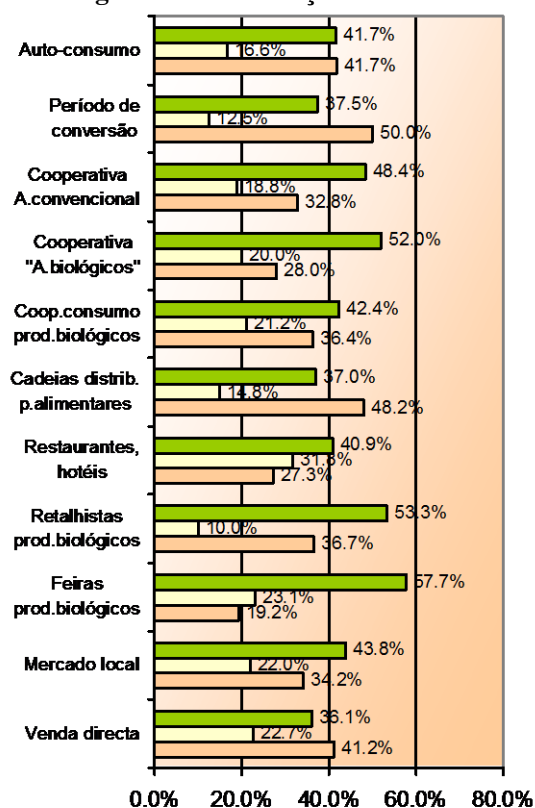
Apesar das dificuldades assumidas pela generalidade dos inquiridos em comercializar os seus produtos, não mais de 3,5% se refugiaram nas *não-respostas* quando questionados sobre o destino de comercialização. Ainda assim denotando alguma dificuldade de entrosamento nos circuitos comerciais existentes para este tipo de produtos quase metade (48,5%) declara escoar o produto do seu trabalho, principalmente, por venda directa. Mais espantoso ainda é o facto de 32% dos inquiridos assumirem escoar os seus produtos pelos canais convencionais (normalmente cooperativas de agricultores e lagares convencionais), valor substancialmente superior à generalidade das categorias inequivocamente dedicadas ao escoamento de produtos de origem certificada que não ultrapassam os 16,5% no caso das *cooperativas de consumo de produtos biológicos*, os 15% no caso dos *retalhistas de produtos biológicos*, os 13% no caso das *feiras e mercados de produtos biológicos* e os 12,5% no caso das *cooperativas de “agricultores biológicos”*.

Gráfico 70 – Comercialização dos produtos de Agricultura Biológica, segundo as três categorias das motivações éticas



Fonte: Inquérito aos Agricultores em MPB, 2003 (n=200)

Gráfico 71 – Comercialização dos produtos de Agricultura Biológica, segundo as três categorias das motivações económicas



Fonte: Inquérito aos Agricultores em MPB, 2003 (n=200)

Confirmando as tendências delineadas nos cruzamentos anteriores, é notória a maior propensão para garantir as mais diversas formas de comercialização entre os inquiridos motivados ético-ideologicamente. Neste grupo, a tendência é geral e abrange qualquer das opções de comercialização seleccionadas. Já entre os inquiridos mais motivados pelos factores económicos, as diferenças mais substanciais encontram-se nas opções que mais requerem algum entrosamento nos canais de distribuição e comercialização de produtos biológicos. Com efeito, para escoar os seus artigos utilizam as *feiras de produtos biológicos* 57,7% de inquiridos ético-motivados e 19,2% de inquiridos económico-motivados. De forma semelhante se distribuem os inquiridos que referem os *retalhistas de produtos biológicos* (53,3% contra 36,7%) e os que referem as *cooperativas de “agricultores biológicos”* (52% contra 28%).

Com as alterações impostas pelas novas formas de regulação internacional, com o avanço dos valores ecológicos e com os novos equilíbrios e políticas daí decorrentes, a agricultura e o mundo rural em geral surgem como mais valias crescentemente valorizadas e os agricultores como os melhores guardiões da paisagem e dos recursos naturais. Urge, por isso, “uma verdadeira reforma da agricultura portuguesa que além do seu papel de produtor de recursos alimentares, assuma também o seu papel de produtor de bens ambientais, o que exige uma enorme soma de conhecimentos e uma revolução no sistema de investigação de apoio às actividades agrícolas” (Sequeira, 1997: 23-24). Neste contexto, o MPB emerge como a ponta de lança ideal para fazer vingar tais objectivos e fazer alastrar práticas agrícolas mais sustentáveis. As motivações ético-ideológicas, correspondendo a posturas mais responsáveis ambientalmente e baseadas nos Novos Valores Ecológicos desempenharão um papel crucial na abertura a este tipo de políticas que, para vingarem, necessitam da aquiescência e do empenhamento dos seus potenciais destinatários: os agricultores. Esta partilha de valores, por outro lado, não dispensando a ajuda económica que, na óptica dos agricultores, não paga os serviços por eles prestados, parece facilitar a integração nos circuitos de distribuição e comercialização especificamente dedicados ao escoamento de produtos produzidos no MPB, potenciando, por conseguinte, o investimento público. Veremos se a análise seguinte, baseada na aplicação de uma escala que confronta valores alternativos com valores convencionais confirma esta tendência.

5.2 Revalorização da natureza e mudança paradigmática

A crise ambiental global a que temos vindo a assistir nas últimas décadas, decorrendo do desenrolar do projecto moderno que conta já com um percurso de mais de quatro séculos, tem acarretado mudanças significativas na forma como sentimos e nos relacionamos com o ambiente e a natureza. Contribuindo de forma decisiva para esta reconfiguração das relações sociedade/ambiente, o humanismo renascentista e o racionalismo cartesiano revelaram-se, como já referiu Soromenho-Marques, “os elos mais sistemáticos da cadeia geradora de um tipo peculiar de antropologia que coloca ao homem a missão de se apropriar e controlar a Natureza” (1994: 24).

Neste quadro, com o engenho que a razão suscita — eficaz instrumento de apropriação da realidade — a modernidade despertou um legítimo sonho *prometeico* de transformar o mundo para tornar a vida humana num percurso menos penoso. Tal sonho, todavia, terá vindo a converter-se, com os desenvolvimentos da própria modernidade e a arrogância dominadora que daí derivou, num cada vez mais plausível pesadelo decorrente das consequências da exaustão de recursos e da capacidade regeneradora do planeta. O Homem contemporâneo corre o risco de se transformar, acrescenta Soromenho-Marques, “no Homem fáustico realizado, em vias de se consumir nas chamas do seu próprio delírio de grandeza” (*Ibidem*).

Eivada de um antropocentrismo que muitos virão a considerar déspota, esta abordagem predadora dos recursos e dos ecossistemas naturais, alicerçando-se nos avanços tecnológicos do século XX, agudizou-se com a expansão do capitalismo industrial e repercute-se gradualmente nas práticas agrícolas nos quatro cantos do globo. Até à emergência da crise ecológica e dos sinais mais inquietantes dos seus efeitos sobre o ambiente e a qualidade de vida humana, poucos duvidaram, de facto, da superioridade da chamada *high farming*, termo usual para referir a aplicação de uma nova onda tecnológica na produção agrícola. Ao contrário, tudo levava a crer que as explorações agrícolas a produzir fora destes parâmetros tecnológicos e produtivistas se encontravam apenas atrasadas. Mais cedo ou mais tarde, acabariam por adoptar o modelo de produção tecno-industrial capitalista, mais racional, mais organizado e, pelo menos a curto prazo, mais eficaz na apropriação dos recursos naturais e, conseqüentemente, mais produtivo.

Pervertendo o equilíbrio ecológico, no entanto, as repercussões ambientais da industrialização e da intensificação da produção agrícola rapidamente tornaram clara a ameaça de destruição que, para muitos, cedo deixou de pertencer ao mero domínio da ficção. Destruição da própria base de sustentação da actividade agrícola em particular e da civilização em geral, com consequências que, não raro, já se repercutem na degradação das condições de existência das gerações presentes. Mais preocupante, no entanto, é que tais consequências se revelem, a médio/longo prazo, definitivas e retumbem numa séria limitação das opções que poderemos deixar em aberto para as gerações vindouras. É desta apreensão pelas condições de vida do presente e do futuro, tão mais generalizada quanto mais agudas se tornam as consequências ambientais negativas das actividades humanas, que emerge a consciencialização ecológica, dando lugar a uma gradual ultrapassagem de um conjunto de valores, crenças e saberes sociais que corporizaram e corporizam ainda o *Paradigma Social Dominante* ou, nas palavras de Riley Dunlap, *Dominant Social Paradigm* (DSP) (Cf. Dunlap, 1993). Trata-se de uma forma de encarar o mundo, de um paradigma social²⁶, para usar a terminologia do autor americano, que ganhou maior consistência numa era de abundância e optimismo em que os avanços da ciência e da técnica fizeram crer que não havia constrangimento inultrapassável. Nos últimos séculos, as fronteiras da acção humana alargaram-se exponencialmente e ganhou forma a crença de que os limites da humanidade se circunscreveriam aos limites da sua própria razão. Capaz de tudo conquistar num indómito processo que adaptaria a natureza às exigências crescentes de uma população que rapidamente se multiplicava, o ambiente e os recursos naturais aí estavam disponíveis e, supostamente, ilimitados, sem outra finalidade ou razão de existência que não fosse a supressão das necessidades sempre acrescidas da sociedade de consumo.

Esta relação desequilibrada com a natureza tem raízes profundas, quer, como já vimos, nos pressupostos expansionistas da modernidade e na confiança racionalista que lhe subjaz, quer nas tradições judaico-cristãs em que assenta a “civilização ocidental”, nomeadamente na crença de que a natureza foi criada por Deus com o propósito explícito de suprir as necessidades humanas. O forte pendor

²⁶Para os teóricos da chamada Ecologia Humana Americana, um paradigma social resulta de um conjunto de normas e valores sociais predominantes numa determinada sociedade que, entrecruzando os vários campos e sectores sociais, configuram uma visão do mundo que se revela numa referência social de identificação, interpretação e resolução de questões e problemas que se colocam no quotidiano dessa mesma sociedade (Beus e Dunlap, 1990).

antropocêntrico da cultura ocidental pressupõe, de facto, uma descontinuidade evolutiva que coloca a humanidade num patamar superior aos restantes seres da biosfera. Os avanços sem precedentes conseguidos no desenvolvimento técnico-científico acentuaram esta abordagem do mundo ou, como referem Catton e Dunlap, converteram este antropocentrismo de raízes antigas numa arrogância moderna para com, e sobre, a natureza (Cf. Catton e Dunlap, 1980).

Nunca como na modernidade a humanidade teve acesso a tão vastos recursos. A tecnologia permitiu uma tamanha e eficaz exploração da natureza que a fé no progresso e num futuro melhor se vulgarizou pelos mais recônditos lugares do planeta, acompanhando, em conjunto com a decorrente degradação ambiental, a globalização da cultura e da economia ocidental. Disseminou-se uma visão do mundo que, apesar de algum refreamento, permanece e continua a condicionar os hábitos de consumo e as relações com a natureza e o ambiente. A generalidade das sociedades actuais, sejam elas mais ou menos industrializadas, partilha, ainda que a diferentes níveis e de formas diversificadas, esta visão optimista do mundo que encerra uma crença profunda num progresso contínuo e perpétuo. A raiz substancialmente ocidental desta mundividência — *Dominant Western Worldview* — enquadra quatro assunções fundamentais em que, de acordo com os fundadores da Ecologia Humana, assentam as relações, ainda em grande medida preponderantes, entre sociedade e ambiente:

- 1) a humanidade é fundamentalmente diferente das outras espécies, sobre as quais exerce o seu domínio;
- 2) a humanidade é dona do seu destino: pela faculdade que lhe é própria (a razão) pode aprender como atingir os objectivos a que se propõe e levá-los a cabo;
- 3) o mundo é vasto e disponibiliza oportunidades sem limites para a humanidade;
- 4) a história da humanidade é a história do progresso: não há problemas sem solução, pelo que o progresso continuará indefinidamente (Cf. *Ibidem*).

Esta perspectiva das relações sociedade/ambiente, no entanto, é cada vez mais apontada como inadequada, como fonte dos desequilíbrios ambientais actuais e, por isso, insustentável. Foi o desenrolar da modernidade que pôs em evidência a insustentabilidade dos modelos de crescimento adoptados e da própria sociedade

industrial-capitalista (sociedade de consumo). A crise ambiental globalizou-se e, ainda que de forma gradual, impôs uma mudança nas assunções que fundamentam as relações entre sociedade e ambiente. A alternativa que se vislumbra à visão otimista e antropocêntrica do mundo — que, a manter-se dominante na sociedade global conduziria a uma crise ambiental de consequências imprevisíveis — é uma forma mais equilibrada de relacionamento com o ambiente e os recursos naturais, assumindo que dos efeitos nefastos da actividade humana podem advir consequências desastrosas para o planeta e, consequentemente, para a humanidade. É o ecossistema planetário que sustenta a vida humana, tal como hoje o conhecemos, que está em risco. Se na modernidade a “religião da ciência” tinha, em grande parte, logrado substituir as fés religiosas tradicionais, a crise petrolífera dos anos setenta e os desastres ecológicos que se lhe seguiram marcaram um ponto de viragem que começou por fazer fraquejar esta fé, que parecia inabalável, na capacidade humana para ultrapassar os constrangimentos naturais. A percepção dos problemas e riscos ambientais decorrentes de uma sobre-exploração da natureza que a própria tecnologia permitiu, fez com que as assunções que enformam a visão antropocêntrica do mundo (DSP) começassem a perder terreno na formação das percepções e representações sociais, num processo que, se não representa o fim do sonho prometeico, poderá evitar a arrogância fáustica que, do ponto de vista dos Novos Valores Ecológicos, correria (corre) o risco de desembocar num pesadelo.

Opondo-se ao velho paradigma — assente numa visão estreita e de curto alcance cujo alvo não ultrapassa os interesses humanos mais imediatos —, a dupla de sociólogos americanos Catton e Dunlap defende que se assiste à emergência do NEP (*New Ecological Paradigm*). O NEP reflecte a necessidade de interpretação e resolução de fenómenos como a ameaça da poluição e suas repercussões na saúde pública ou a rarefacção de recursos e o declínio da qualidade de vida das populações (Cf. Dunlap, 1983: 201). Com esta revolucionária abordagem do mundo abre-se espaço ao reconhecimento efectivo de que a humanidade está sujeita a constrangimentos (limites e interdependências ecológicas), ainda que, simultaneamente, detenha a capacidade de modificar o ambiente de acordo com as necessidades sociais. Foi a ameaça crescente da poluição e da rarefacção de recursos que resgatou do esquecimento o lado biológico humano, realçando as relações de interdependência que sempre se estabeleceram, ainda que, por muito tempo, as características excepcionais humanas tenham levado a que fossem ignoradas. O novo

paradigma social assenta na ideia de dependência ecológica das sociedades humanas, inserindo-as na rede complexa de relações recíprocas do ecossistema, e fundamenta-se nas seguintes assunções:

- 1) ainda que os seres humanos detenham características excepcionais (cultura, tecnologia, etc.), continuam a ser apenas uma de entre muitas das espécies envolvidas, de forma interdependente, no ecossistema global;
- 2) a vida humana é influenciada tanto por factores sócio-culturais como por factores naturais, numa intrincada rede de causa, efeito e retroacção. Os efeitos perversos da acção humana implicam, por isso, consequências inesperadas para a própria humanidade;
- 3) a humanidade vive e depende de um ambiente biofísico finito que impõe limites e constrangimentos físicos e biológicos ao desenvolvimento social e às actividades humanas;
- 4) apesar dos avanços tecnológicos permitirem uma exploração mais eficaz da natureza, as leis naturais não podem ser ignoradas e impor-se-ão mais cedo ou mais tarde.

Na base do NEP está a progressiva constatação da finitude do planeta que, como refere Andrew Dobson, tem limites que balizam a sua capacidade de carga (*e.g.*, aumento demográfico), a sua capacidade produtiva (*e.g.*, escassez de recursos), e a sua capacidade de absorver e reciclar (*e.g.*, poluição e alterações antropogénicas em geral) (Cf. Dobson, 1995: 16). Esta noção de escassez ecológica do ecossistema global implica a assunção de leis naturais a que os humanos não podem deixar de estar sujeitos. A evolução e a mudança surgem como resultado de relações de causa e efeito que vão moldando a face do planeta. Ora, assumindo-se que os recursos naturais e o ambiente têm limites, os constrangimentos biofísicos serão determinantes na evolução das sociedades humanas. Por conseguinte, o NEP dá conta de um dilema de difícil solução: “para sobreviverem, as sociedades humanas exploram, necessariamente, os ecossistemas envolventes, mas as sociedades que florescem à custa de uma sobre-exploração desses ecossistemas podem estar a destruir a sua própria base de sustentação”²⁷. É preciso, por isso, encontrar o equilíbrio que possibilite, se não o progresso desejado, pelo menos a sobrevivência

²⁷ William R. Burch, Jr. citado em Dunlap e Catton (1979: 250).

da própria humanidade, que depende, como a restante comunidade biótica, da preservação das condições de reprodução dos ecossistemas naturais.

Estes novos valores e atitudes sociais sobre o ambiente e sobre as relações sociedade/natureza não negam a excepcionalidade da humanidade, que é óbvia e está na origem das rupturas ambientais. O que sublinham é a interdependência sistémica que, porque vivemos num mundo sem fronteiras para os riscos ambientais, não pode ser ignorada sob pena de os efeitos retroactivos da própria actividade humana determinarem o fim das condições que lhe possibilitam a acção. Num planeta afinal finito, os limites da humanidade não poderão deixar de ser, apesar do engenho tecnológico, as leis da natureza.

Assumindo ou não a mudança paradigmática tal como nos é sugerida pelos autores americanos, o que parece certo e comum à generalidade dos autores é o testemunhar da emergência de uma nova atitude social perante o ambiente. Nesta perspectiva, é legítimo esperar que os agricultores portugueses não atravessem imunes este processo e que, também entre eles, a consciencialização ecológica comece a ganhar terreno. Assim, continuando na esteira de Riley Dunlap, procurámos perceber de que forma os modos de produção agrícola convencionais — *e.g.*, aplicação de uma diversidade de factores de produção e tecnologias agro-industriais complementares e abrangentes; integração da produção agrícola nos circuitos económicos, com ligações industriais e comerciais a montante e a jusante; busca constante de maior produtividade e consequente pressão sobre o trabalho e sobre a terra... —, constitutivos de um paradigma agrícola produtivista e de larga escala, inscrito no mais geral Paradigma Social Dominante, estão ou não a ser desafiados por um movimento alternativo, associado a uma agricultura de pequena escala, virada para as necessidades das pessoas e das comunidades locais. Movimento social que, aproveitando a ascensão geral dos Novos Valores Ecológicos e crescendo com eles, segundo José Eli da Veiga: “combate a degradação dos agro-ecossistemas provocada pelo processo modernizador do século XX; exige novas regras disciplinares para o sistema agro-alimentar e promove práticas mais adequadas à preservação dos recursos naturais e ao fornecimento de alimentos mais saudios” (Veiga, 1996: 388).

A verificar-se, esta mudança nos valores e nas atitudes que reassume os limites naturais e a tenuidade dos recursos implica, como defendem Beus e Dunlap, mudanças de peso nas práticas agrícolas convencionais actuais, rumo a uma

agricultura mais equilibrada, mais justa e mais sustentável (Cf. Beus e Dunlap, 1990). Foi, portanto, nosso objectivo tentar perceber até que ponto e de que forma a assunção dos valores alternativos da AB se mostrou importante para o processo de conversão encetado pelos agricultores registados no MPB. Neste processo de mudança paradigmática, os autores identificam seis dimensões (Beus e Dunlap, 1990, 1991, 1994) que, interrelacionando-se entre si, dão lugar ao confronto continuado de duas perspectivas ou paradigmas diametralmente opostos²⁸. São elas:

- 1) **Centralização/descentralização** – Recusa de um modelo que privilegia processos de produção, de processamento e de distribuição dirigidos do exterior, de larga escala e direccionados para o lucro e para o mercado. Estas práticas têm resultado no menosprezo dos condicionalismos locais (sejam eles de origem social, sejam de origem ambiental), no controlo do poder de decisão e dos meios de produção nas mãos de alguns grandes produtores ou grupos económicos e, consequentemente, na exclusão de significativas franjas da população rural, no consequente despovoamento das áreas rurais e na delapidação de recursos naturais locais. A descentralização defendida pelo novo paradigma assenta em modelos de produção, processamento e comercialização de cunho e controlo local que, pela proximidade e conhecimento que implicam, garantem um lugar às peculiaridades locais e à diversidade não só de produtos como de produtores.
- 2) **Dependência/independência** – Rejeição da utilização desregrada e intensiva de capitais e tecnologias que fomentam a dependência de fontes de energia, produtos e serviços exteriores à exploração e impedem a auto-suficiência, a reciclagem, o reaproveitamento e a gestão equilibrada dos recursos naturais locais. Esta lógica de dependência de factores de produção potencia as consequências nefastas da agricultura no ambiente (*e.g.*, esgotamento e contaminação de solos, água e ar; maior resistência

²⁸ Como os próprios autores defendem, apesar de se tratar de duas posições tendencialmente opostas, “nem todos, nem mesmo a maioria dos indivíduos, se podem distribuir por um ou por outro paradigma sem conflitos de posições” (Beus e Dunlap, 1991: 432). Dificilmente um indivíduo assume todos os elementos ou princípios associados a qualquer dos paradigmas. Os paradigmas devem ser vistos, por isso, como *ideais-tipo*, como construções úteis representativas de posições extremas que ajudam a esclarecer os debates em torno do desenvolvimento agrícola e da agricultura sustentável. Espera-se, como na sociedade em geral, que a mudança paradigmática entre os agricultores se faça gradualmente, pelo que a assunção de valores alternativos e/ou ecológicos não implica, necessariamente, uma liminar recusa dos valores convencionais e/ou antropocêntricos.

das doenças e pragas aos produtos fitossanitários; eliminação dos inimigos naturais das culturas, etc.). Privilegiar o conhecimento pessoal e as tradições locais é a solução apontada para imprimir uma perspectiva mais estimulante e equilibrada das potencialidades rurais.

- 3) **Competição/cooperação** – Abandono da lógica de competição implícita num tipo de agricultura intensiva e produtivista que relega para um lugar secundário a necessária cooperação entre agricultores, o fortalecimento das comunidades rurais e a integração das necessidades, conhecimentos e potencialidades locais nas práticas de produção agrícola. Esta lógica competitiva, perspectivando as explorações agrícolas como unidades de negócios na demanda do que, supostamente, serão melhores índices de competitividade (*e.g.*, redução de custos de produção, maiores margens de lucro, maior rendimento...), ignora os constrangimentos naturais e os custos sociais daí decorrentes. Os valores emergentes, de acordo com os autores, enaltecem a cooperação e a preocupação com valores culturais tradicionais das comunidades rurais, com base nos quais o desenvolvimento local se pode revelar um instrumento que permita ajudar a reverter o processo de despovoamento do interior rural, revalorizando os estilos de vida tradicionais e os produtos tradicionais/regionais com qualidade e com confiança acrescidas.
- 4) **Dominação/harmonia** – A ideia arrogante de superioridade humana sobre a natureza fomenta uma cisão entre o mundo social e o mundo natural, convertendo o primeiro em beneficiário de produtos e serviços naturais e o segundo em fonte de recursos disponíveis e a usar sem limitações, fazendo tábua rasa das preocupações com os ciclos de regeneração natural. Fomenta-se, assim, o uso de agro-químicos e outros produtos agro-industriais que se repercutem, posteriormente, na degradação dos solos e das águas e na qualidade dos produtos. Os valores ecológicos emergentes reflectem a necessidade de interpretar, ultrapassar e evitar riscos e ameaças decorrentes destas práticas e reconhecem os constrangimentos e os limites a que, apesar das capacidades excepcionais que lhe permitem manipular a seu favor os ecossistemas, a humanidade está sujeita.

- 5) **Especialização/diversidade** – A especialização resulta na redução da base genética, na padronização dos sistemas produtivos e na desintegração produtiva, separando, por exemplo, produção pecuária e produção agrícola, perdendo-se os benefícios da complementaridade. Tornam-se obsoletas ou inexequíveis práticas de aproveitamento de subprodutos como, por exemplo, o estrume animal, que de potencial fertilizante de culturas se transforma num problema de poluição, muitas vezes de difícil solução. A defesa da diversidade implica, portanto, a recusa de uma agricultura baseada na produção especializada de monoculturas e o incremento de práticas e produções diversificadas, tendo em conta a complementaridade e a rotação entre as várias espécies e, sobretudo, uma visão integrada das explorações que permita a reciclagem e o aproveitamento dos subprodutos agrícolas.
- 6) **Intensificação/restricção** – Rejeição de uma agricultura intensiva, de larga escala que, numa lógica de curto prazo, ignora os decorrentes custos ambientais e sociais. A intensificação agrícola incrementa a prática de métodos agressivos para o ambiente (*e.g.*, uso elevado de agro-químicos) que procuram rendibilizar os investimentos realizados e reduzir a incerteza da produção com a finalidade de a tornar menos dependente de factores naturais. O crescimento verificado neste tipo de práticas agrícolas revelou-se um tal potenciador de problemas — sociais (despovoamento das zonas rurais, desemprego, etc.) e ambientais (desertificação, poluição dos recursos hídricos, lixiviação, produção de resíduos, etc.) — que a sua internalização tornaria esta estratégia virtualmente inviável. É precisamente essa ideia de internalização das “externalidades” (dos custos indevidamente ignorados que serão, mais cedo ou mais tarde, pagos por todos nós) que está implícita nas propostas do novo paradigma. Advoga-se uma perspectiva de médio/longo prazo que incorpore, especialmente, a questão da preservação de recursos renováveis e não renováveis e a necessidade de não introduzir inovações tecnológicas sem ter em conta as condições e as peculiaridades edafo-climáticas.

Construir uma nova ordem social, que permita inverter o rumo seguido pelas sociedades actuais em geral e pela comunidade agrícola em particular, é tarefa que,

no entanto, não se afigura com termo próximo, tanto mais que os pressupostos e fundamentos da antiga ordem continuam em vigor e mais poderosos do que nunca. Muito caminho há ainda a percorrer, estando em aberto o confronto entre duas formas de conceber as relações humanidade/natureza: uma ideia de natureza que existe para suprir as necessidades da humanidade *versus* uma ideia de humanidade entendida como apenas uma de entre outras espécies a partilhar e a constituir a natureza.

Quadro 10 – Escala de adesão aos valores alternativos, média de respostas a cada uma das afirmações e respectivas correlações

Dimensões	Indicadores	Média	Ri-t
1 Centralização/ Descentralização do poder de decisão nos meios de produção e de comercialização	A concentração da produção agrícola nas mãos de um número cada vez mais reduzido de agricultores tem consequências negativas para o ambiente e para o funcionamento do mercado.	2,834	0,345
	Os pequenos agricultores com explorações pouco eficientes devem deixar a actividade agrícola para os agricultores mais aptos a tirar partido dos solos e das condições naturais.	2,663	0,329
2 Dependência/ Independência face aos factores externos e aos produtos da agro-indústria	Uma agricultura com futuro depende, fundamentalmente, da aplicação das técnicas agrícolas modernas e das inovações agro-industriais.	2,051	0,429
	O uso intensivo de energia e produtos agro-industriais torna os agricultores mais vulneráveis às flutuações do mercado e dificulta a exploração equilibrada dos recursos.	3,257	0,265
3 Competição/ Cooperação Competitividade e lucro ou a inclusão de especificidades locais	Pequenas e médias explorações podem produzir produtos com mais qualidade e adaptar-se melhor às necessidades nacionais de produtos agrícolas.	3,034	0,105
	Uma empresa agrícola moderna deve garantir, acima de tudo, a produtividade, a eficiência e o lucro dos agricultores.	2,171	0,306
4 Dominação/ Harmonia Respeito pelos equilíbrios naturais ou afirmação de poder sobre a natureza	Um futuro agrícola promissor repousa, sobretudo, numa actividade agrícola que respeite as leis e os equilíbrios da natureza.	3,817	0,230
	Para garantir níveis de produção adequados às necessidades, a agricultura actual não deve abrir mão das inovações tecnológicas agro-industriais.	2,394	0,147
5 Especialização/ Diversidade Redução da base genética ou preservação da biodiversidade	Para racionalizar os meios e garantir melhores resultados, as explorações agrícolas devem especializar-se num determinado tipo de produtos.	3,714	0,415
	As explorações agrícolas devem ser diversificadas e manter, tanto quanto possível, um sistema de cultivo que inclua uma variedade alargada de culturas e animais.	3,160	0,183
6 Intensificação/ Restrição Exploração intensiva de recursos ou comprometimento com a preservação	Para tornar a agricultura portuguesa mais rentável e competitiva, os solos e a água devem ser explorados independentemente das consequências ambientais.	3,714	0,214
	A fertilidade dos solos e a disponibilidade de água têm limites que os agricultores não podem ignorar se quiserem garantir o futuro das suas próprias explorações.	3,800	0,164
Total no conjunto das 12 afirmações da escala		2,916	0,611

Espera-se, portanto, que a legitimação das propostas alternativas tenda a verificar-se paralelamente ao declínio progressivo dos padrões industriais,

produtivistas e intensivos da agricultura convencional actual (Cf. Veiga, 1996: 389). Porém, porque estaremos ainda longe do fim deste processo de transição prolongado no tempo, tais pressões serão certamente incorporadas a diferentes níveis, dependendo da permeabilidade dos ecossistemas às variedades de alto rendimento e aos produtos da agro-indústria e da sensibilidade dos agricultores às questões ecológicas que os impulsionarão, ou não, a juntar-se aos esforços dos movimentos agrícolas alternativos na demanda da sustentabilidade.

Para perceber como este processo se desenrola entre os agricultores “biológicos”, inspirámo-nos na *Alternative vs. Conventional Agricultural Paradigm Scale* (ACAP Scale) criada por Riley Dunlap, desta feita em colaboração com Curtis Beus (Beus e Dunlap, 1991). Procurámos, no entanto, adaptá-la às realidades da agricultura portuguesa, ensaiando um instrumento menos ambicioso, mais simples e menos exigente (incluindo apenas 12 das 48 afirmações originais), mas cobrindo, ainda assim, a complexidade do processo de assunção ou recusa de um conjunto de crenças e valores sociais fundamentais que, como os autores defendem, constituirão as componentes principais do confronto de pontos de vista entre o paradigma agrícola alternativo e o paradigma agrícola convencional.

Como podemos constatar no quadro 10²⁹, o respeito pelas leis da natureza e pelos limites naturais parece garantir a concordância de uma boa parte dos inquiridos, destacando-se, com as médias mais elevadas, as duas afirmações da dimensão *Intensificação/Restrição* (3,800 e 3,714) e a afirmação “um futuro agrícola promissor repousa, sobretudo, numa actividade agrícola que respeite as leis e os equilíbrios da natureza” incluída na dimensão *Dominação/Harmonia*, que consegue o valor mais elevado (3,817). Recusando a ideia de especialização como um factor positivo para a produção agrícola, dentro do grupo de médias mais elevadas refira-se, ainda, que a afirmação “para racionalizar os meios e garantir melhores resultados, as explorações agrícolas devem especializar-se num determinado tipo de produtos” merece o desacordo claro dos inquiridos (3,714), que preferirão (podemos presumir) modos de produção mais integrados e diversificados.

²⁹ As médias apresentadas resultam da recodificação dos resultados da análise. Para torná-los mais claros, e ainda que originalmente as respostas “Concordo totalmente” e “Concordo” correspondessem a 1 e 2 e “Discordo totalmente” e “Discordo” a 3 e 4, os valores foram recodificados para que, em todas as afirmações da escala, 1 correspondesse sempre ao grau de menor adesão aos valores ecológicos da agricultura alternativa e, no extremo oposto, 4 correspondesse ao maior grau de adesão aos mesmos valores ecológicos.

Num segundo grupo, com valores mais baixos mas, ainda assim, acima da média geral, encontramos as afirmações “o uso intensivo de energia e produtos agro-industriais torna os agricultores mais vulneráveis às flutuações do mercado e dificulta a exploração equilibrada dos recursos” (3,257), “as explorações agrícolas devem ser diversificadas e manter, tanto quanto possível, um sistema de cultivo que inclua uma variedade alargada de culturas e animais” (3,160) e ainda “pequenas e médias explorações podem produzir produtos com mais qualidade e adaptar-se melhor às necessidades nacionais de produtos agrícolas” (3,034). A independência face aos factores de produção e aos produtos agro-industriais, a necessidade de manter a diversidade de culturas e preservar os patrimónios genéticos locais e a defesa de uma agricultura de pequena escala mais próxima das necessidades reais parecem manter um grau de adesão consistente entre os inquiridos, ou não se tratassem de agricultores “convertidos” ao MPB.

As restantes afirmações obtêm todos resultados abaixo da média global (2,916) mas, ainda assim, sempre com valores superiores a 2. Recordando que, na escala, 1 e 2 correspondiam aos valores antropocêntricos ou convencionais e 3 e 4 aos valores pró-ecológicos ou alternativos, o resultado é, como seria de esperar entre este tipo de agricultores, globalmente pró-ecológico. Ainda assim, refiram-se as médias mais baixas obtidas nas afirmações “uma agricultura com futuro depende, fundamentalmente, da aplicação das técnicas agrícolas modernas e das inovações agro-industriais”, com 2,051, e “uma empresa agrícola moderna deve garantir, acima de tudo, a produtividade, a eficiência e o lucro dos agricultores”, com 2,171. Os valores menos claramente pró-ecológicos obtidos nestas duas últimas afirmações poderão relacionar-se, por um lado, com o facto de muitos inquiridos continuarem a acreditar que os produtos e as inovações da agro-indústria se podem revelar uma opção válida para as suas actividades (tanto mais que para muitos deles a eficiência e o lucro são objectivos que de forma alguma podem ser descurados). Por outro lado, só por si, nem as inovações tecnológicas nem a busca de eficiência e viabilidade económica significam práticas delapidadoras de recursos menos sustentáveis. Ao contrário, ambas podem compreender ou decorrer de um processo de modernização ecológica integrado³⁰, cuja finalidade e *modus faciendi* se revelem em formas mais

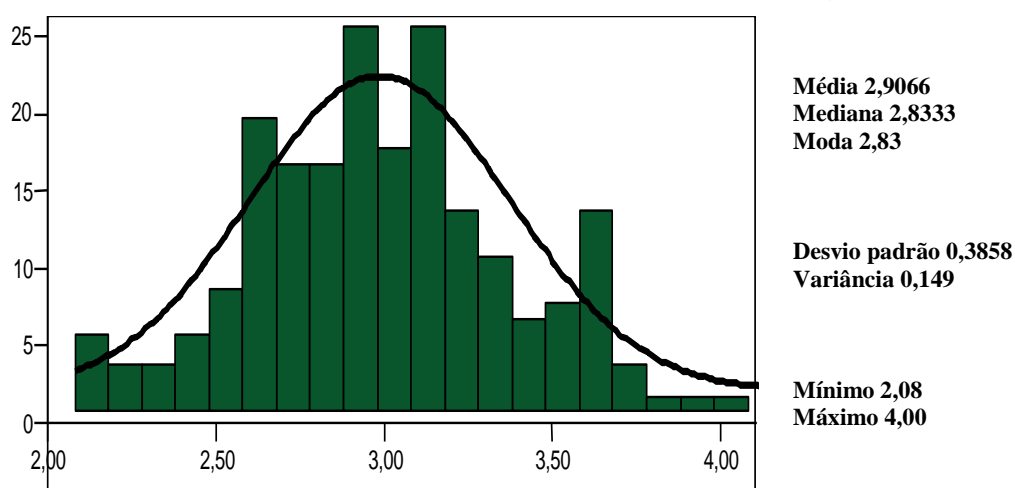
³⁰ Os precursores da teoria da modernização ecológica, nomeadamente Joseph Huber, apontaram o papel da inovação tecnológica como factor de mudança fundamental para práticas de produção mais sustentáveis (Cf. Mol e Sonenfeld, 2000).

racionais de agricultura (do ponto de vista da sustentabilidade) e, consequentemente, na preservação de recursos e valores naturais.

Continuando a seguir os elementos constantes no quadro 10, verificamos que alguns dos valores das correlações (individualmente consideradas as afirmações) são relativamente baixos. O valor global é, ainda assim, razoável (0,611), o que nos leva a considerar que alguma consistência existe na escala que aqui apresentamos, podendo, tal como defendem os autores da *ACAP Scale*, tratá-la de forma agregada de maneira a espelhar, numa medida única, o processo global de mudança paradigmática em curso³¹.

O índice que resulta da média obtida por cada indivíduo às 12 variáveis da escala torna, uma vez mais, evidente que os inquiridos se posicionaram de forma esmagadora nos níveis pró-ecológicos. Não existem inquiridos cuja média se tenha ficado abaixo de 2,08 e, mesmo nos valores ligeiramente acima desta marca, as frequências tendem a ser residuais. De facto, a maior parte dos inquiridos situa-se num nível claramente pró-ecológico, acima dos 2,5, e só muito próximo do valor máximo (4) as frequências retornam aos níveis residuais. Situando-se a média global nos 2,9 e a moda e a mediana apenas a um escasso décimo de distância (2,8), diferenças mais claras e significativas, a existirem, terão que ser encontradas com outros métodos menos agregados.

Gráfico 72 – Índice de adesão aos valores alternativos (histograma)



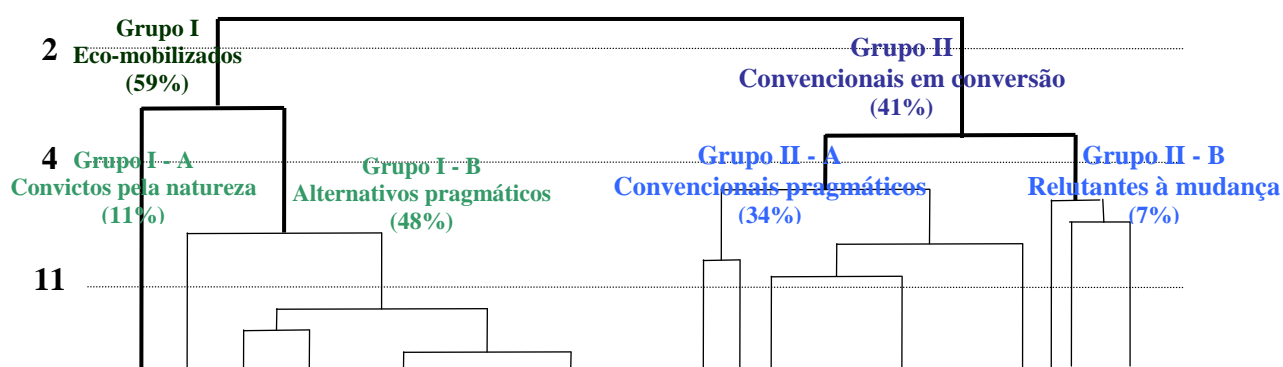
O próprio autor americano, a propósito de outra escala desenvolvida para medir a orientação/adesão dos cidadãos aos Novos Valores Ecológicos — Escala

³¹ Criou-se, para tal, um índice a partir das médias obtidas por cada indivíduo às doze afirmações.

NEP —, defende que a decisão de tratar a escala como uma única variável ou como várias correspondentes ou não às diversas facetas da mudança paradigmática presentes deve, antes de mais, ter em conta os resultados obtidos e os objectivos pré-definidos (Dunlap, Van Liere, Mertig e Jones, 2000). Ora a multidimensionalidade é um cunho que nos parece imprescindível para a compreensão deste processo, tanto mais que a forma como se interpenetram e interagem as dimensões da mudança depende, em grande medida, dos contextos e dos grupos sociais inquiridos, cujas representações, valores e atitudes encerram particularismos e especificidades que só ganham verdadeiro significado quando confrontados com a própria realidade social que ajudam a construir³².

Para dar conta desta diversidade particular que, aliás, já ficou patente na análise anteriormente efectuada a cada uma das 12 afirmações da escala, enveredámos por ensaiar a construção de uma tipologia de abordagens e assunções dos valores pró-ecológicos alternativos a partir de uma análise de correspondências múltiplas (ACM)³³.

Gráfico 73 – Análise de correspondências múltiplas (dendrograma)



Nesta análise classificatória hierárquica ascendente, em que os grupos ou classes se vão formando pela aglomeração de casos ou indivíduos em grupos cada vez maiores, até que todos os casos se encontrem num único grupo ou classe, utilizámos o método dos centróides. Critério de aglomeração que se baseia na distância calculada a partir da média, ponderada pela posição de cada grupo, dos valores das variáveis para todos os casos incluídos em cada grupo (Lima, 1988). Os

³² Pelo que nem sempre será possível fazer coincidir os resultados com dimensões pré-estabelecidas na escala. Uma configuração sócio-espacial particular pode fazer mais sentido aos inquiridos sem que tal ponha em causa a existência de um processo progressivo de mudança paradigmática.

³³ Contámos com a preciosa colaboração do Dr. Fernando Honório que, para o efeito, utilizou o programa de análise de dados SPAD (Système Portable d'Analyse de Donnés).

clusters presentes no dendrograma que daí resultou (gráfico 73) permitiram identificar vários grupos relativamente homogêneos a partir da agregação de modalidades de resposta sobre-representadas segundo o valor-teste³⁴ e, com base nesta agregação, classificar o perfil dominante de cada um.

Porque nos interessava, antes de mais, caracterizar os inquiridos segundo o grau e os matizes da adesão aos valores alternativos da AB, as 12 variáveis da escala foram utilizadas como modalidades activas (servindo de base para a agregação dos grupos ou classes), reservando para as restantes o papel de modalidades ilustrativas³⁵, cujo objectivo será o de melhor contextualizar e perceber as circunstâncias e as características que levam os inquiridos a optar por posturas mais ou menos marcadas pelos valores ecológicos. Tratando-se, como já dissemos, de um modelo hierárquico, começemos pelos dois grandes grupos que se situam no nível mais elevado de agregação, correspondendo o primeiro a um grupo tendencialmente pró-ecológico, com forte adesão aos valores alternativos (agregando 59% dos inquiridos), e o segundo (41% dos inquiridos) aos indivíduos que evidenciam um posicionamento com tendências opostas, isto é, posturas relativamente mais próximas dos valores convencionais ou antropocêntricos. Os quadros que se seguem, apresentando algumas das variáveis e respectivas modalidades de resposta que melhor distinguem os dois grupos³⁶, procuram tornar mais claras as várias posturas ético-ideológicas em presença — que dimensões ou que áreas da mudança paradigmática se prendem mais a determinados comportamentos e atitudes e que importância detêm na decisão de enveredar ou manter-se no MPB — e avaliar que características, convicções ou condicionalismos — *e.g.*, associação de agricultores de que declaram ser associados; motivações para enveredar pela AB; opiniões sobre as vantagens e as desvantagens do modo de produção e das respectivas políticas e instrumentos de incentivo e regulação; região do país onde estão localizadas as explorações; grupo etário e grau de instrução dos agricultores inquiridos... — se associam a um e a outro grupo de forma a permitir a construção dos possíveis perfis de agricultores, correspondentes aos vários níveis de dedicação e empenho pelas causas da sustentabilidade agrícola.

³⁴ O valor-teste calculado pelo programa SPAD permite, a partir do teste estatístico “t de student”, dos desvios-padrão e da amplitude das diferenças entre médias, avaliar a influência relativa das várias variáveis na formação dos diferentes grupos ou classes.

³⁵ Para uma consulta mais pormenorizada, a lista completa de variáveis e modalidades utilizadas na ACM encontra-se no Anexo II e os *outputs* integrais do programa SPAD, no anexo III.

³⁶ Apenas se apresentam as modalidades com o valor-teste superior a 2,50 ou, no caso de respostas múltiplas, aquelas cuja soma dos valores-teste parciais o justifique.

Quadro 11 – Perfil dominante com base nas modalidades de resposta mais sobre-representadas – primeiro nível da ACM (Grupo I / Eco-mobilizados)

Variáveis	Modalidades	Peso da modalidade no grupo ³⁷	Peso da modalidade na amostra ³⁶	Peso do grupo na modalidade ³⁶	Valor teste
<i>Para tornar a agricultura portuguesa mais rentável e competitiva, os solos e a água devem ser explorados independentemente das consequências ambientais.</i>	<i>Grau 4</i>	95,41	76,00	68,40	7,14
<i>Uma empresa agrícola moderna deve garantir, acima de tudo, a produtividade, a eficiência e o lucro dos agricultores.</i>	<i>Grau 3</i> <i>Grau 4</i>	37,61 19,27	23,00 10,50	89,13 100,00	5,50 4,73
<i>Para racionalizar os meios e garantir melhores resultados, as explorações agrícolas devem especializar-se num determinado tipo de produtos.</i>	<i>Grau 3</i> <i>Grau 4</i>	29,36 16,51	17,50 9,00	91,43 100,00	4,96 4,29
<i>Uma agricultura com futuro depende, fundamentalmente, da aplicação das técnicas agrícolas modernas e das inovações agro-industriais.</i>	<i>Grau 3</i> <i>Grau 4</i>	29,36 12,84	18,00 8,00	86,49 87,50	4,34 2,62
<i>A fertilidade dos solos e a disponibilidade de água têm limites que os agricultores não podem ignorar se quiserem garantir o futuro das explorações.</i>	<i>Grau 4</i>	92,66	84,00	60,12	3,49
<i>As explorações agrícolas devem ser diversificadas e manter, tanto quanto possível, um sistema que inclua uma variedade alargada de culturas e animais.</i>	<i>Grau 3</i>	52,29	41,50	68,67	3,27
<i>Para garantir níveis de produção adequados às necessidades, a agricultura actual não deve abrir mão das inovações tecnológicas agro-industriais.</i>	<i>Grau 3</i>	35,78	27,50	70,91	2,74
Assegurar a fertilidade dos solos	Muito importante	59,65	46,00	70,65	4,13
Preservar o ambiente e o equilíbrio ecológico		75,23	63,50	64,57	3,63
Promover a saúde pública		56,88	47,00	65,96	2,93
Comercialização de produtos (Até 3 hipóteses de respostas)	Retalhistas de prod. biológicos	9,17	5,00	100,00	2,89
	Coop. consumo de prod. biológicos ³⁸	7,34	4,00	100,00	2,46
		6,42	3,50	100,00	2,22
Organização de agricultores a que declaram pertencer	AGROBIO	66,97	51,00	71,57	4,85
Tempo de conversão ao MPB	Mais de 8 anos	32,11	22,50	77,78	3,47
Actividade na Agricultura Convencional	Nunca exerceu a. convencional	23,85	17,00	76,47	2,69
Vantagens da Agricultura Biológica	Fertilidade solos,	17,43	11,00	86,36	3,09
	Saúde pública,	11,93	7,00	92,86	2,89
Vantagens das políticas de incentivo à AB	Incentivos financeiros,	44,95	35,00	70,00	3,11
Principais fontes de informação e aconselhamento	Feiras, exposições, congressos	19,27	13,00	80,77	2,75

³⁷ No caso da variável que surge em primeiro lugar no quadro 11, por exemplo, o *peso da modalidade no grupo* (95,41) corresponde à percentagem de inquiridos que optaram pelo *Grau 4*, entre os que se associam a este grupo; o *peso da modalidade na amostra* (76,00) refere-se à percentagem de inquiridos que optaram pelo *Grau 4*, entre o total da amostra e o *peso do grupo na modalidade* (68,40) designa a percentagem de inquiridos associados a este grupo, entre aqueles que optaram pelo *Grau 4*.

³⁸ Resposta múltipla com 3 hipóteses de respostas. As cooperativas de consumo em produtos biológicos surgem, por isso, duas vezes.

O grupo de inquiridos que designámos por “Eco-mobilizados” decorre da associação dos maiores graus de adesão aos valores ecológicos na generalidade das variáveis e dimensões da Escala ACAP adaptada. De entre estas, como se pode constatar no quadro 11, destaca-se a rejeição da intensificação agrícola. Com efeito, as duas afirmações da dimensão Intensificação/Restrição — “Para tornar a agricultura portuguesa mais rentável e competitiva, os solos e as águas devem ser explorados independentemente das consequências ambientais” e “A fertilidade dos solos e a disponibilidade de água têm limites que os agricultores não podem ignorar...” — surgem com o maior grau de adesão aos valores alternativos (grau 4), com os valores teste mais elevados (7,14 e 3,49) e com as maiores percentagens das modalidades de respostas no grupo (95,41% e 92,66%).

Agregando-se à categoria com as duas modalidades “pró-ecológicas” (graus 3 e grau 4) as variáveis seguintes — “Uma empresa agrícola moderna deve garantir, acima de tudo a produtividade...” (valor-teste: 5,50 e 4,73); “Para racionalizar os meios e garantir melhores resultados, as explorações devem especializar-se...” (valor-teste: 4,96 e 4,29) e “Uma agricultura com futuro depende, fundamentalmente, da aplicação de técnicas agrícolas modernas e das inovações tecnológicas” (valor-teste: 4,34 e 2,62) — realçam a importância que, respectivamente, a rejeição da lógica da competição, a defesa da diversificação de culturas e animais e a recusa do controlo tecnológico-financeiro detêm nas opções destes inquiridos. Nestas variáveis e respectivas modalidades, a representação deste grupo eco-mobilizado atinge, de facto, mais de 85% em todos os casos, não caindo abaixo dos 40% (se consideradas as duas modalidades pró-ecológicas) o seu peso na globalidade do grupo.

Com valores menos expressivos mas, ainda assim, com valores-teste estatisticamente representativos, as restantes variáveis activas — “As explorações agrícolas devem ser diversificadas...” e “Para garantir níveis de produção adequados (...) a agricultura actual não deve abrir mão das inovações agro-industriais” — reforçam a presença de posturas marcadamente pró-ecológicas que não ignoram os limites ecológicos e a consequente necessidade de preservar a biodiversidade nas explorações agrícolas.

Globalmente, portanto, estamos perante um grupo de inquiridos para quem o peso dos Novos Valores Ecológicos e das modalidades próximas da agricultura alternativa é inquestionável. Tendência que se confirma e acentua com a associação de outras variáveis (ilustrativas, de caracterização...), cujas modalidades variam no

mesmo sentido. De facto, os valores ecológicos estão presentes, quer nas razões que levaram os agricultores a optar pelo MPB — assegurar a fertilidade dos solos (valor-teste 4,13), preservar o equilíbrio ecológico (valor-teste 3,63), defender a saúde pública (valor-teste 2,93) — quer nas vantagens que se lhe associam — fertilidade dos solos (valor-teste 3,9) e saúde pública (valor-teste 2,89).

Talvez porque a permanência na actividade favoreça posturas ambientalmente mais equilibradas, e a conversão precoce de alguns destes inquiridos reflecta uma consciencialização ambiental que ultrapassa as questões agrícolas, associam-se a estas posturas pró-ecológicas os períodos de conversão mais longos — mais de 8 anos (valor teste 3,47) —, menores ligações à agricultura convencional (entre os inquiridos que nunca a exerceram, 76,47% inclui-se neste grupo), maior capacidade em garantir informação e aconselhamento (mais de 80% dos inquiridos que declara obter informação em feiras, exposições e congressos surge aqui associado) e maior agilidade em mover-se nos circuitos comerciais apropriados — ainda que com valores relativamente modestos (tendo em conta as percentagens das modalidades no grupo e na amostra), todos os inquiridos que declararam comercializar os seus produtos através de retalhistas de produtos biológicos ou de cooperativas de consumo de produtos biológicos se associam ao grupo eco-mobilizado³⁹. Finalmente, mesmo para estes inquiridos cujas motivações parecem ser, sobretudo, ético-ideológicas, os incentivos financeiros são a única vantagem associada às políticas de incentivo, atingindo um valor-teste superior a 2,50.

Globalmente, portanto, este grupo de inquiridos distingue-se por assumir claramente os valores alternativos da AB que, aliás, parecem ter sido razões determinantes para se ter optado pelo MPB. É entre eles que se encontram os inquiridos que mais à vontade se movimentam nos circuitos de comercialização especializados e que, maioritariamente, se assumem como sócios da maior associação portuguesa de AB⁴⁰. Finalmente, registe-se, ainda, a presença de agricultores com maior experiência no MPB que, simultaneamente, acumulam com menores ligações à agricultura convencional.

³⁹ As insuficiências dos circuitos de comercialização para os produtos biológicos e a existência de opções alternativas e, diríamos nós, o fraco empenho de muitos agricultores no movimento da Agricultura Biológica, implicam que muita azeitona, por exemplo, seja simplesmente abandonada ou, na melhor das hipóteses, vendida como convencional depois de conseguido o subsídio.

⁴⁰ Apesar da obrigatoriedade de ser membro de uma associação de agricultores, há uma percentagem elevada de respondentes que declara fazê-lo apenas por obrigação ou, mesmo, não pertencer a qualquer associação. Talvez isso explique por que, ao contrário dos “eco-mobilizados”, o grupo seguinte (“convencionais em conversão”) não surja associado a qualquer organização de agricultores.

Quadro 12 – Perfil dominante com base nas modalidades de resposta mais sobre-representadas – primeiro nível da ACM (Grupo II / Convencionais em conversão)

Variáveis	Modalidades	Peso da modalidade no grupo	Peso da modalidade na amostra	Peso do grupo na modalidade	Valor teste
<i>Uma empresa agrícola moderna deve garantir, acima de tudo, a produtividade, a eficiência e o lucro dos agricultores.</i>	<i>Grau 1</i>	61,80	30,0	91,67	9,03
<i>Para racionalizar os meios e garantir melhores resultados, as explorações agrícolas devem especializar-se num determinado tipo de produtos.</i>	<i>Grau 1</i>	52,81	28,50	82,46	6,80
<i>Uma agricultura com futuro depende, fundamentalmente, da aplicação das técnicas agrícolas modernas e das inovações agro-industriais.</i>	<i>Grau 1</i>	55,06	32,50	75,38	6,02
<i>Para tornar a agricultura portuguesa mais rentável e competitiva, os solos e a água devem ser explorados independentemente das consequências ambientais.</i>	<i>Grau 3</i>	28,09	14,50	86,21	4,81
	<i>Grau 2</i>	10,11	4,50	100,00	3,27
<i>As explorações agrícolas devem ser diversificadas e manter, tanto quanto possível, um sistema de cultivo que inclua uma variedade alargada de culturas e animais.</i>	<i>Grau 1</i>	15,73	7,00	100,00	4,36
	<i>Grau 2</i>	17,98	10,50	76,19	2,88
<i>Os pequenos agricultores com explorações pouco eficientes devem deixar a actividade agrícola para os agricultores mais aptos a tirar partido dos solos e das condições naturais.</i>	<i>Grau 1</i>	35,96	20,50	78,05	4,73
<i>Para garantir níveis de produção adequados às necessidades, a agricultura actual não deve abrir mão das inovações tecnológicas agro-industriais.</i>	<i>Grau 1</i>	26,97	17,50	68,57	2,97
Promover a saúde pública	Nada importante	15,73	9,50	87,50	3,43
Funcionamento dos serviços de informação e aconselhamento	Eficiente	16,85	9,00	83,33	3,28
Principais dificuldades no processo de conversão	Custos de produção mais elevados	42,70	30,50	62,30	3,20
Organização de agricultores a que declaram pertencer	NS/NR	19,10	12,50	77,27	3,08
Produzir produtos de qualidade/certificados	Nada importante	12,36	6,50	84,62	2,77
Preservar o ambiente e o equilíbrio ecológico	Pouco importante	7,87	3,50	100,00	2,75
Garantir produtos alimentares saudáveis para a família	Nada importante	17,98	10,50	72,73	2,60
Tempo de conversão	4 a 8 anos	59,55	49,00	54,08	2,54

Como já se referiu, o processo de mudança é gradual e não raras vezes contraditório. Não será, por conseguinte, invulgar que os agricultores se dividam entre os valores alternativos que pretendem promover a sustentabilidade agrícola e os valores convencionais que, para muitos, correspondem ainda à necessidade de afirmação de eficácia e de produtividade das explorações. Talvez isso explique as percentagens e os valores-teste globalmente mais baixos neste grupo em processo de

conversão, ou a singularidade da variável “Para tornar a agricultura portuguesa mais rentável e competitiva, os solos e a água devem ser explorados independentemente das consequências ambientais”, que rompe o quase unanimismo de valores convencionais presentes (valores-teste de 4,81 e 3,27). Esta ideia de intensificação agrícola que não olha a custos e consequências ambientais não colhe, de facto, entre os inquiridos. Pelo contrário, as consequências do desrespeito pelos limites naturais parece funcionar, pelo menos para alguns destes agricultores, como um verdadeiro “Cavalo de Tróia” no campo “minado” do produtivismo agrícola convencional.

Neste grupo, no entanto, as restantes variáveis activas dão lugar às modalidades mais próximas dos valores convencionais. Destaca-se “Uma empresa agrícola moderna deve garantir, acima de tudo, a produtividade, a eficiência e o lucro...” (valor-teste: 9,03), que realça a adesão de uma parte significativa destes inquiridos aos valores de competitividade da agricultura intensiva (61,80% da modalidade no grupo e 91,67% do grupo na modalidade). Outra das dimensões do processo de conversão agrícola que surge fortemente representada nas suas modalidades “convencionais” (graus 1 e 2) é a especialização/diversidade, confluindo, para o efeito, a variável “Para racionalizar os meios e garantir melhores resultados, as explorações agrícolas devem especializar-se...” (valor-teste 6,80) e a variável “As explorações agrícolas devem ser diversificadas...” (grau 1: valor-teste 4,36 e grau 2: valor-teste 2,88).

Posturas marcadamente convencionais podem ainda identificar-se nas outras dimensões de mudança paradigmática. Para boa parte dos inquiridos agregados neste grupo (55,06%), o futuro da agricultura passa fundamentalmente pela aplicação das técnicas e das inovações tecnológicas (valor-teste: 6,02), de que, aliás, segundo quase 27% dos inquiridos deste grupo, que representam mais de 68% dos inquiridos que optaram pelo grau 1 nesta variável, não se deve abrir mão (valor-teste: 2,97). Finalmente, com um valor-teste de 4,73, uma boa parte destes inquiridos não renega as vantagens da centralização, defendendo que os pequenos agricultores devem deixar a actividade a favor de agricultores mais aptos a tirar partido dos solos e das condições naturais.

Apesar de alguns sinais de mudança, a postura assumida por estes inquiridos está, claramente, longe dos ideais alternativos da AB. Não será de espantar, por isso, que motivações e outras características associadas ao grupo tendam, também elas, a diferenciar-se em sentido contrário às motivações e características do grupo anterior,

como se uns e outros se complementassem na cara e na coroa de uma mesma moeda. Ainda que com percentagens relativamente incipientes, os valores-teste superiores a 2,50 indiciam alguma consistência na relação entre a adopção de valores agrícolas convencionais e algum menosprezo pelas vantagens normalmente associadas ao MPB — defesa da saúde pública (valor-teste: 3,43); produção com qualidade (valor-teste: 2,77); preservação do ambiente e do equilíbrio ecológico (valor-teste: 2,75); produção de produtos saudáveis (valor-teste: 2,60).

Acrescem algumas características que podem ajudar a distinguir os dois grupos. Neste caso, o tempo decorrido pós-conversão reduz-se a menos de 8 anos (valor-teste: 2,54), o que parece confirmar a tendência já antes delineada para apontar a experiência na actividade como factor potenciador da assunção dos Novos Valores Ecológicos. Por outro lado, de entre os inquiridos que se refugiaram na modalidade “Não Sabe/Não Responde” na questão da organização de agricultores a que pertenciam, mais de 77% associam-se a este grupo. Finalmente, dos inquiridos que se queixam dos custos de produção elevados e dos que, apesar de tudo, consideram os serviços de informação e aconselhamento “eficiente”, uma larga maioria (62,3% e 83,33%) agrega-se a este grupo, que designámos por “convencionais em conversão. Mais uma vez, um maior distanciamento ao campo associativo e um menor sentido crítico face às políticas e aos serviços de apoio oficiais parecem associar-se, preferencialmente, a posturas tendencialmente mais convencionais, ainda longe dos ideais da AB.

Um olhar mais fino, no entanto, poderá, a partir de uma partição menos agregada dos resultados, permitir perceber melhor a diversidade implicada no jogo de interesses, valores, condicionalismos e oportunidades que determinam a associação das várias variáveis e modalidades nas diversas categorias ou grupos. A partição em quatro categorias resultantes da subdivisão dos dois grupos originais — *Eco-mobilizados* (59% dos inquiridos) e *Convencionais em conversão* (41% dos inquiridos) — serviu estes intentos, dando lugar a dois grandes grupos de posturas intermédias — *Alternativos pragmáticos* (48% dos inquiridos) e *Convencionais pragmático* (34% dos inquiridos) — e dois grupos minoritários — *Convictos pela Natureza* (11% dos inquiridos) e *Relutantes à mudança* (7% dos inquiridos) — que tendem a assumir posições mais extremas e menos ambíguas e, sobretudo no caso dos “convictos pela natureza”, mais sustentadas em valores e convicções ético-ideológicas que enformam a chamada mudança paradigmática.

Quadro 13 – Perfil dominante com base nas modalidades de resposta mais sobre-representadas – Segundo nível da ACM (Grupo I – A / Convictos pela Natureza)

Variáveis	Modalidades	Peso da modalidade no grupo	Peso da modalidade na amostra	Peso do grupo na modalidade	Valor teste
<i>Para racionalizar os meios e garantir melhores resultados, as explorações agrícolas devem especializar-se num determinado tipo de produtos.</i>	<i>Grau 4</i>	81,82	9,00	100,00	9,60
<i>A concentração da produção agrícola nas mãos de um número cada vez mais reduzido de agricultores tem consequências negativas para o ambiente e para o mercado.</i>	<i>Grau 4</i>	81,82	36,00	25,00	4,45
<i>O uso intensivo de energia e produtos agro-industriais torna os agricultores mais vulneráveis às flutuações do mercado e dificulta a exploração equilibrada de recursos</i>	<i>Grau 4</i>	86,36	43,50	21,84	4,16
<i>Os pequenos agricultores com explorações pouco eficientes devem deixar a actividade agrícola para os agricultores mais aptos a tirar partido dos solos e das condições naturais.</i>	<i>Grau 4</i>	72,73	31,50	25,40	4,01
<i>Uma agricultura com futuro depende, fundamentalmente, da aplicação das técnicas agrícolas modernas e das inovações agro-industriais.</i>	<i>Grau 4</i>	36,36	8,00	50,00	3,93
<i>Pequenas e médias explorações podem produzir produtos com mais qualidade e adaptar-se melhor às necessidades nacionais de produtos agrícolas</i>	<i>Grau 4</i>	72,73	31,50	21,92	3,44
<i>Para garantir níveis de produção adequados às necessidades, a agricultura actual não deve abrir mão das inovações tecnológicas agro-industriais.</i>	<i>Grau 4</i>	36,36	13,00	30,77	2,79
<i>As explorações agrícolas devem ser diversificadas e manter, tanto quanto possível, um sistema de cultivo que inclua uma variedade alargada de culturas e animais.</i>	<i>Grau 4</i>	68,18	39,00	19,23	2,71
Promover a saúde pública	Muito importante	90,91	47,00	21,28	4,34
Garantir alimentos saudáveis para a família		86,36	51,00	18,63	3,42
Preservar o ambiente e o equilíbrio ecológico		95,45	63,50	16,45	3,39
Assegurar a fertilidade dos solos		77,27	46,00	18,48	2,93
Desvantagens das políticas de apoio à Agricultura Biológica	Apoio técnico reduzido	22,73	5,50	45,45	2,74
	Divulgação insuficiente,	13,64	2,00	75,00	2,62
Comercialização de produtos	Feiras de produtos biológicos,	13,64	2,00	75,00	2,62

Como se verifica no quadro 13, estamos perante um grupo de inquiridos que, antes de mais, é mobilizado por valores. De facto, para além das variáveis da *escala ACAP adaptada* que se associam nesta categoria sempre à modalidade mais pró-ecológica (grau 4), as motivações para a conversão (promoção da saúde pública, garantir alimentos saudáveis, preservar o ambiente, assegurar a fertilidade dos solos) confirmam os mesmos valores, surgindo sempre na modalidade “muito importante”.

Com valores percentuais menos substanciais, surge, ainda associada a esta categoria, uma avaliação crítica das políticas de apoio à AB (apoio técnico reduzido, divulgação insuficiente) e alguma capacidade de comercialização dos produtos em feiras de produtos biológicos que denotará um grau de integração no campo, aparentemente tão mais raro quanta a distância aos valores da agricultura alternativa.

Quadro 14 – Perfil dominante com base nas modalidades de resposta mais sobre-representadas – segundo nível da ACM (Grupo I – B / Alternativos Pragmáticos)

Variáveis	Modalidades	Peso da modalidade no grupo	Peso da modalidade na amostra	Peso do grupo na modalidade	Valor teste
Para tornar a agricultura portuguesa mais rentável e competitiva, os solos e a água devem ser explorados independentemente das consequências ambientais.	Grau 4	93,75	76,00	59,21	5,74
<i>Para racionalizar os meios e garantir melhores resultados, as explorações agrícolas devem especializar-se num determinado tipo de produtos.</i>	Grau 3	32,29	17,50	88,57	5,32
	Grau 2	57,29	43,00	63,95	3,80
<i>As explorações agrícolas devem ser diversificadas e manter, tanto quanto possível, um sistema de cultivo que inclua uma variedade alargada de culturas e animais.</i>	Grau 3	58,33	41,50	67,47	4,53
<i>Pequenas e médias explorações podem produzir produtos com mais qualidade e adaptar-se melhor às necessidades nacionais de produtos agrícolas</i>	Grau 3	55,21	39,50	67,09	4,25
	Grau 2	22,92	16,00	68,75	2,38
<i>Os pequenos agricultores com explorações pouco eficientes devem deixar a actividade agrícola para os agricultores mais aptos a tirar partido dos solos e das condições naturais.</i>	Grau 3	31,25	20,00	75,00	3,69
<i>Uma empresa agrícola moderna deve garantir, acima de tudo, a produtividade, a eficiência e o lucro dos agricultores.</i>	Grau 3	34,38	23,00	71,74	3,54
	Grau 4	15,63	10,00	71,43	2,05
<i>A concentração da produção agrícola nas mãos de um número cada vez mais reduzido de agricultores tem consequências negativas para o ambiente e para o mercado.</i>	Grau 3	35,42	25,50	66,67	2,94
<i>Para garantir níveis de produção adequados às necessidades, a agricultura actual não deve abrir mão das inovações tecnológicas agro-industriais.</i>	Grau 3	37,50	27,50	65,45	2,90
<i>Uma agricultura com futuro depende, fundamentalmente, da aplicação das técnicas agrícolas modernas e das inovações agro-industriais.</i>	Grau 3	27,08	18,50	70,27	2,84
	Grau 2	47,92	38,50	59,74	2,49
<i>A fertilidade dos solos e a disponibilidade de água têm limites que os agricultores não podem ignorar se quiserem garantir o futuro das suas próprias explorações.</i>	Grau 4	91,67	84,00	52,38	2,69
Desvantagens das políticas de apoio à Agricultura Biológica	Burocracia,	16,67	9,50	84,21	3,16
Vantagens das políticas de apoio à Agricultura Biológica	Apoios financeiros	44,79	35,00	61,43	2,65
Tempo de conversão	Mais de 8 anos	31,25	22,50	66,67	2,69
Habilitações literárias	Ensino Superior	53,13	43,00	59,30	2,64

A associação de modalidades de resposta e respectivas variáveis representada no quadro 14 diferencia-se da anterior, sobretudo, pela menor adesão aos valores alternativos da AB. Aparentemente, os inquiridos agrupados nesta categoria parecem estar a meio caminho de um percurso que ainda não deixou por completo os valores convencionais, nem assumiu por inteiro os novos valores da AB. Talvez isso explique por que nenhuma das motivações ético-ideológicas associadas ao grupo anterior surge nesta categoria. Um maior distanciamento aos valores alternativos da AB parece corresponder, de facto, a uma menor valorização dos benefícios e das potencialidades do MPB. Menos rendidos aos benefícios deste modo de produção, estes inquiridos parecem limitar as críticas aos factos que afectam mais directamente os seus interesses — excesso de burocracia (valor-teste: 3,16) e, ainda que com um valor-teste abaixo dos 2,50, critérios desajustados das políticas de apoio ao modo de produção — assumindo, simultaneamente, os incentivos financeiros como principal vantagem dessas mesmas políticas (valor-teste: 2,65).

Quadro 15 – Perfil dominante com base nas modalidades de resposta mais sobre-representadas – segundo nível da ACM – Grupo II – B / Relutantes à Mudança

Variáveis	Modalidades	Peso da modalidade no grupo	Peso da modalidade na amostra	Peso do grupo na modalidade	Valor teste
Para tornar a agricultura portuguesa mais rentável e competitiva, os solos e a água devem ser explorados independentemente das consequências ambientais.	Grau 2	66,67	4,50	88,89	6,40
Um futuro agrícola promissor repousa, sobretudo, numa actividade agrícola que respeite as leis e os equilíbrios da natureza	Grau 2	25,00	1,50	100,00	3,59
	Grau 3	50,00	15,00	20,00	2,71
A fertilidade dos solos e a disponibilidade de água têm limites que os agricultores não podem ignorar se quiserem garantir o futuro das suas próprias explorações.	Grau 1	25,00	2,00	75,00	3,22
	Grau 2	16,67	1,00	100,00	2,71

Só um estudo mais aprofundado permitiria “explorar” com segurança o perfil-tipo constante no quadro 15, já que não se associa preferencialmente a qualquer das variáveis de caracterização (“ilustrativas”). Arriscando, ainda assim, classificá-la como a mais antropocêntrica, esta categoria de “Relutantes à Mudança” parece corresponder a uma maior dificuldade em tomar posição ou, pelo menos, a uma menor coesão nas posições relativas à actividade. Com efeito, com valores-teste superiores a 2,5, apenas três variáveis activas se associaram nesta categoria. Representando 7% dos inquiridos, mesmo este grupo que, globalmente, toma posições declaradamente convencionais não deixa, por isso, de mostrar alguma abertura aos valores alternativos pró-ecológicos, resultando, eventualmente, da

obrigatória formação a que estarão sujeitos. Tal acontece, sobretudo, nas posições intermédias (graus 2 e 3) assumidas por 25% e 50% dos inquiridos neste grupo, na questão do respeito pelas leis da natureza e pela preservação dos equilíbrios ecológicos (valores-teste: 3,59 e 2,71).

As outras variáveis associadas apontam, no entanto, para um quadro geral de descrença ou, pelo menos, de alguma desconfiança pelos valores agrícolas alternativos. 88,89% dos inquiridos que se decidiram pelo *grau 2* na questão do uso da água e dos solos independentemente das consequências ambientais e 75% e 100% dos inquiridos que negam os limites destes recursos associam-se a esta categoria. Mais do que de valores ecológicos, a opção pela AB parece decorrer, neste caso, de outro tipo de factores que, podemos adivinhar, se prenderão com as novas oportunidades de negócio que a AB representa ou com a “caça aos subsídios” proporcionadas pelas medidas agro-ambientais e políticas de reconversão agrícola.

Quadro 16 – Perfil dominante com base nas modalidades de resposta mais sobre-representadas – segundo nível da ACM (Grupo II – A / Convencionais Pragmáticos)

Variáveis	Modalidades	Peso da modalidade no grupo	Peso da modalidade na amostra	Peso do grupo na modalidade	Valor teste
Para racionalizar os meios e garantir melhores resultados, as explorações agrícolas devem especializar-se num determinado tipo de produtos.	Grau 1	63,24	28,50	75,44	7,59
Uma empresa agrícola moderna deve garantir, acima de tudo, a produtividade, a eficiência e o lucro dos agricultores.	Grau 1	58,82	30,00	66,67	6,15
Uma agricultura com futuro depende, fundamentalmente, da aplicação das técnicas agrícolas modernas e das inovações agro-industriais.	Grau 1	61,76	32,50	64,62	6,13
Para tornar a agricultura portuguesa mais rentável e competitiva, os solos e a água devem ser explorados independentemente das consequências ambientais.	Grau 3	33,82	14,50	79,31	5,24
As explorações agrícolas devem ser diversificadas e manter, tanto quanto possível, um sistema de cultivo que inclua uma variedade alargada de culturas e animais.	Grau 1	19,12	7,00	92,86	4,49
Os pequenos agricultores com explorações pouco eficientes devem deixar a actividade agrícola para os agricultores mais aptos a tirar partido dos solos e das condições naturais.	Grau 1	38,24	20,50	63,41	4,18
Pequenas e médias explorações podem produzir produtos com mais qualidade e adaptar-se melhor às necessidades nacionais de produtos agrícolas	Grau 4	55,88	36,50	52,05	3,90
Organização de Agricultores	NS/NR	23,53	11,00	72,73	3,72
Principais dificuldades no processo de conversão	Custos de Exploração	45,59	30,50	50,82	3,13
Promover a saúde pública	Nada importante	16,18	8,00	68,75	2,71

A associação de variáveis e modalidades presente no quadro 16 (“Convencionais Pragmáticos”) reflecte um posicionamento que, globalmente, tal como o caso anterior, se poderá considerar antropocêntrico ou convencional. Fruto da obrigatória formação em AB, ou da mais geral emergência dos Novos Valores Ecológicos na sociedade portuguesa, surgem, no entanto, duas excepções que indiciam a assunção de posicionamentos mais respeitadores dos equilíbrios sócio-naturais, nomeadamente das dimensões de mudança que apontam para a necessidade de restringir a intensividade agrícola pressionada pelos ditames de mercado e do poder económico. Com efeito, nesta categoria 79,31% dos inquiridos discordaram em parte com a ideia de que “para tornar a agricultura portuguesa mais rentável e competitiva, os solos e a água devem ser explorados independentemente das consequências ambientais” e 52,05% defendem (concordando totalmente) que “pequenas e médias explorações podem produzir com mais qualidade e adaptar-se melhor às necessidades nacionais de produtos agrícolas”.

O maior distanciamento destes inquiridos ao “mundo biológico” poderá explicar por que razão 72,73% deles se refugia nas *não-respostas* quando questionados sobre a associação de agricultores a que pertencem e ainda a inexistência de variáveis associadas com valor-teste superior a 2,50 que sublinhem vantagens ou desvantagens da AB. Para além de se ignorar (seja ou não de forma consciente) as organizações de agricultores dedicadas ao MPB, as restantes variáveis ilustrativas associadas limitam-se aos custos de exploração como uma das principais dificuldades no processo de conversão ao MPB (50,82% dos inquiridos integrados nesta categoria) e à promoção da saúde pública como factor de conversão nada importante (68,75%).

Resta acrescentar algumas variáveis que, não constando no quadro pelo valor-teste inferior a 2,50 mas, ainda assim, estatisticamente significativos, podem ajudar a melhor formar uma ideia global da postura indiciada na categoria. Significando maiores dividendos e, portanto, reforçando a ideia de motivações em boa parte apoiadas em factores económicos, refira-se a única vantagem referida pelos inquiridos que se associa a este grupo: certificação/valorização (valor-teste: 2,47). Já no que diz respeito às desvantagens, surgem as dificuldades de comercialização e a divulgação (valor-teste: 2,17), as dificuldades em lidar com as pragas e os infestantes (valor-teste: 2,42) e a complicação do processo burocrático das candidaturas (valor-teste: 2,17).

A permanência no MPB parece, assim, ser determinante no processo de mudança e na assunção dos Novos Valores Ecológicos pelos agricultores. O que esta análise parece deixar claro é que, simultaneamente, a partilha destes valores alternativos acicata os agricultores a novas abordagens e a novas posturas agrícolas que enformam o movimento alternativo da AB. Os valores da AB e os Novos Valores Ecológicos tendem, assim, a revigorar-se mutuamente, garantindo práticas agrícolas mais sustentáveis (*e.g.*, mais diversificadas, mais respeitadoras dos limites naturais, mais reabilitadoras das comunidades rurais).

6. Conclusão

Tanto quanto indiciam os dados recolhidos no inquérito aos agricultores convertidos ao MPB, esta será uma actividade de gente tendencialmente mais jovem do que a massa de agricultores convencionais mas, sobretudo, de gente bastante mais escolarizada. São, com efeito, os grupos mais instruídos (quase 67% com o Ensino Superior) que, segundo os resultados que aqui se apresentaram, mais aderiram ao MPB. Não sendo displicente a maior tendência dos grupos mais escolarizados para valorizar as questões ambientais e para assumir valores e atitudes enquadrados no designado Novo Paradigma Ecológico, a verdade é que serão estes agricultores que, simultaneamente, acumulam maior poder económico e maior capacidade para gerir e enfrentar os caminhos “difíceis, complicados e burocratizados” (nas palavras de muitos deles) do acesso aos subsídios e da certificação.

Em Portugal, e um pouco à revelia do resto da Europa, são os grandes proprietários que, comparativamente, mais terão beneficiado dos incentivos à conversão agrícola, assistindo-se, mesmo, a alguma perversão de objectivos. Com efeito, apesar dos princípios da AB defenderem a diversificação de culturas e a recusa liminar das monoculturas, quase 32% dos inquiridos declarou desenvolver apenas uma actividade (uma cultura ou a criação de uma espécie de gado) e quase 30% não ultrapassou as duas actividades. Junte-se a isto que mais de metade da área agrícola convertida é ocupada por pastagem e/ou forragens e apenas 1% por produtos frescos. Números que denunciam, mais do que um êxito fulgurante da actividade pecuária, um desequilíbrio reinante e persistente nos incentivos. Para muitos agricultores, sobretudo para os menos eticamente mobilizados, a opção pelas pastagens é uma questão de maior rendibilidade. Em muitos casos, tal corresponderá à perpetuação (mesmo no MPB) de uma agricultura de abandono que aumenta a área convertida, mas não a produção de alimentos certificados.

Talvez esta perversão dos objectivos propostos tenha levado a que as estratégias que se desenham actualmente nas políticas europeias de agricultura e de desenvolvimento rural — que, forçosamente, servirão de base aos programas e estratégias nacionais — procurem: reagrupar e simplificar os instrumentos e as medidas de desenvolvimento e reconversão agrícola; adaptá-los mais às necessidades locais, contando, para tal, com a participação dos principais interessados (populações, associações e agricultores locais) e partilhar responsabilidades entre a

Comissão e os Estados-Membros na sua implementação, procurando maior liberdade de acção para os governos nacionais e maior transparência no processo de atribuição de ajudas que não deixará de ser condicionada às prioridades gerais de desenvolvimento rural e de preservação ecológica.

De facto, o processo de reformas da Política Agrícola Comum — desencadeado, sobretudo, a partir da Agenda 2000, e cujo ponto alto mais recente foi a adopção da nova PAC pelo Conselho de Ministros em Junho de 2003 — alterou “completamente a forma como a União Europeia apoia o seu sector agrícola” (http://europa.eu.int/comm/agriculture/capreform/index_pt.htm). A quebra da ligação entre os montantes dos subsídios e o volume de produção, reorientando-os para os consumidores e para os contribuintes, é, portanto, objectivo expresso desta nova PAC. Se esta reorientação das políticas agrícolas pode determinar a ascensão de formas de produção mais extensivas e social e ambientalmente mais equilibradas, o respeito de normas ambientais, de segurança alimentar e de bem-estar dos animais a que o acesso aos novos “pagamentos únicos por exploração” estarão sujeitos franqueará, decididamente, o reforço das condições de evolução do MPB e dos seus objectivos que, na PAC reformada, encontram lugar prioritário.

Com efeito, numa época de progressivo alastramento de valores sociais marcados por uma crescente consciencialização ecológica, em que ganham importância as questões relacionadas com o ambiente e a sua contribuição para a qualidade de vida, a concessão das ajudas e de subsídios da PAC acompanha este movimento, fazendo-os depender das condições em que se desenvolve a actividade agrícola, garantindo a preservação das condições ambientais e ecossistémicas em que se insere e a qualidade e a segurança dos alimentos que produz. A nova PAC realça, ainda, o papel positivo que este tipo de exploração agrícola pode desempenhar na revitalização e no fortalecimento das condições sócio-económicas rurais, acreditando-se que podem contribuir para fomentar a qualidade de vida destas áreas e dinamizar comunidades rurais mais coesas, mais equilibradas e mais competitivas.

Desenvolvendo-se a agricultura, em conjunto com a actividade florestal, em cerca de 80% do território nacional, a evolução dos indicadores sócio-ambientais do país (sobretudo nas suas zonas mais rurais) prender-se-á, seguramente, com os desenvolvimentos da AB e de outros métodos de agricultura alternativa que, de uma forma ou de outra, apontam para um caminho contrário ao do que os defensores da AB chamariam uma “racionalização cega”, que na modernidade concentrou o poder

de decisão e induziu um crescimento que destrói os equilíbrios naturais fundamentais, aumenta as desigualdades sociais e impõe uma corrida acelerada e esgotante para o abismo (se levadas a sério as advertências dos que apontam como iminente a crise ecológica global). Justificam-se, assim, os apoios que possam vir a ser reforçados para este modo de produção, tanto mais que, como vimos, não se limitam a custos públicos adicionais mas, a médio/longo prazo, poderão revelar-se como ganhos efectivos para a economia e para a sociedade em geral. Afigura-se, no entanto, como condição *sine qua non* para uma convivência salutar entre modos de produção convencionais e alternativos que o princípio do poluidor-pagador seja implementado com mais empenho e, eventualmente, com uma legislação mais direccionada, requerendo uma vontade política que, por enquanto, tarda em surtir efeitos substanciais.

Neste enquadramento comunitário surgido da reforma da PAC definem-se três grandes eixos de acção: *i*) o reforço da competitividade da agricultura e da silvicultura; *ii*) a condicionalidade às questões do ambiente e do ordenamento do território e *iii*) a melhoria da qualidade de vida e a diversificação de actividades. Para alcançar tais objectivos, o papel dos governos e dos outros parceiros nacionais não é, ainda assim, de somenos. Ao contrário, reforça-se uma abordagem que privilegia as iniciativas de base, contando, para tal, com os governos dos Estados-Membros, as regiões e os grupos de acção local que, em conjunto, disporão de maior margem para adaptar os programas aos problemas e às potencialidades nacionais e locais.

No caso português, os problemas mais sentidos (referidos pelos inquiridos, mas também incluídos nas debilidades elencadas pelo PNDAB) relacionam-se com a insuficiência de meios de transformação e de factores de produção certificados; com as dificuldades técnicas da produção, a que se junta a escassez de apoio e documentação técnica e de formação profissional; com as dificuldades de financiamento e de concorrência com modos de produção que não têm que lidar com os custos acrescidos implicados no MPB; ou, ainda, com as dificuldades de distribuição e de comercialização (no caso do olival, por exemplo, não é raro que a produção seja escoada pelas vias convencionais, pela inexistência de alternativas no MPB ou pela desarticulação/inadequação de redes de comercialização próprias).

Todavia, há condições específicas que fazem de Portugal um país de excepção nesta actividade. Como potencialidades e forças dinamizadoras da AB destacam-se, para além da já referida evolução da PAC e das oportunidades que esta

representa, os benefícios advindos de um desenvolvimento menos conseguido da agricultura intensiva e de métodos agrícolas mais industrializados, incipientes e localizados em áreas muito restritas (*e.g.*, a perenidade dos conhecimentos e técnicas tradicionais agrícolas; a preservação da diversidade dos ecossistemas); a valorização que a qualidade e a certificação dos produtos podem representar; a existência de um mercado em expansão que decorre da progressiva consciencialização ecológica e da apreensão crescente que as crises alimentares cíclicas têm vindo a estimular (*e.g.*, BSE, nitrofuranos...).

Urge, portanto, que as acções dêem lugar às boas intenções, aproveitando as potencialidades e debelando os condicionamentos e problemas. O que, no caso português, corresponderá à implementação do PNDAB. Pecando por tardia, esta iniciativa do Ministério da Agricultura, elaborada com recurso a um grupo de peritos originários das associações e instituições ligadas à actividade, reconhece as potencialidades agro-ecológicas excepcionais do país (diversidade de fauna e flora e das formas tradicionais de produção que ainda resistem e, nalguns casos, se aproximam do MPB) que justificarão uma aposta empenhada, coerente e efectiva da administração. Talvez, por isso, os objectivos estratégicos do PNDAB sejam consensuais e vão de encontro às aspirações da generalidade dos inquiridos (*i.e.*, tornar o MPB mais conhecido e competitivo; aumentar e melhorar a actividade agrícola em MPB; aumentar e racionalizar os meios de acondicionamento e os circuitos de comercialização de produtos da AB; reforçar, desenvolver e consolidar a actividade de transformação de produtos do MPB; aumentar o consumo de produtos da AB).

No entanto, tendo em conta a posição relativa de Portugal no contexto europeu e os níveis já hoje alcançados por países como a Itália (9,4% da SAU), a Áustria (7,1% da SAU) ou a Finlândia (7% da SAU), os objectivos operacionais (*e.g.*, aumentar a SAU convertida dos actuais 3,2% para 7%; aumentar a percentagem de agricultores aderentes ao MBP dos actuais 0,25% para 1%) parecem pouco ambiciosos para um país de alto potencial, mas que ainda não descolou de níveis pouco mais que residuais.

Para alguns, as próprias estruturas de coordenação previstas no plano (um coordenador e uma comissão consultiva) estão esvaziadas de poder, o que, acrescendo à acanhada ambição demonstrada, faz da iniciativa do governo “um plano sem pernas para andar” (declarações de Margarida Silva em 4 de Março de 2004 em

<http://www.agroportal.pt/x/agronoticias/2004/04/04b.htm>). Não querendo assumir uma conclusão tão drasticamente pessimista e, pelo contrário, acreditando nas potencialidades de uma iniciativa (apesar de tudo) sem paralelo no panorama das políticas de implementação da AB em Portugal, os métodos pouco abertos à participação alargada dos agricultores e os 6 meses omissos de acção que se seguiram à apresentação do PNDAB parecem dar razão a Margarida Silva e a muitas outras apreensões apresentadas por alguns dirigentes associativos entrevistados no âmbito deste trabalho⁴¹. De facto, os desenvolvimentos que, afinal, não aconteceram desde a apresentação do plano e a falta de transparência e de participação alargada à generalidade dos agricultores e de associações interessadas com que o plano foi elaborado (apesar da competência e boa-fé dos participantes), reforçam as desconfianças dos mais cépticos que clamam por ser ouvidos e levados em conta e por uma acção consentânea com os objectivos enunciados e as necessidades sentidas no terreno.

Todavia, o plano concretiza, através da criação da figura de coordenador nacional ou, na versão do último governo, da *Comissão Nacional para a Agricultura Biológica*⁴² e da Comissão Consultiva, alguns avanços na reorganização de programas e medidas de incentivo. Aspiração antiga, cuja necessidade os resultados deste projecto sublinha numa óptica de procurar ultrapassar a crónica desarticulação de políticas agrícolas e dos vários organismos do Ministério da Agricultura. Servindo de ponte entre os vários interesses em presença e articulando-os de forma integrada e coerente, o Coordenador ou a *Comissão Nacional para a Agricultura Biológica* em colaboração com a *Comissão Consultiva da Agricultura Biológica* (com representantes de toda a fileira desde a produção ao consumo) poderão, finalmente, dar lugar à tão almejada visão global que permita um desenvolvimento equilibrado e integrado do MPB e uma sã convivência com os restantes modos de produção. Resta esperar que a quase invisibilidade que, por enquanto, se lhes associa, decorra do

⁴¹ Em Novembro de 2003, um dirigente associativo referia-se ao PNDAB nos seguintes termos: “O plano tem sido feito absolutamente à margem dos produtores e das associações. Os produtores e as associações não esperam nada desse plano. (...) Houve uma consulta entre aspas, quando o plano já estava concluído. Foi como pedir que lhe puséssemos um carimbo... foi tecer algumas considerações, dar algumas opiniões que não sei, não imagino, se foram tidas em conta. Portanto, eu não tenho relutância nenhuma em dizer que este plano foi completamente feito nas costas dos produtores e das associações”.

⁴² Segundo declarações do Ministro da Agricultura nas Jornadas de Agricultura Biológica / Terra Sã, em 11 de Dezembro de 2004, a figura de Coordenador Nacional será substituída, “com vantagem para a participação dos vários parceiros no terreno”, por uma Comissão Nacional que coordenará a aplicação do plano nacional.

necessário período de organização e preparação para um arranque que, todos desejam, venha a ser produtivo e consequente.

Se a mudança de políticas parece, no caso português, ter sido impulsionada a partir da transposição dos regulamentos comunitários (o próprio PNDAB decorre de um processo iniciado e incentivado a nível europeu), a mudança de valores sociais, nomeadamente a emergência dos Novos Valores Ecológicos, pode revelar-se um aliado de peso para políticas delineadas e impulsionadas por esses novos valores sociais e a partir da constatação da insustentabilidade dos caminhos percorridos anteriormente. As peculiaridades da sociedade portuguesa em geral, e da agricultura portuguesa em particular, poderão, como parece ser consensual entre os próprios agricultores, facilitar o cumprimento das novas condicionantes ambientais previstas pela nova PAC a partir de 2005, mas terão sido essas mesmas singularidades (níveis rudimentares de industrialização agrícola) que fizeram com que não se tornassem claras para o cidadão comum as implicações da intensificação agrícola na degradação ambiental. Para uma grande parte dos portugueses (agricultores incluídos), a actividade agrícola é ainda vista como inócua para o ambiente, com efeitos nocivos globalmente desprezíveis que raramente são mencionados como preocupantes⁴³.

Ainda assim, a abertura aos valores ecológicos e a atenção que implica sobre os problemas ambientais, suas causas e consequências, determina, como sugerem os resultados do inquérito, uma maior propensão para aderir aos métodos alternativos da AB mas, como também ficou explícito na análises levadas a efeito sobre motivações e valores agrícolas alternativos, é potenciada pela permanência destes agricultores na actividade. A prazo, portanto, serão de esperar repercussões dos novos requisitos legais a cumprir no âmbito da PAC nas práticas e nas atitudes dos agricultores portugueses. No que concerne aos agricultores convertidos ao MPB, e de acordo com os resultados do inquérito, os mais “eco-mobilizados” e “eco-motivados” são os mais escolarizados num grupo, ele próprio, como já se referiu, altamente qualificado. Tendem, como seria de esperar, dadas as motivações que elegem como mais determinantes (fertilidade dos solos, preservação ambiental, defesa da saúde pública), a relativizar a importância dos subsídios envolvidos que, no entanto, não desprezam. Afinal, os custos adicionais da conversão e de permanência na actividade

⁴³ No ultimo inquérito levado a cabo pelo Observa, se 68,8% dos portugueses consideravam a produção industrial um factor de degradação ambiental muito importante, não mais de 29,5% consideravam o mesmo para a industrialização agrícola (Lima e Guerra, 2004: 9).

justificariam montantes ainda mais elevados, tendo em conta que estes agricultores estão, segundo defendem, a prestar um serviço à comunidade e, para usar uma expressão de um dos inquiridos, “pagam com os custos da certificação para proteger o ambiente”. Apesar das dificuldades de comercialização e dos meios de distribuição incipientes, e ao contrário dos inquiridos menos mobilizados pelas questões ético-ambientais, denotam uma relativa integração no campo (facilitada pela proximidade que advogam ao movimento associativo) que possibilita um acesso menos problemático à informação e ao aconselhamento e uma relativa facilidade de escoamento dos produtos pelos canais já estabelecidos de distribuição e de comercialização de produtos biológicos.

Globalmente, são ainda os agricultores que estão na actividade sobretudo por convicção ético-ideológica que tendem a apostar no MPB como modo de vida e, conseqüentemente, a depender mais da comercialização dos seus produtos. Talvez por isso aceitem melhor, ou defendam mesmo, uma acção rigorosa e competente dos organismos de certificação que credibilize a sua acção e permita fomentar a confiança dos consumidores. Ao invés, os que encaram a actividade apenas como uma outra forma de obter subsídios tendem a não compreender as funções dos OPC e a considerar os seus profissionais como uma ameaça de que têm que se defender. Os agricultores menos mobilizados pelos valores ecológicos ou alternativos (cerca de 41% dos inquiridos) que designámos por “convencionais em conversão”, tendem, até, a olhar para as associações (e por maioria de razões para os OPC), como imposições sem razão de ser que apenas aumentam os custos e dificultam o processo produtivo. Talvez este afastamento determine as maiores dificuldades sentidas por este grupo em escoar os seus produtos nos canais apropriados e a decidir-se, muito frequentemente, pelos canais (mais à mão) da agricultura convencional. É também nesta categoria que mais se apontam os subsídios como principal ou a mais importante motivação para permanecer na actividade, relegando, neste caso, as motivações éticas (seja a preservação ambiental, seja a defesa da saúde pública, seja a manutenção das condições de viabilidade das comunidades rurais) para segundo plano. Todavia, posturas acentuadamente antropocêntricas, longe dos valores ecológicos e alternativos implicados no MPB, são raras entre os inquiridos. No entanto, uma boa parte destes agricultores parece ter apenas iniciado um percurso que — porque recente — dificulta a sua plena integração e até uma tomada de

posição clara face às potencialidades da AB e aos problemas enfrentados num quotidiano pleno de novos desafios, a que nem sempre sabem responder.

Aproveitem-se, portanto, as novas orientações da PAC e os benefícios do “atraso” estrutural que todos reconhecem para mais facilmente integrar os condicionalismos ambientais nas práticas agrícolas que, em muitos casos, ainda estão próximas dos modos tradicionais. Apesar de tudo, alguma inabilidade ou amadorismo no manuseamento dos produtos agro-industriais não deixam de acarretar efeitos nocivos sobre os ecossistemas circundantes, mesmo que os modos de exploração intensivos não tenham sido completamente implementados. A serem cumpridos os requisitos ambientais da PAC, podiam revelar-se um importante instrumento de apoio ao ambiente. Sobretudo em Portugal, como defende Eugénio Sequeira, “onde há um maior risco de desertificação e uma maior diversidade biológica. Neste sentido, o governo português devia preocupar-se em obter mais verbas através do pilar do desenvolvimento rural, demonstrando que os agricultores nacionais estão a prestar um serviço ambiental — salvando espécies, construindo a paisagem, preservando o montado, produzindo água sem poluição, combatendo a desertificação”⁴⁴. Para tal a formação, a consciencialização e o decorrente empenhamento dos agricultores afiguram-se ferramentas imprescindíveis na adopção de práticas agrícolas mais sustentáveis, quer social, quer ambientalmente. Neste âmbito, a permanência no MPB parece garantir resultados, seja pela formação (obrigatória) a que estão sujeitos, seja pelas cumplicidades que, forçosamente, a partilha de práticas determinadas por imperativos sócio-ecológicos implicam. A verdade é que o nível de consciencialização ecológica parece aumentar tanto mais quanto o tempo decorrido após a conversão ao MPB. Se os Novos Valores Ecológicos surgem como uma porta aberta para práticas agrícolas alternativas, o que os resultados demonstram é que a permanência nesta actividade desencadeia, a curto/médio prazo, posturas mais pró-ecológicas e a assunção dos valores alternativos que confluem num processo de mudança social que, progressivamente, abandona os velhos valores do produtivismo e do industrialismo associados à agricultura convencional.

⁴⁴ Declarações incluídas no artigo de Lúcia Duarte (2004: 10-11).

7. Bibliografia

- AA.VV. (2000), *Panorama Agricultura 1999*, Lisboa, Gabinete de Planeamento e Política Agro-alimentar.
- ATTRA – NCAT (2004), *Organic Crop Production Overview*, Fayetteville, National Centre for Appropriate Technology dos E.U.A, 2004.
- Agência Europeia do Ambiente (2004), *Sinais Ambientais 2004 – Actualização da Agência Europeia do Ambiente sobre questões específicas*, Copenhaga, AEA
- Allègre, Claude (1993), *Écologie des Villes, Écologie des Champs*, Paris, Librairie Arthème Fayard.
- Almeida, João Ferreira de, e José Madureira Pinto (1975), “Teoria e investigação empírica nas ciências sociais”, *Análise Social*, XI (42-43), pp. 365-445.
- Almeida, João Ferreira de, e José Madureira Pinto (1976), *A Investigação nas Ciências Sociais*, Lisboa, Editorial Presença.
- Almeida, João Ferreira de (1990), *Portugal — Os Próximos Vinte Anos, VIII Volume: Valores e Representações Sociais*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Almeida, João Ferreira de (coord.) (2000), *Os Portugueses e o Ambiente: 1º Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente*, Oeiras, Celta Editora.
- Almeida, João Ferreira de (coord.) (2004), *Os Portugueses e o Ambiente: 2º Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente*, Oeiras, Celta Editora.
- Altman, Irwin e Martin Chemers (1989 [1980]), *Culture and Environment*, Cambridge, Nova Iorque e Melbourne, Cambridge University Press.
- Baptista, Leandra (1993), “A questão ambiental: novos valores, novas identidades na mudança social global” in AA. VV., *Estruturas Sociais e Desenvolvimento. Actas do II Congresso Português de Sociologia*, Volume II, Lisboa, Editorial Fragmentos e Associação Portuguesa de Sociologia, pp. 242-246.
- Bardin, Laurence (1977), *Análise de Conteúdo*, Lisboa, Edições 70.
- Beck, Ulrich (1992a), “From industrial society to the risk society: questions of survival, social structure and ecological enlightenment”, *Theory, Culture & Society*, 9 (1), pp. 97-123.
- Beck, Ulrich (1992b [1986]), *Risk Society: Towards a New Modernity*, Londres, Newbury Park e Nova Deli, Sage Publications.
- Beck, Ulrich (1995 [1988]), *Ecological Politics in an Age of Risk*, Cambridge e Oxford, Polity Press e Blackwell Publishers.
- Beck, Ulrich (1996), “World risk society as cosmopolitan society? Ecological questions in a framework of manufactured uncertainties”, *Theory, Culture & Society*, 13 (4), pp. 1-32.
- Beus, Curtis E., e Riley E. Dunlap (1990), “Conventional versus alternative agriculture: the paradigmatic roots of the debate”, *Rural Sociology*, 55 (4), pp. 590-615.

- Beus, Curtis E., e Riley E. Dunlap (1991), "Measuring adherence to alternative vs. conventional agricultural paradigms: a proposed scale", *Rural Sociology*, 56 (3), pp. 432-460.
- Beus, Curtis E., e Riley E. Dunlap (1994), "Agricultural paradigms and the practice of agriculture", *Rural Sociology*, 59 (4), pp. 620-635.
- Bookchin, Murray (1998), "Sociedade e ecologia", *Utopia*, 7, pp. 37-53.
- Bourdieu, Pierre (1992), "Thinking about limits", *Theory, Culture & Society*, 9 (1), pp. 37-49.
- Bourdieu, Pierre (1992), "The practice of reflexive sociology (the Paris workshop)" in Pierre Bourdieu e Loïc J.D. Wacquant, *An Invitation to Reflexive Sociology*, Cambridge, Polity Press, pp. 216-260.
- Bourdieu, Pierre (1996), "Understanding", *Theory, Culture & Society*, 13 (2), pp. 17-37.
- Bryman, Alan (1984), "The debate about quantitative and qualitative research: a question of method or epistemology?", *The British Journal of Sociology*, XXXV (1), pp. 75-92.
- Buttel, Frederick H. (1986), "Sociologie et environnement: la lente maturation de l'écologie humaine", *Revue Internationale des Sciences Sociales*, 109, pp. 359-379.
- Carvalho, Sergio Medeiros Paulino de (1996), "A importância da superação do paradigma produtivista pelos sistemas estaduais de pesquisa", *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, 13 (1), pp. 21-42.
- Catton, William R., Jr., e Riley E. Dunlap (1978), "Environmental sociology: a new paradigm", *The American Sociologist*, 13, pp. 41-49.
- Catton, William R., Jr., e Riley E. Dunlap (1980), "A new ecological paradigm for post-exuberant sociology", *American Behavioural Scientist*, 24 (1), pp. 15-47.
- Cimeira Mundial da Alimentação (1996), *Declaração de Roma Sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano de Acção da Cimeira Mundial da Alimentação*, Roma, FAO, <http://www.fao.org/docrep/003/w3613p/w3613p00.htm>.
- Comissão das Comunidades Europeias – Direcção Geral de Agricultura (2001), *EU Agriculture and the WTO*, Luxemburgo, Serviço das publicações oficiais das Comunidades Europeias.
- Comissão das Comunidades Europeias – Direcção Geral de Agricultura (2000), *The Common Agricultural Policy*, Luxemburgo, Serviço das publicações oficiais das Comunidades Europeias.
- Comissão das Comunidades Europeias (2003), *Communication from the Commission to the Council and the European Parliament – Report on the situation in Portuguese Agriculture*, Bruxelas, Comissão das Comunidades Europeias.
- Comissão das Comunidades Europeias (2004a), *European Action Plan for Organic Food and Farming*, Bruxelas, Comissão das Comunidades Europeias.
- Comissão das Comunidades Europeias (2004b), *Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu – Plano de acção europeu para os Alimentos e a agricultura biológicos*, Bruxelas, Comissão das Comunidades Europeias.
- Comissão do Meio Ambiente, da Saúde e da Política do Consumidor do Parlamento Europeu (2003), *Parecer destinado à Comissão da Agricultura e do*

- Desenvolvimento Rural*, <http://www.europarl.eu.int/meetdocs/committees/agri/20031104/501478pt.pdf>
- Darolt, Moacir Roberto (2002), *As principais Correntes do Movimento Orgânico e suas Particularidades*, Ponta Grossa, IAPAR – Instituto Agronômico do Paraná, <http://www.planetaorganico.com.br/trabdurolt.htm>
- Deleage, Jean Paul e Daniel Hemery (1989b), “L’ecologie, critique de l’économie”, *L’Homme et la Société*, 91/92 (1/2), pp. 73-86.
- Direcção Geral de Desenvolvimento Rural (1999), *Plano de Desenvolvimento Rural 2000-2006 – RURIS*, Lisboa, DGDR.
- Direcção Geral de Desenvolvimento Rural (2001), *Medidas Agro-Ambientais. Intervenção do Plano de Desenvolvimento Rural – RURIS*, Lisboa, DGDR.
- Dobson, Andrew (1995), *Green Political Thought*, Londres e Nova Iorque, Routledge.
- Duarte, Lúcia (2004), “Ambiente comanda a Agricultura”, *Água e Ambiente*, 70, pp. 10-11.
- Dulley, Richard Domingues (s/d), *Agricultura Orgânica: Características e Aspectos Importantes para Viabilização dentro da Ética*, São Paulo, Instituto de Economía Agrícola, <http://www.iea.sp.gov.br/>.
- Dunlap, Riley E. (1993), “From environmental to ecological problems”, in Craig Calhoun e George Ritzer (eds.), *Social Problems*, Nova Iorque, McGraw-Hill, pp. 707-738.
- Dunlap, Riley E. e William R. Catton, Jr. (1979), “Environmental sociology”, *Annual Review of Sociology*, 5, pp. 243-273.
- Dunlap, Riley E., e William R. Catton, Jr. (1993), *Struggling with Human Exemptionalism: the Rise, Decline and Revitalization of Environmental Sociology*, Washington, Department of Sociology of Washington State University.
- Dunlap, Riley E., Kent Van Liere, Angela Mertig e Robert E. Jones (2000), “Measuring endorsement of the new ecological paradigm: a revised NEP scale”, *Journal of Social Issues*, 56 (3), pp. 425-442.
- Eizner, Nicole (coord.) (1994), *Les Représentations Sociales de l’Environnement: le Cas de la France*, Orléans, Groupe de Recherche sur les Mutations des Sociétés Européennes.
- Ehrenfeld, David (1993), *Beginning Again – People and Nature in the New Millenium*, Nova Iorque, Oxford University Press.
- European Conference “Organic Food and Farming – Towards Partnership and Action in Europe” (2001), *Declaration*, Copenhagen, 10-11 Mayo de 2001.
- FAO/OMS (2001), *Guidelines for the production, processing, marketing and labelling of organically produced foods*, Genebra, FAO/OMS, <http://www.codexalimentarius.net>
- Ferreira, Virgínia (1986), “O inquérito por questionário na construção de dados sociológicos”, in Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento, pp.165-196.
- Ferry, Luc (1995), “A ecologia e a crítica do mundo moderno”, *Colóquio Educação e Sociedade*, 8/9, pp. 119-126.

- Firmino, Ana (2000) *Organic farming in Portugal*, Bad Dürkheim, SÖL-Sonderausgabe, www.organic-europe.net
- Geier, Bernward (1996), “Agricultura Biológica na União Europeia”, *A Joaninha*, 54, pp.3-13.
- Giddens, Anthony (1992 [1990]), *As consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta Editora.
- Giddens, Anthony (1994 [1991]), *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras, Celta Editora.
- Goldblatt, David (1996), *Social Theory and the Environment*, Cambridge e Oxford, Polity Press e Blackwell Publishers Ltd.
- Greenwood, Ernest (1965), “Métodos de investigação empírica em Sociologia”, *Análise Social*, III (11), pp. 313-345.
- Guerra, João (2004), Novos Valores Ecológicos e Agricultura Sustentável, Actas do V Congresso Português de Sociologia, Braga, APS.
- Hester, Stephen e David Francis (1994), “Doing data: the local organization of a sociological interview”, *The British Journal of Sociology*, 45 (4), pp. 675-695.
- Holmgren, David (2004), *Essence of Permaculture*, Victoria, Holmgren Design Services, <http://www.holmgren.com.au/DownloadableFiles/PDFs/>
- Hontelez, John (Ed.) (2003), *Is Organic Farming an Alternative for the New Member States?*, Bruxelas, European Environmental Bureau (EEB).
- Howard, Albert (1943), *An Agricultural Testament*, Londres, Oxford University Press (1940), http://journeytoforever.org/farm_library/howardAT/ATtoc.html
- IFOAM (2002), IFOAM Norms: *IFOAM Basic Standards for Organic Production and Processing, IFOAM Accreditation Criteria for Bodies Certifying Organic Production and Processing (including policies related to IFOAM norms)*, Victoria, International Federation of Organic Agriculture Movement.
- Jokinen, Pekka (2000), “Europeanisation and ecological modernization: agri-environmental policy and practices in Finland”, in Arthur Mol e David Sonenfeld (Org.) *Ecological Modernization Around the World: Perspectives and Critical Debates*, Londres, Frank Cass Publishers, pp138-170.
- Just, Flemming e Ingo Heinz (2000), “Do ‘soft’ regulation matter?”, in F. Brower e P. Lowe (Orgs.), *CAP regimes and the European countryside*, Oxon, CABI Publishing, pp. 241-255.
- Kaltoft, Pernille (1999), “Values about nature in organic farming practice and knowledge”, *Sociologia Ruralis*, 39 (1), pp. 39-53.
- Lampkin, Nicolas *et alii* (2000), “Organic Farming”, in F. Brower e P. Lowe (Orgs.), *CAP regimes and the European countryside*, Oxon, CABI publishing, pp. 221-238.
- Kuepper, George e Lance Gegner (2004), *Organic Crop Production Overview – Fundamentals of Sustainable Agriculture*, Fayetteville, U.S. National Center for Appropriate Technology – U.S. Departement of Agriculture, www.attra.ncat.org/attra-pub/PDF/organiccrop.pdf
- Le Guillou, Gwénaelle e Albérík Scharpé (2001), *A Agricultura Biológica: Guia da Regulamentação Comunitária*, Luxemburgo, Serviço das publicações oficiais das Comunidades Europeias.

- Lima, Aida Valadas de, e Ricardo Figueira (2000), *Agricultura e Ambiente: A Aplicação das Medidas Agro-Ambientais – Inquérito Exploratório na Região do Oeste*, Lisboa, Observa.
- Lima, Aida Valadas de, Elsa Coimbra e Alexandra Figueiredo (2000), “Representações e valores sobre a natureza e ambiente”, in João Ferreira de Almeida (Org.), *Os Portugueses e o Ambiente – I Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente*, Oeiras, Celta, pp. 7-32.
- Lima, Aida Valadas de, e João Guerra (2004a), “Ambiente e cidadania: dimensões da mobilização ambiental em quatro países europeus”, in Luisa Lima, Manuel Villaverde Cabral e Jorge Vala (Orgs.), *Ambiente e Desenvolvimento*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 113-156.
- Lima, Aida Valadas de, e João Guerra (2004b), “Degradação ambiental, representações e Novos Valores Ecológicos”, in João Ferreira de Almeida (Org.), *Os Portugueses e o Ambiente – II Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente*, Oeiras, Celta, pp.7-64.
- Lima, Luisa, Manuel Villaverde Cabral, e Jorge Vala (Orgs.) (2004), *Ambiente e Desenvolvimento: uma Abordagem Transnacional (Resultados do Inquérito ISSP)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Lima, Marinús Pires de (1987), *O inquérito Sociológico: Problemas de Metodologia*, Lisboa, Editorial Presença, 3ª Edição.
- Lowe, Philip (1994), “Agricultura y medio ambiente: temario sociológico”, *Agricultura y Sociedad*, 71, pp. 257-270.
- Maher, Grace (2002), *Agriculture and the World Summit on Sustainable Development*, <http://www.planorganic.com/articles.htm>
- Mathieu, Nicole e Marcel Jollivet (1989), *Du Rural à l'Environnement: la Question de la Nature aujourd'hui*, Paris, A.R.F. Éditions e L'Harmattan.
- Melita, Francesco (2001), *Organic Farming in the Netherlands*, Frick, FIBL – Research Institute of Organic Agriculture, http://www.organic-europe.net/country_reports/netherlands/
- Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas (2004), *Plano Nacional para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica (2004-2007)*, Lisboa, MADRP.
- Mol, Arthur e David Sonenfeld (2000), “Ecological modernization around the world: an introduction”, in Arthur Mol e David Sonenfeld (Org.) *Ecological Modernization Around the World: Perspectives and Critical Debates*, Londres, Frank Cass Publishers, pp. 3-16.
- Mormont, Marc (1994), *Vers un Encadrement Environnemental des Agriculteurs? – Comparaisons Régionales: France – Belgique*, Arlon, Fondation Universitaire Luxembourgeoise.
- Mormont, Marc (1996), “Agriculture et environnement: pour une sociologie des dispositifs”, *Économie Rural*, 236, pp. 28-36.
- Murphy, Raymond (1995), “Sociology as if nature did not matter: an ecological critique”, *The British Journal of Sociology*, 46 (4), pp. 688-705.
- OCDE (2001a), *Improving the Environmental Performance of Agriculture: Policy Options and Market Approaches*, Paris, OECD Publications.

- OCDE (2001b), *Policy Brief: a New Strategy for the Environment*, Paris, OECD Publications, http://www.oecd.org/publications/pol_brief/
- OCDE (2001c), *Environmental indicators for agriculture: methods and results – executive summary*, Paris, OECD publications.
- Pais, José Machado (1995), “Durkheim: das *Regras do Método* aos métodos desregrados”, *Análise Social*, XXX (131-132), pp. 239-263.
- Pawson, Ray (1996), “Theorizing the interview”, *The British Journal of Sociology*, 47 (2), pp. 295-314.
- Quivy, Raymond, e Luc Van Campenhoudt (1992 [1988]), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva.
- Rigby, D., e D. Cáceres (2000), “Organic farming and the sustainability of agricultural systems”, *Agricultural Systems*, 68, pp. 21-40.
- Sequeira, Eugénio Menezes (1997), “O Ambiente na Economia Portuguesa – Seminário”, *Administração, Dirigentes e Técnicos do Estado*, Série IV, Ano XI (7), pp. 16-24.
- Skaggs, R.K., e D.M. VanLeeuwen (2004), *New Mexicans’ Attitudes Toward the Environment, Agriculture and Government*, Las Cruces, College of Agriculture and Home Economics, New Mexico State University.
- Silva, Augusto Santos e, José Madureira Pinto (orgs.) (1986), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento.
- Soeiro, Ana *et alii* (2000), *Modo de Produção Biológico*, Lisboa, Direcção-Geral de Desenvolvimento Rural.
- Soromenho-Marques, Viriato (1994), *Regressar à Terra – Consciência Ecológica e Política de Ambiente*, Lisboa, Fim-de-Século.
- Soromenho-Marques, Viriato (1998), *O Futuro Frágil: Os Desafios da Crise Global do Ambiente*, Lisboa, Europa-América.
- Trüninger, Mónica (2000), *Consumo e Ambiente. Consumos ‘Verdes’: Alimentação e Risco*, Lisboa, Observa.
- Van Bellegem *et alii* (2002), *Green Investment Funds: Organic Farming – Netherlands Case Study on Biodiversity Incentive Measures*, Paris, OECD Publications (1997).
- Veiga, José Eli da (1996), “Agricultura familiar e sustentabilidade”, *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, 13, (3), pp.383-404.
- Verchuur, G.W. e E.A.P. van Well (2001), *Stimulating Organic Farming in the EU – with Economic and Fiscal Instruments*, Utrecht, CLM - Centre for Agriculture and Environment.
- Willer, Helga, Immo Lünzer e Manon Haccius (2002), *Organic farming in Germany – 2002*, FIBL – Research Institute of Organic Agriculture, http://www.organic-europe.net/country_reports/germany/.
- Yussefi, Minou e Helga Willer (2003), *Organic Agriculture Worldwide 2003 – Statistics and future prospects*, Bad Dürkheim, SÖL-Sonderausgabe: 74, www.soel.de/inhalte/publikationen/s_74_04.pdf.

8. Anexos

Anexo I – Área convertida ao MPB na UE 15 (1985-2002)

Percentagem da Superfície Agrícola Utilizada (SAU) convertida ao MPB na União Europeia (UE 15)																			
	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	0	1	2	SAU 1999
Áustria	0.174%	0.207%	0.248%	0.364%	0.492%	0.636%	0.814%	2.479%	4.014%	5.677%	9.913%	9.123%	10.194%	8.498%	8.560%	8.027%	8.427%	8.707%	3388000
Bélgica	0.036%	0.050%	0.070%	0.072%	0.086%	0.093%	0.100%	0.122%	0.156%	0.192%	0.243%	0.306%	0.477%	0.842%	1.332%	1.454%	1.608%	1.784%	1394000
Dinamarca	0.170%	0.181%	0.190%	0.222%	0.361%	0.438%	0.679%	0.705%	0.760%	0.799%	1.546%	1.746%	2.432%	3.749%	5.546%	6.248%	6.559%	6.743%	2645000
Finlândia	0.045%	0.054%	0.063%	0.068%	0.104%	0.303%	0.599%	0.715%	0.917%	1.164%	2.014%	3.811%	4.612%	5.686%	6.159%	6.644%	6.719%	7.061%	2219000
França	0.162%	0.179%	0.197%	0.215%	0.233%	0.258%	0.292%	0.305%	0.315%	0.340%	0.425%	0.492%	0.594%	0.785%	1.134%	1.296%	1.507%	1.859%	27856000
Alemanha	0.145%	0.158%	0.193%	0.247%	0.317%	0.525%	0.924%	1.180%	1.437%	1.587%	1.804%	2.065%	2.272%	2.428%	2.637%	3.183%	3.686%	4.064%	17152000
Grécia	0.000%	0.000%	0.000%	0.001%	0.003%	0.004%	0.006%	0.007%	0.017%	0.033%	0.067%	0.147%	0.280%	0.431%	0.490%	0.694%	0.870%	0.810%	3575000
Irlanda	0.023%	0.025%	0.029%	0.034%	0.083%	0.086%	0.086%	0.115%	0.123%	0.121%	0.284%	0.461%	0.531%	0.646%	0.731%	0.728%	0.677%	0.672%	4444000
Itália	0.038%	0.042%	0.046%	0.069%	0.084%	0.101%	0.129%	0.230%	0.677%	1.179%	1.565%	2.557%	4.906%	6.012%	7.336%	7.961%	9.470%	8.939%	13069000
Luxemburg	0.273%	0.313%	0.322%	0.352%	0.430%	0.469%	0.495%	0.391%	0.388%	0.420%	0.446%	0.464%	0.483%	0.607%	0.783%	0.805%	1.673%	1.566%	128000
Holanda	0.121%	0.134%	0.167%	0.247%	0.323%	0.368%	0.455%	0.496%	0.550%	0.559%	0.637%	0.713%	0.836%	0.953%	1.061%	1.372%	1.874%	2.101%	2028000
Portugal	0.001%	0.005%	0.008%	0.011%	0.014%	0.026%	0.052%	0.052%	0.079%	0.188%	0.277%	0.238%	0.316%	0.645%	1.242%	1.294%	1.834%	2.224%	3863000
Espanha	0.008%	0.010%	0.010%	0.011%	0.013%	0.014%	0.016%	0.030%	0.045%	0.066%	0.092%	0.397%	0.581%	1.030%	1.346%	1.456%	1.854%	2.542%	26158000
Suécia	0.049%	0.081%	0.158%	0.280%	0.768%	0.927%	1.040%	1.083%	1.193%	1.563%	2.717%	3.710%	3.846%	4.144%	5.066%	5.587%	6.300%	6.968%	3073000
Reino Unid	0.038%	0.044%	0.054%	0.070%	0.117%	0.196%	0.215%	0.222%	0.196%	0.206%	0.307%	0.314%	0.671%	1.738%	2.474%	3.338%	4.302%	4.586%	15799000
UE 15	0.079%	0.089%	0.104%	0.128%	0.171%	0.231%	0.318%	0.419%	0.553%	0.699%	0.988%	1.251%	1.699%	2.135%	2.633%	2.972%	3.510%	3.810%	126791000

Taxas de crescimento anuais da superfície convertida ao MPB na União Europeia (UE 15)																		
	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	0	1	2
Áustria		19.05%	20.00%	46.67%	35.34%	29.22%	28.01%	204.57%	61.88%	41.44%	74.62%	-7.97%	11.74%	-16.64%	0.73%	-6.22%	4.98%	3.33%
Bélgica		40.00%	38.86%	2.88%	20.00%	8.33%	7.69%	21.43%	28.18%	23.13%	26.16%	25.88%	56.16%	76.50%	58.14%	9.12%	10.58%	11.00%
Dinamarca		6.67%	4.90%	16.80%	62.44%	21.23%	55.11%	3.84%	7.70%	5.25%	93.35%	12.93%	39.33%	54.15%	47.92%	12.66%	4.99%	2.80%
Finlândia		20.00%	16.67%	7.14%	53.33%	192.43%	97.46%	19.41%	28.26%	26.95%	73.09%	89.18%	21.03%	23.29%	8.31%	7.87%	1.14%	5.09%
França		11.11%	10.00%	9.09%	8.33%	10.77%	12.81%	4.65%	3.33%	7.94%	24.88%	15.79%	20.66%	32.28%	44.43%	14.25%	16.26%	23.40%
Alemanha		8.90%	21.68%	28.28%	28.08%	65.80%	76.04%	27.70%	21.78%	10.42%	13.73%	14.44%	10.03%	6.88%	8.59%	20.73%	15.78%	10.25%
Grécia		0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%
Irlanda		10.00%	18.18%	15.38%	146.67%	2.70%	0.61%	33.43%	7.04%	-1.83%	135.71%	62.23%	15.10%	21.67%	13.15%	-0.38%	-7.06%	-0.73%
Itália		10.00%	9.09%	50.00%	22.22%	20.16%	27.48%	78.04%	194.79%	74.27%	32.68%	63.42%	91.86%	22.55%	22.01%	8.52%	18.96%	-5.61%
Luxemburgo		14.29%	3.00%	9.22%	22.22%	9.09%	5.67%	-21.14%	-0.60%	8.25%	6.13%	4.03%	4.04%	25.73%	28.96%	2.79%	107.86%	-6.40%
Holanda		11.18%	24.23%	47.75%	30.88%	14.14%	23.54%	8.95%	10.91%	1.70%	13.84%	11.98%	17.32%	13.93%	11.32%	29.33%	36.59%	12.13%
Portugal		300.00%	60.00%	31.25%	30.95%	81.82%	100.00%	0.00%	53.00%	137.48%	47.50%	-14.26%	32.66%	104.23%	92.65%	4.22%	41.71%	21.25%
Espanha		16.82%	8.56%	10.54%	10.00%	10.61%	16.03%	85.57%	48.54%	47.40%	39.93%	330.81%	46.63%	77.16%	30.69%	8.17%	27.34%	37.10%
Suécia		66.67%	94.80%	76.55%	174.48%	20.76%	12.17%	4.06%	10.24%	30.99%	73.80%	36.54%	3.67%	7.75%	22.26%	10.28%	12.77%	10.59%
Reino Unido		16.67%	21.43%	29.41%	68.18%	67.57%	9.68%	2.94%	-11.45%	4.79%	49.18%	2.24%	113.99%	158.98%	42.38%	34.91%	28.88%	6.61%
UE 15		12.44%	16.47%	23.42%	33.78%	34.90%	37.70%	31.96%	31.94%	26.38%	41.29%	26.69%	35.78%	25.61%	23.34%	12.89%	18.11%	8.55%

Evolução da área convertida na União Europeia (UE 15)																		
	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	0	1	2
Áustria	5880	7000	8400	12320	16674	21546	27580	84000	135982	192337	335865	309089	345375	287900	290000	271950	285500	295000
Bélgica	500	700	972	1000	1200	1300	1400	1700	2179	2683	3385	4261	6654	11744	18572	20265	22410	24874
Dinamarca	4500	4800	5035	5881	9553	11581	17963	18653	20090	21145	40884	46171	64329	99163	146685	165258	173497	178360
Finlândia	1000	1200	1400	1500	2300	6726	13281	15859	20340	25822	44695	84556	102342	126176	136665	147423	149100	156692
França	45000	50000	55000	60000	65000	72000	81225	85000	87829	94806	118393	137084	165405	218790	316000	361040	419750	517965
Alemanha(1)	24940	27160	33047	42393	54295	90021	158477	202379	246458	272132	309487	354171	389693	416518	452279	546023	632165	696978
Grécia	0	0	0	50	100	150	200	250	591	1188	2401	5269	10000	15402	17500	24800	31118	28944
Irlanda	1000	1100	1300	1500	3700	3800	3823	5101	5460	5360	12634	20496	23591	28704	32478	32355	30070	29850
Itália	5000	5500	6000	9000	11000	13218	16850	30000	88437	154120	204494	334175	641149	785738	958687	1040377	1237640	1168212
Luxemburg	350	400	412	450	550	600	634	500	497	538	571	594	618	777	1002	1030	2141	2004
Holanda	2450	2724	3384	5000	6544	7469	9227	10053	11150	11340	12909	14456	16960	19323	21511	27820	38000	42610
Portugal	50	200	320	420	550	1000	2000	2000	3060	7267	10719	9191	12193	24902	47974	50000	70857	85912
Espanha	2140	2500	2714	3000	3300	3650	4235	7859	11674	17208	24079	103735	152105	269465	352164	380920	485079	665055
Suécia (1)	1500	2500	4870	8598	23600	28500	31968	33267	36674	48039	83490	113995	118175	127330	155674	171682	193611	214120
Reino Unid	6000	7000	8500	11000	18500	31000	34000	35000	30992	32476	48448	49535	106000	274519	390868	527323	679631	724523
UE 15	100310	112784	131354	162112	216866	292561	402863	531621	701413	886461	1252454	1586778	2154589	2706451	3338059	3768266	4450569	4831099

Anexo II – Lista de variáveis utilizadas na ACM

Variáveis e modalidades activas utilizadas na ACM

	Variáveis	Modalidades
Centralização / Descentralização	A concentração da produção agrícola nas mãos de um número cada vez mais reduzido de agricultores tem consequências negativas para o ambiente e para o funcionamento do mercado.	<p><i>Posicionamento tendencialmente convencional</i></p> <p>↑</p> <p>Grau 1, Grau 2, Grau 3, Grau 4</p> <p>↓</p> <p><i>Posicionamento tendencialmente alternativo</i></p>
	Os pequenos agricultores com explorações pouco eficientes devem deixar a actividade agrícola para os agricultores mais aptos a tirar partido dos solos e das condições naturais.	
Dependência / Independência	Uma agricultura com futuro depende, fundamentalmente, da aplicação das técnicas agrícolas modernas e das inovações agro-industriais.	
	O uso intensivo de energia e produtos agro-industriais torna os agricultores mais vulneráveis às flutuações do mercado e dificulta a exploração equilibrada dos recursos.	
Competição / Cooperação	Pequenas e médias explorações podem produzir produtos com mais qualidade e adaptar-se melhor às necessidades nacionais de produtos agrícolas.	
	Uma empresa agrícola moderna deve garantir, acima de tudo, a produtividade, a eficiência e o lucro dos agricultores.	
Dominação / Harmonia	Um futuro agrícola promissor repousa, sobretudo, numa actividade agrícola que respeite as leis e os equilíbrios da natureza.	
	Para garantir níveis de produção adequados às necessidades, a agricultura actual não deve abrir mão das inovações tecnológicas agro-industriais.	
Especialização / Diversidade	Para racionalizar os meios e garantir melhores resultados, as explorações agrícolas devem especializar-se num determinado tipo de produtos.	
	As explorações agrícolas devem ser diversificadas e manter, tanto quanto possível, um sistema de cultivo que inclua uma variedade alargada de culturas e animais.	
Intensificação / Restrição	Para tornar a agricultura portuguesa mais rentável e competitiva, os solos e a água devem ser explorados independentemente das consequências ambientais.	
	A fertilidade dos solos e a disponibilidade de água têm limites que os agricultores não podem ignorar se quiserem garantir o futuro das suas próprias explorações.	

Variáveis e modalidades ilustrativas utilizadas na ACM

Variáveis		Modalidades
Caracterização sociográfica	Grupos etários	Menos de 35 anos
		35 / 44 anos
		45 / 54 anos
		55 / 64 anos
		65 ou mais anos
	Grau de instrução	1º Ciclo do Ensino Básico
		2º Ciclo do Ensino Básico
		3º Ciclo do Ensino Básico
		Ensino Secundário
		Ensino Médio / Superior
	Profissão (para além da Agricultura Biológica)	Ensino Superior
		Agricultura Biológica a tempo inteiro
		Agricultura Convencional
		Engenheiro/ Técnico agrícola
		Comercio, serviços e representações agrícolas
		Outras profissões ligadas à agricultura
	Anos dedicados à Agricultura Biológica	Ensino
		Outras profissões
	Anos dedicados à Agricultura Convencional	Até 4 anos
		De 4 a 8 anos
		Mais de 8 anos
	Organização de Agricultores a que declaram pertencer	Nunca exerceu AC
		Até 10 Anos de AC
		De 10 a 20 anos de AC
		De 20 a 30 anos de AC
		Mais de 30 anos de AC
	Sexo	Nas respostas à pergunta aberta foram mencionadas cerca de 3 dezenas de associações de agricultores nem sempre dedicadas ao MPB (ver capítulo 5)
		Masculino
		Feminino
	Área dedicada à AB (dimensão)	
		Até 10 ha
		De 10 ha a 30 ha
		De 30 ha a 100 ha
		De 100 ha a 300 ha
	Região	Mais de 300 ha
		Douro e Minho
		Trás-os-Montes
		Beira Interior
		Beira Litoral
		Ribatejo e Oeste
		Alentejo
		Algarve

Motivações	Ganhar a confiança dos clientes locais	
	Assegurar a fertilidade futura dos solos	
	Contribuir para melhorar as condições sanitárias e o bem-estar dos animais	Nada importante
	Garantir produtos alimentares saudáveis para a minha família	Pouco importante
	Promover a viabilidade económica da exploração	Importante
	Defender a saúde pública	
	Preservar o ambiente e o equilíbrio ecológico	Muito importante
	Produzir produtos de qualidade / certificados	
Dificuldades	Principais dificuldades sentidas para iniciar a conversão ao MPB	Falta de informação e assistência técnica
		Complexidade do processo de certificação
		Custos mais elevados/diminuição de rendimentos
		Escassez de factores de produção certificados
		Dificuldades em lidar com as pestes e infestantes sem recursos aos meios convencionais
		Insuficiência dos meios de distribuição e comercialização.
		Desorganização dos serviços de apoio e de controlo
Funcionamento dos serviços de apoio	Acesso aos serviços de informação e aconselhamento	Nada fácil Pouco fácil Fácil Muito fácil
	Processo de candidatura aos programas de apoio ao MPB é (do ponto de vista da burocracia exigida):	Nada complicado Pouco complicado Complicado Muito complicado
	Segundo a sua experiência, em Portugal o funcionamento dos serviços de informação e aconselhamento é:	Nada eficiente Pouco eficiente Eficiente Muito eficiente
	Principais fontes de informação e aconselhamento? (escolha as 3 hipóteses mais importantes)	Direcções Regionais/Locais do Ministério da Agricultura
		Organizações de Agricultores
		Organismos de Certificação e Controlo
		Família / Amigos
		Feiras / Exposições / Congressos
Incentivos financeiros	A necessidade de apoios e incentivos faz-se sentir:	Sobretudo no período de conversão
		Sobretudo na fase de produção (conversão e manutenção)
		Sobretudo na fase de marketing e comercialização
		Nas fases de produção e de comercialização
	Incentivos financeiros disponibilizados pelo governo foram:	O factor mais importante
		Um dos principais factores
		Um factor entre outros
		Um factor pouco importante

Incentivos financeiros	Como classificaria os incentivos financeiros do Estado para a AB?	Insuficientes e com regras de acesso difíceis e complicadas
		Insuficientes, mas com regras de acesso claras e acessíveis
		Suficientes, mas com regras de acesso difíceis e complicadas
		Suficiente e com regras de acesso claras e acessíveis
Políticas de apoio em geral	Vantagens das políticas de apoio ao MPB	Incentivos financeiros
		Fomento de práticas mais sustentáveis
		Incentivos à produção de qualidade
		Nenhumas/ quase nenhuma
	Desvantagens das políticas de apoio ao MPB	Burocracia, regras complicadas e/ou irrealistas
		Comercialização / divulgação insuficiente
		Apoio técnico reduzido/ de má qualidade
		Incentivos financeiros insuficientes
		Custos de certificação elevados
		Critérios desajustados, objectivos pouco claros
		Fomento da subsídio-dependência
		Concorrência desleal da AC
		Escassez / Custos dos factores de produção
Comercialização	Comercialização de produtos (selecção de até 3 hipóteses de respostas)	Por venda directa na exploração
		Em feiras / praças / mercados locais
		Em feiras de produtos “biológicos” ou “naturais”
		A retalhistas de produtos “biológicos”
		A pequenos supermercados locais/ lojas locais
		A restaurantes/ hotéis
		A cadeias de distribuição de produtos alimentares
		A grandes cadeias de super / hipermercados
		A cooperativas de consumo de prod. “biológicos”
		A cooperativas de Agricultura Biológica
		Cooperativa/ lagar de Agricultura Convencional
		Período de conversão
		Auto-consumo
	Quanto aos meios de distribuição e comercialização de produtos da Agricultura Biológica. Considera que em Portugal estão:	Nada desenvolvidos Pouco desenvolvidos Desenvolvidos Muito desenvolvidos
	Na sua opinião como poderá evoluir a procura destes produtos no futuro?	Baixará muito; Tenderá a baixar; Tenderá a aumentar; Aumentará muito

Vantagens e desvantagens associadas ao MPB	Vantagens da Agricultura Biológica	Preservação dos solos
		Certificação, valorização, qualidade
		Defesa da saúde pública
		Sustentabilidade, Equilíbrio ecológico
		Qualidade de vida / Justiça social
		Mais rendimento e oportunidades de mercado
		Defesa do bem-estar animal
		Nenhuma vantagem
	Desvantagens da Agricultura Biológica	Custos elevados
		Insuficiências de mercado e de divulgação
		Menor produção, menor rendimento
		Desvantagens relativas (AC), política de subsídios errada
		Dificuldades técnicas (produção e manutenção)
		Escassez de factores de produção / mão-de-obra
		Certificação / regras demasiado complexas
		Nenhumas

Anexo III – *Outputs* da partição em grupos da ACM

Caractérisation par les modalités des classes de la partition
Coupure 'a' de l'arbre en 2 classes
Classe: CLASSE 1 / 2 (Effectif: 118 - Pourcentage: 59)

Libellés des variables	Modalités caractéristiques	% de la modalité dans la classe	% de la modalité dans l'échantillon	% de la classe dans la modalité	Valeur-Test	Probabilité	Poids
Para tornar a agricultura portuguesa mais rentável e competi	Grau 4	95.41	76.00	68.42	7.14	0.000	152
Uma empresa agrícola moderna deve garantir, acima de tudo, a	Grau 3	37.61	23.00	89.13	5.50	0.000	46
Para racionalizar os meios e garantir melhores resultados, a	Grau 3	29.36	17.50	91.43	4.96	0.000	35
Organização de Agricultores (1)	AGROBIO	66.97	51.00	71.57	4.85	0.000	102
Uma empresa agrícola moderna deve garantir, acima de tudo, a	Grau 4	19.27	10.50	100.00	4.73	0.000	21
Uma agricultura com futuro depende, fundamentalmente, da apl	Grau 3	29.36	18.50	86.49	4.34	0.000	37
Para racionalizar os meios e garantir melhores resultados, a	Grau 4	16.51	9.00	100.00	4.29	0.000	18
Assegurar a fertilidade dos solos	Muito importante	59.63	46.00	70.65	4.13	0.000	92
Preservar o ambiente e o equilíbrio ecológico	Muito importante	75.23	63.50	64.57	3.63	0.000	127
Comercialização dos produtos de AB 2	Feiras de produtos "biológicos"	15.60	9.00	94.44	3.59	0.000	18
A fertilidade dos solos e a disponibilidade de água têm limi	Grau 4	92.66	84.00	60.12	3.49	0.000	168
Anos dedicados à AB (R)	Mais de 8 anos	32.11	22.50	77.78	3.47	0.000	45
As explorações agrícolas devem ser diversificadas e manter,	Grau 3	52.29	41.50	68.67	3.27	0.001	83
Vantagens das políticas AB (1)	Incentivos financeiros	44.95	35.00	70.00	3.11	0.001	70
Vantagens da Agricultura Biológica (1)	Preservação da fertilidade	17.43	11.00	86.36	3.09	0.001	22
Promover a saúde pública	Muito importante	56.88	47.00	65.96	2.93	0.002	94
Comercialização dos produtos de AB 3	retalhistas de prod. biológicos	9.17	5.00	100.00	2.89	0.002	10
Vantagens da Agricultura Biológica (3)	Defesa da saúde pública	11.93	7.00	92.86	2.89	0.002	14
Principais fontes de informação e aconselhamento 2	Feiras / Exposições/ congressos	19.27	13.00	80.77	2.75	0.003	26
Para garantir níveis de produção adequados às necessidades,	Grau 3	35.78	27.50	70.91	2.74	0.003	55
Anos dedicados à AC (R)	Nunca exerceu A.Convencional	23.85	17.00	76.47	2.69	0.004	34
Uma agricultura com futuro depende, fundamentalmente, da apl	Grau 4	12.84	8.00	87.50	2.61	0.004	16
Habilitações literárias	E. Superior	51.38	43.00	65.12	2.48	0.006	86
Os incentivos financeiros representaram para si...	Um factor entre outros	62.39	54.00	62.96	2.47	0.007	108
Comercialização dos produtos de AB 3	Coop. de consumo de prod. biológicos	7.34	4.00	100.00	2.46	0.007	8
O uso intensivo de energia e produtos agro-industriais torna	Grau 1	7.34	4.00	100.00	2.46	0.007	8
Os pequenos agricultores com explorações pouco eficientes de	Grau 3	26.61	20.00	72.50	2.41	0.008	40
Desvantagens das políticas de AB (1)	Crítérios desajustados	14.68	10.00	80.00	2.23	0.013	20
Comercialização dos produtos de AB 3	Coop. de consumo de prod. biológicos	6.42	3.50	100.00	2.22	0.013	7
Hortículas ao ar livre (r)	2,5 a 10 he	6.42	3.50	100.00	2.22	0.013	7
Aves (r)	De 26 a 50	6.42	3.50	100.00	2.22	0.013	7
Vantagens da Agricultura Biológica (1)	Sustentabilidade, Equilíbrio ecológico	39.45	32.50	66.15	2.16	0.016	65
Hortículas de estufa (r)	Até 1 he	8.26	5.00	90.00	2.07	0.019	10
processo de candidatura aos programas de apoio à AB	Muito complicado	31.19	25.00	68.00	2.06	0.019	50

Classe: CLASSE 2 / 2 (Effectif: 82 - Pourcentage: 41)

Libellés des variables	Modalités caractéristiques	% de la modalité dans la classe	% de la modalité dans l'échantillon	% de la classe dans la modalité	Valeur-Test	Probabilité	Poids
Uma empresa agrícola moderna deve garantir, acima de tudo, a	Grau 1	61.80	30.00	91.67	9.03	0.000	60
Para racionalizar os meios e garantir melhores resultados, a	Grau 1	52.81	28.50	82.46	6.80	0.000	57
Uma agricultura com futuro depende, fundamentalmente, da apl	Grau 1	55.06	32.50	75.38	6.02	0.000	65
Para tornar a agricultura portuguesa mais rentável e competi	Grau 3	28.09	14.50	86.21	4.81	0.000	29
Os pequenos agricultores com explorações pouco eficientes de	Grau 1	35.96	20.50	78.05	4.73	0.000	41
As explorações agrícolas devem ser diversificadas e manter,	Grau 1	15.73	7.00	100.00	4.36	0.000	14
Promover a saúde pública	Nada importante	15.73	8.00	87.50	3.43	0.000	16
funcionamento dos serviços de informação e aconselhamento	Eficiente	16.85	9.00	83.33	3.28	0.001	18
Para tornar a agricultura portuguesa mais rentável e competi	Grau 2	10.11	4.50	100.00	3.27	0.001	9
Principais dificuldades no processo de conversão 2	Custos de exploração	42.70	30.50	62.30	3.20	0.001	61
Organização de Agricultores (1)	NS/NR	19.10	11.00	77.27	3.08	0.001	22
Para garantir níveis de produção adequados às necessidades,	Grau 1	26.97	17.50	68.57	2.97	0.001	35
As explorações agrícolas devem ser diversificadas e manter,	Grau 2	17.98	10.50	76.19	2.88	0.002	21
Produzir produtos de qualidade / certificados	Nada importante	12.36	6.50	84.62	2.77	0.003	13
Preservar o ambiente e o equilíbrio ecológico	Pouco importante	7.87	3.50	100.00	2.75	0.003	7
Vinha (r)	1 a 2,5 he	10.11	5.00	90.00	2.71	0.003	10
Garantir produtos alimentares saudáveis para a minha família	Nada importante	17.98	11.00	72.73	2.60	0.005	22
Anos dedicados à AB (R)	De 4 a 8 anos	59.55	49.00	54.08	2.54	0.006	98
A concentração da produção agrícola nas mãos de um número ca	Grau 1	21.35	14.00	67.86	2.48	0.007	28
Acesso aos serviços de informação e aconselhamento	Fácil	15.73	9.50	73.68	2.46	0.007	19
Habilitações literárias	Até ao 1º ciclo	19.10	12.50	68.00	2.31	0.010	25
Os incentivos financeiros representaram para si...	O factor mais import	21.35	14.50	65.52	2.26	0.012	29
Como classificaria os incentivos financeiros do Estado à AB	Insuficientes e com	71.91	63.00	50.79	2.20	0.014	126
Frutos secos (r)	2,5 a 10 he	11.24	6.50	76.92	2.15	0.016	13
Assegurar a fertilidade dos solos	Nada importante	12.36	7.50	73.33	2.07	0.019	15

Caractérisation par les modalités des classes de la partition
Coupure 'b' de l'arbre en 4 classes
Classe: CLASSE 1/ 4 (Effectif: 22 - Pourcentage: 11.00)

Libellés des variables	Modalités caractéristiques	% de la modalité dans la classe	% de la modalité dans l'échantillon	% de la classe dans la modalité	Valeur-Test	Probabilité	Poids
Para racionalizar os meios e garantir melhores resultados, a	Grau 4	81.82	9.00	100.00	9.60	0.000	18
A concentração da produção agrícola nas mãos de um número ca	Grau 4	81.82	36.00	25.00	4.45	0.000	72
Promover a saúde pública	Muito importante	90.91	47.00	21.28	4.34	0.000	94
O uso intensivo de energia e produtos agro-industriais torna	Grau 4	86.36	43.50	21.84	4.16	0.000	87
Os pequenos agricultores com explorações pouco eficientes de	Grau 4	72.73	31.50	25.40	4.01	0.000	63
Uma agricultura com futuro depende, fundamentalmente, da apl	Grau 4	36.36	8.00	50.00	3.93	0.000	16
Pequenas e médias explorações podem produzir produtos com ma	Grau 4	72.73	36.50	21.92	3.44	0.000	73
Garantir produtos alimentares saudáveis para a minha família	Muito importante	86.36	51.00	18.63	3.42	0.000	102
Preservar o ambiente e o equilíbrio ecológico	Muito importante	95.45	63.50	16.54	3.39	0.000	127
Assegurar a fertilidade dos solos	Muito importante	77.27	46.00	18.48	2.93	0.002	92
Para garantir níveis de produção adequados às necessidades,	Grau 4	36.36	13.00	30.77	2.79	0.003	26
Desvantagens das políticas de AB (2)	Apoio técnico reduzido	22.73	5.50	45.45	2.74	0.003	11
As explorações agrícolas devem ser diversificadas e manter,	Grau 4	68.18	39.00	19.23	2.71	0.003	78
Área (r) em Agricultura Biológica	Douro e Minho	13.64	2.00	75.00	2.62	0.004	4
Desvantagens das políticas de AB (3)	Comercialização / divulgação	13.64	2.00	75.00	2.62	0.004	4
Comercialização dos produtos de AB 1	Feiras de produtos '	13.64	2.00	75.00	2.62	0.004	4
Vantagens da Agricultura Biológica (3)	Sustentabilidade, Equil.ecológico	22.73	6.50	38.46	2.44	0.007	13
Organização de Agricultores (2)	Bioraia	18.18	4.50	44.44	2.34	0.010	9
Grupos etários	55 / 64 anos	40.91	19.00	23.68	2.33	0.010	38
Aves (r)	De 51 a 100	13.64	2.50	60.00	2.32	0.010	5
Desvantagens das políticas de AB (2)	Fomento da subsídio-dependência	9.09	1.00	100.00	2.27	0.012	2
Comercialização dos produtos de AB 3	Cooperativa / lagar convencional	9.09	1.00	100.00	2.27	0.012	2
outros pecuaria (R)	De 26 a 50	9.09	1.00	100.00	2.27	0.012	2
Principais fontes de informação e aconselhamento 2	Feiras / Exposições	31.82	13.00	26.92	2.25	0.012	26
Situação na profissão AB	Trabalhador por conta própria	45.45	23.50	21.28	2.20	0.014	47
Para tornar a agricultura portuguesa mais rentável e competi	Grau 4	95.45	76.00	13.82	2.18	0.015	152
Pastagens (r)	100 a 300 he	27.27	10.50	28.57	2.14	0.016	21
Grupo profissional (R)	Agricultura biológic	54.55	32.00	18.75	2.11	0.018	64

Classe: CLASSE 2 / 4 (Effectif: 96 - Pourcentage: 48.00)

Libellés des variables	Modalités caractéristiques	% de la modalité dans la classe	% de la modalité dans l'échantillon	% de la classe dans la modalité	Valeur-Test	Probabilité	Poids
Para tornar a agricultura portuguesa mais rentável e competi	Grau 4	93.75	76.00	59.21	5.74	0.000	152
Para racionalizar os meios e garantir melhores resultados, a	Grau 3	32.29	17.50	88.57	5.32	0.000	35
As explorações agrícolas devem ser diversificadas e manter,	Grau 3	58.33	41.50	67.47	4.53	0.000	83
Pequenas e médias explorações podem produzir produtos com ma	Grau 3	55.21	39.50	67.09	4.25	0.000	79
Para racionalizar os meios e garantir melhores resultados, a	Grau 2	57.29	43.00	63.95	3.80	0.000	86
Os pequenos agricultores com explorações pouco eficientes de	Grau 3	31.25	20.00	75.00	3.69	0.000	40
Uma empresa agrícola moderna deve garantir, acima de tudo, a	Grau 3	34.38	23.00	71.74	3.54	0.000	46
Desvantagens das políticas de AB (1)	Burocracia, regras complicadas	16.67	9.50	84.21	3.16	0.001	19
Organização de Agricultores (1)	AGROBIO	62.50	51.00	58.82	2.99	0.001	102
A concentração da produção agrícola nas mãos de um número ca	Grau 3	35.42	25.50	66.67	2.94	0.002	51
Para garantir níveis de produção adequados às necessidades,	Grau 3	37.50	27.50	65.45	2.90	0.002	55
Uma agricultura com futuro depende, fundamentalmente, da apl	Grau 3	27.08	18.50	70.27	2.84	0.002	37
A fertilidade dos solos e a disponibilidade de água têm limi	Grau 4	91.67	84.00	52.38	2.69	0.004	168
Anos dedicados à AB (R)	Mais de 8 anos	31.25	22.50	66.67	2.69	0.004	45
Vantagens das políticas AB (1)	Incentivos financeiros	44.79	35.00	61.43	2.65	0.004	70
Habilitações literárias	E. Superior	53.13	43.00	59.30	2.64	0.004	86
Uma agricultura com futuro depende, fundamentalmente, da apl	Grau 2	47.92	38.50	59.74	2.49	0.006	77
Pequenas e médias explorações podem produzir produtos com ma	Grau 2	22.92	16.00	68.75	2.38	0.009	32
Desvantagens das políticas de AB (1)	Critérios desajustados	15.63	10.00	75.00	2.34	0.010	20
Vantagens da Agricultura Biológica (3)	Defesa da saúde pública	11.46	7.00	78.57	2.12	0.017	14
Uma empresa agrícola moderna deve garantir, acima de tudo, a	Grau 4	15.63	10.50	71.43	2.05	0.020	21

Classe: CLASSE 3 / 4 (Effectif: 68 - Pourcentage: 34.00)

Libellés des variables	Modalités caractéristiques	% de la modalité dans la classe	% de la modalité dans l'échantillon	% de la classe dans la modalité	Valeur-Test	Probabilité	Poids
Para racionalizar os meios e garantir melhores resultados, a	Grau 1	63.24	28.50	75.44	7.59	0.000	57
Uma empresa agrícola moderna deve garantir, acima de tudo, a	Grau 1	58.82	30.00	66.67	6.15	0.000	60
Uma agricultura com futuro depende, fundamentalmente, da apl	Grau 1	61.76	32.50	64.62	6.13	0.000	65
Para tornar a agricultura portuguesa mais rentável e competi	Grau 3	33.82	14.50	79.31	5.24	0.000	29
As explorações agrícolas devem ser diversificadas e manter,	Grau 1	19.12	7.00	92.86	4.49	0.000	14
Os pequenos agricultores com explorações pouco eficientes de	Grau 1	38.24	20.50	63.41	4.18	0.000	41
Pequenas e médias explorações podem produzir produtos com ma	Grau 4	55.88	36.50	52.05	3.90	0.000	73
Organização de Agricultores (1)	NS/NR	23.53	11.00	72.73	3.72	0.000	22
Principais dificuldades no processo de conversão 2	Custos de exploração	45.59	30.50	50.82	3.13	0.001	61
Promover a saúde pública	Nada importante	16.18	8.00	68.75	2.71	0.003	16
Sexo	M	91.18	81.00	38.27	2.54	0.006	162
Vantagens da Agricultura Biológica (1)	Certificação, valorização	26.47	16.50	54.55	2.47	0.007	33
Anos dedicados à AB (R)	De 4 a 8 anos	61.76	49.00	42.86	2.45	0.007	98
Principais dificuldades no processo de conversão 3	Lidar com as pragas	36.76	25.50	49.02	2.42	0.008	51
Comercialização dos produtos de AB 1	Restaurantes e hoteis	5.88	2.00	100.00	2.24	0.013	4
Um futuro agrícola promissor repousa, sobretudo, numa activi	Grau 4	91.18	82.50	37.58	2.19	0.014	165
Desvantagens das políticas de AB (1)	Comercialização / divulgação	23.53	15.00	53.33	2.17	0.015	30
processo de candidatura aos programas de apoio à AB	Complicado	55.88	44.50	42.70	2.17	0.015	89
A concentração da produção agrícola nas mãos de um número ca	Grau 1	22.06	14.00	53.57	2.10	0.018	28
A fertilidade dos solos e a disponibilidade de água têm limi	Grau 3	17.65	10.50	57.14	2.08	0.019	21
Vinha (r)	1 a 2,5 ha	10.29	5.00	70.00	2.07	0.019	10

Classe: CLASSE 4 / 4 (Effectif: 14 - Pourcentage: 7.00)

Libellés des variables	Modalités caractéristiques	% de la modalité dans la classe	% de la modalité dans l'échantillon	% de la classe dans la modalité	Valeur-Test	Probabilité	Poids
Para tornar a agricultura portuguesa mais rentável e competi	Grau 2	66.67	4.50	88.89	6.40	0.000	9
Um futuro agrícola promissor repousa, sobretudo, numa activi	Grau 2	25.00	1.50	100.00	3.59	0.000	3
A fertilidade dos solos e a disponibilidade de água têm limi	Grau 1	25.00	2.00	75.00	3.22	0.001	4
A fertilidade dos solos e a disponibilidade de água têm limi	Grau 2	16.67	1.00	100.00	2.71	0.003	2
Um futuro agrícola promissor repousa, sobretudo, numa activi	Grau 3	50.00	15.00	20.00	2.71	0.003	30
Uma empresa agrícola moderna deve garantir, acima de tudo, a	Grau 1	66.67	30.00	13.33	2.43	0.008	60
Os pequenos agricultores com explorações pouco eficientes de	Grau 1	50.00	20.50	14.63	2.09	0.018	41

Anexo IV – Questionário

Este questionário destina-se à realização de uma Tese no âmbito do **V Mestrado em Ciências Sociais (Portugal Contemporâneo: Sociedade e Culturas)** do ICS – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

O objectivo central é conhecer as motivações que levam os agricultores a enveredar pelo Modo de Produção Biológico, tentando, nomeadamente, perceber de que forma os novos valores sociais, as políticas públicas de incentivo à conversão e os desenvolvimentos do mercado se transformam quer em constrangimentos, quer em potencialidades para estes novos métodos agrícolas.

Os dados recolhidos destinam-se a ser digitalizados e serão utilizados exclusivamente no âmbito deste trabalho, estando garantida a sua total confidencialidade.

Desde já agradecemos a sua preciosa colaboração. Pela nossa parte, esperamos poder vir a contribuir com sugestões que possam vir a melhorar os apoios dispensados aos agricultores que decidiram enveredar por estes caminhos alternativos

Agricultura Biológica

no contexto português

protagonistas,
motivações e
políticas públicas

NOTA: Para esclarecer qualquer dúvida, contacte, por favor, João Guerra (OBSERVA), através dos telefones 217 903 089, 217 995 000 ou pelo endereço electrónico Joao.Guerra@iscte.pt.

CARACTERIZAÇÃO DO INQUIRIDO (Proprietário, gerente, administrador, etc.)

Sexo:

Masculino

☐

Feminino

☐

Idade:

Anos

Residência:

Concelho:

Naturalidade (se nasceu em Portugal, indique o concelho; se nasceu no estrangeiro, indique o país):

Concelho:

País:

Para além da Agricultura Biológica desenvolve mais alguma actividades profissional?

Não

☐

Sim

☐

Em caso afirmativo, indique qual ou quais:

Aproximadamente, que percentagem representará a Agricultura Biológica no total de actividades profissionais que desenvolve?

Em tempo

%

Em rendimento

%

No que diz respeito à Agricultura Biológica como classificaria a sua situação?

Patrão / Empresário

☐

Trabalhador por conta própria

☐

Trabalhador em empreendimento familiar

☐

Trabalhador por conta de outrem

☐

Outra situação, Qual

☐

Habilitações literárias (indique o nível de ensino mais elevado que frequentou/frequenta):

1º Ciclo do Ensino Básico (ensino primário / até à 4ª classe)☐**2º Ciclo do Ensino Básico** (ciclo preparatório / até ao 6º ano escolaridade)☐**3º Ciclo do Ensino Básico** (curso geral / até ao 9º ano de escolaridade)☐**Ensino Secundário** (curso complementar / até ao 12º ano de escolaridade)☐**Ensino Médio/Bacharelato**☐**Ensino Superior**☐

Tem alguma formação em agricultura e/ou Agricultura Biológica?

☐ Não ☐ Sim

Em caso afirmativo, explicita:

Formação em agricultura convencional	Formação em Agricultura Biológica

Antes de se dedicar à Agricultura Biológica, já desenvolvia actividade agrícola?

☐ Não ☐ Sim

Em caso afirmativo, por favor indique quantos anos dedicou à agricultura convencional e se ainda mantém essa actividade em simultâneo com a Agricultura Biológica?

Anos dedicados à agricultura convencional: Anos

Continua a praticar agricultura convencional? ☐ Sim ☐ Não

Área e localização geográfica da(s) exploração (ões) dedicada(s) à **a. convencional**:

Área total ha Concelho (s)

Relativamente à Agricultura Biológica. Há quantos anos se dedica a este modo de produção?

Anos

É membro de alguma organização (associação, cooperativa, etc.) de Agricultura Biológica?

☐ Não ☐ Sim

Em caso afirmativo, por favor indique qual ou quais:

Se é membro de alguma organização, considera-se:

☐ Membro activo ☐ Membro não activo

Indique as principais razões que o levam a optar por ser um membro activo ou não activo.

CARACTERIZAÇÃO DAS EXPLORAÇÕES

Área e localização geográfica da(s) exploração (ões) dedicada(s) à **Agricultura Biológica**:

Área total _____ ha Concelho (s) _____

No último ano, quantas pessoas trabalharam na(s) exploração (ões) acima referidas:

Trabalhadores permanentes (todo o ano) / a tempo inteiro _____ Pessoas

Trabalhadores permanentes (todo o ano) / a part-time _____ Pessoas

Trabalhadores sazonais / a tempo inteiro _____ Pessoas

Trabalhadores sazonais / part-time _____ Pessoas

De entre estes trabalhadores e contando consigo, quantos fazem parte do seu agregado familiar?

Trabalhadores permanentes: _____ Pessoas Trabalhadores sazonais: _____ Pessoas

Indique que tipo de culturas produz no Modo de Produção Biológico, incluindo os hectares e o número de cabeças de gado em cada caso:

Culturas	Hectares	Pecuária	Número
Culturas Arvenses	<input type="checkbox"/>	Bovinos	<input type="checkbox"/>
Hortícolas (ar livre)	<input type="checkbox"/>	Ovinos	<input type="checkbox"/>
Hortícolas (estufa)	<input type="checkbox"/>	Caprinos	<input type="checkbox"/>
Vinha	<input type="checkbox"/>	Suínos	<input type="checkbox"/>
Olival	<input type="checkbox"/>	Aves	<input type="checkbox"/>
Frutos	<input type="checkbox"/>	Apicultura (nº colmeias)	<input type="checkbox"/>
Frutos Secos	<input type="checkbox"/>	Equinos	<input type="checkbox"/>
Plantas aromáticas (ar livre)	<input type="checkbox"/>	Outros, quais?	<input type="checkbox"/>
Plantas aromáticas (estufa)	<input type="checkbox"/>	_____	<input type="checkbox"/>
Pastagens / Forragens	<input type="checkbox"/>	_____	<input type="checkbox"/>
Outros, quais?	<input type="checkbox"/>	_____	<input type="checkbox"/>

Por favor, indique qual o Organismo Privado de Controlo e Certificação (OPC) com que trabalha e qual o seu grau de satisfação com os serviços prestados por esse organismo:

Socert ☐ Sativa ☐ Outro, Qual _____ ☐

Nada satisfeito ☐ Pouco satisfeito ☐ Satisfeito ☐ Muito satisfeito ☐

Indique as principais razões para a sua resposta.

POLÍTICAS, INCENTIVOS, OPORTUNIDADES E CONSTRANGIMENTOS

Do seu ponto de vista, quais as principais vantagens e desvantagens presentes nas políticas, instrumentos e apoios existentes para a Agricultura Biológica:

Vantagens:

Desvantagens:

Segundo a sua experiência, o processo de candidatura aos programas de apoio ao Modo de Produção Biológico foi (do ponto de vista da burocracia exigida):

Nada complicado <input type="checkbox"/>	Pouco complicado <input type="checkbox"/>	Complicado <input type="checkbox"/>	Muito complicado <input type="checkbox"/>
--	---	-------------------------------------	---

No seu entender, em Portugal o acesso aos serviços de informação e aconselhamento (no que diz respeito à disponibilidade da informação) é:

Nada fácil <input type="checkbox"/>	Pouco fácil <input type="checkbox"/>	Fácil <input type="checkbox"/>	Muito fácil <input type="checkbox"/>
-------------------------------------	--------------------------------------	--------------------------------	--------------------------------------

Em geral, ainda segundo a sua experiência, em Portugal o funcionamento dos serviços de informação e aconselhamento é:

Nada eficiente <input type="checkbox"/>	Pouco eficiente <input type="checkbox"/>	Eficiente <input type="checkbox"/>	Muito eficiente <input type="checkbox"/>
---	--	------------------------------------	--

Quais são as suas principais fontes de informação e aconselhamento?
(escolha as 3 hipóteses mais importantes)?

Direcções Regionais / Locais do Ministério da Agricultura	<input type="checkbox"/>
Organizações de Agricultores	<input type="checkbox"/>
Organismos de Certificação e Controlo	<input type="checkbox"/>
Família / Amigos	<input type="checkbox"/>
Feiras / Exposições / Congressos	<input type="checkbox"/>
Comunicação social / Internet	<input type="checkbox"/>
Outros, quais?	<input type="checkbox"/>

Quanto aos meios de distribuição e comercialização de produtos da Agricultura Biológica. Considera que em Portugal estão:

Nada desenvolvidos <input type="checkbox"/>	Pouco desenvolvidos <input type="checkbox"/>	Desenvolvidos <input type="checkbox"/>	Muito desenvolvidos <input type="checkbox"/>
---	--	--	--

Presentemente, no seu caso particular, a comercialização dos seus produtos faz-se, preferencialmente: (escolha as opções que mais se adequam ao seu caso):

Por venda directa na exploração	<input type="checkbox"/>
Em feiras / praças / mercados locais	<input type="checkbox"/>
Em feiras de produtos “biológicos” ou “naturais”	<input type="checkbox"/>
A retalhistas de produtos “biológicos” ou “naturais”	<input type="checkbox"/>
A pequenos supermercados locais/ minimercados locais/ lojas locais	<input type="checkbox"/>
A restaurantes/ hotéis	<input type="checkbox"/>
A cadeias de distribuição de produtos alimentares	<input type="checkbox"/>
A grandes cadeias de super / hipermercados	<input type="checkbox"/>
A cooperativas de consumo de produtos “biológicos”	<input type="checkbox"/>
A cooperativas de Agricultura Biológica	<input type="checkbox"/>
Outra situação, Qual ? _____	<input type="checkbox"/>

Em sua opinião, a necessidade de apoios e incentivos faz-se sentir (escolha apenas uma opção):

Sobretudo no período de conversão	<input type="checkbox"/>
Sobretudo na fase de produção (conversão e manutenção)	<input type="checkbox"/>
Sobretudo na fase de marketing e comercialização	<input type="checkbox"/>
Quer na fase de produção, quer na fase de comercialização	<input type="checkbox"/>
Outra situação, Qual? _____	<input type="checkbox"/>

Na sua opinião como poderá evoluir a procura destes produtos no futuro?

Baixará muito	<input type="checkbox"/>	Tenderá a baixar	<input type="checkbox"/>	Tenderá a aumentar	<input type="checkbox"/>	Aumentará muito	<input type="checkbox"/>
---------------	--------------------------	------------------	--------------------------	--------------------	--------------------------	-----------------	--------------------------

Como classificaria os incentivos financeiros do Estado à Agricultura Biológica?

Insuficientes e com regras de acesso difíceis e complicadas	<input type="checkbox"/>
Insuficientes, mas com regras de acesso claras e acessíveis	<input type="checkbox"/>
Suficientes, mas com regras de acesso difíceis e complicadas	<input type="checkbox"/>
Suficiente e com regras de acesso claras e acessíveis	<input type="checkbox"/>

Na sua decisão em enveredar pela Agricultura Biológica, os incentivos financeiros disponibilizados pelo governo representaram (escolha uma das opções):

O factor mais importante	<input type="checkbox"/>
Um dos principais factores	<input type="checkbox"/>
Um factor entre outros	<input type="checkbox"/>
Um factor pouco importante	<input type="checkbox"/>

Por favor, indique o grau de importância que os seguintes factores tiveram na sua opção pela Agricultura Biológica:

	Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante
Ganhar a confiança dos clientes locais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Assegurar a fertilidade futura dos solos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Contribuir para melhorar as condições sanitárias e o bem-estar dos animais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Garantir produtos alimentares saudáveis para a minha família	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Promover a viabilidade económica da exploração	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Defender a saúde pública	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Preservar o ambiente e o equilíbrio ecológico	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Produzir produtos de qualidade / certificados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outro, Qual? _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

No seu caso particular, quais foram as principais dificuldades que sentiu para iniciar ou converter-se ao MODO DE PRODUÇÃO BIOLÓGICO? (Escolha no máximo 4 das seguintes opções)

Falta de informação e assistência técnica	<input type="checkbox"/>
Complexidade do processo de certificação	<input type="checkbox"/>
Custos de exploração mais elevados e/ou diminuição de rendimentos	<input type="checkbox"/>
Escassez de factores de produção certificado: matérias primas, sementes, plantas, rações, adubos e pesticidas naturais, etc.	<input type="checkbox"/>
Dificuldades em lidar com as pestes e infestantes sem recursos aos meios convencionais	<input type="checkbox"/>
Insuficiência dos meios de distribuição e comercialização.	<input type="checkbox"/>
Desorganização dos serviços de apoio e de controlo	<input type="checkbox"/>
Outra, qual? _____	<input type="checkbox"/>

Pensando na Agricultura Biológica de uma forma global, indique as principais vantagens e as principais desvantagens que este modo de produção agrícola comporta face a outras soluções de exploração agrícola, como a agricultura convencional:

Vantagens

Desvantagens

VALORES E ATITUDES

No quadro abaixo encontrará várias afirmações sobre a actividade agrícola e suas relações com o ambiente. Para cada uma, indique o seu grau de concordância:

	Concordo totalmente	Concordo em parte	Discordo em parte	Discordo totalmente
Uma agricultura com futuro depende, fundamentalmente, da aplicação das técnicas agrícolas modernas e das inovações agro-industriais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Um futuro agrícola promissor repousa, sobretudo, numa actividade agrícola que respeite as leis e os equilíbrios da natureza	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Para racionalizar os meios e garantir melhores resultados, as explorações agrícolas devem especializar-se num determinado tipo de produtos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pequenas e médias explorações podem produzir produtos com mais qualidade e adaptar-se melhor às necessidades nacionais de produtos agrícolas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Para tornar a agricultura portuguesa mais rentável e competitiva, os solos e a água devem ser explorados independentemente das consequências ambientais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A concentração da produção agrícola nas mãos de um número cada vez mais reduzido de agricultores tem consequências negativas para o ambiente e para o funcionamento do mercado.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O uso intensivo de energia e produtos agro-industriais torna os agricultores mais vulneráveis às flutuações do mercado e dificulta a exploração equilibrada dos recursos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Para garantir níveis de produção adequados às necessidades, a agricultura actual não deve abrir mão das inovações tecnológicas agro-industriais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
As explorações agrícolas devem ser diversificadas e manter, tanto quanto possível, um sistema de cultivo que inclua uma variedade alargada de culturas e animais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os pequenos agricultores com explorações pouco eficientes devem deixar a actividade agrícola para os agricultores mais aptos a tirar partido dos solos e das condições naturais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A fertilidade dos solos e a disponibilidade de água têm limites que os agricultores não podem ignorar se quiserem garantir o futuro das suas próprias explorações.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Uma empresa agrícola moderna deve garantir, acima de tudo, a produtividade, a eficiência e o lucro dos agricultores.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Por favor, use o subscrito que anexámos e devolva-nos o questionário tão depressa quanto possível.

Obrigado pela colaboração.